

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

371.71 Moraes, Teresa Cristina Lara de

M827s Seguindo as orientações “politicamente corretas” do desejo: o ser e o ter que...a participação da subjetividade dos jovens no exercício de sua sexualidade e em sua atuação como agente de prevenção / Teresa Cristina Lara de Moraes ; orientação Mônica Guimarães Teixeira do Amaral. São Paulo : s.n., 2009.
272 p. : il.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração : Psicologia e Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Educação em saúde 2. Doenças sexualmente transmissíveis – Prevenção e controle 3. Síndrome de imunodeficiência adquirida 4. População – Aspectos sociais 5. Subjetividade 6. Identidade cultural – Brasil 7. Juventude 8. Sexualidade I. Amaral, Mônica Guimarães Teixeira do, orient.

Teresa Cristina Lara de Moraes

**Seguindo as orientações "politicamente
corretas" do desejo: O ser e o ter que...
A participação da subjetividade dos jovens
no exercício de sua sexualidade e em sua
atuação como agente de prevenção**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de doutor.

Área de Concentração: Psicologia e Educação

**Orientadora: Prof^a Dr^a Mônica
G.T.do Amaral,**

São Paulo - 2009.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Teresa Cristina Lara de Moraes

Seguindo as orientações "politicamente corretas" do desejo: O ser e o ter que...
A participação da subjetividade dos jovens no exercício de sua sexualidade e
em sua atuação como agente de prevenção

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de doutor.

Área de Concentração: Psicologia e Educação

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Profª Drª Mônica G.T.do Amaral

Instituição: FE/USP

Assinatura: _____

Profª Drª _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Profª Drª _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Profª Drª _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Profª Drª _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Mônica G. T. do Amaral que esteve todos esses anos ao meu lado, apoiando-me nos acertos e nos erros.

Aos grandes amigos do Movimento Hip-Hop da Zona Leste, que me mostram sempre que jamais abrirão mão de lutar por uma sociedade justa, solidária e igualitária.

Aos também amigos do Movimento Hip-Hop - sujeitos da pesquisa - que emprestaram seu tempo, seu conhecimento e desejo de colaborar, auxiliando para que pudéssemos trilhar caminhos mais promissores no trabalho de prevenção às DST/AIDS.

E, por fim, agradeço as duas pessoas da qual me orgulho, pois são jovens que jamais deixam de se indignar frente à opressão, às injustiças e às desigualdades sociais.

Vi e Mari, obrigada por tudo...

RESUMO

A epidemia do HIV/AIDS vem mobilizando nas últimas três décadas muitos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento (medicina, psicologia, educação, sociologia, antropologia, dentre outras), visto ser um problema sério de saúde pública e a prevenção, a principal arma que a ciência lança mão para o seu combate. Nesse sentido, muita se produziu nos últimos anos visando contribuir para o aprimoramento das propostas de intervenção na área da saúde e educação, com o intuito de combater e prevenir a disseminação das doenças sexualmente transmissíveis em geral, e em especial, a AIDS, sobretudo junto à juventude. Vale observar que dentre as propostas de intervenção, algumas privilegiaram uma concepção biomédica de saúde, centrando suas preocupações na fisiologia do corpo humano e na prescrição e transmissão de conhecimentos e formas de comportamentos, cujos argumentos enfatizavam a utilização pura e simples do preservativo masculino, sem grande preocupação em trazer para o debate questões de ordem social e cultural que determinam e conduzem o desejo e as práticas afetivas e sexuais dos indivíduos. O presente trabalho tem por objetivo refletir, por meio de uma leitura psicossocial, a respeito das estratégias de intervenção que aponta o jovem como o promotor de ações de prevenção às DST/AIDS junto a seus pares da mesma faixa etária. Entender a subjetividade dessas jovens lideranças das camadas populares na sociedade contemporânea, frente a seu papel como agente de prevenção no combate às DST/AIDS e de como se percebem no exercício de sua própria sexualidade, foi uma de nossas preocupações centrais. Outra questão envolveu o questionamento sobre até que ponto o investimento na formação, preparação e instrumentalização desses jovens em relação a questões ligadas à sexualidade favorecem suas tomadas de decisões com maior segurança em suas relações afetivas e sexuais. As contribuições teóricas de Pichon-Rivière foram fundamentais para trazer aos grupos de discussão as representações individuais e coletivas acerca de temas que os agentes discutem e problematizam nas oficinas de sexualidade junto a outros jovens, possibilitando um processo de resignificação das representações que fazem acerca de concepções fortemente enraizadas em nossa cultura – envolvendo, desde as desigualdades de gênero, o “amor romântico” até os preconceitos e tabus em torno da sexualidade – e de como têm essas concepções interiorizadas, a despeito de toda a crítica que tecem sobre as mesmas.

Palavras chaves: 1. Adolescência/Juventude 2. Prevenção das DST/AIDS 3. Movimento Hip-Hop. 4. Subjetividade 5. O público e o privado 6. Camadas Populares 7. Formação do povo brasileiro. 8. Gênero e "Amor romântico".

ABSTRACT

The HIV/AIDS epidemic has been mobilizing several researchers from several areas of knowledge (medicine, psychology, education, sociology, anthropology, among others), during the last three decades, as this is a serious public health problem and prevention the leading weapon that science can take hold of to struggle against it. In this aspect, a great deal of work has been produced in the last years aiming to contribute to the betterment of the proposals to intervene in the health and education areas, with the purpose of fighting and preventing dissemination of sexually transmitted diseases as a whole and AIDS specially, above all to the young. That is worth observing that among the intervening proposals, some have privileged a biomedical health conception, focusing the concerns on human body physiology and on the prescription and transmission of knowledge and types of behavior, which arguments have emphasized only the use of male condoms without a great concern to bring into the debate issues of social and cultural aspects that determine and conduct the desire and the affective and sexual practices of individuals. The present work has the purpose of pondering, by means of a psychosocial reading, over the intervention strategies that point out the young as the promoter of the prevention action for STD/AIDS next to his/her peers of the same age group. To understand the subjectivity of such young leadership in the popular groups of our contemporary society, in face of his/her role as an agent of prevention in the battle against STD/AIDS and how they perceive themselves in the practice of their own sexuality, was one of our central concerns. Another issue brought into question was in which extent the investment on education, preparation, and instrumentalization of this young group, in relation to the issues connected to sexuality, assist them to safely reach decisions in their affective and sexual relationships. The theoretical contributions of Pichon-Rivière were fundamental to bring into the discussion groups the individual and collective representations for the issues that the agents discuss and problematize in the study groups about sexuality next to other young people, making possible a re-signification of the representations they do about extremely rooted conceptions of our culture – covering from gender disparities, the “romantic love”, to the prejudices and taboos around sexuality - and how these conceptions are internalized despite of all criticism they comment on them.

Key-words: 1. Adolescence/Youth 2. STD/AIDS Prevention 3. The Hip-Hop Movement. 4. Subjectivity 5. The public and the private 6. Popular groups 7. Brazilian people education. 8. Gender and the “Romantic love”.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	09
<u>CAPÍTULO I</u> - O encontro com o jovem	16
<u>CAPÍTULO II</u> O perfil do jovem contemporâneo nas metrópoles brasileiras.....	25
Hip-Hop na comunidade: Como combater a vulnerabilidade do jovem	
da periferia através da “arte de rua”	40
A periferia resiste: Núcleo Cultural Força Ativa	41
<u>CAPÍTULO III</u> A juventude brasileira	52
O Movimento Hip-Hop e o Protagonismo Juvenil	66
Políticas Públicas para a Juventude	78
<u>CAPÍTULO IV</u> - Novas perspectivas de intervenções se abrem para o enfrentamento	
das dst/aids: o imaginário e a subjetividade considerados	98
<u>CAPÍTULO V</u> - O projeto de modernidade brasileiro.....	106
<u>CAPÍTULO VI</u> - A família e a sociedade brasileira	141
<u>CAPÍTULO VII</u> - As relações de gênero e a prevenção às DST/AIDS	161
<u>CAPÍTULO VIII</u> – Construindo uma metodologia que apanhe a subjetividade do jovem	
contemporâneo.....	186
<u>A TÍTULO DE CONCLUSÃO</u> : o momento em que a pesquisa e a prática se confundem	
e se enriquecem: repensando os programas de prevenção.....	275
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	290

INTRODUÇÃO

Após mais de duas décadas como profissional da saúde e militante do movimento social, muitas respostas encontrei pelo caminho e dúvidas também. No que se refere à minha atuação profissional como psicóloga, atuando junto à população juvenil de camadas populares, surgiram diversas questões no cotidiano de minha prática, que clamavam por respostas, as quais tinham que ser problematizadas visando à melhoria da minha atuação junto a esta parcela da população.

Num primeiro momento busquei verificar se na área da saúde seria possível realizar intervenções que contemplassem as necessidades juvenis, mais especificamente em relação à prevenção das DST/AIDS. Assim, após anos de questionamentos e análises, tanto na vida profissional, como na atuação política no interior dos movimentos sociais, minhas inquietações resultaram em sua problematização no campo acadêmico. Ou seja, já era parte do meu projeto entender mais bem as especificidades da juventude das camadas populares e verificar se os investimentos públicos voltados para esta faixa etária na área da saúde, em especial no enfrentamento da epidemia da AIDS, davam respostas às demandas dos jovens.

Eu avaliava que ao levar meus questionamentos para a universidade poderia obter respostas que auxiliariam em minha prática cotidiana como psicóloga na região leste da cidade de São Paulo.

Esse cenário mobilizou-me de várias formas, como técnica da saúde e militante social, que atuava junto a essas jovens lideranças, mas também como pesquisadora, pois me perguntava se haveria alguma proposta a ser formulada para os órgãos governamentais que concebesse o jovem como ator social de fato e de direito.

Essas preocupações foram o embrião para a formulação de um problema de pesquisa que acabou tomando corpo e culminou em um projeto de pesquisa para a seleção de mestrado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

O meu ingresso no mestrado coincidiu com o compromisso do então prefeito do município de Santo André, Celso Daniel, de priorizar políticas públicas para e com a juventude na cidade. Havia inclusive um Fórum Juvenil organizado que discutia suas demandas e elaborava propostas de resolução destas.

Minha pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa de DST/AIDS daquele município. Nele acompanhei a atuação dos jovens agentes de prevenção no combate às DST/AIDS. Busquei verificar quais seriam as ações de prevenção que poderiam ter um impacto efetivo sobre o jovem “andreense” e qual a infra-estrutura que o poder público local disponibilizaria para que estes objetivos lograssem êxito.

Cabe ressaltar que a proposta inicial de governo para a área da saúde e do enfrentamento das DST/AIDS junto à juventude coincidia ao menos em tese, com os objetivos do meu trabalho profissional, ou seja, a redução do risco de contágio de HIV/AIDS/drogas e outras DSTs, e mais, o aumento da auto-estima e a valorização da vida.

No presente trabalho, não detalharei os resultados a que cheguei no município de Santo André, mas vale lembrar que foram essenciais não apenas para o meu trabalho profissional, mas também para o levantamento de outras dimensões do problema. Algumas questões foram respondidas no mestrado, concluindo, por exemplo, que grande parte da juventude não se “encaixava” nos estereótipos que certos setores da mídia ou mesmo da academia insistiam em fazer circular, de que eram “irresponsáveis” ou “inconseqüentes”. Ao contrário, mostraram que podiam potencializar o trabalho de prevenção, por meio da participação ativa na formulação, planejamento e execução de políticas relativas à sua saúde.

Constatee também a necessidade de investimentos públicos, que permitissem a integração das áreas públicas em todos os níveis de governo, garantindo uma estrutura social organizada capaz de proporcionar os meios para que o trabalho se efetivasse.

Cumpre ainda destacar - tão importante quanto os recursos e investimentos para o desenvolvimento das propostas - a necessidade premente de se proceder à reflexão sobre o papel do técnico e a relação que este estabelecia com o jovens agentes de prevenção. A pesquisa me levou a

algumas indagações: Estas relações estariam conduzindo à tutela dos jovens ou à sua autonomia? Qual seria o lugar do jovem e qual seria o do adulto dentro do trabalho de prevenção?

Essa experiência mostrou que um trabalho no seio da juventude, que pretende causar algum impacto - sensibilizando-a, por exemplo, para a relação delicada que se estabeleceu entre a saúde pública e o exercício livre da sexualidade com o advento da epidemia das DST/AIDS não tem como prescindir da participação do adulto, considerando que este, em princípio, possui um acúmulo de experiência e conhecimento, essencial para a formação dos mais jovens.

A esse respeito, pode-se registrar aqui um grande paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que a autonomia dos jovens agentes de prevenção envolvidos nas oficinas incomodava o professor, ou o técnico da saúde, também estes últimos pouco se mobilizavam para um trabalho com a juventude de um modo geral, e menos ainda, abordando as dimensões subjetiva e objetiva da sexualidade.

Pude notar, inclusive, na área da saúde, certa resistência por parte dos servidores em atender adequadamente esta parcela da população. Ao contrário, as regras e normas que vigoravam nesses espaços públicos não eram compatíveis com o atendimento de jovens, uma vez que eram voltadas principalmente para a população adulta, priorizando-se a atenção materno-infantil. Ou seja, o adolescente não encontrava continência nestes locais, ou seja, mais especificamente pode-se dizer que, em alguns destes espaços, a forma de expressão simbólica das regras adotadas acabava por expulsar esta parcela populacional do local, com seus horários de atendimento rigidamente prefixados, o mobiliário disposto em filas, a exigência de silêncio e os ambientes sombrios que os acompanhavam.

Não havia a preocupação de adequar o espaço físico, como, por exemplo, pintando-o com cores vivas, ou introduzindo na sala de espera, música, jogos, etc. E o mais importante, é que nos serviços de saúde não havia propriamente uma disposição interna por parte dos servidores em acolher o jovem, e pensar com ele suas demandas, e em que medida o serviço poderia estar respondendo a elas.

Neste percurso, novas questões foram surgindo, uma vez que, se por um lado os jovens demonstravam a todo momento que eram “capazes” de assumir seu papel como agente de prevenção no combate à epidemia, por outro, percebia-se que havia por parte do poder público pouco investimento em relação à infra-estrutura necessária para o desenvolvimento de suas ações. Pior ainda era a postura de alheamento dos técnicos, tanto da área da saúde como da educação, ante a proposta de oficinas de sexualidade serem ministradas pela população juvenil.

Haveria certa des-responsabilização do adulto e do servidor público, associada a uma determinada “concepção” de protagonismo juvenil, que os fazia deixar praticamente tudo a cargo dos jovens, dando a impressão, por exemplo, de que todo o planejamento da intervenção ficava a cargo do agente jovem de prevenção. Em outros momentos, parecia que o técnico sentia-se “inseguro” e “melindrado”, demonstrando um algum receio por sentir seu papel profissional “ameaçado” pelo agente jovem a quem deixara a responsabilidade de planejar e conduzir as intervenções.

Cumprе ressaltar que se o técnico mudasse a conduta, a meu ver, não envolveria uma postura de ceder aos “caprichos do jovem”, mas de pensar estratégias de aproximação e vinculação do serviço com esse tipo de demanda.¹ Por outro lado, comecei a observar o aumento do interesse e a atenção da sociedade pelo segmento jovem. Não só a mídia como a universidade traziam questões referentes a este segmento populacional, todavia me parecia prevalecer a visão de juventude essencialmente “problemática”.

Hoje pode-se constatar que, embora exista uma grande parcela da população jovem realizando intervenções bem satisfatórias, como pude demonstrar no mestrado, verifiquei que minhas inquietações e angústias não cessaram ao final do trabalho; ao contrário, ao mudar o enfoque, ou seja, saindo do âmbito das políticas públicas e da análise que culminou com a constatação da falta de espaços reservados aos jovens na esfera pública em geral, e em especial na área da saúde, outras questões surgiram, exigindo

¹ Cabe ainda destacar que essa parcela da população conta com a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta lei garante o acesso e o direito a uma assistência à saúde integral e de qualidade.

respostas. Estas questões não passavam mais pela investigação teórica acerca da estrutura social, mas pelo olhar atento para a subjetividade do jovem, analisando suas posturas, reações e atuação diante das DST/AIDS, gravidez, enfim, de sua sexualidade.

Começaram a se descortinar diante de mim outros pontos que não se apresentavam como preocupação: muitos dos jovens, lideranças importantes, que desenvolviam oficinas de sexualidade e realizavam ações de prevenção no combate às DST/AIDS junto a seus pares já eram pais e mães. Daí a pergunta: O que levaria o agente de prevenção, que estava à frente dos demais jovens no que se refere às informações sobre DST/AIDS, a não se prevenir em suas relações sexuais?

Esses questionamentos foram se avolumando e me fizeram buscar a necessidade premente de entender tais fenômenos.

No entanto, tinha certeza que apenas a informação não mudaria comportamentos. Seria preciso trabalhar junto aos jovens a “desconstrução” de mitos e crenças em relação às doenças sexualmente transmissíveis. Ao mesmo tempo, parecia-me fundamental levar em consideração a dimensão emocional que sustentava tais atitudes e crenças.

A mudança do foco da pesquisa - passando da ênfase nas políticas públicas para a construção de espaços de discussão sobre a dimensão subjetiva envolvida na prevenção - ofereceu-me a possibilidade de vislumbrar outras questões e enfoques de abordagem para os quais até então não estivera atenta.

A partir desse momento meu objeto começou a se delinear, qual seja: Como o jovem pode se recriar e descobrir a sexualidade como uma experiência capaz de lhe permitir desenvolver-se com autonomia, em uma sociedade pautada por relações - amorosas inclusive - tão tênues e descompromissadas?

As reflexões e inquietações - envolvendo toda a equipe - apontavam que muitas questões não se esgotavam no aspecto técnico, mas passavam, necessariamente, por enfoques éticos, políticos e subjetivos. Nesse sentido, ponderou-se que, mesmo imbuídos da melhor das intenções técnicas, “fazer a cabeça” da juventude, pensando por ela e no lugar dela, ao adotar um

modelo de intervenção, significava passar por cima da capacidade dos jovens de decidirem sobre suas vidas e serem sujeitos ativos de suas ações.

Enfim, para se obterem resultados favoráveis e de impacto junto à população em geral, e em especial, a juvenil, no que se refere à prevenção das DST/AIDS, verificou-se em nossa pesquisa que haveria que se refletir necessariamente sobre outras questões, como: Quais os papéis sociais que se espera de homens e mulheres na sociedade e como se refletem no exercício dos papéis sexuais? Como se estabelecem as relações de gênero?

Pelo exposto, aos poucos as preocupações foram se deslocando da ênfase das políticas públicas para um olhar mais atento às atitudes e formas de subjetivação das jovens lideranças como agentes de prevenção.

Assim, na pesquisa de doutorado, com o objetivo de me apropriar de outros campos de conhecimento, acabei percorrendo referenciais teóricos que abordassem mais proximamente a questão da subjetividade dos atores envolvidos. Havia aí uma complexidade a ser percorrida pelo viés da psicologia e da psicanálise que tem se voltado para o entendimento da dinâmica emocional do adolescente. Assim pude verificar que teria de olhar de uma forma mais atenta para os fatores subjetivos e sócio-familiares que faziam parte da construção da identidade juvenil, que levariam o jovem agente de prevenção a não se prevenir, fatos estes que, na fase de conclusão da pesquisa de mestrado, já despontavam como questões a serem investigadas.

Desta forma, na seqüência de meus estudos, abriram-se de fato novas possibilidades de análises e intervenções que apontavam para a necessidade de percorrer outros enfoques teóricos, se quisesse continuar refletindo sobre os agentes jovens de prevenção às DST/AIDS, sua subjetividade e os aspectos envolvidos em uma questão tão complexa como esta, que se, por um lado, trata da vida, da sexualidade, de desejos, paixões e afetos, de outro, trata também, de morte e doença. Enfim, pude entender que somente se debruçasse sobre os aspectos psicossociais envolvidos na construção da identidade do adolescente das camadas populares poderia arriscar algumas respostas ampliando as possibilidades de acerto.

Nesse sentido, entendia que para obter tais repostas a essas indagações, necessitava resgatar a trajetória que trilhei em minha atuação

profissional com esses jovens, ou seja, como foi se delineando o trabalho, e quais eram as expectativas destes desde o início das intervenções junto a outros jovens. Assim, no capítulo um deste trabalho, dediquei-me a essa tarefa. Nesse período percebi que necessitava compreender melhor as características do jovem das camadas populares na contemporaneidade - o que busquei delinear nos capítulos dois e três.

No capítulo quatro procurei levantar outras pesquisas que trouxessem elementos que auxiliassem a compreensão dessa juventude, ampliando as possibilidades de intervenção junto dela. Ao final desse levantamento pude entender que a forma de atuação dos jovens na atualidade, sobretudo os das camadas populares, trazia questões que diziam respeito à forma como a sociedade brasileira veio se conformando desde os primórdios da colonização, ou seja, muitos dos costumes e comportamentos atuais são reflexos da forma como foi construído o projeto de modernidade no Brasil. Assim, busquei entender essa construção no capítulo cinco e os efeitos deste processo para a juventude das camadas populares em suas relações afetivas, sendo que, ainda sob essa ótica, visei nos capítulos seguintes verificar o grau de importância da instituição familiar na determinação das relações afetivas dessa parcela da população e como se dão para ela as relações de gênero.

Desta forma, com esses elementos, fui ao longo do trabalho de campo construindo a metodologia, sendo que os ensinamentos do pesquisador Enrico Pichon Rivière foram fundamentais para a elaboração das conclusões finais.

CAPÍTULO I

O ENCONTRO COM OS JOVENS

Desde cedo sensibilizava-me o fato de perceber que um número expressivo da população não contava com o mínimo de bens necessários para uma existência digna. Fui “adolescendo” e, cada vez mais, esta indignação me impulsionava a compreender o sentido da trama social, bem como seus fundamentos econômicos e sociais, que me permitissem intervir no sentido de um dia poder contemplar um cenário menos perverso.

Os tempos passaram e me deparei, no momento que iria atuar profissionalmente, com uma das regiões mais organizadas e politizadas da cidade de São Paulo, mas também, das mais carentes de todo tipo de recurso.

Para uma jovem que não admitia conviver com tamanha desigualdade, sem intervir de algum modo, seria o início de uma trajetória sem tréguas. Ao ingressar na saúde pública, passei a trabalhar em unidades de bairros bastante carentes, sem qualquer infra-estrutura, ao mesmo tempo em que atuava no Movimento de Saúde da Zona Leste. Este movimento visava pensar e propor intervenções organizadas junto aos órgãos públicos no sentido de reivindicar melhores condições de saúde para a população.

No trabalho cotidiano como psicóloga, em uma unidade básica de saúde (onde atuei por vários anos), fui me aproximando dos diversos movimentos organizados (movimentos de saúde, jovens, negros, etc.). Assim, pude identificar e vivenciar os grandes problemas que afligiam a região.

No campo profissional, atuei ministrando treinamentos, cursos e oficinas sobre sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis para a rede pública de saúde. Em razão de minha inserção na região, sobretudo por minha atuação no movimento social, estreitava cada vez mais meu vínculo com as jovens lideranças, e estas sempre que reuniam um grupo de jovens me solicitavam cursos de sexualidade e prevenção às DST/AIDS. Assim, com a certeza de que a contribuição desses jovens era fundamental para o trabalho, passei a planejar e executar as intervenções conjuntamente visando à ampliação do trabalho na região. Tal interesse justificava-se pelo fato de as

DSTs, e particularmente a epidemia provocada pelo HIV/AIDS, configurarem-se como um problema para a saúde pública ainda no final do século XX.

Solicitei transferência para o SAE (Serviço da Atenção Especializada às DSTs/AIDS) uma vez que pretendia me dedicar a um trabalho especializado, de média complexidade,² na mesma área de abrangência que já atuava há anos, ou seja, a região leste da cidade de São Paulo.

Atuando na área de prevenção junto a populações consideradas mais vulneráveis,³ entre elas, os jovens, passei a realizar encontros e oficinas com os grupos juvenis presentes nos mais diversos

² Em linhas gerais os serviços de saúde dividem-se em:

Atenção básica

É um conjunto de ações, de caráter individual e coletivo, situadas no primeiro nível de atenção dos sistemas de saúde, voltada para a promoção da saúde, a prevenção de agravos, o tratamento e a reabilitação.

Média complexidade

A atenção de média complexidade compreende um conjunto de ações e serviços ambulatoriais e hospitalares que visam atender os principais problemas de saúde da população, cuja intervenções, prática e clínica, demandem a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos de apoio diagnóstico e terapêutico, que não justifique a sua oferta em todos os municípios do país.

Atenção de alta complexidade

A atenção de alta complexidade é composta de procedimentos que exigem incorporação de altas tecnologias e alto custo e que não são ofertadas por todas as unidades da federação.

³ Desde a década de 1990 teóricos já chamavam a atenção para os entraves e obstáculos que alguns conceitos e estratégias nos traziam em relação a um trabalho efetivo de prevenção às DST/AIDS. O instrumental científico-tecnológico utilizado para orientação e avaliação de ações preventivas em HIV/AIDS trazia conceitos como "fator", "grupo" e "comportamento" de risco. Tais conceitos abriram possibilidades para a estigmatização e preconceitos em relação aos chamados "grupo de risco" (homossexuais, usuários de drogas injetáveis e profissionais do sexo), com a concomitante desresponsabilização do restante da população que não se percebia representada nestas categorias. Assim, foi a partir da constatação da limitação de tal conceito que surgiu a discussão sobre vulnerabilidade, originalmente proposta por Tomas Mann, nos Estados Unidos, e, no Brasil, desenvolvido especialmente por José Ricardo Ayres e colaboradores. Segundo Ayres, a noção de vulnerabilidade procura particularizar as diferentes situações de suscetibilidade dos sujeitos (individuais e/ou coletivos) frente à epidemia da AIDS, examinando a questão a partir de três planos analíticos básicos: o individual, o programático e o social (Ayres, 2003). Esse sentido define que: *Plano individual* refere-se ao grau e qualidade da informação disponível aos indivíduos sobre determinado agravo à saúde ou risco, bem como a possibilidade efetiva de assimilar essa informação adotando novos comportamentos; *Plano social* refere-se às formas de inserção dos indivíduos na sociedade que favorecem ou não sua suscetibilidade a determinado agravo ou risco; por exemplo, sua raça/etnia, orientação sexual, acesso aos meios de comunicação, escolarização, possibilidades de geração de renda e de consumo; e *Plano programático* refere-se à definição de políticas públicas para enfrentar determinado agravo ou risco; por exemplo, estruturação de serviços de assistência e tratamento na rede pública de saúde, realização de programas de prevenção da infecção e do adoecimento e promoção da saúde na rede pública de ensino. Desta forma, Ayres afirma que ao se buscar a reflexão a partir da síntese desses três planos aponta-se para a articulação dos elementos conceituais técnicos a outros sociais e políticos (Ayres, 2003).

espaços. Chamou-me a atenção a entidade - Obra Social Dom Bosco, que é ligada à igreja católica e que atua junto aos jovens de baixa renda oferecendo cursos profissionalizantes, entre outras atividades.

Nessa entidade, durante alguns anos, realizei oficinas de sexualidade, recorrendo a vários tipos de dinâmicas e linguagens para discutir temas, como corpo erótico, corpo reprodutivo, fisiologia humana, namoro, questões de gênero, auto-estima, DST/AIDS, drogas, etc.

Vale observar que, à medida que me envolvia com os jovens nas oficinas e o vínculo estreitava-se, muitas e novas questões surgiram. Necessitava entender se o caminho que trilhava como profissional junto aos jovens era de fato promissor no sentido de fazer ecoar nas vidas deles, tão afoitos por viver e exercer a sexualidade, algo aparentemente muito simples, mas cuja complexidade foi se revelando como assunto a ser investigado. A idéia inicial era a de que percebessem que poderiam viver a sexualidade com liberdade, ou seja, tentava-se propiciar-lhes um espaço de reflexão a partir do qual pudessem relacionar-se com o menor risco possível.

Seguindo ainda esses caminhos, fui procurada, em 2000, por um grupo de jovens ligados ao movimento Hip-Hop, que estavam interessados em cursos e oficinas de formação na área da saúde. Tinham como meta principal desenvolver trabalhos de prevenção das DST/AIDS junto à juventude da região. Indagados sobre a origem deste interesse, disseram que refletia uma preocupação por parte deles em relação ao alto índice de exposição que os jovens apresentavam nas relações sexuais. Relataram ainda que necessitavam de informações sobre tais assuntos e não encontravam locais para a discussão e esclarecimentos de dúvidas. Demonstraram muito interesse com esta questão tão importante de saúde pública, que identifiquei neles um canal de esclarecimento e de transmissão de informações a seus pares.

Fiquei muito entusiasmada com a solicitação, pois desmentiam a visão de que o jovem contemporâneo era “inerte” e sem preocupação em intervir na sociedade, pois este grupo, ao contrário, reivindicava um espaço de participação efetiva visando o enfrentamento da epidemia. Comprometeram-se a assumir a responsabilidade de protagonizar ações para a redução das DST e AIDS, dentre outros temas. Refiro-me aos

temas que se constituem em objeto de preocupação permanente do movimento, tais como a questão racial e as desigualdades sociais.

Inicialmente foram formados grupos com 25 jovens, que pertenciam ao movimento *Hip-Hop*, em sua maioria moradores dos bairros Guaianases e Cidade Tiradentes, localizados no extremo leste da cidade de São Paulo. As oficinas eram realizadas utilizando-se de várias linguagens, problematizando questões que diziam respeito à sexualidade, namoro, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, casamento, auto-estima, desejo, atração, etc., como citado.

Ao final desses encontros, o grupo mal podia esperar para iniciar as intervenções junto à população juvenil local.

Tais intervenções não tardaram a serem desenvolvidas, pois, com grande inserção na região e forte capacidade de argumentação e convencimento, esses jovens iniciaram uma série de negociações com órgãos públicos tanto na área da saúde como na educação. Conseguiram uma infraestrutura mínima junto às secretarias dessas áreas, o que permitiu o início das oficinas em escolas locais e diversos espaços de grande circulação juvenil.

Fui acompanhando o trabalho, oferecendo-lhes supervisão técnica periódica e pude perceber como a linguagem desses jovens facilitava profundamente a transmissão das mensagens, fazendo que os grupos de jovens se envolvessem, uma vez que se identificavam com os jovens agentes multiplicadores de forma bastante positiva. Nascia o protagonismo juvenil em sua expressão mais autêntica. Protagonismo que, embora se constituísse em uma das diretrizes do Ministério da Saúde no Programa Nacional de DST/AIDS, era apenas uma proposta no papel, já que de fato não se fazia presente na ação dos órgãos governamentais no cotidiano da população juvenil.

Nos documentos percebia um certo incentivo à criação de grupos de crianças e adolescentes para que viessem a realizar trabalhos como agentes multiplicadores, desenvolvendo ações de educação sexual e de prevenção das DST, de AIDS e quanto ao uso indevido de drogas. Para tal ação havia a promessa de investimento no sentido de capacitá-los para que pudessem elaborar planos de trabalho, incluindo nestes, ações culturais e

materiais educativos específicos, os quais, entretanto, no decorrer dos anos, pouco se efetivaram na prática (Moraes, 2003).

Ao constatar a forma equivocada com que técnicos interpretavam a expressão protagonismo juvenil, isto fazia com que atuasse com muita cautela junto a esses jovens, pois temia incorrer nas armadilhas que presenciava com frequência nos espaços públicos, onde, em nome de tal protagonismo, víamos com frequência o jovem realizando tarefas que iam desde carimbar, atender telefone até assumir, em alguns momentos, as funções que deveriam ser desenvolvidas pelo técnico.

No dia-a-dia tinha por objetivo distinguir-me de tais práticas, embora tivesse consciência das limitações e cerceamentos, devido às diretrizes institucionais determinadas pelos gestores municipais eleitos para “levar a cabo” suas propostas políticas de saúde. Assim, a despeito desses entraves, apostava no estabelecimento de vínculos de confiança com os jovens, buscando o desenvolvimento do trabalho para o qual cada parte contribuiria com seus conhecimentos e habilidades.

Cumprir destacar que o trabalho com crianças e adolescentes era prioridade para o Ministério da Saúde desde 1992, em virtude da constatação, referendada por dados estatísticos,⁴ de que os adolescentes e jovens estavam sendo infectados pelo HIV mais que outros grupos populacionais. Assim, reconheceram a necessidade da implementação de ações preventivas que contemplassem este grupo populacional de forma mais efetiva, integral e participativa, buscando levar em consideração as características sociodemográficas e culturais de todos os segmentos juvenis na sociedade. Desta forma, crianças, adolescentes e jovens adultos passaram a fazer parte do rol das populações mais vulneráveis na agenda governamental em relação à contaminação pelo HIV/AIDS.

Vale ressaltar que embora o texto refira-se a crianças, adolescentes e jovens adultos de forma geral, na prática, constatamos que as ações de prevenção estavam quase sempre voltadas às camadas de baixa renda.

⁴ Segundo Boletim Epidemiológico do Programa Nacional de DST/AIDS - MS, de 1980 a 1994, foram notificados 26.571 casos de AIDS entre homens e 7.385 casos entre mulheres, ambos na faixa etária de 13 a 29 anos.

A efetivação das ações iniciou-se a partir de 1994 quando do primeiro acordo firmado entre o Banco Mundial e o Programa Nacional de DST/AIDS I.⁵

Este programa priorizava, no âmbito da AIDS I, segundo as diretrizes da coordenação nacional, formas de intervenções específicas dirigidas a crianças e adolescentes em torno de duas grandes linhas para o enfrentamento do HIV/AIDS: os alfabetizados e os que estavam fora da escola. Uma das estratégias constava do documento “Ações realizadas com crianças e adolescentes escolarizados – 1994-1998” (MS/PNDST/AIDS).

Conforme sustentei na dissertação de mestrado, sob o título: “Estudo de um programa de prevenção em DST/AIDS: A presença do jovem” (2003) pretendia, por meio do protagonismo juvenil, buscar o fortalecimento dos canais de expressão para que crianças, adolescentes e jovens participassem da formulação de políticas voltadas para elas, em relação à educação sexual e prevenção das DST, da AIDS e do uso indevido de drogas. Como já explicitiei, tinha a intenção de levar a cabo tal parceria com os jovens, mas percebia quão difícil e tênue era tal relação, sobretudo devido ao fato de ser permeada por contornos e limites dados pela instituição de saúde, como pudemos constatar na pesquisa de campo no município de Santo André.

Cumpre destacar que tal pretensão devia-se ao meu entendimento de que esta parcela da população seria capaz de contribuir na formulação de políticas públicas, pois minha preocupação era a de ressignificar a especificidade do trabalho com os jovens e, a partir dela, re-elaborar o trabalho de intervenção. Dessa forma, esperava que o jovem agente de prevenção, ao exercer o papel de agente social, seria capaz de planejar, executar e avaliar as ações de seu interesse. Vale ainda observar que, em nenhum momento, prescindi do papel do adulto, ou seja, de sua responsabilidade como educador na formação desses jovens agentes.

Cabe aqui, retomar como esta proposta do Ministério da Saúde foi traduzida em diretrizes para a "educação entre pares":

⁵ Este acordo visava ações de combate à AIDS em território nacional durante um período de quatro anos.

membros do próprio grupo discutindo entre si, pois a facilidade de comunicação poderia trazer maior credibilidade e adesão à proposta, diminuindo a prevalência do HIV entre a população juvenil, facilitando a construção de uma identidade condizente com atitudes que busquem o fortalecimento da auto-estima e a garantia dos direitos de cidadania (Relatório da Secretaria de Cidadania e Ação Social, Santo André, 1997, p. 7).

Tais jovens foram chamados de multiplicadores de ações de prevenção às DST/AIDS ou apenas agentes de prevenção e teriam que apresentar o seguinte perfil:

1. ser referência dentro da comunidade para esclarecer dúvidas e dar orientação;
2. ter responsabilidade com os compromissos assumidos e com seus desdobramentos perante a instituição e a população-alvo;
3. participar das supervisões mensais;
4. executar, em sua comunidade, ações de prevenção às DST/AIDS;
5. socializar, com os jovens da comunidade, as informações recebidas pelo Projeto Jovens Multiplicadores;
6. elaborar relatórios, questionários e outros documentos que pudessem fornecer subsídios para avaliação e continuidade de seu próprio trabalho.

Aos poucos, o trabalho com esses multiplicadores foi ganhando corpo surgindo novos grupos juvenis que solicitavam a abertura de turmas de oficinas de formação, buscando-se a ampliação das ações para um número maior de jovens.

A organização deles permitiu que fizessem junto à Secretaria Municipal da Saúde a proposta de atuar como agentes de prevenção nos serviços de DST/AIDS, mais notadamente nos Centros de Testagem e Aconselhamento (CTAs) em DST/AIDS, num primeiro momento, e, posteriormente, nos Serviços da Atenção Especializada (SAEs) em DST/AIDS.⁶

⁶ O SAE é uma unidade ambulatorial de referência composta de equipe multidisciplinar da área da saúde que acompanha os usuários portadores de DST/HIV/AIDS, prestando atendimento integral a eles e às suas famílias. Realizam também ações de prevenção segundo a concepção da abordagem dialogada, que

Essa proposta ampara-se teoricamente nas concepções do professor Paulo Freire. No livro *Educação como Prática da Liberdade*, (1979), o autor sustenta que só se apreende um conceito a partir da reflexão que se faz do contexto concreto; ou seja, são as experiências do indivíduo que lhe darão subsídios para analisar e refletir sobre a realidade, visto que, desse modo, poderá problematizar sua vivência pessoal e íntima, e nesse sentido, segundo Freire, este processo ganhará invariavelmente caráter transformador.

O autor chama esse processo de transformador por acreditar que o conhecimento não é um ato passivo do homem diante do mundo, pois abrangeria a intercomunicação, a intersubjetividade. Portanto, não se dá no vácuo e envolve sempre o outro, o mundo, a cultura, enfim.

Sobre essa conceituação, Freire aponta para a práxis, que, segundo ele, é a ação e reflexão dos homens sobre o mundo (Freire, 1979).

E foi nessa perspectiva freiriana, num movimento dinâmico de atuação e intervenções, com a certeza de que traziam questões que poderiam contribuir de fato, nesta empreitada, juntamente com os técnicos, que os jovens levaram a negociação a termo, reivindicando um espaço às autoridades, o que culminou com a criação do projeto Plantão Jovem no CTA (Centro de Testagem e Aconselhamento) da Cidade Tiradentes. Cumpre destacar que este projeto posteriormente foi ampliado pelo Programa Municipal de DST/AIDS para todo o município de São Paulo.

O projeto visava desenvolver trabalhos em que o protagonismo adolescente contribuiria para diminuir a incidência das DST/AIDS na população jovem em situação de exclusão social. Estes adolescentes deveriam ser capacitados para o exercício de práticas preventivas e para o esclarecimento da população jovem sobre direitos à saúde, em geral, e em especial os direitos sexuais e reprodutivos. Os temas discutidos seriam, entre outros: cidadania, sexualidade, fisiologia dos órgãos genitais, namoro, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, drogas, etc.

pressupõe a participação de pessoas da comunidade, ou de grupos sociais mais vulneráveis como principais atores na execução das ações educativas. O CTA desenvolve ações de prevenção nos moldes do SAE e, se diferencia do primeiro, por não prestar atendimento ambulatorial ao usuário portador de DST.

A proposta apostava no jovem, não como um sujeito passivo, mas, ao contrário, como um sujeito de direitos, um ator social capaz de se posicionar e intervir na vida social, cultural e política, transformando seu cotidiano, tal como propunha Paulo Freire.

De fato, por um lado, podemos dizer que o jovem mostrou-se um verdadeiro ator social ao perceber sua responsabilidade perante a epidemia do HIV, com condições de buscar parcerias e possibilidades de intervenção, mas, por outro, não houve uma contrapartida dos órgãos governamentais, uma vez que, na prática, as propostas de investimentos elaboradas pelos técnicos do Ministério da Saúde, que tivemos a oportunidade de analisar, não eram efetivadas pelo poder executivo. Assim, a estratégia defendida pelos especialistas, de que os jovens estariam mais sensibilizados em relação à sua prevenção quanto às DST/AIDS, quando o trabalho fosse realizado por outros jovens (lideranças do grupo de pares), não obteve o resultado esperado.

CAPÍTULO II

O PERFIL DO JOVEM CONTEMPORÂNEO NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

Nesse capítulo consideramos oportuno contextualizar a juventude que retratamos neste estudo. Iniciaremos pela apresentação das características da juventude brasileira para depois adentrarmos no perfil da parcela pertencente às camadas populares, destacando suas especificidades.

Os processos constitutivos das fases da vida, relativas à adolescência e à juventude, inscrevem-se de modo distinto conforme se apresentam as desigualdades de classe, renda familiar, região do país, condição de moradia rural ou urbana, no centro ou na periferia, diante das diferenças, étnica, de gênero, etc. Assim, considerando as variadas possibilidades de inserção social do jovem no Brasil, é preciso salientar a especificidade dessa camada populacional atentando para a sua singularidade com relação a outros momentos da vida sem cairmos em generalizações, visto que as diferentes formas de agrupamentos juvenis apontam para vivências as mais diversas, conferindo diferentes contornos à dimensão psicossocial da juventude.

Em 2000, segundo dados do censo demográfico do IBGE, a população jovem brasileira, na faixa entre 10 e 24 anos, representa quase um terço da população total. Houve um grande aumento populacional da juventude nas últimas três décadas.

Ainda segundo o IBGE, os 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos que vivem no Brasil se dividem igualmente entre homens e mulheres. Em relação à cor, 50% dos jovens se declararam brancos e 48% negros ou pardos.

Cumprindo ainda registrar que esse aumento da população jovem trouxe repercussões nefastas no campo social para os que estão inseridos nas camadas populares - os mais pobres, foco do presente estudo, penalizando significativamente esta parcela menos favorecida da juventude. A começar pela geração de postos de trabalho. Os números mostram que muitos jovens foram eliminados do mercado. Os dados levantados pelo Ministério do Trabalho e

Emprego por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) indicam que, para os jovens entre 15 e 24 anos, foram eliminados 1,38 milhão de postos de trabalho entre 1989 e 1999. Foram criados novos postos de trabalho apenas para pessoas com idade acima de 30 anos (Relatório do Ministério do Trabalho e Emprego, 2000).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2001, mostrou que, entre os jovens de 16 a 24 anos, 21% apenas estudam; 5% estudam e procuram emprego; 19% estudam e trabalham e 35% apenas trabalham.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, em dezembro de 2005, nas seis maiores regiões metropolitanas do país, 23% dos jovens de 16 a 24 anos não estavam trabalhando nem estudando.

Pesquisa realizada pelo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e pelo Instituto Polis, feita com 8.000 jovens, em oito⁷ principais regiões metropolitanas do país, mostrou que 27% dos brasileiros de 15 a 24 anos não trabalham e nem estudam (Ibase/Polis - Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia, 2005).

Enfim, as dificuldades de inserção social na escola e, principalmente, no mercado de trabalho impedem que tenham acesso à realização de suas aspirações, ou seja, há uma limitação concreta quanto à satisfação do desejo de consumir, por parte desta camada da população, no que se refere a produtos incentivados socialmente e reforçados pela mídia, devido às condições precárias de acesso a tais produtos. Nesse sentido, o jovem de camadas sociais desfavorecidas poderá constituir-se em um grupo mais exposto a transgressões, e parte desses jovens acaba por buscar no mundo da contravenção a oportunidade de satisfação de suas necessidades e desejos.

Na Síntese do Relatório de Indicadores Sociais do IBGE, de 2002, os técnicos fazem uma comparação da mortalidade infantil com a mortalidade de jovens. Sustentam que a mortalidade infantil vem se reduzindo rapidamente no país, principalmente nas áreas e regiões onde os níveis eram mais elevados, em consequência dos diversos programas de assistências pré-

⁷ Região metropolitana: Recife, Belém, Brasília, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Salvador.

natal e ao recém-nascido. Em 2001, a taxa estimada foi de 28,7 óbitos infantis por mil nascidos vivos (em 1990 era de 47,5 por mil). No entanto, a mortalidade de jovens e adultos por causas externas vem aumentando e se generalizando em todo o território nacional, atingindo com mais intensidade o jovem que está em plena fase produtiva e é sobrevivente de um período cujas taxas de mortalidade infantil eram extremamente elevadas.

Vale observar que o fato de lamentarmos as taxas de mortalidade na juventude por causas externas, o fazemos, pois sabemos que poderiam ser evitadas, pois são mortes causadas por fatores externos, “não naturais”, como, por exemplo, suicídios, homicídios ou acidentes de trânsito.

Concluem que esse fenômeno resulta em custos sociais altíssimos, pois, primeiro, os investimentos realizados durante a infância são anulados pela morte prematura dos jovens do sexo masculino; segundo, pelos custos de internação desses jovens, vítimas de acidentes de trânsito, homicídio, etc.⁸

Parece que nos habituamos a viver sob a lógica da violência que se difunde indiscriminadamente, em que os fins justificam os meios. Arendt (1981) utilizou-se do termo “banalização do mal” exatamente para se referir a esse fato, o que tem tornado o mundo cada vez mais violento e, em nossa sociedade, os efeitos de tal banalização trazem um custo altíssimo à juventude, cujo preço, não raro, é a vida.

As estatísticas apontam para um cenário preocupante em todas as áreas quando tratamos da juventude pobre no Brasil. No que se refere à saúde, segundo assessores do Programa Nacional de DST/AIDS, mais da metade das novas infecções que ocorrem no Brasil na atualidade se concentra na faixa etária entre 15 e 24 anos. Seguem afirmando que se estima que, a cada ano, quatro milhões de jovens tornam-se sexualmente ativos, sendo a idade mediana da primeira relação sexual para homens de 14 anos e, para mulheres, 15 anos (Lopes, Eliana e Andrade, 2004).

⁸ Vivemos num momento em que a violência vem se disseminando e assumindo contornos quase que “naturalizados”. Assistimos hoje o que Hannah Arendt (1981) formulou como a banalização do mal, a respeito do nazismo e da disseminação das práticas antissemitas na década de 1940. Arendt apontara para a complexidade da natureza humana, em que muitas vezes aceitamos como naturais o sofrimento e a tortura (Arendt, 1981).

Vale registrar que tal afirmação em relação ao início da vida sexual nos leva a pensar se este dado não seria um fator de aumento da vulnerabilidade dos jovens, visto que, nesta fase da vida, ainda persistem muitas dúvidas e questionamentos em relação à sexualidade.

No que se refere à epidemia do HIV/AIDS, podemos verificar nos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde (1999), que atualmente mais de 70% dos casos de Aids⁹ atingem indivíduos entre os 20 e 39 anos. Considerando-se que o portador do HIV pode viver, em média, durante 10 anos sem apresentar os sintomas da doença, pode-se deduzir que parcela considerável dos contaminados contraiu o vírus na adolescência.

Os técnicos do Ministério da Saúde elencam algumas características comportamentais, sócio-econômicas e biológicas que fazem com que os jovens sejam um grupo propenso à contração da infecção pelo HIV. Entre as características comportamentais, destaca-se, como relatamos, a sexualidade entre os adolescentes, apontando que a maioria inicia nesta fase da vida a atividade sexual e, muitas vezes, pela ansiedade deste novo momento em suas vidas, ainda sem experiência e inseguros, tornam-se mais vulneráveis, o que favorece a prática do sexo inseguro. Além de jovens, após algum período de convivência com o(a) parceiro(a), abolirem o uso do preservativo (MS, PNDST/AIDS, 2004).

Aliada a esses fatores, há ainda, a influência da mídia, cada vez mais abrangente na vida dos jovens em geral, em especial a televisão e a internet com alto apelo erótico. Vendem-se casas, carros, telefones celulares, bebidas alcoólicas, roupas e todo tipo de sonho com mulheres e homens, belíssimos, seminus, desejantes e desejados. As propagandas apontam para um clima ideal, em que tudo transcorre como num conto de fadas, no qual não há a possibilidade de as pessoas adoecerem.

Nesse sentido, Lipovetsky sustenta:

⁹ AIDS é uma sigla em inglês, que significa Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. Síndrome é um conjunto de sinais e sintomas. Imunodeficiência indica que o sistema de defesa da pessoa está deficiente. Adquirida significa que a pessoa infectou-se no decorrer de sua vida. HIV significa, em inglês, vírus da imunodeficiência humana. É o agente causador da AIDS. O HIV pode ser transmitido pelo sangue, secreção espermática, secreção vaginal e leite materno.

O narcisismo abole o trágico e surge como uma forma inédita de apatia de sensibilização epidérmica ao mundo e simultaneamente de profunda indiferença em relação a ele: paradoxo que explica parcialmente a plethora de informações que nos assaltam e a rapidez com que os acontecimentos mass-mediatizados se expulsam uns aos outros, impedindo toda e qualquer emoção duradoura (Lipovetsky, 1983, p. 50).

Nesta direção afirma o psicanalista Jeammet que os pré-púberes desenvolvem cada vez mais cedo comportamentos “pseudo-adolescentes” em virtude da televisão inundar os lares com imagens e estimulações que desencadeiam o processo da puberdade (Jeammet, 2005).

O jovem de camadas populares vivendo na periferia da cidade de São Paulo

Com o intuito de entendermos com maior exatidão as condições socioeconômicas que os jovens do presente estudo se encontram, consideramos importante lançar um olhar sobre o estudo realizado pela Fundação SEADE (2007), pois este nos fornece dados da heterogeneidade da cidade, na medida em que aponta para as formas desiguais de inserção social da juventude paulista dependendo do bairro que esta reside.

Essa fundação, por solicitação da Secretaria de Estado da Cultura, devido ao Projeto Fábrica Cultura,¹⁰ criou o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ)¹¹ com o objetivo de mapear a cidade para dar suporte à implementação de atividades culturais nas regiões que mais carecem de tais investimentos, visando a diminuição da violência e a concomitante inclusão social desta parcela da população. A partir da sua primeira divulgação em

¹⁰ O estudo serviu como base para a localização dos equipamentos do projeto “Fábricas de Cultura”, que visa proporcionar acesso à cultura e lazer aos jovens de áreas periféricas, em particular aquelas com maiores concentrações de jovens em situação de risco social, particularmente violência.

¹¹ A escolha do termo “vulnerabilidade juvenil” foi uma opção àqueles utilizados de forma mais recorrente, como “adolescentes em situação de risco” ou “adolescentes em situação de exclusão social”, que, na ótica do projeto, poderiam distorcer o entendimento da grave e complexa problemática em que estão envolvidos os adolescentes.

2002, este indicador passou a ser usado como referência para outras ações com a juventude, além das culturais.

Os 96 distritos¹² da cidade de São Paulo foram distribuídos em áreas em função do grau de vulnerabilidade de sua população: áreas pobres, de classe média baixa, de classes médias e ricas. Este indicador varia em uma escala de 0 a 100 pontos, em que o zero representa o distrito com menor vulnerabilidade e o cem o de maior, ou seja, eles representam desde a ausência de pobreza (baixíssima vulnerabilidade) até a pobreza absoluta (vulnerabilidade muito alta).

A elaboração do Índice de Vulnerabilidade Social envolve a combinação de dados sócio-econômicos e demográficos. A classificação divide-se em seis grupos, que vão de 1 a 6, considerando em sua composição, a taxa de crescimento do distrito entre os anos 1991 e 2000; o percentual de jovens residentes, o percentual de nascidos vivos de mães com idade entre 14 e 17 anos, a taxa de homicídio entre os jovens do sexo masculino com idade entre 15 e 17 anos, o percentual de jovens de 15 a 19 anos que não freqüentavam a escola e a renda média do chefe do domicílio. Foi utilizada a metodologia estatística de análise fatorial.

Todos os dados são referentes a 2000, com exceção da taxa de mortalidade por homicídio entre a população masculina de 15 a 19 anos, em que foram utilizados os dados de 1999, 2000 e 2001, e do percentual de jovens

¹²A partir desta escala de pontos, foram gerados cinco grupos de vulnerabilidade juvenil:

Grupo 1: até 21 pontos - engloba os nove distritos menos vulneráveis do município de São Paulo: Jardim Paulista, Moema, Alto de Pinheiros, Itaim Bibi, Pinheiros, Consolação, Vila Mariana, Perdizes e Santo Amaro;

Grupo 2: de 22 a 38 pontos - engloba os 21 distritos que se classificam em segundo lugar entre os menos vulneráveis: Lapa, Campo Belo, Mooca, Tatuapé, Saúde, Santa Cecília, Santana, Butantã, Morumbi, Liberdade, Bela Vista, Cambuci, Belém, Água Rasa, Vila Leopoldina, Tucuruvi, Vila Guilherme, Campo Grande, Pari, Carrão e Barra Funda;

Grupo 3: de 39 a 52 pontos - engloba os 25 distritos que se posicionam em uma escala intermediária de vulnerabilidade: República, Penha, Mandaqui, Cursino, Socorro, Ipiranga, Casa Verde, Vila Matilde, Vila Formosa, Jaguará, Brás, Vila Prudente, Vila Sônia, Freguesia do Ó, Bom Retiro, São Lucas, Limão, São Domingos, Jaguaré, Rio Pequeno, Pirituba, Aricanduva, Sé, Artur Alvim e Ponte Rasa;

Grupo 4: de 53 a 65 pontos - engloba os 22 distritos que se classificam em segundo lugar entre os mais vulneráveis: Sacomã, Jabaquara, Vila Medeiros, Cangaíba, Cidade Líder, Vila Andrade, Vila Maria, Tremembé, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, José Bonifácio, Jaçanã, Itaquera, Raposo Tavares, Campo Limpo, São Mateus, Parque do Carmo, Vila Jacuí, Perus, Cidade Dutra, Jardim São Luís e Jaraguá;

Grupo 5: mais de 65 pontos - engloba os 19 distritos com maior vulnerabilidade juvenil do município de São Paulo: Cachoeirinha, Vila Curuçá, Guaianases, Sapopemba, Capão Redondo, Lajeado, Anhangüera, São Rafael, Jardim Helena, Cidade Ademar, Brasilândia, Itaim Paulista, Pedreira, Parelheiros, Jardim Ângela, Grajaú, Cidade Tiradentes, Iguatemi e Marsilac.

de 15 a 17 anos que não freqüentam escola, cujas informações referem-se a 1996. As fontes de dados utilizadas foram o Censo Demográfico de 2000 e a Contagem da População de 1996, da Fundação IBGE e o Sistema de Estatísticas Vitais, da Fundação SEADE.

O estudo constata que entre 2000 e 2005 a desigualdade social entre os jovens continua bastante elevada na capital paulista. Segue (o estudo) afirmando que parcela significativa vive ainda uma forte situação de exclusão social, tendo que garantir sua subsistência e a de sua família. Muitos terminam o ensino médio, mas não saem dele qualificados para ingressar no mercado de trabalho.

Afirma que um ponto determinante para a vulnerabilidade juvenil e a concomitante exclusão de parcela significativa desta população refere-se à falta de serviços públicos voltados à população de 0 a 19 anos. Os distritos com piores acessos a equipamentos de serviço público, em termos de distância e concentração de população vulnerável, são Brasilândia, Grajaú, Jardim Ângela, Parelheiros, Cidade Tiradentes,¹³ Itaim Paulista e Perus. Nesses lugares, poucos são os serviços oferecidos para jovens, idosos, portadores de deficiência, crianças (creches) e população em condição de rua (abrigos). Algumas áreas da periferia de São Paulo, como a Brasilândia (Zona Norte), Capão Redondo (Zona Sul) e Cidade Tiradentes (Zona Leste) são marcadas por acúmulos de indicadores negativos: falta de acesso a políticas essenciais (saúde e educação), altos índices de criminalidade (com altas taxas de homicídio), exposição a variados tipos de riscos (maior incidência de agravos de saúde pública), etc.

O IVJ desnudou um dado que bem reflete a vulnerabilidade dos jovens da periferia em relação à sua integridade física. Os dados referentes ao ano de 2005 mostram que em cada 100 mil jovens, com idade entre 15 e 19 anos, moradores de distritos mais pobres de São Paulo, 189 foram mortos por algum tipo de agressão. O número de homicídios é o triplo do registrado em áreas mais ricas, nas quais 57 jovens foram mortos em um grupo de 100 mil.

O índice de gravidez na adolescência nas regiões periféricas de São Paulo também é mais alto do que o registrado nas áreas mais ricas. De

¹³ A maioria dos jovens agentes de prevenção (sujeitos deste estudo) reside neste bairro.

cada mil adolescentes de 14 a 17 anos, 41 tiveram filhos em regiões mais pobres da cidade. Nas ricas, o índice é de 19 por mil (53,6% menos). A prova fica evidenciada quando constatamos que enquanto nos distritos de Jardim Paulista e Moema (caracterizados por bons indicadores sócio-econômicos) o percentual de mães adolescentes variava em torno de 1%, em Cidade Tiradentes (distrito da periferia do município) o percentual era próximo de 10%, ou seja, em 10% dos nascidos vivos de mulheres residentes neste local, nos anos de 1999 a 2001, as mães tinham menos de 17 anos de idade.

Em relação à escolaridade ficou patente que a evasão escolar em bairros periféricos é o dobro daquela registrada em localidades mais nobres. O percentual de evasão escolar nas áreas pobres é de 14,9%, quase o dobro do registrado em regiões mais ricas: 7,6%.

O estudo é relevante ao romper a concepção prevalecente na década de 1970 que considerava a periferia como algo homogêneo. Assim, avaliamos como sendo de suma importância para o entendimento do presente estudo deixarmos claro a que juventude estamos nos referindo.

Despertou-nos a atenção o fato de concluir que os bairros mais vulneráveis se localizam em áreas de proteção ambiental ou nas fronteiras do município de São Paulo, dentre eles Guaianases, Lajeado e Cidade Tiradentes, locais onde residem os sujeitos desta pesquisa, ou seja, quanto mais distante da região central, mais exposto está o jovem aos efeitos da violência urbana, maternidade precoce e riscos de evasão escolar.

Em síntese, a Fundação SEADE (2007) conclui o estudo com a seguinte conclusão: O IVJ mostra que a incidência dos fenômenos analisados é diferenciada segundo as áreas socioeconômicas do município de São Paulo. De fato, nas regiões mais pobres da capital, os jovens tendem a apresentar maior exposição aos efeitos da violência urbana, há incidência mais elevada de maternidade precoce e maiores riscos de evasão e atraso escolar do que entre os residentes em áreas mais privilegiadas. Constata-se, assim, que o ambiente socioespacial em que vivem os jovens paulistanos afeta suas chances de progresso e não pode ser desconsiderado no desenho de políticas e programas sociais.

Enfim, essa análise contribui para entendermos como o cotidiano desses jovens da periferia é marcado por uma luta diária pela sobrevivência. Daí, talvez, possamos entender o sentido para as suas vidas de um movimento que os aglutina e os orienta, como, por exemplo, o Hip-Hop, que os auxilia, e em certa medida, os alimenta para não desistir de contribuir com a juventude pobre da periferia para a construção de um projeto futuro (pessoal e profissional), apontando para possibilidades que não a via do “crime”.

Podemos verificar, por um lado, que - devido ao baixo poder aquisitivo desses jovens, que os coloca completamente dependentes dos serviços públicos, mas, como mostrou a pesquisa, estes são precários e não respondem às necessidades da população local - o movimento Hip-Hop, fortemente enraizado no meio, tem exercido um papel fundamental para essa população jovem de baixa renda, possibilitando a reflexão sobre outras alternativas de vida, apesar do quadro caótico.

Mas, infelizmente, os números mostram que os jovens estão de fato mais vulneráveis e expostos aos efeitos da violência urbana, havendo entre eles maior incidência de maternidade precoce e maiores riscos de evasão e atraso escolar do que entre os residentes em áreas mais privilegiadas. Nesse sentido, os jovens não passam ao largo desse processo de exclusão, e sofrem também o efeito do descaso do poder público.

Diante de condições tão desfavoráveis, podemos nos interrogar: Como o jovem pobre poderá usufruir de uma vida saudável, ver suas demandas e necessidades básicas atendidas na sociedade contemporânea, a não ser denunciando o abandono experimentado por grande parte deles?

O psicanalista Philippe Jeammet contribui para a elucidação de nossas dúvidas nos fornecendo uma análise dos comportamentos e atitudes da juventude na contemporaneidade, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial.

Sustenta que, na contemporaneidade, se é perceptível o início da adolescência, em razão das manifestações da puberdade visíveis no corpo, não podemos dizer o mesmo em relação ao seu término. Nesta direção, segue afirmando que não há mais simultaneidade de fenômenos fisiológicos, psicológicos e sociais, que demarque e confira a esse período um salto de

mudanças de *status*. Em outras palavras, sustenta que, ao contrário, da emergência dos traços físicos, os traços de caráter e as bases afetivas e profissionais se afirmam progressivamente (Jeammet, 2005).

O autor sustenta, nesse sentido, que:

Seja como for, constata-se um prolongamento da adolescência, de um lado com a puberdade tornando-se cada vez mais precoce (a evolução secular da média de idade de aparecimento da primeira menstruação: 16,5-17 anos na metade do século XIX; 14-15 anos em 1930; 12,5-13 anos atualmente) e, de outro, com um final indeterminado da adolescência. Devido à liberdade concedida às atividades sexuais cada vez mais precocemente, assim como o conhecimento e uma abertura para o mundo que desenvolvem seu espírito crítico. Em todo caso, podem estar mais avançados que seus pais nesses aspectos, enquanto no plano material, e também afetivo, permanecem muito dependentes de suas famílias (Jeammet, 2005, p. 22).

No entanto, no campo profissional, pudemos constatar uma dependência familiar dos jovens agentes de prevenção, pois quando relatam a necessidade da busca de emprego para a complementação da renda familiar, percebe-se que não há como prescindir da ajuda financeira destes para o sustento dos membros da família, sobretudo das crianças residentes na casa.

Jeammet segue afirmando que outro fenômeno surge na contemporaneidade, qual seja, o prolongamento da adolescência, estendendo assim o período de moratória entre a dependência infantil e a autonomia do mundo adulto. Esse fenômeno terá como consequência o prolongamento dos estudos, do casamento, da permanência no domicílio parental e a demora para entrar na vida profissional. Considera, ainda, que o mais significativo nesse processo é a moratória imposta às identificações decorrentes da indeterminação do jovem em relação ao seu futuro.

Assim percebemos nos jovens oriundos de camadas populares, em particular os desta pesquisa, alguma indefinição em relação à construção de projetos de vida, e até uma hesitação em pensar seu destino, em função da clareza que possuem da desvantagem que levam em relação aos jovens inseridos socialmente em classes sociais mais favorecidas. O abandono causa indignação no pesquisador, sobretudo quando denota a absoluta ausência de retaguarda social e infra-estrutura mínima para que os jovens pensem num futuro promissor. Em seus depoimentos, ressentem-se com freqüência da falta de oportunidades e de políticas públicas que venham ao encontro de suas necessidades e demandas.

Desta forma, Jeammet assinala, a propósito da juventude do primeiro mundo, que na atualidade a geração precedente não se sente obrigada quanto à condução e orientação das gerações futuras, por estar preocupada quase exclusivamente consigo. Assim, também assistimos nas famílias das camadas populares, em que esses jovens estão inseridos, alguma desesperança quanto às suas perspectivas futuras, dificultando, em alguns momentos, que o adulto ofereça suporte não apenas material, mas, sobretudo, emocional para os membros mais jovens do domicílio.

O psicanalista dirá que este cenário trará como resultados o enfraquecimento do papel da família na formação da futura geração, com reflexos nítidos no afrouxamento das interdições e dos limites. O evitar o conflito, a perda da mediação, a falta de explicitação das regras e normas da vida social acarretam, para o adolescente, dificuldades de identificação, que ele tanto necessita para o amadurecimento psíquico. Nesse sentido, o autor sustenta que:

Simultaneamente a relação pais-filhos muda profundamente e assiste-se a um enfraquecimento das barreiras intergeracionais (Jeammet, 2005, p. 23).

Podemos pensar que o cenário descrito por Jeammet esteja dificultando a tomada de decisões com maior segurança pelos jovens, pois nos parece ainda que o suporte e a retaguarda que eles esperam dos adultos não

está ocorrendo, ao menos do modo como seria necessário à estruturação narcísica das novas gerações.

Em relação a essa questão, o autor ainda nos chama a atenção para o fato de esta dependência vir a ameaçar, inclusive, a identidade do sujeito, principalmente a do jovem, que poderia beneficiar-se do suporte dos pais para a estruturação de sua personalidade, sem necessariamente se confundir com os desejos e aspirações deles, processo que tende a se inviabilizar uma vez que o adulto encontra-se relativamente fragilizado neste momento.

Jeammet faz as seguintes ponderações:

Há o desaparecimento progressivo de tudo o que poderia ter valor de ritos de passagem entre esses dois mundos, etapa da qual se sabe que as sociedades, bastante ritualizadas, isto é, as sociedades ditas primitivas, fizeram parte de um tempo importante da vida social, no qual seria preciso precaver-se dos perigos de desintegração ligados aos períodos de flutuação e de passagem, organizando-os sob a forma de ritos, garantindo a inserção firme e definitiva da ex-criança no mundo dos adultos, reduzindo assim o tempo da adolescência ao do rito de passagem. Esse enfraquecimento recente das fronteiras e o desaparecimento de todo obstáculo, tendo função de rito, permitem ao adolescente fazer sua prova através de uma provação, parecendo ter como conseqüência certamente abrir novas perspectivas identificatórias para o adolescente e aumentar assim suas possibilidades de riqueza, mas igualmente fazê-lo correr o risco de evitar todo choque com o mundo adulto, no curso do qual poderia tomar sua medida e de algum modo exorcizar sua angústia de castração. Esta ausência de confronto arrisca deixá-lo com um sentimento de profunda solidão e desvalorização (Jeammet, 2005, p. 25).

A juventude contemporânea e as novas exigências de intervenção no campo da saúde

Assim, ao pensarmos em qualquer intervenção junto a jovens, e no caso, jovens pertencentes às camadas populares, temos que ponderar sobre as mudanças de hábitos e costumes que estão ocorrendo na contemporaneidade e quais os reflexos para a vida das pessoas. Sobretudo, quando discutimos comportamentos, desejos, prazer e fantasias, envolvidos nos atos de amar, ser amado, ou ao unir-se a alguém, ao ter filhos, enfim, por mais que estejamos observando nos jovens de camadas populares um certo desestímulo, em função da forma como se encontram desassistidos socialmente, não podemos supor que a sede de viver e ser feliz estejam sufocados.

Nesse sentido, quando a discussão gira em torno de temas referentes à sexualidade, prevenção às DST/AIDS, dentre outros, como é caso, promover apenas a transmissão mera e simples da informação, com a concomitante “prescrição técnica” solicitando a utilização do preservativo pelos jovens nas relações sexuais, não terá eco em suas vidas, pois pelo exposto, começamos a perceber que a questão é mais complexa do que parece à primeira vista.

Uma análise dos programas informativos ou educativos sobre a AIDS realizada em 38 países industrializados e em desenvolvimento revelou que em 90% deles as principais mensagens tinham por objetivo advertir as pessoas e corrigir condutas consideradas incorretas. No Brasil, uma pesquisa patrocinada pelo Ministério da Saúde, Unaid e Unesco, em 2001, intitulada “Avaliação das ações de prevenção às DST/AIDS e uso indevido de drogas nas escolas de ensino fundamental e médio em capitais brasileiras”, sinaliza alguns pontos que contribuem para esta análise.

A pesquisa ilustra a falta de indicadores de avaliação efetivos para as intervenções locais ficando, portanto, prejudicada a verificação do impacto desses trabalhos de prevenção, embora tenham surgido vários elementos importantes que nos auxiliaram na reflexão de nosso trabalho (Rua e Abramovay, 2001).

Fatores como as resistências das instituições, a falta de experiência no exercício de autonomia, em função de longa convivência com regimes autoritários e centralizadores, acarretam certa precariedade no acompanhamento e sistematização das ações, ficando estas pulverizadas. As ações de prevenção traduzem-se em palestras, sem um fluxo de continuidade, sem uma sistematização, e o trabalho acaba sendo desenvolvido por profissionais impulsionados por motivações pessoais, visto que não assumidos institucionalmente. Quando os profissionais se dispõem a executá-las, realizam-nas como mera atividade rotineira. No geral, justificam falta de tempo. Os trabalhos de pesquisa em grupo e apresentações são menos frequentes, predominando tarefas rotinizadas (Rua e Abramovay, 2001).

Em relação aos temas abordados por esta pesquisa do Ministério da Saúde - Programa Nacional de DST/AIDS, percebe-se uma reduzida ênfase nas relações de gênero e nos preconceitos, além de discussões referentes a amor, afetividade, auto-estima, sexualidade. Assim, os fatores mais associados aos padrões de vulnerabilidade em relação às DST/AIDS são menos mencionados, ao passo que os aspectos mais valorizados são os ligados à fisiologia humana.

É importante ressaltar que houve esforços em nível federal no sentido de superar este quadro. Entre eles, destacamos a parceria realizada, em setembro de 2005, entre o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, a Unesco e a Unicef. Esta parceria elaborou o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, que visava a redução da vulnerabilidade de adolescentes e jovens às DST/HIV/AIDS e à gravidez não planejada, com o desenvolvimento articulado de ações no âmbito das escolas e das unidades básicas de saúde. Objetivava ainda fortalecer e valorizar as experiências no campo da promoção dos direitos sexuais e reprodutivos.

Nesse projeto, tais diretrizes passaram a nortear e subsidiar estados e municípios. Os técnicos apostam que a garantia de êxito das ações e a consolidação de uma política de prevenção e promoção de saúde nas escolas, por meio de um processo comunitário e participativo, dependem do compromisso de gestores, coordenadores, profissionais de saúde e educação, bem como da participação ativa dos estudantes e da comunidade escolar (MS/PN DST/AIDS, 2005).

Enfatiza-se que, para a garantia da implementação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, há necessidade da inclusão de suas diretrizes e estratégias no projeto político-pedagógico das unidades escolares, as quais devem criar e incorporar no seu cotidiano a cultura de prevenção e promoção à saúde. Para garantir esta efetivação, será necessário ainda incluir no planejamento das ações a formação continuada de profissionais das áreas de educação e saúde (MS/PNDST/AIDS, 2005).

Nessa direção, os técnicos do censo escolar, responsáveis pelo levantamento anual de informações sobre o universo de educação do País em todas as escolas públicas e privadas, pela primeira vez, em 2005, incluiu um encarte com perguntas específicas sobre ações de prevenção às DST/AIDS, saúde sexual, saúde reprodutiva, além da prevenção do uso de drogas e da gravidez na adolescência. Cumpre destacar que 78% das escolas brasileiras declararam trabalhar com algum tema relacionado à promoção da saúde e educação preventiva, embora não fiquem claras a forma como trabalham os temas, as dinâmicas utilizadas e os resultados de tais intervenções para a vida sexual e reprodutiva do jovem para quem as ações são dirigidas (MS/PNDST/AIDS, Tabulações do Censo Escolar, 2005).

Cidade Tiradentes: O universo do Hip-Hop



O Hip-Hop: Como combater a vulnerabilidade do jovem da periferia através da arte de rua

Se por um lado as amarras institucionais limitam as possibilidades dos jovens, por outro, pudemos constatar nesta trajetória, como profissional da saúde, durante anos, que havia sempre a intenção de criarem espaços autônomos, visando formas de comunicação com outros jovens, sem seguir qualquer regra institucional rígida.

Pensando, questionando, propondo, foram estabelecendo locais de acolhimento dos jovens que passaram a encontrar possibilidades de reagir e de se constituir como sujeitos. Inverteram o jogo e a lógica da dominação, fazendo de sua inserção social tão desfavorável, o motor para buscar, dentro de si e no coletivo, forças para denunciar e trazer para o debate no espaço público a situação em que vivem.

Não se conformaram, ao contrário, rebelaram-se. São jovens que hoje se recusam a aceitar, calados, a situação de desigualdade e de opressão a que são submetidos, indignando-se com tudo que vêem, não mais organizando passeatas estudantis ou piquetes nas portas de fábrica, mas fazendo poemas, cantando, desenhando, escrevendo, enfim, lançando mão de

qualquer forma de linguagem para se fazerem existir e, assim, ressignificar os percalços encontrados.

Esses grupos não se restringem a fazer música e dançar, uma vez que se recriam em meio a um movimento político e social de resistência que se faz nascer. Tecem redes de amizade e solidariedade que se traduzem na luta por melhores condições de vida. Tratam de temas diversos, tais como: educação sexual de jovens, situação em conflito com a lei, literatura marginal, meio ambiente, gênero, políticas públicas, discriminação e formas de organização, dentre outros. Promovem atividades como shows, oficinas de produção musical, dança, palestras e debates.

Cabe ainda mencionar que essa forma de expressão atual do jovem da periferia não tem se limitado a reivindicações e denúncias - tem se mostrado promissora também no sentido de alertar esta parcela da população, visto que muitas são as músicas e letras que falam da importância de se promover autocuidados em relação à saúde, seja se mantendo longe das drogas, seja propondo ações de prevenção das DST/AIDS, pontuando os direitos sexuais e reprodutivos, além de discutir sobre a gravidez na adolescência. Enfim, mostram em suas práticas cotidianas que a periferia não se caracteriza apenas pela violência.

A periferia resiste: O Núcleo Cultural Força Ativa (NCFA)¹⁴

No livro *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Hollanda defendeu a tese de que o brasileiro é cordial por natureza. Setenta anos depois, Aracati, em parceria com a Fundação Kellogg, conta a história de jovens de várias regiões do país para comprovar que a cordialidade inata do brasileiro não é necessariamente sinônimo de passividade nem submissão.¹⁵

¹⁴ Os dados referentes a esta organização juvenil em sua maioria foram retirados do site elaborado por seus membros.

¹⁵ Texto escrito por jovens do Núcleo Cultural Força Ativa.

História

O NCFA é uma organização juvenil e tem como objetivo trabalhar a conscientização política do afrodescendente, a música RAP e outros segmentos do Hip-Hop, através de eventos culturais, palestras, debates e bate-papo, grupo de estudo e os mais diversos modos de trabalhos existentes em comunidades visando uma consciência coletiva da exclusão social.

Fundado em outubro de 1995, a posse Força Ativa recebeu o nome de Núcleo Cultural Força Ativa. Esse núcleo está organizado de forma colegiada (segundo o princípio do centralismo democrático¹⁶), composto por quatro comissões : I - COMUNICAÇÃO E IMPRENSA; II - CULTURA GERAL; III - RAP/ HIP-HOP; IV - PALESTRA E SECRETARIA GERAL.

Localizado no Bairro Cidade Tiradentes, extremo leste da cidade de São Paulo, é uma organização juvenil que tem por proposta promover a conscientização política da comunidade local. Sua plataforma de lutas envolve os seguintes temas: a consciência racial e a luta contra o racismo; a igualdade entre homens e mulheres; a igualdade de direitos e oportunidades; e a luta contra o machismo. Os participantes são jovens, em sua maioria negros, todos da periferia.

O Núcleo Cultural Força Ativa realiza oficinas com a comunidade sobre questões raciais, de gênero, sexualidade e auto-estima. Criou o projeto “Vamos ler um livro” e fundou a Biblioteca Solano Trindade, hoje com um acervo de mais de quatro mil livros, para incentivar a leitura entre os moradores do bairro. Entre as ações, empreendidas pelo grupo, a mais importante tem sido sua participação nos movimentos sociais. Realizam também grupos de estudo, os quais se dedicam ao aprendizado do

16 Nos partidos comunistas leninistas, chamava-se "centralismo democrático" a um sistema de organização interna segundo a qual, diante de uma determinada questão programática, as bases do partido têm direito à discussão livre dela, eventualmente podendo até constituir facções. O direito ao dissenso, entretanto, exige a organização de teses escritas, para pautar uma discussão interna. O grupo em discordância defende suas posições e, em seguida, há a votação das questões debatidas. Determinadas teses, tendo em vista questões sensíveis e a eleições para órgãos de direção partidária, passam por este processo deliberativo até o momento em que se chegue a uma decisão ou a escolha de uma direção, ou ambos. Resolvida a contenda, normalmente por voto majoritário, todos os militantes do partido encontram-se para defender e implementar as posições e teses adotadas, independente da posição defendida pelo filiado (Bogo, 2005).

pensamento marxista.¹⁷ Quase todos os integrantes do grupo cantam RAP (Duarte, 2006).

O NCFA tem dois tipos de ativistas: o simpatizante que participa da organização de eventos, reuniões de organização, grupo de estudos, que também envolve pessoas que produzem cultura alternativa no bairro (B-boys, Graffiteiros, Mc's). O outro tipo de ativista é aquele que participa na realização e idealização dos projetos.

O perfil do grupo¹⁸

São jovens politizados, gostam de ler, escrever, refletir e propor ações na comunidade. A faixa etária é muito diversificada, estendendo-se de 15 até 32 anos.

Segundo seus membros, a condição econômica dos integrantes é reflexo de uma política de exclusão social. A maioria das pessoas está desempregada, isto é, não recebe qualquer remuneração. Embora em sua maioria os integrantes do grupo sejam negros, o acesso ao Núcleo Cultural Força Ativa é universal, abrindo-se, inclusive, para os gêneros masculino e feminino.

O nível de escolaridade é diverso. Há pessoas que estão cursando o ensino médio, outros, com o ensino médio concluído (mas, segundo os participantes, devido ao vestibular excludente e elitista não ingressaram na faculdade). Alguns freqüentam curso universitário, outros são formados e muitos são autodidatas.

Os jovens em geral chegam ao NCFA através do trabalho feito na comunidade, principalmente aqueles realizados em escolas, em que os alunos se identificam através da linguagem, do aspecto social, local e, principalmente, através da expressão dos problemas relacionados com o seu

¹⁷ Entendem que o conjunto de ideias filosóficas, econômicas, políticas e sociais elaboradas por Karl Marx e Friedrich Engels, baseadas na concepção materialista e dialética da História, os auxiliam na interpretação da vida social, pois ao compreender o homem como um ser social histórico, desenvolvem uma compreensão dinâmica da base produtiva das sociedades e das lutas de classes daí decorrentes

¹⁸ Retirado do site do grupo NCFA. Descrição do perfil escrito pelos membros do grupo.

cotidiano. É a voz da periferia que se faz ouvir através dos jovens: "são os jovens excluídos falando pelos jovens excluídos".

Biblioteca comunitária Solano Trindade¹⁹

Em outubro de 2001, a biblioteca comunitária foi implantada em uma sala num centro comercial de Cidade Tiradentes e recebeu o nome de Centro de Documentação em Direitos Humanos e Biblioteca Comunitária Solano Trindade.²⁰ O ponto de partida foi a parceria com o Projeto Integrar, por meio do qual, o NCFA recebeu os recursos para a compra do acervo e para outros materiais. Já o Ibeac (Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário), com quem o Força Ativa vinha desenvolvendo ações conjuntas na área de direitos humanos, cedeu o espaço. O grupo ficou responsável pelas

¹⁹ A história da Biblioteca Comunitária foi escrita por um dos integrantes do grupo, Weber Lopes, em 24 de agosto de 2006.

²⁰ Poeta pernambucano, filho de um sapateiro, nascido em 1908. Emigrou para São Paulo. Foi operário e colaborou na imprensa. Trabalhou no cinema e manteve um grupo teatral folclórico por vários anos. Escreveu vários poemas, dentre eles:

SOU NEGRO

A Dione Silva

Sou Negro

meus avós foram queimados

pelo sol da África

minh'alma recebeu o batismo dos tambores atabaques, gonguês e agogôs

Contaram-me que meus avós

vieram de Loanda

como mercadoria de baixo preço plantaram cana pro senhor do engenho novo

e fundaram o primeiro Maracatu.

Depois meu avô brigou como um danado nas terras de Zumbi

Era valente como quê

Na capoeira ou na faca

escreveu não leu

o pau comeu

Não foi um pai João

humilde e manso

Mesmo vovó não foi de brincadeira

Na guerra dos Malês

ela se destacou

Na minh'alma ficou

o samba

o batuque

o bamboleio

e o desejo de libertação.

despesas de manutenção, como água e luz. Os seus integrantes se revezam no atendimento aos usuários da biblioteca e no tratamento do acervo (codificação, etiquetas, etc.).

A biblioteca fica aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 10 às 18h30min. Para se ter acesso ao acervo basta apresentar um comprovante de residência e carteira de identidade para fazer o registro como usuário da biblioteca.

Os usuários podem pesquisar no espaço e também retirar livros pelo período de uma semana. Geralmente, a média é de cinco títulos por usuário a cada retirada. Quando as pessoas se cadastram, os membros do grupo relatam que procuram contar a história da biblioteca, suas dificuldades, de modo a conscientizá-las sobre o caráter comunitário do equipamento e da importância dos sócios contribuírem para a manutenção do acervo e do espaço.

A biblioteca é procurada por crianças, adolescentes e adultos. As pessoas vão buscar livros sobre política, literatura, prevenção, sexualidade, dentre outros.

Weber (2006) relata que o acervo vem crescendo, devido às doações que recebem resultantes dos contatos e das apresentações que fazem em vários locais ou instituições. São livros de literatura infanto-juvenil, política, história, economia, didáticos para pesquisa escolar, além de algumas revistas provenientes de assinaturas de cortesia.

Assim relata Weber

Quando da abertura do espaço, não houve qualquer tipo especial de divulgação, que se deu apenas no esquema “boca-a-boca”, já que o grupo Força Ativa exerce uma influência positiva na comunidade de Cidade Tiradentes, por meio das palestras ou debates que promove nas escolas. O interesse pela biblioteca foi aumentando à medida que os usuários iam conhecendo o espaço e divulgando a ação para outras pessoas. Entre os autores mais procurados, podemos citar Machado de Assis, Eça de Queirós, Ruth Rocha e Monteiro Lobato. (...) Também há significativa procura por literatura internacional. Isso

ajuda a derrubar uma visão preconceituosa de que na periferia não se lê ou de que as pessoas da periferia não se interessam por ler ou que lêem qualquer coisa. Temos livros de auto-ajuda e religiosos, mas esses títulos não saem mais do que o *Capão Pecado*, ou Dostoievski, por exemplo.

Com a confecção da letra abaixo o rapper Weber Lopes (integrante do NCFE) incentiva a juventude da periferia a adquirir o hábito da leitura:

Música: Vamos ler um livro

Letra: Weber Lopes

Ei, ei, cara,
Mergulhe na história
Preste atenção no que eu vou dizer agora
Chega de ler besteira,
Chega de babaquice
Procure se informar
Não seja o mestre da burrice
São tantos que falam merda
E isso enjoa, é um tormento
Procure ler um livro
Pois é a máquina do tempo
Milhares de livros estão ao seu alcance
Mas você não quer saber
Sua idéia é fraca a todo instante
Você só fala besteira
Não tem auto-estima, meu irmão,
Procure ler um livro, a fonte de informação
Mas você não quer saber
Só se liga em leituras pornográficas
Tipo revistas importadas que vêm com loiras bem grandes na capa
Meu irmão, se esse tipo de coisa para você é informação
Se liga nas patricinhas que aparecem na Malhação
A televisão é uma droga que esconde a nossa história

Só tem coisa pra *boy*, quer ver os pretos pedindo esmola
E os grupos de *rappers* que estão surgindo agora
Vamos ler mais livros e mostrar a verdadeira história
E para aqueles que acham que o hip-hop é brincadeira
E sobem aqui no palco só para falar besteira
E se exhibir para certas patricinhas
Essas garotas que nos criticam e não têm nenhuma teoria
Agora eu quero ouvir, todo mundo comigo:
Vamos ler um livro, vamos ler um livro
Povo da periferia, vamos ler um livro
Eu quero ouvir a maioria, vamos ler um livro

Nesse trecho da música do *rapper*, podemos verificar vários pontos importantes que vão ao encontro dos ideais defendidos pelo grupo e que convoca o jovem a buscar informação, não em veículos poucos confiáveis, e que estejam "a serviço da classe dominante", como, por exemplo, a televisão. Assim, recria as mensagens transmitidas por programas voltados para a população jovem, como por exemplo, "Malhação" da Rede Globo. Na verdade, indaga se de fato, essas mensagens servirão para o crescimento e reflexão crítica da juventude. Ressalta ainda a banalização da figura feminina presente na publicidade, sustentando que aparecem como chamariz para a venda de todo e qualquer produto, ou seja, como mais uma "mercadoria". Por fim, questiona, se de fato, esse *rap* que circula na grande mídia, está à serviço da juventude pobre.

Acompanhemos a continuação da letra do *rapper*:

Comuna Força Ativa, pois não queremos ser os tais
Pois sabemos que a boa leitura ensina até demais
Portanto, meu amigo, procure se informar
Pois do jeito que está, não, não pode ficar
São tantos sem cultura, sem conhecimento pra trocar
A leitura é importante, o livro é arma fatal
Que acaba com a ignorância, deixa sua mente legal
O meu nome é Weber, já fui um cara acomodado
Mas cansei de ouvir besteira e muito papo furado
Hoje eu sou um *rapper*, não me julgo mais informado
Se hoje eu sei um pouco, quero aprender muito mais
Eu não sou que nem outros manos, que sabem pouco e querem ser
demais
Eles falam da droga, falam que ela vai te destruir
Álcool e cigarro eles vivem a consumir
Será que o álcool e o cigarro também não são uma droga?
Não te critico, cara, eu só quero uma resposta
Se aqueles que acham que eu estou falando bosta
Para mim não batam palmas, para mim virem as costas
Mas se estão gostando, quero ouvir todos comigo
Vamos ler um livro, vamos ler um livro
O hip-hop vira moda
Isso não pode acontecer
Com tantos caras contando historinhas
O movimento irá descer
Estou falando daqueles caras que não têm idéia pra debater
Putá, puta que o pariu
Essas caras se julgam *rappers*
Mas pergunta sobre a história
Certamente eles não conhecem
Eles usam o movimento só para ficar com mulher
E muitas coisas que perguntamos, eles nem sabem o que é
Estou cansado de ouvir esses caras falarem besteira
Chega de letra babaca, o hip-hop não é brincadeira

Vamos mostrar a história que a escola não mostra hoje em dia
Em forma de *rap*, mostrar para o povo, aos trabalhadores, na periferia
Vamos ler um livro, vamos ler um livro.

Nessa parte do *rap*, não poderíamos deixar de registrar alguns pontos, a nosso ver, muito importantes, pois fala de um movimento (o Hip-Hop), não como algo homogêneo, uma vez que procura se diferenciar dos grupos, que, segundo o *rapper*, se "venderam" para a grande indústria cultural, deixando-se levar por um modismo, cujo resultado é a perda da capacidade crítica e transformadora, que seria a "arma fatal" do Hip-Hop. Assim, esse jovem afirma que, quando grupos musicais abrem mão desse valioso instrumento, que é a linguagem do *rap* na busca da igualdade social, em favor de letras para "vender CDs" e "ficar com mulher", o movimento fica fragilizado, correndo o risco de se descaracterizar. Assim, Weber denuncia:

Essas caras se julgam *rappers*
Mas perguntam sobre a história: certamente eles não conhecem.

Esses jovens sentem-se implicados com o espetáculo social, ou seja, pensam que devem estudar, entender para influir. Para tanto, não se envolvem apenas com *shows* ou atividades exclusivamente artísticas. Eles também mantêm grupos de estudos aos domingos de manhã. Observe-se que selecionam textos teóricos para serem lidos e analisados antes do dia do encontro. No domingo, pela manhã, os integrantes do grupo chegam animados para a discussão, trazendo dúvidas e questionamentos que serão tratados durante a discussão. No final o grupo aponta propostas e faz uma síntese do debate.

Estudam, se fortalecem e se instrumentalizam para a próxima rima, para o próximo drama, para denunciar aquilo que está fora do lugar, que não é correto, que oprime, magoa, extorpe e deixa marcas. Faz-nos lembrar do êxtase e dos encantos oferecidos pela música "policromática e polifônica" do drama musical grego antigo - em que se reúnem o canto, a dança, a música e o teatro - quando ficamos atentos aos apelos e aos sentimentos de pertença e de amor na letra do jovem Weber, ou quando escutamos o conjunto harmonioso que se liga com o arranjo de fundo e observamos a sintonia com a

platéia. Tudo isso nos leva necessariamente a pensar se a arte em geral, e em especial a música, tem uma temporalidade definida.

Mais uma vez, retomando os aspectos polissêmicos e polifônicos salientados por Nietzsche, a propósito da música grega clássica, encontramos muitos aspectos em comum com a criação poética e musical dos *rappers*:

A música deveria apoiar a poesia, deveria reforçar a expressão dos sentimentos e o interesse das situações, sem interromper a ação ou a perturbar com ornamentos inúteis. Ela deveria ser para a poesia o mesmo que a vivacidade das cores e uma feliz mistura de sombras e luz são para um desenho sem falha e bem ordenado, as quais servem somente para animar as figuras sem destruir os contornos. A música é, portanto, empregada absolutamente só como meio para um fim: sua tarefa era a de converter o padecer do deus e do herói na mais forte compaixão dos auditores. Ora, a palavra tem também a mesma tarefa, mas para ela é muito mais difícil e apenas indiretamente possível resolvê-la. A palavra age primeiramente sobre o mundo dos conceitos e somente a partir daí sobre o sentimento, e bastante freqüentemente ela não alcança absolutamente, pela distância do caminho, o seu alvo. A música, por outro lado, toca o coração imediatamente, como a verdadeira linguagem universal, inteligível por toda parte (Nietzsche, 2005, p. 24).

Em relação às letras de *rap*, podemos constatar ao analisá-las, que reúnem os objetivos da mensagem, ao mesmo tempo que transmitem sentimentos (muitas vezes de raiva e indignação), buscando, assim, de acordo com o nosso entendimento, uma forma de narrativa que resgata o poder da “fala”, pois contam suas experiências cotidianas, fazem as críticas sociais e apontam para seus sonhos e anseios. Esses jovens se apropriam dessa linguagem para narrar os acontecimentos vividos na favela, no morro, na rua, na escola, na sociedade, enfim, os *rappers* utilizam-se desse meio de comunicação para falar o que vêem e sentem diante de tudo o que presenciam. E, assim, tentam garantir que suas inquietações e desejos cheguem a outros jovens.

Enfim, depois de muito analisar, ficamos convencidos que o movimento Hip-Hop com seus elementos artísticos e culturais guarda muitas semelhanças com a arte apolíneo-dionisíaca, que, segundo Nietzsche, fundamentava a tragédia grega. A diferença é que esse movimento não se concentra apenas nos palcos - espalha-se pelas ruas, morros, favelas e salões, onde os jovens surgem como verdadeiros seguidores de Apolo e Dionísio.

Nietzsche mais tarde sustentou que Sócrates e a religião cristã em nome da razão e da objetividade sepultaram o dionisíaco na civilização ocidental, colocando em risco a criatividade e a busca de sentido próprios da humanidade. Mas quando acompanhamos a trajetória dos jovens da periferia ligados ao movimento Hip-Hop supomos que a empreitada socrática não logrou êxito por completo, pois esses jovens, apesar de apolíneos, lutam para não sepultar o dionisíaco no seu cotidiano, mantendo a vontade potencial, sendo criativos e buscando um sentido próprio para o seu pensar.

CAPÍTULO III

A JUVENTUDE BRASILEIRA

Não se pode deixar de observar que a constituição da juventude brasileira se deu no bojo de uma trama social, cuja as atitudes e preconceitos na verdade são fruto de centenas de anos do cultivo de crenças gestadas e sustentadas pelas gerações precedentes.

Muitos dos comportamentos em relação à mulher, a hierarquização entre os gêneros - por mais que questionem, pois estamos pesquisando sujeitos "politizados" e críticos em relação às injustiças sociais - são legados que terão que ser fortemente problematizados e enfrentados se objetivarem mudar paradigmas e produzir novas subjetividades. Assim, pretendemos, frente a essa gama de interferências culturais ao longo dos anos, pensar como essa herança influenciou na conduta da juventude brasileira, e, em especial, a juventude de camadas populares, nosso centro de interesse.

Iniciando com um recorte de classe, podemos considerar as proposições de Marialice Forachi (1965) visto que pesquisou e problematizou, no início dos anos 1960, questões referentes à juventude comparando jovens de classe média com jovens de camadas populares.

A pesquisadora propôs-se a pensar o estudante de classe média como categoria social e, ao mesmo tempo, analisar seu comportamento dentro do contexto social vigente na época, destacando as possibilidades do seu campo de ação. Constata que esse jovem de classe média, estudante, difere do estudante de camadas populares, aquele que necessita trabalhar para ajudar nas despesas domésticas. Já nesse cenário percebemos que o trabalho vem a ser condição *sine qua non* para que este jovem e sua família possam sonhar com um futuro mais promissor.

Cumpramos observar que a pesquisa de Forachi é realizada em um momento que acontece a expansão industrial de forma acelerada, inicia-se um grande desenvolvimento econômico, sobretudo na cidade de São Paulo, o que apontava para um futuro com um mínimo de estrutura e inserção social dos jovens pobres. No entanto, o que se tem observado, infelizmente, é que o desenvolvimento da metrópole paulista se deu sem incorporar a maioria dos

jovens das camadas populares ao mercado de trabalho, que se tem mostrado cada vez mais restritivo, tendo como consequência jovens desesperançados, sem conseguir visualizar um amanhã promissor e sem muitos percalços.

A pesquisadora assinala que esses jovens ao ingressarem no mercado de trabalho assumiam tarefas insatisfatórias que preenchiam apenas o papel de subsistência. Percebemos hoje que a situação agravou-se pois os jovens de nossa pesquisa relatam dificuldades para se inserir até nesse mercado de trabalho em que são exercidas tarefas mecânicas e enfadonhas.

Ressalta, ainda, que o fato de esses jovens terem que, necessariamente, trabalhar, não trazia como consequência maior autonomia em relação à família, muito ao contrário, pois esta dependia da remuneração deste estudante e, por isso, o vínculo mantinha-se. Nesse sentido, podemos verificar que essa conjuntura desfavorável a essa parcela populacional de baixa renda nos parece que não mudou, ao contrário, apenas agravou-se.

Nessa direção, parece-nos interessante pensarmos a juventude como categoria social, com suas especificidades, sem perdermos de vista a perspectiva de classe social, pois, como pudemos perceber acima, esta inserção diferenciada acarretou, e ainda acarreta, diferentes modos de vida, pois este jovem se formará de acordo com os padrões, regras e normas estabelecidas em seu grupo social.

Assim, Forachi sustentou, na década de 1960, que não podemos negligenciar as diferenças sob pena de camuflarmos as desigualdades, mas que há traços na juventude em comum que faz com que a caracterizemos como um momento da vida, assim como a infância e a vida adulta.

Na opinião da autora, a juventude é caracterizada por uma força, inovadora, com estilos próprios e formas criativas de se colocar no mundo, cuja trajetória a ser percorrida, potencialidades a serem alcançadas, como ela reafirma a cada momento, dependerão das alternativas abertas aos jovens por sua inserção social.

Acreditamos que essa visão da juventude não é a única, há outras visões que sustentam que as características singulares de uma juventude se darão em função das variáveis histórico-culturais e do contexto onde está inserida. Assim, o que nos interessa destacar na pesquisa de

Forachi, por entendemos ser pertinente para nosso estudo, é o fato de ela apontar para uma certa resistência social em entender o papel do adulto frente à juventude.

Afirma ela que adulto e jovem são categorias sociais distintas, mas complementares, vinculadas por elos de continuidade e interesses comuns. O que não significa dizer que as relações se dêem de forma cordial e amena; ao contrário, encontramos em face de situações tensas e conflituosas, mas que, a nosso ver, são necessárias para o crescimento e desenvolvimento não apenas dos jovens, mas também do adulto, pois seria de extrema arrogância acreditarmos que apenas os primeiros sairiam lucrando com estes momentos de crise.

Damos destaque a esse aspecto devido ao fato de termos percebido, nessa trajetória com jovens nas últimas décadas, alguma indiferenciação de papéis entre as gerações. Os mais velhos oferecendo pouco suporte à geração posterior, confundindo-se com essa, e no caso dos jovens pesquisados das camadas populares, uma área de conflito e tensão gerada pela necessidade de eles participarem na divisão das despesas; uma demanda difícil para o jovem, considerando suas dificuldades de inserção no mercado. Estamos entendendo que em outros momentos essa delimitação entre as gerações já foi mais clara, talvez não menos conflituosa, mas ao menos, com "lugares" mais definidos, o que em tese poderia proporcionar uma "acomodação" social de seus membros.

O antropólogo Gilberto Velho mais recentemente sugeriu outras possibilidades e caminhos que podem nos auxiliar. Afirma que talvez fosse mais adequado colocarmos a juventude no plural, pois seriam os primeiros passos no sentido de qualificá-la e circunscrevê-la como uma categoria complexa e heterogênea (Velho in: Almeida e Eugênio, 2006, p. 192).

Salienta ainda que a juventude, como categoria social, não é estanque, mas dinâmica, em constante processo de transformação.

Dessa forma, podemos pensar não apenas a juventude, mas as gerações como categorias sociológicas que tem nas faixas e delimitações etárias sua referência básica, visto que não nos interessa pensar o jovem isolado, mas em constante troca com as demais gerações. Entendemos que

essa interação o fortalecerá e o auxiliará em suas tomadas de decisões em todas as áreas de sua vida, inclusive, nas suas relações afetivas e sexuais.

Velho (2006) assinala que a juventude não aparece como um fenômeno isolado, mas, ao contrário, está localizada num momento entre a infância e a vida adulta, e é neste processo de interação com outras faixas etárias que teremos a dimensão do lugar que ocupa socialmente este segmento social, quais as suas atribuições, os papéis esperados, as expectativas, os comportamentos e os modos de apresentação e representação destes indivíduos e grupos no cotidiano.

Assim, Velho irá contextualizar a juventude sempre em relação ao todo social:

É nessa permanente e complexa negociação da realidade que envolve variáveis dos mais diversos tipos - econômicas, políticas, de organização social e simbólicas - que vai estabelecer fronteiras e classificações etário-geracionais. Estas, portanto, não são inevitáveis nem universais, apresentando modalidades próprias em função de variáveis histórico-culturais (Velho, *in*: Almeida e Eugênio, 2006, p. 193).

Velho ao falar da construção social da categoria juventude, destaca como de suma importância para a socialização e construção identitária dos jovens a relação familiar e o universo de parentesco, seja pela via dos conflitos, impasses e choques de valores ou pela via da continuidade e permanência, o que entendemos ser um ponto importante para compreendermos a juventude atualmente, pois serão as relações familiares inicialmente que introduzirão os indivíduos em unidades sociais maiores. No espaço familiar espera-se que ocorra o estabelecimento de regras, de limites e de controle de afetos e sentimentos que outras instituições, durante a trajetória destes jovens, darão continuidade.

A inserção no sistema escolar, sexualidade e gênero, namoro e amizade, transgressões e desvio, sociabilidade, esporte, profissionalização, entre outros, apontam para a riqueza, diversidade

e complexidade da construção social da(s) juventude(s) (Velho, *in*: Almeida e Eugênio, 2006, p. 194).

Velho, no entanto, salienta que na sociedade moderno-contemporânea há uma grande ênfase em valores individualistas convivendo com a hierarquia familiar tradicional, acarretando uma espécie de paradoxo, que faz com que os indivíduos oscilem entre o cultivo de posicionamentos individuais ligados ao sucesso e à realização pessoal, e a subjugação a determinações familiares. Tal impasse, não raro, irá gerar situações de embaraço, acusações e crises entre as gerações.

Nesse sentido, pudemos verificar em nossa pesquisa que, em que pesem todas as dificuldades relatadas pelos jovens, que vão desde problemas conjugais entre os pais, alcoolismo e constantes brigas, a família apareceu como um ponto importante em suas vidas. Esses jovens demonstraram, inclusive, o desejo de vir a construir sua família, de preferência com uma vida menos conturbada. Pudemos constatar ainda que, como afirma Velho, os jovens pesquisados oscilam entre os valores adquiridos na família e o rompimento com tabus e preconceitos advindos dessa educação.

A juventude hoje e sua participação social

A que jovens estamos nos referindo em nossa pesquisa? São indivíduos que atuam e intervêm no meio social de forma a denunciar as péssimas condições em que vivem e dizem, pela via do protesto, com suas letras contundentes e grafite incriminador, que estão vivos e que vieram para, do seu jeito, conturbar e mudar a ordem social, apontando num primeiro momento para a urgência de elaboração e execução de políticas públicas que visem a inversão desse quadro tão perverso no qual estão inseridos.

Assim, se voltarmos nosso olhar na atualidade para a juventude, sobretudo das camadas populares no Brasil, veremos uma quase ausência de políticas públicas voltadas a este segmento social que de fato impactem suas vidas. A escola pública não é de qualidade e não responde aos

anseios deste jovem. O mercado de trabalho é absolutamente restrito, e quando tem acesso a tal mercado, o jovem assume funções desestimulantes, que nada lhe acrescentam para além de um salário mínimo que mal lhe permitirá a obtenção dos bens necessários para uma existência digna. Daí o temor de um futuro incerto e o desejo de usufruir no momento o que de bom e de imediato a vida poderá lhe proporcionar, como alguns momentos fugazes de um passeio de moto, uma noite dançando na balada ou ainda uma relação amorosa com os prazeres que puder tirar deste momento.

Abramo (1997) faz algumas considerações nessa direção sobre a juventude no Brasil nas últimas décadas. Ela dirá que, embora se tenha verificado o aumento de iniciativas e de intervenções junto ao segmento jovem de amplos setores da sociedade, observamos ainda uma grande dificuldade de se considerar o jovem como sujeito. Mesmo quando o discurso explicita a intenção de encará-lo como capaz de planejar e executar ações voltadas para seus pares, na prática, as prioridades incidem sobre os problemas, desvios e privações, e pouco se problematizam questões, propostas e soluções trazidas pelos jovens (Abramo, 1997).

Cumpramos observar que em nosso país data apenas de algumas décadas a preocupação com este segmento social sobre o qual a mídia, a academia, as instituições governamentais e não-governamentais passaram a produzir materiais, produtos, pesquisas e serviços voltados a esta parcela populacional.

Dessa forma, pensar tais trajetórias poderá ser a contribuição que pretendemos dar, embora utilizando-se de outro instrumental teórico, visto que neste espaço, seguindo ainda os caminhos orientados pela sociologia, podemos pensar numa sociedade contemporânea na qual o jovem, como sujeito singular, busca sentido para sua existência, impondo-se provas e testando limites constantemente.

O sociólogo Alberto Melucci discorre sobre esse tema quando pontua que o questionamento sobre limites aparece como um problema para os adolescentes na atualidade, pois, ao contrário do que sustentou Foracchi sobre a identificação do jovem com os mais velhos em décadas passadas, hoje, diz ele, assistimos a um declínio dos ritos de passagem que em outros tempos marcavam os limites entre infância e vida adulta, o que permitia um

intercâmbio estruturante e enriquecedor entre as gerações. Assim, ao dizer que também o adulto está sendo exposto a uma pressão crescente de mudanças, afirma que a juventude contemporânea terá que encontrar novos caminhos para vivenciar a experiência fundamental dos limites (Melucci, 1997).

Nesse sentido reconhece que:

A definição e o reconhecimento de limites pessoais e externos são a chave para se mover em qualquer direção: através da comunicação com o exterior e conformidade com as regras do tempo social ou através de uma voz interna que fala com cada pessoa em sua linguagem secreta. Somente assim um ciclo de abertura e fechamento pode ser estabelecido entre os dois níveis de experiência (Melucci, 1997, p. 13).

Já o psicanalista Philippe Jeammet (2005) salienta que, neste contexto no qual impera a ausência de confronto e rituais, percebemos, não raro, um adolescente solitário e desvalorizado, pois a liberdade dos costumes e a proximidade excessiva entre pais e filhos, impedem que os adolescentes exerçam sua agressividade, o que poderá resultar na dificuldade destes em adquirir autonomia e se diferenciar dos pais visando à conquista de um mundo que seja sentido como sendo deles. Dessa forma, o psicanalista expressa suas preocupações:

Podemos nos perguntar o que acontece, atualmente, com as condições de regulamento do encontro entre adolescentes e adultos no momento em que os ritos nos mostram a importância deste encontro e a violência potencial que ele carrega; e se certos movimentos de revolta de adolescentes e de exacerbação de sua violência hétero ou autoagressiva não correspondem a momentos de flutuação da sociedade dos adultos que não oferece mais consenso e cujo liberalismo pode ser percebido (e vem frequentemente acompanhado) por um afastamento que lembra às vezes um abandono (Jeammet, 2005, p. 116).

Vale lembrar que os jovens pesquisados, como afirmamos, atribuem um valor positivo a suas famílias, com as ressalvas, mas embora talvez possuam um perfil distinto dos jovens de classe média, em que a liberdade e o abandono se fazem presentes. Constatamos entre os jovens pobres que essa falta de acompanhamento por parte do mundo adulto também é sentida como abandono, pois os pais geralmente trabalham em locais distantes de suas moradias, acarretando muitas horas ausentes de casa, ficando o contato entre eles escasso. Com uma trajetória de vida sofrida, de muita exclusão e acesso reduzido ao mínimo aos bens de consumo, principalmente, a educação formal, esses jovens, sentem-se sem o amparo intelectual necessário para interpretar o mundo em que vivem e, desse modo, enfrentá-lo de outra forma. Assim, podemos supor que o Hip-Hop possa estar auxiliando esses jovens a trilhar seus caminhos com menos percalços, uma vez conscientizados acerca das injustiças sociais.

Dessa forma, entendemos que os pais amam seus filhos, mas devido à luta diária e incessante pela sobrevivência, com todas as dificuldades pessoais, acabam também repetindo esse fenômeno da atualidade, marcado por uma certa desresponsabilização dos mais velhos para com os jovens. Assim, como forma de compensar esse distanciamento, observamos nos relatos dos jovens que eram com os amigos da mesma faixa etária que buscavam apoio e respostas para a complexidade de um mundo tão cheio de mistérios e armadilhas.

Não se pode esquecer que, nessa fase da vida, surge a necessidade de pertencimento grupal, fundamental para o jovem constituir-se como sujeito. Muitas vezes, entretanto, esse afastamento do mundo adulto, coloca-o em situações de extrema vulnerabilidade, uma vez que é levado a tomar atitudes que são condizentes com as normas do grupo de pares do qual quer fazer parte. E o fazem, ainda que contrariem a moral e os costumes familiares, visto que se porventura assumir uma atitude que não combine com as regras do grupo, poderá ser excluído - o que é temido por todos.

Daí a importância de afastar-se dos pais, mas, ao mesmo tempo, o ideal seria que pudessem contar com a retaguarda destes nos

momentos difíceis, o que nos pareceu não estar sendo possível, visto que, em nossa pesquisa, era frequente ouvir muitos deles dizendo que passavam boa parte do tempo na rua, deixando inclusive de ir para a escola.

Só para se ter uma idéia do que isso pode significar, em certa ocasião, um adolescente, ao ser convidado para ter uma relação sexual por uma garota que apareceu no bairro, não pôde ir em casa pegar o preservativo, pois os amigos do grupo disseram que na verdade fugiria por estar com medo. Este adolescente, para provar ao grupo que tal afirmação não correspondia à verdade, aventurou-se numa relação sexual desprotegida, vindo a contrair uma doença sexualmente transmissível.

Assim, perguntamos se a contemporaneidade vem contribuindo para que a juventude, sobretudo de camadas populares, com todas as agruras que tem que enfrentar desde cedo, conseguirá buscar o equilíbrio entre o interno e o externo apoiando-se apenas em seus próprios pares, prescindindo da maturidade e experiência do mundo adulto.

Manifestações culturais da juventude

É preciso observar que, a partir dos estudos de Forachi, inúmeras pesquisas e estudos foram realizados com o objetivo de aprofundar a reflexão acerca da juventude brasileira, priorizando dimensões como a construção de suas identidades culturais e psicossociais.

Pretendemos, nesse trabalho, trazer elementos para uma análise do ponto de vista existencial e emocional dessa parcela jovem da população de baixa renda, que embora exerça uma liderança importante em suas comunidades junto a seus pares, sendo referência na luta contra a epidemia do HIV/AIDS, quando se trata de suas relações amorosas e sexuais são apanhados por uma série de contradições, dúvidas e crises. Perguntamos em que medida sua formação em oficinas de sexualidade, seus treinamentos e conhecimentos em relação à prevenção às DST/AIDS estão presentes no momento em que o que está em jogo é o amor, o desejo e o prazer?

Assim, considerando que essas lideranças possuem uma forte identidade com o movimento Hip-Hop, que elas utilizam as linguagens desse movimento como instrumento didático e pedagógico para se comunicar e

passar mensagens junto a outros jovens no trabalho de prevenção, entendemos que outras questões devem ser investigadas no sentido de verificarmos a importância dessas manifestações culturais na vida desses jovens, o que, de tão poderoso, encontra-se implícito nas diretrizes desse movimento que contribui para auxiliar jovens pobres de camadas populares a elucidar questões que vão desde refletir sobre as desigualdades sociais, relacionamentos afetivos, até formas de prevenção das DST/AIDS.

Nesse sentido, recorremos à pesquisa de Juarez Dayrell (2003), que visa entender como o jovem pobre, de camadas populares, percebe a própria situação diante de tanta adversidade e o sentido de sua identificação com os estilos musicais *rap* e *funk*.

Dayrell discute, com base no cotidiano desses jovens, como se constroem determinados modos de ser jovem para além da participação nos grupos musicais. Os sujeitos da pesquisa eram integrantes de grupos musicais de *rap* e *funk*.

As trajetórias de vida dos pesquisados levaram Dayrell à constatação de que esses grupos, que vivem, atuam e passam seu tempo livre na periferia, tem em seus estilos (*rap* e *funk*) o lugar onde podem afirmar a experiência da condição juvenil.

E essa construção leva esses jovens a questionarem a visão que aponta a juventude na sua dimensão de transitoriedade. Ao contrário do que observamos nas pesquisas de Forachi, cujos sujeitos eram jovens de classe média, os jovens pobres da periferia, ao serem entrevistados, afirmaram que viver a juventude não é preparar-se para o futuro. É o presente que está em questão. Viver o presente, com tanta dificuldade para sobreviver, parece ser uma árdua tarefa que ocupa boa parte do tempo dessa parcela da população. Dayrell relata a visão desses jovens:

O tempo da juventude, para eles, localiza-se no aqui e agora, imersos que estão no presente. É um presente vivido no que ele pode oferecer de diversão, de prazer, de encontros e de trocas afetivas, mas também de angústias e incertezas diante da luta da sobrevivência, que se resolve a cada dia. Não significa que sejam alienados ou passivos, que não nutram sonhos e desejos. Eles os têm, mas com uma

especificidade: quase sempre estão ligados a uma realização na esfera musical e à possibilidade de uma vida com mais confortos, principalmente para as mães. No entanto, esses sonhos e desejos não se concretizam necessariamente em projetos de vida, e quando o fazem, se mostram fluidos ou de curto alcance. Assim, eles se centram no presente e nele vão se construindo como jovens, não acreditando nas promessas de um futuro redentor (Dayrell, 2003, p. 12).

Nesse sentido, podemos supor que, devido à urgência das demandas presentes, essa parcela da juventude, por não estar conseguindo visualizar o futuro, marcado por incertezas, talvez inconscientemente busquem “paralisar” o presente.

De qualquer forma, não podemos deixar de lamentar tal constatação, o que nos leva a repensá-la em função de nosso objeto de estudo. Por exemplo, em que medida esses jovens reproduzem essa urgência em todos os campos de sua vida, inclusive nas relações afetivas e sexuais. Se não há futuro, os prazeres deverão ser satisfeitos no aqui e agora e, às vezes, como não conseguem nem se valer da proteção necessária (no caso da relação sexual), mas, ao mesmo tempo, por serem “politizados”, talvez venham a lamentar em seguida, ou arrumarão uma boa argumentação para justificá-la.

Não podemos desconsiderar a fase da vida que estão vivenciando esses jovens, a adolescência e o início da vida adulta. Nessa fase, Jeammet (2005) pontua que o indivíduo se vê entre duas dimensões que terão grande impacto em sua economia psíquica. Por um lado, a dimensão somatopsíquica, ligada às transformações fisiológicas, dando-lhe o direito a uma maturidade psíquica que o autoriza a exercer plenamente sua sexualidade. Por outro, a dimensão simbólico-cultural de mudança da condição infantil para o *status* social que lhe garante uma identidade sexual adulta.

Jeammet assinala ainda que esse processo é inevitável, constituindo-se antes de tudo, em uma exigência psíquica de crescimento, e suas repercussões culturais serão sentidas profundamente por esse jovem, visto que terão efeitos sobre a distribuição dos papéis no interior do grupo social a que pertence. Tais repercussões não costumam ser tranquilas, pois é

uma fase que exige mudanças. Seus reflexos psicossociais serão tantos que exigirão da psique um trabalho de integração dessa nova situação (Jeammet, 2005).

Nesse sentido, não podemos simplificar ou desconsiderar que esta é uma fase de muitas transformações e acomodações, na qual os envolvidos buscarão apoiar-se em alguém ou algo para fortalecer-se. No caso dos sujeitos da pesquisa, observamos que as bandeiras que empunham estão contidas não apenas no estilo musical que aderem, mas num conjunto de princípios e normas de procedimento e regras de comportamento que os auxiliam e dão força para se estruturarem individualmente ao apoiarem-se no grupo de pares.

Em que pese a desigualdade nas formas de inserção social desses jovens a que estamos nos referindo, não se pode deixar de considerar, conforme assinalara Jeammet (2005), que a contemporaneidade trouxe questões que atravessam todas as classes sociais, embora sejam acompanhadas de diferentes vivências do tempo presente. Esse é um momento da vida no qual segundo o psicanalista:

Os equilíbrios afetivos e relacionais, que se expressam na imagem e na auto-estima, não são mais os mesmos que antes da puberdade. Os dados básicos, seu arranjo recíproco e os modos de funcionamento que deles resultam são modificados, e isso, independentemente dos desejos e da vontade do adolescente. Portanto, há crise porque esses dados são de tal forma que impõem a mudança ao adolescente, de maneira mais ou menos rápida, mais ou menos importante, mas de tal sorte que o efeito mutativo é inevitável. A crise é inerente ao próprio processo de desenvolvimento, mas não se traduz necessariamente por uma expressão comportamental conturbada. Ela traduz o fracasso relativo do aparelho psíquico de gerir a crise e, neste sentido, é sinal de vulnerabilidade, senão de patologia (Jeammet, 2005, p. 33).

Assim, afirma o autor, as dificuldades nessa fase da vida exigem um enorme investimento psíquico, sendo que a diferença estará na

forma que cada sociedade encontrará para solucionar os conflitos desse momento da vida, cujos resultados serão condicionados pela cultura a que cada indivíduo pertence. Ou seja, não há um olhar para essa fase da vida determinista e engessado, a crise se resolverá de acordo com as normas vigentes num dado contexto.

Nesse processo de transformação e maturação, vários obstáculos terão que ser enfrentados pelo adolescente, se quiser crescer, como a “integração do novo corpo púbere com o acabamento das identificações sexuais, autonomização e separação dos objetos parentais. O processo de mudança se situa assim em vários níveis que se podem esquematicamente separar em um processo de maturação e um processo de desinvestimento e de luto dos objetos infantis” (Jeammet, 2005, p. 53).

Jeammet, como outros autores citados, reafirmará a importância dos adultos, sobretudo o agrupamento familiar, nesta fase do desenvolvimento vital. Não se pode deixar de observar que Dayrell constata em sua pesquisa, assim como Sarti, que as famílias desses jovens, embora de grande importância para eles, não seguem o padrão difundido e aceito socialmente da família nuclear, constituída por pai, mãe e irmãos, pois grande parte delas não contava com a presença do pai, organizando-se em torno da figura materna. Dayrell dirá que, nesse aspecto, não constatou nestas famílias uma “desestruturação”, ao contrário, pôde verificar que, com grande esforço, o núcleo doméstico estava preservado física e moralmente.

A esse respeito podemos verificar que os jovens pesquisados contam, sim, com uma rede social, seja a família ampliada, seja a importância da comunidade e dos amigos ligados ao movimento Hip-Hop que os fortalece e os tira de uma visão preconceituosa de alguns que os vitimizam, como se não tivessem recursos internos para amadurecer e suportar a crise e assim crescer em direção a uma vida adulta saudável e plena.

Assim descreve Dayrell:

Mais do que a presença ou não do pai, o que parece definir o grau de estruturação familiar é a qualidade das relações que se estabelecem no núcleo doméstico e as redes sociais com as quais podem contar. E

nisso a mãe desempenha um papel fundamental. É ela a referência de carinho, de autoridade e dos valores, para a qual é dirigida a obrigação moral da retribuição. Não é de se estranhar que ambos contemplem a mãe nos seus projetos, desejando dar-lhe uma vida mais confortável (Dayrell, 2003, p. 13).

Essa relação, segundo Jeammet (2005), será de aproximação e distanciamento, pois o psicanalista sustenta que as mudanças ocorridas na adolescência e a necessidade de distanciamento dos pais colocarão o jovem em outro lugar, favorecendo sua aproximação com seus pares, impelindo-o a se reapropriar de seu corpo atual por meio das marcas da moda e dos atributos que chamem a atenção em torno de si.

Assim, o jovem da periferia a que nos reportamos se inscreve na sociedade identificando-se com o *rap*, o grafite, enfim, com as propostas defendidas pelo movimento Hip-Hop. Esses jovens encontram também nesse espaço um lugar seguro que os auxiliam na superação das demandas trazidas pela idade, pelo distanciamento das figuras parentais e pelas dificuldades do cotidiano.

Jeammet ressalta ainda que o exagero e a exuberância com que os jovens na atualidade demarcam o próprio corpo recorrendo a *piercings* e tatuagens, etc., nos sugerem algo semelhante aos ritos de passagem. Tais práticas tem o valor simbólico como forma de separá-los do corpo materno e dos objetos de ligação infantis, ao mesmo tempo que demonstram que ainda necessitam do apoio dos pais para que possam constituir-se e terminar seu processo identificatório (Jeammet, 2005).

Diante desse cenário, podemos entender que os estilos *rap* e *funk* são uma forte referência para a elaboração e a vivência da condição juvenil desses jovens, pois, além de forjarem uma identidade própria, um determinado modo de “poder ser jovem”, apesar de todas as dificuldades, obtêm prazer, ampliação de redes e trocas, construindo, assim, formas próprias de sociabilidade.

O mundo juvenil desses jovens parece encontrar continência, portanto, em torno da cultura. É o mundo da cultura que tem propiciado

possibilidades de intervenção e inserção para essa camada da população, abrindo espaços para que esses jovens se construam como sujeitos.

O movimento Hip- Hop e o protagonismo juvenil: Os jovens resistem à lógica da dominação

Ao trilharmos esses caminhos que se prestam a clarear nossas análises, nos deparamos com a seguinte questão: Os jovens agentes de prevenção sobre os quais buscamos ampliar nosso olhar, ponderando acerca de suas condutas e reações frente às suas relações afetivas, são protagonistas juvenis, tal como gostaríamos que fossem, ou ao realizarem sua leitura de mundo de forma singular, rompem com essa lógica da dominação do adulto sobre o jovem?

Buscamos nas raízes do movimento Hip-Hop explicações que contribuirão para elucidar algumas características desse movimento e a repercussão destas para a formação da identidade desses jovens que ora retratamos.

Nesse sentido, o filósofo francês, Christian Béthune (2003), em seu livro *Le rap: Une esthétique hors de la loi* (2003), sustenta que o Hip-Hop surge como uma forma de protesto dos jovens americanos afrodescendentes, espalhando-se pelo mundo, sobretudo entre os jovens pobres e excluídos. O autor afirmará ainda que parte da resistência desses jovens, seja nos Estados Unidos ou em outras partes do mundo, será fruto da identidade e filiação destes às tradições deixadas por seus antepassados africanos.

Segue dizendo que essa resistência se expressa pela arte - ou, mais precisamente, envolvendo a tradição oral do canto espontâneo e improvisado e a expressão corpórea traduzida pela dança -, os jovens trazem como resultado uma forma original de apropriação da linguagem. Talvez poderíamos dizer que se trata de uma re-invenção da língua materna, envolvendo o domínio da poética e a organização coletiva entre seus pares - jovens que trazem no discurso os mesmos ideais libertários.

Nessa linha, seguem as autoras Rocha, Domenich e Casseano, no livro *Hip-Hop - A periferia grita* (2001). Iniciam salientando que este

movimento é um acontecimento que surge com toda força no final do século XX. Elas dirão que se trata de um fenômeno sociocultural que rejeita o monopólio da indústria fonográfica fabricante de modismos comportamentais. São em quase sua totalidade jovens oriundos de camadas populares que, de forma autônoma, contam com pouco acesso aos bens mínimos para uma sobrevivência digna, embora ousados, pois organizam eventos, produzem arte, realizam estudos que vêm ao encontro de suas demandas. Exercem grande influência sobre milhares de jovens que se identificam com o movimento, não apenas com as letras e músicas, mas com sua forma de vida e inserção social. Essa influência tem sido percebida até no sistema educacional, conforme se pode verificar entre alguns gestores públicos que têm lançado mão dessa linguagem nos últimos anos, utilizando o Hip-Hop como “metodologia educacional” dentro das escolas.

Tais jovens, cujas atitudes evidenciam aguda crítica social, reivindicam políticas públicas voltadas à sua real emancipação, resistindo à lógica do consumo. Assumindo essa postura, buscam autenticidade e "atitude".

Tarefa fácil? Não. Então o que levou esses jovens a assumirem o que chamam de "atitude", tentando virar um jogo que parecia ganho pelas classes dominantes?

Foi a percepção na "pele", no cotidiano, de uma realidade dura, ou seja, a discriminação da qual são vítimas por viverem em moradias precárias, que lhes possibilitou, em contrapartida, descobrirem-se e compreenderem que poderiam tentar mudar a própria vida e as daqueles que amam. E o fizeram, produzindo arte.

Interessante atentarmos para o fato de que os problemas econômicos, de saúde, familiares ou de falta de perspectivas profissionais, que poderiam conduzir esses jovens a trilhar outros caminhos, talvez pela via da criminalidade, não foram suficientemente determinantes para tal, nem tão pouco esse cenário levou essa parcela populacional a se sentir incapaz e impotente diante das adversidades que lhe foram impostas.

Nesse sentido, é preciso ponderar sobre o que Jeammet (2005) aponta como consequência do enfraquecimento das barreiras geracionais - gerando maior liberdade de costumes e enfraquecimento dos limites - o que vem favorecendo que parte da juventude apresente, em função do paradoxo

que vive nesta fase da vida - entre a dependência do mundo adulto e o desejo de libertar-se dele -, o que chamam de as “patologias do agir”. Ou seja, o jovem na tentativa de buscar contornos ou de impor um limite corpóreo a uma vida sem limites, que a sociedade lhe apresenta, passa para a ação, lançando-se, muitas vezes, ao alcoolismo, às toxicomanias, às dependências de medicamentos, às perturbações alimentares (anorexia e bulimia), dentre outras condutas auto-destrutivas.

No entanto, encontramos outra parcela da juventude, que canaliza essa força de forma a construir e mudar o meio social a seu favor. São jovens resilientes,²¹ pois mostram que o fato de terem crescido em ambientes adversos, não necessariamente os leva a se tornarem adultos com problemas. Ao contrário, nos parece que desenvolveram habilidades que lhes impulsionaram assumir o cuidado e o compromisso com sua vida e a da coletividade. Transformaram as dificuldades em força motriz de si mesmos, sonhando com perspectivas de novos caminhos. Trata-se, portanto, de um processo de subjetivação que se fez a partir do enfrentamento das situações descritas de forma inovadora e criativa, trazendo para o debate a importância da consciência da cidadania. Assim, auxiliam um número significativo de adolescentes e jovens adultos a encontrar os rumos de construção de sua identidade e a elevar sua auto-estima.

De onde vem essa força...

Sem grandes planejamentos, jovens pobres escolhem como arma a cultura para modificar o mundo onde vivem, usam a palavra, e por intermédio de atividades culturais e artísticas passam a refletir sobre sua realidade.

Aos poucos, o Hip-Hop - que em uma tradução literal significa movimentar os quadris (*to hip*, em inglês) e saltar (*to hop*) - começa a se

²¹ Resiliência é um conceito que vem da física e significa a capacidade de um objeto recuperar-se, de se moldar novamente depois de ter sido comprimido, expandido ou dobrado, voltando ao seu estado original. O Dicionário Aurélio define o termo como “a propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora duma deformação elástica” (Ferreira, 1986). Nos últimos anos, a resiliência tem despontado como conceito operativo no campo da Saúde, especialmente quando referido à criança e ao adolescente

estruturar. Foi criado pelo DJ Afrika Bambaataa, em 1968, para nomear os encontros dos dançarinos.

Afrika Bambaataa é o pseudônimo de Kevin Donovan, líder da Zulu Nation, reconhecido como fundador oficial do Hip-Hop. Nascido e criado no Bronx, utilizou muitas gravações já existentes de diferentes tipos de música para criar *raps*. Recorrendo a músicos como James Brown até o som eletrônico da música "Trans-Europe Express" (da banda europeia Kraftwerk), e misturando ao canto falado trazido pelo DJ jamaicano Kool Herc, Bambaataa criou a música "Planet Rock".

Alguns se perguntam se é um movimento social ou uma cultura de rua? Talvez, ambos: uma cultura de rua, mas também um movimento social. O Hip-Hop passou a ser conhecido pela reunião de um conjunto de manifestações culturais: um estilo musical, o *rap*; uma maneira de apresentar essa música em *shows* e bailes que envolve um DJ (*disc-jockey*) e um MC (mestres-de-cerimônia); uma dança, o *break*; e uma forma de expressão plástica, o grafite. Bambaataa percebeu que a dança seria uma forma eficiente e pacífica de expressar os sentimentos de revolta e de exclusão, e, ao mesmo tempo, uma maneira de diminuir as brigas de gangues do gueto e arrefecer o clima de violência. Foi nesse sentido que assumiu um caráter político e promoveu a conscientização coletiva nas festas de rua no bairro do Bronx, em Nova York. Nesta época, os Estados Unidos começavam a sofrer derrotas na Guerra do Vietnã, enquanto os movimentos pacifistas e as lutas pelo cumprimento da Lei dos Direitos Civis se radicalizavam. A situação agravou-se com o assassinato do líder negro Martin Luther King.

Os protestos se intensificaram com a criação, em 1966, dos Panteras Negras (Black Panthers). Um movimento que seguia as idéias do líder comunista chinês Mao Tsé-Tung e que defendia o *black power*: poder para os negros decidirem os rumos de sua comunidade sem a influência branca.

No Brasil quem é o público que aderiu ao hip hop?

Para Andrade (1996), no Brasil o Hip-Hop seguiu os mesmos passos que nos Estados Unidos, ou seja, o jovem negro e pobre identifica-se

com esse fenômeno, que a autora define como movimento social, por envolver formas de organização política, cultural e social.

Sustenta que a maioria dos teóricos que estudam o assunto adota a mesma definição por entenderem que o movimento traz em seu bojo uma ideologia de autovalorização da juventude negra, por meio da luta constante contra a discriminação e exclusão social.

Segundo Arnaldo Contier, no artigo “O *rap* brasileiro e os Racionais MC’s” (2005), o Hip-Hop chegou ao Brasil em inícios da década de 1980 por meio do *break*, paradoxalmente trazido dos Estados Unidos por agentes sociais das camadas mais ricas da sociedade. Brasileiros, que viajavam para o exterior e, ao retornarem ao Brasil, introduziram o *break* nas danceterias dos bairros nobres de São Paulo. Posteriormente, o *break* conquistou as ruas e as camadas dos excluídos da cidade por meio da formação de grupos de baile, que se reuniam na praça Ramos e numa galeria na rua 24 de Maio, ponto de encontro de jovens pobres (*office boys*) há décadas.

Contier relata que o *rap* politizado se expande pela cidade após o *show* do grupo Racionais MC’s (grupo musical que integra o movimento Hip-Hop) no parque do Ibirapuera em janeiro de 1988. Assinala quão conflitante era para jovens excluídos da periferia assumir um discurso “politizado”, “transformador da realidade social”, e, ao mesmo tempo, “pacifista” do Hip-Hop, e vivenciar situações concretas de extremas dificuldades, como a falta de acesso aos bens mínimos de consumo, tráfico de drogas e violência policial, entre outros problemas.

No Brasil, sobretudo na periferia das grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, o *rap* tem se lançado como um grito de alerta, denunciando a triste realidade dos jovens pobres, o preconceito racial e as condições completamente desfavoráveis a que estão submetidos. Constituem-se, na verdade, segundo o autor, como os “novos cronistas da metrópole”. As iniciativas desses grupos mostram que a periferia também é um lugar de criatividade, pois os jovens se articulam com os movimentos sociais, promovendo a cidadania e a inclusão.

Eles lutam em primeiro lugar pela “libertação do povo negro” e a superação do racismo. Apontam para o fortalecimento dos movimentos sociais

e culturais visando à transformação social. Defendem a idéia de que seus instrumentos de luta são a educação e a informação.

José Carlos Gomes da Silva (2000) pesquisou a produção fonográfica de vários grupos de *rap* na cidade de São Paulo, em especial na Zona Sul, visando compreender o sentido da música na vida dos jovens da periferia.

Sustenta que os *rappers* sempre promoveram a crítica à ordem social, ao racismo, à história oficial e à alienação promovida pela mídia. Um ponto importante que o pesquisador destaca é a crítica dos *rappers* à educação formal. Nesse sentido destaca que o movimento não ficou apenas na organização de eventos de rua, nem tampouco apenas criticando o ensino oficial. Ao contrário, ao verificar que esta instituição não respondia às suas demandas, muitos grupos fizeram articulações com escolas oficiais propondo projetos específicos, trazendo para o debate escolar temas até então negligenciados, devido à impermeabilidade dessas instituições às experiências juvenis desenvolvidas fora do seu âmbito.

O pesquisador avalia ainda que temas como violência, racismo, sexualidade, não são com frequência objeto de preocupação das autoridades escolares. Desta forma, os jovens inseridos no movimento Hip-Hop ao constatarem que a educação formal silenciara sobre as práticas políticas e culturais relativas aos afrodescentes, seguiram o caminho do conhecimento autodidata, que parece ter sido a estratégia que encontraram para a compreensão da trajetória da população negra na América e no Brasil. Assim, construíram textos e livros buscando a desmistificação do mito da democracia racial e a valorização da cultura afrobrasileira. Esta surge, segundo Silva, como "elemento central para a reconstrução da negritude" (Silva, *in*: Andrade, 2000, p. 30).

O movimento em São Paulo

O movimento foi ganhando espaço de forma que os próprios integrantes não tinham dimensão de sua extensão. Um exemplo disto foi o "I Festival Internacional de *Rap*", realizado no estacionamento do Parque

Anhembi, Zona Norte da capital paulista, em março de 1999. Numa noite de sábado, o evento reuniu 15 mil pessoas - a maioria negra e do sexo masculino. Foram 15 horas de *show* "como se fosse um culto". Ali havia alguém que já despontava como liderança inquestionável, ou seja, os jovens presentes viam no MC Mano Brown seu guia e representante absoluto e legítimo, em função de sua trajetória de vida, jovem pobre, vivendo e sobrevivendo, assim como costumava dizer, na periferia sul da cidade de São Paulo. Esse evento, segundo o *rapper* DJ Hum, foi a descoberta de um "mundo oculto" (Rocha, Domenich, Casseano, 2001).

Tive que esperar 15 anos para ver uma das maiores manifestações de *rap* organizadas no Brasil. (...) Ele tem o poder de reunir a massa, mas educando, informando. É coisa séria, e não uma moda, como o pagode e a *axé music* (Rocha, Domenich, Casseano, 2001, p. 33).

Outro momento importante foi o lançamento do CD "Sobrevivendo no inferno", dos Racionais MC's, em 1997. Vendeu mais de um milhão de cópias e marcou um novo ciclo, pois abriu espaço para gravações de diferentes grupos por meio de selos independentes. Vejamos a concepção do grupo sobre seu papel de liderança dessa juventude excluída:

Temos um compromisso não somente com a música, mas também com a questão social, inclusive a de não incentivar em público o uso de qualquer droga, seja ela a pinga ou a maconha. Uma vez em cima do palco, você é líder, e pode influenciar muita gente (Rocha, Domenich, Casseano, 2001, p. 34).

Todo esse movimento não passou ao largo dos olhos da sociedade, pois havia por parte da grande mídia e das classes mais abastadas algum receio em relação aos adeptos do Hip-Hop. Aliás, não seria exagero dizer que o fato de serem negros, pobres e vestirem-se com calças largas, abaixo da cintura, camisetas com estampas e cabelos trançados ou armados, atraía a atenção de um público que via nesses jovens um risco para sua integridade física.

Daí termos assistido, no início, muita repressão policial. Em novembro de 1994, o grupo Racionais foi detido pela Polícia Militar de São Paulo quando subiu ao palco durante o festival de *rap* no Vale do Anhangabaú. O motivo alegado foi incitação à violência e desacato à autoridade.

Atualmente ainda há muita polêmica em relação à independência dos grupos de *rappers*, pois alguns acreditam que a expansão da música Hip-Hop deve ocorrer à margem da indústria fonográfica, com lançamentos feitos por selos independentes, pois acreditam que os que cedem às leis das gravadoras tradicionais perdem sua autonomia, já que elas tendem a ditar o produto musical a ser comercializado, tirando dele o máximo de proveito.

As rádios comunitárias, segundo esses *rappers*, representaram um meio importante de divulgação do trabalho. Nessas rádios, o movimento encontrou um veículo para a divulgação de suas propostas. Como exemplo podemos citar a rádio comunitária a Favela FM (104,5 MHz), localizada na favela Nossa Senhora de Fátima, em Belo Horizonte. Segundo dados não oficiais, era a segunda rádio mais ouvida na Zona Sul de Belo Horizonte e a quarta na região metropolitana da cidade. No ar há 20 anos, a Favela FM teve uma trajetória marcada por resistências, protestos e defesa da cidadania (Rocha, Domenich, Casseano, 2001).

Hoje um meio poderoso de divulgação do movimento é a internet. Encontramos neste veículo milhares de páginas pessoais que divulgam a história do Hip-Hop, grupos e letras de *rap*.

Mas embora muitos *rappers* resistam à idéia de difusão do movimento na grande mídia, e ainda que esta música tenha relações estreitas com os movimentos de identidade e de orgulho racial, não significa que esteja fora do mercado, da grande mídia e da indústria cultural. Isto vale para o Brasil e para os Estados Unidos.

Vale aqui ressaltar que o Hip-Hop não chegou ao Brasil por meio da música, mas pela *break dance*, conforme assinalamos anteriormente. O *b.boy* Nelson Triunfo foi um dos responsáveis por difundir o *break* no Brasil. O cabelo *black power*, o andar robótico e os passos duros, eram, segundo Andrade (1996), o estilo dos primeiros *breakers* que surgiram nas ruas do Bronx, bairro de população majoritariamente negra e hispânica em Nova York

no final da década de 1960. Eles faziam uma espécie de protesto contra a Guerra do Vietnã por meio de passos de dança que simulavam os movimentos dos feridos da guerra. Já os primeiros *breakers* brasileiros dançavam ao som improvisado de uma ou várias latas, dando origem à expressão "bater a latinha". Os jovens, em sua maioria *oficce boys* que circulavam pelo centro da cidade, passavam a encontrar nesses espaços uma forma de expressão de suas identidades perdidas e aos poucos as equipes de *break* foram surgindo.

Num primeiro momento o *break* virou moda e passou a fazer parte de aulas de academias de ginástica da classe média, sendo capturado pelo mercado fonográfico, passando a tocar nas rádios e programas de televisão.

Nelson Triunfo ressalta:

Quando a moda do *break* passou, depois de 1985, só ficaram no movimento aqueles que eram mesmo interessados. A mídia achou que a febre tinha acabado, mas nós insistimos (Rocha, Domenich, Casseano, 2001, p. 133).

Muitos *oficce boys* se tornaram profissionais da dança. Cumpre registrar que esse movimento, como pudemos verificar, não foi planejado, tal qual o conhecemos hoje, mas, ao contrário, foi se forjando aos poucos. Sobretudo no Brasil, os diversos elementos que compõem o movimento Hip-Hop foram se integrando através do tempo. Depois do *break*, iniciam-se os primeiros grafites espalhados pelas ruas da cidade, como os do artista plástico Alex Vallauri. Cabe ressaltar que a origem do grafite é imprecisa. A versão mais aceita é a de que teria surgido no final dos anos 1960, nos Estados Unidos, como uma forma de protesto contra as condições precárias do gueto.

Nesse período o *rap* conquistava a juventude negra nos bailes *black*. Como os jovens não entendiam o inglês cantado nas músicas, detinham-se apenas no ritmo. "Tagarela" foi a expressão encontrada para designar *rapper*. A equipe pioneira na organização dos bailes *black* foi a que abriu espaço para o Clube do Rap Chic Show. O *black soul* paulistano na década de

1970 tinha a influência do movimento Black Rio. Ambos promoviam o resgate da identidade negra brasileira.

Essas questões nos levam a refletir se o movimento Hip-Hop não poderia ser comparado à tragédia grega com toda a importância desta para seu povo. Assim, recorreremos ao filósofo alemão Friedrich Nietzsche, mais especificamente, às conferências "Sócrates e a Tragédia" e o "Drama Musical Grego".²²

Nestas conferências o filósofo nos traz as figuras dos deuses Dionísio e Apolo. Sendo Apolo o deus da harmonia, da forma, da clareza, da individualidade, da ordem e da sensatez e Dionísio, selvagem, representando o êxtase, as alegrias festivas, os impulsos desconhecidos da razão, da dança e da desordem. As paixões, a arte, a criatividade, a música e a transposição de limites do ser são representadas pelo universo místico, no dionisíaco; a linguagem, a dialética, a consciência, a razão, o indivíduo em si, são representados pelo apolíneo.

A harmonia e a desordem presentes no apolíneo-dionisíaco nos leva a pensar o movimento Hip-Hop como contendo, por um lado, a crítica coerente, harmônica, indubitável que seria a dimensão apolínea, e, por outro, o grito de alerta, pela via da dança e da arte, que seria mais próximo da dimensão dionisíaca. Segundo Nietzsche, a arte trágica era movida por um coro ditirâmico,²³ com a música, que para ele constituía o seu principal elemento. A música, no caso o *rap*, descrevendo de forma artística e poética o cenário da realidade saída das metrópoles, em sua forma mais crua, mas não menos bela, ao nosso ver, estaria retomando a força da expressão polissêmica da arte antiga, com todo o vigor de arte de rua.

Como no *rap*, a tragédia grega era muito mais que um jogo de palavras, pois em sua análise Nietzsche traz questões capitais da existência do homem enquanto ser estético e temporal. Segundo Nietzsche, o apolíneo e o dionisíaco, que são complementares entre si, foram separados pela civilização.

²² Conferências contidas no livro *A visão dionisíaca de mundo e outros escritos da juventude* (2005).

²³ Rubrica: música, teatro. primitivamente, canto de louvor ao deus grego Dioniso (o Baco dos romanos). Mais tarde foi acrescido de dança música de flauta; no sVII aC, com a introdução do coro de 50 elementos e um solista (corifeu), que com ele dialogava, gerou os primeiros elementos da tragédia (e do drama em geral); a partir do sV aC, focalizava não só Dioniso, mas também outros deuses e mitos e, por fim, temas profanos.

Afirmará que o homem encontrará na plenitude do eterno retorno a completude de uma experiência que se norteará pela alternância da criação e destruição, da alegria e do sofrimento.

Encontramos na poesia lírica que o povo de Atenas demonstrava, segundo Nietzsche (2005), nas cenas apaixonadas e no coro, desde a irrupção do sentimento em interjeições até o hino e o ditirambo, a mesma paixão que os jovens negros da periferia mostram ao se identificar com o movimento Hip-Hop.

Na recitação, no canto, na música de flauta e no passo cadenciado da dança ainda não se fechou completamente o anel. Pois se a poesia configura o mais íntimo elemento fundamental do drama, então vai ao seu encontro, nesta sua nova forma, a plástica (Nietzsche, 2005, p. 19).

Desta forma, assim como assistimos nas músicas de *rap*, o filósofo sustentará que nem tudo o que era poetizado poderia ser cantado, às vezes era falado com acompanhamento da música instrumental. Um falar recitativo de modo que o tom na fala também influenciava a música e tornava as rimas poderosas.

Em sua análise da cultura da Antiguidade clássica, Nietzsche afirma que o “apolíneo-dionisíaco” forma um conjunto de forças que atuam através dos contrários, em que ambos os impulsos, tão diversos entre si, caminham lado a lado, na maioria das vezes em discórdia aberta e incitando-se mutuamente a produções sempre novas. Esse jogo de forças, afirma o filósofo, busca compreender não só a cultura clássica da tragédia grega, como também a cultura em geral no que diz respeito às suas dinâmicas e vitalidades, daí nossa tentação em trazer essas considerações para entendermos melhor o movimento Hip-Hop.

Observamos no movimento Hip-Hop o exercício constante de manter a convivência com os dois lados. Assim, a alegria da produção e da expressão artística dionisíaca convive com um cenário de formas apolíneas,

traduzidas pela denúncia das péssimas condições de vida, reunindo elementos para inspiração poética no esforço de se resignificar.

O filósofo relata que a primeira exigência era que o público entendesse o conteúdo da canção executada. Tal preocupação encontramos entre os jovens *rappers*.

Segue dizendo:

E se uma canção de coro de Ésquilo ou Píndaro era realmente entendida, com as suas ousadas metáforas e seus saltos de pensamento, então isto supõe uma admirável arte da representação e ao mesmo tempo uma acentuação e uma rítmica musicais bem características. Junto à construção do período rítmico-musical, que se movia no mais estreito paralelismo com o texto, corria, por outro lado, como meio de expressão externo, o movimento da dança, a coreografia (*Orchestik*).²⁴ Nas evoluções dos coreutas, que se desenhavam diante dos olhos dos espectadores como arabescos sobre a ampla superfície da orquestra, sentia-se a música tornada de certa maneira visível. Enquanto a música intensificava o efeito da poesia, a coreografia (*Orchestik*) esclarecia a música. Surgiu, por consequência, para o poeta e compositor ao mesmo tempo, ainda a tarefa de ser um produtivo coreógrafo.

Poderíamos hoje chamar os *breakers* de coreógrafos?

Nessa direção, Christian Béthune (2003) dirá que o Hip-Hop se desenvolve em forte aliança com a tradição da música de origem afro, ou seja, reportando-se a um estilo musical que retoma a dimensão da arte inconsciente, fruto da produção de um povo, assim como analisara Nietzsche na obra *A visão dionisíaca do mundo*, a propósito das tragédias. Nestas, Nietzsche valorizou a multiplicidade de formas e apresentações da arte plástica antiga, sustentando que os jogos olímpicos gregos eram caracterizados por uma grande festa, na qual se reuniam todas as artes gregas.

²⁴ A palavra *Orchestik* deriva do grego *ορχη* (*ορχεω*), que significa dançar. *Ορχηστρα*, da qual deriva a nossa 'orquestra' era a parte do teatro onde o coro fazia as suas evoluções, dançando e cantando. (N. do T.)

Da mesma forma, Béthune segue afirmando que o Hip-Hop teria resgatado, assim como os gregos nas tragédias, uma prática ancestral das culturas afro, pois esse tipo de organização - a roda de cantores e dançarinos - trazia para seus rituais uma expressão coletiva de ritmos, cantos e danças, na qual músicos e expectadores interagem num dinamismo frenético, tornando a arte produto de todos os envolvidos, sem privilegiar um ator em especial. Assim, afirma Béthune, essa prática na qual todos participam, originou-se da experiência das culturas negras.

Já com todos os elementos integrados, surgem as “posses”, que segundo o sociólogo José Carlos Gomes da Silva (1998), são associações locais de grupos de jovens que têm como objetivo reelaborar a realidade conflitiva das ruas nos termos da cultura e do lazer. Reúnem grupos de *rap*, *breakers* e grafiteiros que visam o aperfeiçoamento artístico dos elementos do Hip-Hop e a divulgação da cultura de rua.

Com esse nível de organização, podemos comparar as posses, com a integração e harmonia de todos os elementos e o fascínio que os encontros proporcionam a esses jovens, com os jogos olímpicos na Grécia antiga que reuniam as tribos gregas separadas em uma unidade político religiosa:

o festival dramático equiparava-se a uma festa de reunificação das artes gregas. O modelo da mesma era dado já naquelas festas dos templos, em que a aparição plástica do deus era celebrada diante de uma multidão devota com dança e canto (Nietzsche, 2005, p. 18).

Políticas públicas para a juventude?

Ao traçarmos o cenário de extrema escassez que se apresenta para a juventude das camadas populares na atualidade, nos indagamos sobre os tipos de intervenções por parte do poder público no país que visam responder às demandas trazidas por essa camada populacional.

Assim, fizemos um levantamento que nos deu a dimensão do quanto as autoridades do poder executivo nacional encontram-se sensibilizadas e buscando investimentos que ao menos atenuassem a situação de vulnerabilidade que envolve as precárias condições de existência desses jovens.

No que se refere à formulação de políticas governamentais, surgem algumas iniciativas em prefeituras e governos estaduais a partir da década de 1990. Nesta época técnicos e especialistas elaboraram programas que visavam à formação profissional, oferecimento de serviços de saúde, cultura e lazer para a juventude. Tais iniciativas são ressaltadas pela constatação de que no Brasil, diferentemente de outros países, não havia tradição de políticas voltadas para este segmento, que se diferenciasse daquelas voltadas ao atendimento das crianças, para além da educação formal (Abramo, 1997).

No plano federal é criada a Assessoria Especial para Assuntos de Juventude, vinculada ao gabinete do Ministério da Educação, e dois programas da Comunidade Solidária, quais sejam: Universidade Solidária, destinada a jovens de camadas populares, e um estímulo para o financiamento de programas de capacitação profissional (Abramo, 1997).

Vale registrar que, ao lado de tais iniciativas, surgirá um número expressivo de intervenções e programas voltados à juventude promovidos por organizações não-governamentais e associações beneficentes de toda ordem, tendo como alvo o jovem “carente”, em risco social ou desvantagem social, como eram denominados. Tais programas servirão sempre para ressocializá-los, para suprir, por meio de atividades esportivas ou ocupacionais de todo tipo, as demandas não atendidas pela família, pela sociedade ou pelo próprio jovem (Abramo, 1997).

Cabe aqui mais uma vez enfatizarmos que as ações não eram dirigidas para a juventude com um todo, em suas reais demandas, mas visavam, na verdade, reintegrá-la à sociedade. Não percebemos nesses administradores um investimento no sentido de entender as características dessa fase da vida, assim como conceituar e pensar metodologias que ajudassem a mais bem compreender e atuar junto aos adolescentes sem se render ao estigma de que esta fase é difícil por natureza.

Não houve tampouco, por parte dos órgãos governamentais, a busca de um intercâmbio com outros pares que tivessem experiência nesse campo:

Na Europa e Estados Unidos a formulação de políticas para jovens e a designação de instituições governamentais responsáveis por sua implementação têm se desenvolvido ao longo do século; nos países de língua espanhola da América Latina, esse fenômeno, de modo geral, ganha significação a partir dos anos 1980, principalmente estimulado por organismos como CEPAL, ONU e o governo da Espanha, gerando algumas iniciativas de cooperação regional e ibero-americana, com intercâmbio de informações e experiências, promoção de capacitação técnica, de encontros para realização de diagnósticos e discussão de políticas. O Brasil, no entanto, passou ao largo desse movimento (Abramo, 1997, p. 26).

Especificamente em nosso território, do final dos anos 1960 e durante a década de 1970, o jovem aparece como ameaçador da ordem social, tanto política, como cultural e moralmente. Movimentos pacifistas, estudantis, as proposições da contracultura e a oposição ao regime autoritário, que vigorava na época, fizeram com que a juventude aparecesse como detentora das possibilidades de transformação profunda que o país tanto carecia, por um lado, e, por outro, o fato de suscitar o risco de desestabilização social gerou respostas violentas de defesa da ordem, que envolveram a perseguição, a tortura e a morte de muitos jovens pelos aparelhos repressivos de Estado.

Abramo diz que somente depois de alguns anos a imagem dessa juventude dos anos 1960 foi realmente avaliada de forma positiva, intitulada de geração idealista que ousou se arriscar em prol da transformação social. E, em razão do reconhecimento das glórias e lutas dos jovens nessas duas décadas, bem como do refluxo do movimento devido ao processo de democratização da sociedade brasileira na década de 1980, os jovens passam a ser vistos como individualistas, conservadores e indiferentes aos problemas sociais (Abramo, 1997).

Já em 1990, há uma mudança desse olhar crítico aos jovens prevalecente nos anos 1980, uma vez que se pode identificar inúmeros agrupamentos juvenis que rompem com a apatia, passando a intervir no cenário social de forma individual e coletiva. No entanto, salienta-se, com frequência, a presença de “atos individualistas” ligados à violência, drogas, criminalidade, enfim, uma gama vasta de comportamentos considerados antissociais (Abramo, 1997).

Na conjuntura atual, dos anos 1990, é muito presente e forte a imagem dos jovens que assustam e ameaçam a integridade social. Vítimas do processo de exclusão profunda que marca nossa sociedade, ao mesmo tempo, do aprofundamento das tendências do individualismo e do hedonismo, se comportam de forma desregrada e amoral, promovendo o aprofundamento da fratura e do esgarçamento social que os vitima. Podem tornar-se, assim, junto com o medo, objeto da nossa compaixão e de esforços para denunciar a lógica que os constroi como vítimas e de ações para salvá-los. Mas dificilmente como sujeitos capazes de qualquer tipo de ação propositiva, como interlocutores para decifrar conjuntamente, mesmo que conflituosamente, o significado das tendências sociais do nosso presente e das saídas e soluções para elas (Abramo, 1997, p. 35-6).

Desse modo, Abramo parece nos demonstrar o quanto a juventude vem sendo alvo, há décadas, de definições rígidas e generalizantes, sendo considerada, ora como revolucionária, ora como “anárquica”, ou ainda taxada como um “bando de rebeldes sem causa”. Assim, na década de 1990, conforme sustenta Abramo, a sociedade continua encarando a juventude de forma ambígua e conturbada.

Desse modo, ainda com o intuito de entender o lugar que esta parcela da população vem ocupando no cenário brasileiro na atualidade, recorreremos a Sposito e Carrano.

Esses autores, em 2003, visando acompanhar as políticas públicas adotadas para a juventude e visando a entender o alcance de tais intervenções, realizaram um levantamento das ações federais voltadas para

este segmento populacional no período de 1995-2002. Analisaram, ainda, como reagiram alguns municípios no sentido da elaboração e efetivação de tais políticas.

Os autores iniciam a análise enfatizando o que Abramo já salientava, ou seja, o reconhecimento de que uma vasta avalanche de problemas afetava e incidia sobre uma parcela significativa de nossa juventude, sobretudo a partir da década de 1990. Eram os jovens em situação de “risco social”.

Dito de outra forma, os problemas se avolumavam em todas as áreas, segurança pública, saúde e trabalho, entre outras, e a própria situação clamava por políticas para a juventude visando o enfrentamento de tantos problemas sociais, sendo não raro ela considerada problema.

As primeiras ações, ainda sob a ótica do jovem como problema social, buscavam controlar o seu tempo livre, prevenir, compensar e superar as dificuldades que enfrentava, tirando-o da rua. Os programas geralmente traziam atividades esportivas, culturais e de trabalho, e eram voltados para os jovens pobres dos bairros periféricos das grandes cidades.

Os pesquisadores evidenciam a fragilidade do governo federal neste período para coordenar os programas e projetos, deparando-se com a ausência de registros sobre a avaliação e o acompanhamento de tais políticas.²⁵

Vale ainda ressaltar que não é objetivo do presente trabalho detalhar tal levantamento, mas trazer para o debate alguns pontos que nos auxiliam a entender as formas de inserção na atualidade do jovem no Brasil, sobretudo o jovem de camadas populares.

Um ponto que vale salientar neste levantamento é o fato de as ações governamentais federais não fazerem distinções entre criança, adolescente e jovem. Ou seja, as especificidades da juventude, que tanto nos esforçamos para trazer para o debate, não aparecem nesses projetos.

²⁵ Apenas o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão demonstrou algum esforço na avaliação do desempenho de alguns programas e projetos agrupados em torno dos macroobjetivos ministeriais do Plano Plurianual (2000-2003).

Nessa direção, podemos supor que, ao se introduzir na mesma categoria crianças, adolescentes e jovens sem distinção, corre-se o risco da realização de ações ineficientes com resultados pouco impactantes, visto que não respondem às demandas específicas de cada grupo, já que tais grupos aparecem indiferenciados num universo com múltiplas necessidades.

A seguir, destacaremos apenas os projetos voltados à área da saúde do jovem e faremos algumas considerações acerca dos programas que trazem preocupações referentes à sexualidade e prevenção às DST/AIDS, objeto deste estudo. Vale registrar que os autores em seu levantamento optaram por trabalhar com 18 programas/projetos federais, divididos por pasta ministerial, voltados para adolescentes e/ou jovens, por considerá-los mais relevantes. Descreveremos apenas os projetos ligados aos seguintes ministérios: Ministério da Saúde, um projeto no Ministério do Trabalho e um no Ministério da Assistência e Previdência Social.

Iniciamos pelo Ministério da Saúde, já que em 1989 surgiram as primeiras iniciativas no sentido de pensar ações para o adolescente. Naquele ano, foi criado o Programa Saúde do Adolescente (PROSAD). Em 1999, foi criada a Área de Saúde do Adolescente e do Jovem (ASAJ) no âmbito da Secretaria de Políticas de Saúde. Essa nova área, então, tornou-se responsável pela articulação dos diversos projetos e programas do Ministério da Saúde que lidam com questões relativas à adolescência e juventude, em decorrência da percepção da necessidade de uma política nacional integrada de atenção específica aos indivíduos de 10 a 24 anos.

Vale dizer que os técnicos, ao elencarem, como áreas prioritárias de atuação, setores, como o crescimento e o desenvolvimento da juventude, sexualidade, a saúde mental, a saúde reprodutiva, a saúde do escolar adolescente, a prevenção de acidentes, a violência e maus-tratos e, por fim, a família, fizeram-no com quase a total ausência da participação juvenil, seja na elaboração e planejamento das ações, seja na execução e avaliação dos resultados.

No Ministério do Trabalho, destacamos o Projeto de Promoção de Direitos de mulheres jovens vulneráveis ao abuso sexual e à exploração sexual comercial no Brasil. Este projeto, criado em 1999, integra o Programa de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e tem como objetivo

promover direitos das jovens, especialmente daquelas sob situação de risco, e visa eliminar a violência cometida contra elas. O público-alvo compreende as jovens brasileiras violentadas sexualmente nos primeiros anos de vida e as meninas que trocam “favores” sexuais pela necessidade de sobreviver.

No entanto, como bem afirmaram Sposito e Carrano, percebemos a desarticulação das ações governamentais, pois tais iniciativas, como a citada acima, teriam no mínimo que estar em estreita articulação com o Ministério da Saúde, na Área de Saúde do Adolescente e do Jovem, bem como com o Ministério da Educação, cujo lugar entendemos ser privilegiado para o desenvolvimento de toda e qualquer ação junto ao adolescente e jovem.

Por fim, destacamos uma iniciativa do Ministério da Assistência e Previdência Social, relativa ao Programa Brasil Jovem, compreendendo ações de implantação dos Centros da Juventude e a capacitação de jovens de 15 a 17 anos como Agente Jovem mediante a concessão de bolsa. As ações globais do programa se voltaram para os jovens entre 14 e 25 anos em “condições de vulnerabilidade social”. A prioridade de implementação incidiu sobre municípios com as seguintes características: alto índice de jovens de famílias de baixa renda; alto índice de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e AIDS entre os jovens; exposição dos jovens ao uso e ao comércio de drogas; alto índice de mortalidade juvenil por causas externas; exploração sexual de meninas e jovens; alto índice de gravidez na adolescência; taxa elevada de desocupação juvenil, ou seja, jovens fora da escola e de qualquer forma de trabalho; alta taxa de analfabetismo e baixo índice de escolaridade.

Mais uma vez, não podemos deixar de registrar aqui a “esquizofrenia” reinante nestes projetos, pois, se atentarmos para os objetivos deste programa, veremos que são os mesmos dos projetos ligados ao Ministério do Trabalho e do Ministério da Saúde; ou seja, intervenções e, sobretudo, recursos públicos pulverizados, ações que não se articulam e, muito provavelmente, com resultados pífios, porque pulverizados.

Outro ângulo que Sposito e Carrano pontuam é o surgimento nos documentos governamentais da proposta de protagonismo juvenil. A respeito desse tema, debateremos mais adiante. Mas entendemos que não poderíamos deixar de citar a crítica dos pesquisadores em questão sobre este assunto. Destacam dois conceitos que passam a vigorar em documentos de

órgãos do governo federal e ONGs, principalmente quando referidos a projetos e programas fortemente focados na juventude: protagonismo juvenil e jovens em situação de risco social. Aliás, os autores ressaltam que essas idéias pareciam marcadas mais por forte apelo social do que por conceitos ancorados em diagnósticos sociais e reflexões analíticas sobre o tema da juventude.

Segundo os responsáveis pela pesquisa, tais propostas visavam mais à facilitação de financiamentos públicos do que de fato à conceituação de proteção social e cidadania participativa. Saliendam que a expressão “estimular o protagonismo juvenil” encontrada em textos de projetos variados parecia ser auto-explicativa, não havia um esclarecimento objetivo do seu verdadeiro significado.

A busca por conceber e dirigir programas para jovens considerados carentes ou em situação de risco social, com a delimitação geográfica em municípios de baixo IDH,²⁶ expressou políticas de focalização no combate à pobreza que predominaram nos governos do presidente FHC em detrimento de políticas de caráter universal (Sposito e Carrano, 2003, p. 22).

Já as ações municipais começam a ser delineadas a partir dos anos 1990. Nelas, podemos notar que, embora incipientes e com pouco alcance, tais intervenções, com o objetivo de trazer impacto positivo no cotidiano dos jovens brasileiros, se dão após a implantação no país do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, ao mesmo tempo, que coincide com um processo de democratização da sociedade a partir dos anos 1980, passado o período de fechamento político ferrenho da ditadura militar.

Assim, o município surge como um campo privilegiado de análise devido à proximidade deste com seus munícipes. O poder municipal aparece como interlocutor próximo dos grupos organizados, sobretudo quando as demandas giram em torno de transformações

²⁶ IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

da qualidade de vida e de novas apropriações do espaço citadino (Sposito e Carrano, 2003, p. 24).

Os pesquisadores ressaltam que tais intervenções serão fruto de compromissos eleitorais de partidos de esquerda e de centro-esquerda que, por meio de sua militância juvenil ou de setores organizados do movimento estudantil, incluíram na sua plataforma política as demandas desses segmentos.

Assim, Sposito e Carrano fazem a seguinte ponderação:

Quando se analisa o conjunto de motivações que propõem as ações, observa-se que, mesmo conformadas por gestões municipais de caráter progressista, as representações normativas correntes exprimem ainda a ideia básica de superação dos problemas vividos pelos jovens, sua situação de vulnerabilidade e, portanto, a meta fixada incide sobre o combate a esses problemas (desemprego, violência, drogas). Verifica-se que nas percepções há também um conjunto de referências ligadas às novas desigualdades e processos de exclusão decorrentes das conjunturas neoliberais que atingem, sobretudo, o segmento juvenil e que, por essas razões, são demandadas ações específicas para esses segmentos (Sposito e Carrano, 2003, p. 27).

Dito de outro modo, as intervenções visavam suprir as necessidades juvenis nas áreas de emprego, saúde, lazer, educação e cultura. Pensava-se, em muitos destes investimentos, no jovem como ator social, capaz de participar e influir na elaboração de tais políticas, ao mesmo tempo, que, em ações voltadas para os processos de construção de autoestima e de identidade juvenis (Sposito e Carrano, 2003).

De qualquer forma, temos que atentar para o fato de que, embora as políticas públicas voltadas para a juventude ainda sejam incipientes e não respondam às suas demandas, percebe-se que o tema da participação dos jovens na formulação e implantação de políticas avançou nos últimos anos.

No entanto, o desenvolvimento da área de estudos ligada à juventude não foi linear, tendo sofrido descontinuidades significativas ao longo dos anos. Muitos dos estudos acadêmicos iniciais centraram-se na temática do associativismo estudantil e apenas mais tarde surgiu o interesse pela temática das culturas juvenis, dos grupos de estilo, bem como pelas formas protagonizadas pelos jovens de apropriação, recriação e de construção de um espaço público de cidadania (Sposito, 2006).

Sposito chama a atenção para alguns aspectos que considerou fundamentais em relação às pesquisas nesta área. O primeiro deles refere-se ao fato de as instituições, ao refletirem sobre os jovens, faziam-no sempre com ênfase nos seguintes temas: juventude/cidadania/violência ou juventude/desemprego/violência. Tais análises, ao retratarem apenas parte da juventude, acabam por encobrir a heterogeneidade que, sabemos hoje, caracteriza esta fase do ciclo vital. Outro aspecto relevante para este debate era, e em certo ponto ainda permanece, a dificuldade de acesso a uma série de dados estatísticos que permitam uma análise longitudinal da evolução de algumas variáveis ligadas à juventude.

Em terceiro lugar, indaga se a investigação desta área, ressaltando a autonomia e o potencial dos grupos e culturas juvenis, ao constituírem-se como base para a elaboração de políticas públicas, ao invés de potencializar tal autonomia, não estaria criando o que chamou de “tutela social” ou abandono sobre esses espaços, visto que as regras e normas institucionais já estão determinadas quando da formulação das propostas. Com esse questionamento pontua que a pesquisa não estaria desligada do contexto social em que se desenvolve e do impacto que promove para a população estudada.

Ressalta também que os estudos tem se voltado com maior frequência para as áreas urbanas, destacando a necessidade de abordar a situação da juventude do campo e pequenas cidades, dos fenômenos de religiosidade juvenil, bem como das questões de gênero (Sposito, 2006).

O último ponto que ressalta recai sobre as preocupações do presente trabalho, na medida em que pontua alguma inquietação em relação ao fato de os estudos centrarem-se mais nos grupos pertencentes a determinada cultura juvenil do que nas trajetórias e biografias dos sujeitos.

O protagonismo juvenil

Tomando em consideração as ponderações críticas acerca das políticas públicas voltadas para a juventude, entendemos que para o presente estudo faz-se necessária uma breve reflexão sobre o conceito de "protagonismo juvenil", seu surgimento e as críticas e ressalvas que especialistas vêm tecendo a este conceito ao longo dos anos. Cumpre lembrar que tal análise reveste-se de grande importância para o presente estudo devido ao fato de os jovens pesquisados serem lideranças entre seus pares e protagonizarem ações de prevenção das DST/AIDS.

Nesse sentido, queremos verificar se de fato é uma proposta de promoção da participação do jovem ou uma forma disfarçada de garantir que o controle da situação fique nas mãos do adulto, pois, embora os documentos oficiais, inclusive de organismos internacionais, tenham reiterado a importância da participação ativa da juventude na formulação de políticas públicas voltadas para esta parcela da população, o que estamos acompanhando na prática é um total descaso da sociedade em geral, e em particular dos órgãos públicos, em relação ao segmento jovem que não vê suas demandas respondidas.

A palavra protagonismo é formada por dois radicais gregos: *proto*, que significa "o primeiro", "o principal", e *agon*, que significa "luta". Agonistes, por sua vez, significa "lutador" (*Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 1148).

Portanto, de acordo com esta definição, "protagonismo" refere-se à ação da pessoa que desempenha ou ocupa o primeiro lugar num acontecimento. É o ator principal que luta por algo.

O protagonismo é uma estratégia de desenvolvimento continuado que envolve os participantes desde o planejamento, a capacitação, a execução de atividades até a avaliação dos resultados. Essa proposta surgiu como alternativa aos modelos anteriores e apostava que a participação ativa, construtiva e solidária do jovem poderia trazer soluções concretas aos problemas reais na comunidade e na sociedade.

Com este entendimento poderemos pensar o sentido que vem sendo atribuído ao termo protagonismo, particularmente na prevenção das

DST/AIDS, entre a juventude, na última década. Para tal, recorreremos à nossa dissertação de mestrado - Moraes (2003). Neste trabalho, relatamos que, sob a coordenação do Ministério da Saúde, em 1999, foi realizado um seminário com a participação de 131 especialistas de vários pontos do país nas áreas de infância e adolescência, sexualidade, educação, prevenção das DST, da AIDS, do uso indevido de drogas e em avaliação. Esse seminário visou à elaboração de diretrizes e ações em sexualidade, em prevenção das DST/AIDS e do uso indevido de drogas, para crianças e adolescentes (Moraes, 2003).

Os participantes definiram prioridades e propuseram estratégias para a formulação de políticas públicas para a atuação dos Ministérios da Saúde e da Educação e de organizações comunitárias junto a crianças e adolescentes com o objetivo de “prevenir as DST, AIDS e o uso indevido de drogas e prestar assistência integral à adolescente grávida e às crianças e adolescentes com DST, portadores do HIV, doentes de AIDS e dependentes de drogas” (Ministério da Saúde, 1999).

Como resultado desse seminário, formularam-se 28 princípios, nove prioridades e 54 estratégias. Não os detalharemos, mas vale observar que esses princípios estavam em consonância com o que prescreve o Plano Nacional dos Direitos Humanos,²⁷ sendo que, os direitos das crianças e adolescentes estão inseridos neste Plano, baseados na Lei 8.069/90, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os especialistas do Ministério da Saúde ligados ao Programa Nacional de DST/AIDS entenderam que, para a efetivação do trabalho, haveria de se garantir a participação dos adolescentes e jovens no planejamento das ações preventivas das DST/AIDS e do uso indevido de drogas, bem como de educação sexual. Com base nos princípios norteadores do trabalho com crianças e adolescentes, das nove prioridades, iremos destacar apenas a de número 7, pois esta refere-se diretamente ao nosso interesse no presente trabalho:

Incorporar o conceito de protagonismo e fomentar a participação ativa das crianças e adolescentes na formulação, no planejamento, na execução e avaliação de políticas relativas à sua saúde e educação,

²⁷ Decreto 1.904/96.

inclusive a produção de materiais educativos destinados a elas (Ministério da Saúde, 1999).

Nesse momento, surgem as possibilidades reais na mesma linha que acreditamos ser a mais adequada, no sentido de promover a capacitação dos jovens para virem a ser agentes multiplicadores, desenvolvendo ações de educação sexual e de prevenção das DST, de AIDS e do uso indevido de drogas.

Nesse sentido, sustentamos que:

A intenção dos técnicos do Ministério era a de que os jovens viessem a elaborar planos de trabalho, incluindo nestes ações culturais e materiais educativos específicos para que atuassem na comunidade. (...) Tais diretrizes passaram a orientar os programas de prevenção junto à população juvenil no território nacional, visto que foram elaboradas para nortear os trabalhos nessa área nos estados e municípios. O Ministério da Saúde identificou o protagonismo juvenil como uma das principais estratégias de prevenção das DSTs e da AIDS entre jovens (Moraes, 2003, p. 72-3).

Assim, como assinalamos, deu-se prioridade para o que se chamou de “educação entre pares”, ou seja, uma estratégia que visa à promoção de mudanças de comportamento junto à população juvenil a partir da percepção e da ótica do jovem agente multiplicador. Esta estratégia entende que, para o trabalho ser potencializado e obter respostas mais efetivas no meio juvenil, deverá contar com a intervenção de membros do grupo, informando um ao outro e discutindo entre si, pois a facilidade de comunicação e a linguagem juvenil dariam maior credibilidade e adesão à proposta (Moraes, 2003).

Dessa forma, acreditamos que esta proposta de intervenção junto à população juvenil - considerando-a como ator social, com total condição de promover intervenções com sucesso, podendo obter resultados que contribuam para a construção de uma identidade condizente com atitudes que

busquem o fortalecimento da autoestima e a garantia dos direitos de cidadania dentro do seu grupo -, em tese, seria realmente transformadora.

Ocorre que algumas questões devem ser relativizadas, pois podemos iniciar sustentando que os serviços, em especial de saúde, à época em que trabalhamos com estes projetos de prevenção, baseados na ideia de protagonismo juvenil, até hoje não foram estruturados para responder às demandas dessa parcela da população, tampouco existem profissionais sensibilizados para tal. Não há uma estrutura que garanta capacitação de recursos humanos contínuos, nem programas de avaliação e monitoramento das ações.

Retomaremos aqui alguns questionamentos suscitados em nossa dissertação (2003), quais sejam: As parcerias entre o jovem e os serviços (coordenados por adultos) seriam de tutela ou de autonomia? Qual seria o lugar do jovem e do adulto dentro de um trabalho de prevenção? É verdadeira a afirmação de que o jovem consegue vincular-se mais bem a outro jovem em função de ambos pertencerem à mesma faixa etária? E, por fim, a principal questão: Esse jovem estaria preparado o suficiente a ponto de prescindir da experiência do adulto?

Nesse sentido, sustentamos:

A experiência que acompanhamos nos permite dizer que, num trabalho com a juventude no qual se pretende obter impacto no seio desta população, não há como prescindir de sua participação e ao mesmo tempo da presença do adulto que, com sua bagagem e acúmulo, é de fundamental importância para a formação desse jovem. A experiência dessa relação - adulto x jovem - muitas vezes é tensa e o limite torna-se muito tênue. O adulto muitas vezes torna-se o “dono da situação”, planeja e propõe ao jovem. Este último desenvolve apenas o que já foi determinado *a priori*. Outras vezes a autonomia e independência dos multiplicadores acarretam dificuldades para o andamento das atividades, visto que esbarram na “onipotência” do adulto que sente sua autoridade ameaçada. Em nossa pesquisa, o processo se deu numa trajetória em que a relação oscilou entre a

harmonia e o tensionamento, deixando-nos com a impressão de que nas entrelinhas muitas vezes atribuiu-se ao multiplicador a responsabilidade pela descontinuidade do projeto (Moraes, 2003, p. 186).

A esse respeito, não poderíamos deixar de trazer as reflexões de Souza (2006). A pesquisadora faz um levantamento minucioso sobre este tema em sua tese de doutorado cujo título é: “O discurso do protagonismo juvenil”.

Apoiando-se nas análises da autora, iniciaremos refletindo sobre a definição de ator social, por entendermos que a noção de protagonismo juvenil, de alguma forma, terá amparo neste conceito.

Do ponto de vista sociológico, esse termo pressupõe um indivíduo que interioriza as normas sociais e a cultura, vindo a desempenhar seu papel social no meio em que vive. Na verdade, ele se identifica com a sociedade, não de forma passiva, mas estabelecendo uma unidade entre ele e esta. Ser ator social significa que o indivíduo transita e intervém no meio social para atingir objetivos pessoais e os da coletividade. Para isso, deverá ter capacidade de comunicação, saber negociar e estabelecer alianças dentro do seu grupo visando a alcançar as transformações sociais (Souza, 2006).

Souza sustenta que, nos últimos anos, este termo ganhou grande expressão nos documentos internacionais, nas organizações não-governamentais, bem como na academia. Afirma ainda que a noção de protagonismo juvenil toma como fundamento a atividade do ator social.

A pesquisadora segue sustentando que os organismos internacionais, sobretudo a partir da década de 1990, elegeram como foco de seus investimentos a integração social da juventude pobre.

Segundo Souza, o discurso do protagonismo juvenil nasce a partir da constatação de que os programas de qualificação profissional não mais davam conta do seu objetivo de inserir o jovem pobre no mercado de trabalho, visando a auxiliar na construção de sua formação. Assim, diante de um mercado que não assimila esse jovem, a solução para que esta juventude não assumisse condutas extremadas e individualistas, como adesão às

violências, às drogas, ao sexo desenfreado, etc., seria a participação da juventude. Um discurso dirigido, portanto, à juventude vulnerável aos efeitos de políticas econômicas excludentes.

Na mesma direção, afirma a pesquisadora que não se trabalha mais com a idéia do jovem pobre, vulnerável, ameaçador da ordem social, mas daquele que recebe apoio de todos os setores da sociedade para sair da condição de “miséria”. Mas, segundo suas análises dos documentos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1998, o jovem já surge como força positiva, possuidor de grande potencial, devendo contribuir e participar para o progresso e desenvolvimento econômico e social da sociedade.

Explorar esse recurso humano de extremo valor para a formulação de políticas públicas passa a ser o lema das principais instituições internacionais que se ocupam desta parcela da população.

Dessa forma, Souza sustenta que:

Os jovens de todos os países são por sua vez um importante recurso humano para o desenvolvimento e agentes decisivos da mudança social, o desenvolvimento econômico e a inovação tecnológica. Sua imaginação, seus ideais, sua energia e sua visão são imprescindíveis para o desenvolvimento continuado das sociedades de que tomam parte. Assim, pois, é essencial que se dê novo ímpeto à concepção e à execução de políticas e programas para os jovens em todos os níveis (ONU, 1995). O duplo enfoque a partir do qual o jovem é considerado - objeto de investimento e retorno do mesmo investimento; ser que se desenvolve para promover o desenvolvimento do país; beneficiário que se transforma em recurso humano que contribui - confere à noção de participação uma ambivalência básica. Tal ambivalência reside no fato de que dois elementos opostos compõem a noção de participação: um pode ser denominado passividade na medida em que o jovem é considerado um destinatário, beneficiário ou assistido (termo nosso), enfim, objeto de intervenção. O outro, aqui nomeado atividade, refere-se à contribuição do jovem, à sua inserção não só no mercado de trabalho, mas numa sociedade concebida como resultado dos esforços individuais (Souza, 2006, p. 79-80).

Nesse sentido, para a autora, a idéia de participação pressupõe passividade e até, diria, gratidão pelos benefícios concedidos, e, ao mesmo tempo, a retribuição, ou seja, fazer algo em prol do grupo, aparecerá nos documentos internacionais dos últimos vinte anos.

Vale observar que essa proposta surgiu como uma grande transformação na forma de conceber o jovem, apontando para o reconhecimento deste como "ator social". Mas na verdade, nos pareceu que não há uma mudança de olhar por parte da sociedade e, sim, o lançar mão de outras estratégias de atuação junto à juventude, embora mantendo o mesmo paradigma, qual seja, o de tutela.

Estamos nos detendo nas reflexões de Souza em virtude do fato de que, com a "melhor das intenções", estamos assistindo no Brasil há alguns anos à formulação de propostas e políticas de priorização da participação juvenil em todas as áreas públicas governamentais e não-governamentais. Afirmamos que os técnicos envolvidos creem que estão de fato propiciando a oportunidade de os jovens se posicionarem e contribuir no processo de construção de programas desde sua formulação, planejamento e execução. Mas resta a pergunta: Será que não há uma armadilha neste processo? Sobretudo porque dele passa a se esperar uma retribuição que consiste, muitas vezes, em realizar novos projetos comunitários e "voluntários", como se tivesse de agradecer por ter sido ajudado a sair de uma situação de vulnerabilidade que ele não escolheu, mas que foi jogado nela. E ainda a obrigação de, em retribuição, multiplicar a ação nesse sentido.

Souza acredita que sim:

Em síntese, o modelo de participação juvenil proposto pelos organismos internacionais assenta-se sobre o princípio da atividade - o fazer coisas -, conjugado à passiva aceitação de diretrizes, critérios, regras e decisões já estabelecidas, permitindo a deliberação apenas sobre os aspectos técnicos, relacionados à operacionalização das políticas, das medidas ou dos projetos (Souza, 2006, p. 85).

Dessa forma, a despeito das intenções que orientam a atuação técnica, não se pode esquecer que os programas com suas propostas estarão sempre inseridos numa conjuntura, cujas diretrizes políticas são dadas pelos órgãos governamentais, que por sua vez seguem diretrizes internacionais. E serão estas diretrizes que elencarão as prioridades e os recursos a serem destinados para cada área. Assim, não se trata apenas de se nortear por uma postura técnica individual “democrática” ou de “respeito”. Na verdade, o que percebemos de fato é que o Brasil nas últimas décadas vem reduzindo consideravelmente o que chamamos do Estado do Bem-estar Social, ou seja, os direitos adquiridos, com muita luta por parte da população, vem sendo dela retirados progressivamente. Podemos citar as mudanças na Previdência Social, na CLT e no esvaziamento do setor público em geral, que estão sendo privatizados, abrindo espaço cada vez maior ao mercado, e, nesta lógica, a saúde sendo tratada como mercadoria.

Souza sustenta que os documentos analisados da ONU nos últimos anos insistem no sentido de que as organizações governamentais e não-governamentais incentivem os grupos juvenis à participação. Ocorre que, segundo ela, a maioria dos jovens latino-americanos se encontra à margem das organizações e movimentos juvenis existentes, ou seja, o protagonismo, que, como definimos, traz em sua origem o sentido de luta, o ator principal no discurso atual parece ter sido excluído. Nessa linha, afirma Souza:

O próprio discurso do protagonismo juvenil não permite que sejam esquecidas as origens gregas do vocábulo de que se apropriou. Mas o termo sofreu uma “assepsia”, ou seja, uma apropriação que excluiu a noção de luta (agonia) e aproximou a noção de espaço público à ideia de cenário teatral. Ou seja, no discurso atual, no qual espaço público e cenário confundem-se, também não pode haver nítida distinção entre público e privado e entre política e encenação (Souza, 2006, p. 92).

Mesmo levando em consideração as questões apontadas pela autora para a reflexão crítica do que vem se fazendo em nome do protagonismo juvenil, cabe ressaltar que o incentivo à participação dos jovens tem sido o ponto central na formulação de políticas que pretendem a integração da juventude pobre. Esta estratégia tem sido apresentada como alternativa às medidas puramente repressivas, que, segundo Souza, legitimam a visão do jovem pobre como “delinquente”, e as assistenciais, associadas à caridade, doação, que não propiciam o desenvolvimento do indivíduo. E, ainda, as que priorizam as atividades recreativas e desportivas. Estas últimas visam à ocupação do tempo livre dos jovens de modo a evitar o consumo abusivo de drogas e controlar a sexualidade.

Dentre os vários e amplos aspectos abordados por Souza, parece-nos que a pesquisadora nos chama a atenção para o fato de que a mudança de enfoque do jovem como um problema para a sociedade para outro que concebe o jovem como solução, como ponto principal de sustentação do protagonismo juvenil, não vem acompanhada de uma reflexão, de fato, mais crítica e propositiva das políticas públicas, que possa retirar a juventude pobre da condição de exclusão social a que está submetida.

Parece-nos que se encontra subjacente à noção de protagonismo juvenil, exaltando as qualidades juvenis ou estimulando o ativismo, uma ideia que aponta para a domesticação do jovem. Isso nos dá impressão de que é mais uma tentativa de dominá-lo, do que torná-lo um agente no sentido da definição de protagonismo juvenil que citamos neste trabalho. Não há de fato propostas de superação da condição de exclusão do jovem das camadas populares. Percebemos ainda que esse discurso encobre os conflitos, omite as desigualdades econômicas e políticas nas quais estão imersos e, por fim, concorre para o desaparecimento do Estado, retirando deste último o principal ator, no sentido de que é ele que deverá suprir verdadeiramente as necessidades não apenas desta parcela da população, mas de toda a população.

Por fim, cumpre destacar que entendemos que os jovens são de fato sujeitos capazes de agir no seu contexto social em condições de contribuir, de forma autônoma, com iniciativas favoráveis ao seu desenvolvimento e da coletividade, em constante interação com as demais gerações, principalmente

com o adulto. Dessa forma, entendemos que poderão fazer a sua leitura de mundo com toda a expressividade que sua condição juvenil propicia.

CAPITULO IV

NOVAS PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÕES SE ABREM PARA O ENFRENTAMENTO DAS DST/AIDS: O IMAGINÁRIO E A SUBJETIVIDADE

Considerando-se a atual situação precária de vida da juventude das camadas populares nas últimas décadas, e ao traçar o perfil desse jovem, obtivemos uma adequada compreensão dos jovens agentes de prevenção no combate das DST/AIDS, particularmente no que se refere a seus relacionamentos afetivos. A pesquisa de campo, associada ao meu trabalho profissional com esses jovens, deixou claro como as dimensões subjetivas e de gênero perpassavam o trabalho de prevenção com essa parcela da população.

Conforme acompanhava a trajetória da epidemia do HIV/AIDS, refletindo e problematizando a seu respeito, fui me mobilizando, como profissional da saúde coletiva, no sentido de buscar contribuir, trazendo outros pontos para o debate, para a ampliação de possibilidades no campo da prevenção às DST/AIDS junto à população em geral, e em especial com a juventude.

Assim, fiz um levantamento dos trabalhos de pesquisa acadêmicos que tivessem como eixo central a juventude e a prevenção às DST/AIDS. Entre elas selecionei as que buscavam entender as características da adolescência e juventude que poderiam vulnerabilizar esta parcela da população diferentemente das outras etapas do ciclo vital.

Nesse sentido, iniciamos com algumas ponderações críticas de Paiva, sobre os trabalhos de prevenção às DST/AIDS junto à população juvenil. Em seu artigo “Sem mágicas soluções: a prevenção ao HIV e à AIDS como um processo de emancipação psicossocial” (2002) sustenta que as propostas de intervenção não consideram o sujeito envolvido na ação, pois partem de um modelo em que impera o saber técnico exclusivo, desconsiderando-se, muitas vezes, o contexto social, a subjetividade e “os saberes do outro”.

Assim se posiciona criticamente em relação a tais propostas:

modelos orientados por uma idéia de comunicação unidirecional, dogmática e autoritária; modelos baseados na idéia de aprendizado como simples aquisição de informação; modelos centrados na modelagem do outro à própria imagem como objetivo da educação preventiva (Paiva, 2002, p. 31).

Godoy, em sua dissertação de mestrado, pesquisou uma temática essencial para este trabalho, cujo título é “Representação social de adolescentes sobre AIDS e sua prevenção” (1999). Esta pesquisa procurou identificar as representações de jovens de 12 a 15 anos no Brasil, quanto às suas expectativas de vida futura, considerando os problemas da sociedade atual, como violência, drogas, desemprego, AIDS, etc. Tal pesquisa, ao buscar conhecer melhor os adolescentes, propôs-se a instrumentalizar professores, além de proporcionar subsídios para campanhas de educação e prevenção entre estes jovens sobre os temas pesquisados (Godoy, 1999).

Nesse sentido, a pesquisadora afirma a necessidade do desencadeamento de discussões sobre sexualidade, afetividade, saúde, risco, que envolvem valores, crenças e atitudes, para um trabalho de prevenção eficaz, pois acredita que tais temas, em geral, não têm sido enfrentados satisfatoriamente. Reafirma que precisam ser analisados pela escola, considerando-os no contexto da vida atual, ponderando, inclusive, sobre as dificuldades de prevenção da doença na adolescência (Godoy, 1999).

Lima, em sua dissertação de mestrado intitulada “A prevenção às DST/AIDS entre jovens universitários de São Paulo - capital” (1999), observa que os alunos possuíam o conhecimento básico e necessário, porém, tais conhecimentos não tinham influência em suas práticas sexuais no cotidiano.

Cumprido destacar que a pesquisadora escolheu como objeto de estudo os universitários por supor que, em virtude de possuírem uma escolaridade privilegiada, poderiam apresentar comportamentos distintos da população juvenil de baixa escolaridade.

A pesquisadora traz para o debate vários estudos similares de diferentes países envolvendo a população jovem universitária e conclui que esta parcela da população apresenta dificuldades similares quando da adoção de comportamentos preventivos (Lima, 1999).

Jeolás, em sua tese de doutorado, “O jovem e o imaginário da AIDS: O *bricoleur* de suas práticas e representações” (1999), propôs-se a problematizar a questão da prevenção, buscando pensar as razões da exposição ou não de um indivíduo ao risco. Seu objetivo era o de refletir sobre a lógica que impera nos trabalhos de prevenção, cujo pressuposto básico parte do princípio de que basta munir as pessoas de informação para que estas se motivem e mudem seus comportamentos. Com sua pesquisa, pôde constatar que as motivações dos indivíduos seguem rumos e caminhos muito além dos “ditados” pelas normas científicas.

Nesse sentido, Jeolás afirma:

Mais uma vez a armadilha tantas vezes apontada pelos antropólogos; mais uma vez o outro estava sendo reificado e o exercício de relativizar as racionalidades, os saberes e, neste caso, os riscos ou os perigos percebidos pelo outro eram esquecidos (Jeolás, 1999, p. 2).

Dessa forma, ao constatar que a AIDS vem impregnada de uma forte dimensão social, trazendo à tona valores simbólicos relativos a contágio, sexo, morte, amor, drogas, etc., percebe que tais valores transitam no imaginário das pessoas de formas variadas, múltiplas e repletas de tensões e contradições, não permitindo análises superficiais, tampouco calcadas apenas em sua dimensão biomédica. Logo, diante da complexidade das questões suscitadas por esta epidemia, dedica seu trabalho à compreensão do imaginário da AIDS entre jovens e a forma como eles “articulam ações e representações frente ao risco do HIV” (Jeolás, 1999).

A autora ainda salienta que mais do que a doença em si, interessava-lhe “analisar valores, ações e representações dos jovens no domínio da sexualidade a partir da AIDS” (Jeolás, 1999).

Não iremos nos deter neste estudo, mas aqui nos interessa verificar a percepção dos jovens pesquisados em relação ao risco de contrair o HIV. Assim, a autora nos relata que este fato não é o mais percebido, e nem mesmo o mais temido, visto que, ao solicitar para uma das turmas das escolas visitadas os cinco maiores riscos presentes em suas vidas, mencionaram doenças de modo geral, os assaltos, os homicídios, a perda dos pais, os acidentes, a invalidez, as drogas, as brigas entre os meninos, e o estupro no caso das meninas. Jeolás constatou em suas pesquisas, que nos grupos focais,²⁸ quando feita a mesma solicitação, os jovens indicavam em geral os mesmos riscos citados.

A autora destaca que raramente a AIDS aparecia nas conversas, sendo considerada a gravidez, e não o HIV, o principal risco. Nesse sentido aponta, baseando-se em vários autores, o crescente número de práticas de risco nas sociedades atuais, como rachas de motos e carros, brigas, toxicomania, esportes radicais, colocando o indivíduo no limite entre a vida e a morte. O que está em jogo é a tensão entre razão e emoção, consciente e inconsciente. A força do imaginário da AIDS entrelaça-se à do imaginário do risco nas sociedades atuais (Jeolás, 1999).

Sua análise aponta ainda para a complexidade do mundo contemporâneo e de sua relação com as representações juvenis acerca dos riscos (da AIDS, inclusive) que perpassam suas vidas:

A emergência e a articulação de ambivalências e ambigüidades, de tensões e contradições que compõem o universo em que se dá, atualmente, a relação dos jovens com a doença, num sincretismo

²⁸ O grupo focal é uma técnica de avaliação que oferece informações qualitativas. Um moderador guia grupos, de aproximadamente 10 pessoas, numa discussão que tem por objetivo revelar experiências, sentimentos, percepções, preferências. Os grupos são formados com participantes que têm características em comum e são incentivados pelo moderador a conversarem entre si, trocando experiências e interagindo sobre suas ideias, sentimentos, valores, dificuldades, etc. O papel do moderador é promover a participação de todos, evitar a dispersão dos objetivos da discussão e a monopolização de alguns participantes sobre outros.

complexo próprio dos tempos atuais em que a rapidez, o excesso e a fragmentação incitam o jovem a se tornar produtor de suas próprias significações. Ele tece suas representações sobre a AIDS e o risco por ela representado, através de um movimento pendular: ora a expressar negação, afastamento e projeção do risco para o outro, ora a vivenciar conteúdos, potencialmente ordálicos, mais ou menos atenuados, mais ou menos inconscientes, dependendo do contexto, das circunstâncias e dos sujeitos em questão (Jeolás, 1999, p. 18).

Assim, a problematização de todas essas questões nos dá a dimensão de que entender a subjetividade não tem se mostrado uma tarefa fácil para os profissionais que se dispõem a refletir com jovens e adolescentes questões ligadas à sexualidade e à prevenção das DSTs/AIDS, pois, apesar do aumento do uso do preservativo, ainda há grande disparidade entre o uso deste e o conhecimento das formas de transmissão, pois as razões mais fortes para o não emprego dessa medida fogem de explicações racionais; ou seja, conhecer o parceiro(a), confiar nele(a), amar e estar apaixonado(a), entre outras, são as motivações mais freqüentes que impulsionam as decisões dos jovens de se prevenir ou não.

Figueiredo (2005), ao supervisionar um grupo de terapeutas que atendia adolescentes encaminhados com alguma queixa sexual, pontua que, embora se tratasse de profissionais bem treinados para falar sobre sexualidade, o uso do preservativo e sua importância, a gravidez, as doenças sexualmente transmissíveis, o entrave residia em atuar e compreender as forças que constituíam a subjetividade dessas pessoas que eram atendidas ou a intersubjetividade que estava presente nos grupos de atendimento.

Conforme Figueiredo, os jovens, “falavam de AIDS, mas não falavam de amor, falavam de preservativo e muito pouco de vulnerabilidade, havendo pouco espaço para as pessoas repensarem a vulnerabilidade em suas vidas. Era tudo pronto, previamente determinado e emoldurado” (Figueiredo, 2005, p. 4).

Ao discorrer sobre sua pesquisa com adolescentes e o significado para estes do amor, em um contexto em que a AIDS é um fantasma velado, Figueiredo diz que, para uma educação preventiva, faz-se necessário

trazer para o debate o significado do amor e do sexo para homens e mulheres (Figueiredo, 2005).

A autora ao entrevistar as adolescentes afirma o que se segue:

Quando convidadas a pensar sobre risco ou vulnerabilidade, as adolescentes acabam associando a esse tema as questões referentes a namoro, virgindade, primeira vez, corpo feminino, corpo masculino e amor. O risco de serem infectadas parece ser a última preocupação dessas meninas, mais atentas à vulnerabilidade do amor, às relações que estabelecem ao longo da vida e aos planos para o futuro. Quando elas começam a falar de AIDS, seu discurso vem pronto e emoldurado, como se seguissem um roteiro que lhes foi apresentado por pais e professores (Figueiredo, 2005, p. 62).

As jovens entrevistadas por Figueiredo referem-se claramente à importância do uso do preservativo, sobre a forma correta de colocação, demonstrando que têm uma boa orientação. Os argumentos começam a perder a força à medida que entra em jogo o amor, o homem de sua vida, em quem confia e a assume como namorada, respeitando-a. Esses sentimentos passam a ser a chave mestra, e mágica, diríamos nós, de proteção e segurança no imaginário das adolescentes, e das mulheres adultas também, como veremos em outro momento deste trabalho. A pílula anticoncepcional é mais valorizada e assumida, pois ficar grávida e ser abandonada é um fator de risco maior do que contrair o HIV (Figueiredo, 2005).

Figueiredo demonstra em sua pesquisa que no imaginário dos jovens entrevistados, a idéia de “homem dos sonhos” não combina com a AIDS, dificultando a negociação do preservativo por parte das adolescentes em suas relações sexuais.

Esses estudos trazem grandes contribuições para o debate, mas há ainda alguns caminhos a serem trilhados que as várias experiências, pesquisas e esforços ainda não esgotaram. Sentimos que há lacunas a serem exploradas e respondidas.

Essas pesquisas demonstraram a necessidade de ajustar ainda mais nossas lentes e foco, para, a partir desses estudos, que trazem

contribuições sobre o imaginário dos jovens acerca da AIDS e do modo como pensam e exercem sua sexualidade em geral, refletirmos sobre outros fatores que possam efetivamente diminuir os riscos. Perguntamo-nos, por exemplo, se correr risco é natural em nossos tempos ou se todo o conhecimento acumulado dos agentes de prevenção em relação à prevenção às DST/AIDS, as reflexões críticas em relação às desigualdades de gênero, ao “amor romântico“, aos preconceitos e tabus que existem em relação à sexualidade humana, etc., temas que os jovens (agentes de prevenção) discutem e problematizam nas oficinas de sexualidade com outros jovens, são minimizadas e negligenciadas quando se trata de suas relações amorosas e sexuais? Seria um momento que ele quer e precisa ser apenas jovem, sem respostas prontas e “politicamente corretas“?

O suporte e subsídios voltados para a formação dos jovens líderes, orientados pela preocupação com o alastramento da epidemia, torna-os aptos a realizar trabalhos de prevenção junto a seus pares da mesma faixa etária, mas não os tornam mais preparados e seguros no momento de sua intimidade?

O esforço a que nos propomos no presente estudo é o de dar continuidade a esses questionamentos, em parte respondidos por pesquisas anteriores, mas que apontam para outras questões a serem investigadas, que do ponto de vista social ainda se configuram como um problema de saúde pública e é o que nos instiga como pesquisadores comprometidos com a realidade social, a prosseguir estudando e repensando saídas mais promissoras.

Assim, pretendemos indagar se o investimento na formação, preparação e instrumentalização dessas jovens lideranças em relação a questões ligadas à sexualidade, aos riscos de contrair DST ou de ter uma gravidez não planejada favorecerão suas decisões com maior segurança em suas relações afetivas.

Estamos nos referindo a um perfil diferenciado, considerando que a proposta do Ministério da Saúde é a de que estes jovens, para que venham a atuar como agentes de prevenção devam em primeiro lugar ter inserção no meio juvenil. Possuindo tal requisito, são preparados com treinamentos, oficinas de sexualidade, encontros para discussões, seminários, etc. Os técnicos do Ministério da Saúde acreditam ainda que estas lideranças, apresentando formação e maior facilidade de comunicação, poderão trazer maior

credibilidade e adesão à proposta, diminuindo a prevalência do HIV entre a população juvenil, facilitando a construção de uma identidade condizente com atitudes que busquem o fortalecimento da auto-estima e a garantia dos direitos de cidadania (Ministério da Saúde, PN DST/AIDS, 2004).

Ainda segundo os técnicos do Ministério da Saúde, esse trabalho de prevenção prioriza e investe na educação entre os pares, valorizando o indivíduo e investindo em seu potencial não como um sujeito passivo, mas, ao contrário, como um sujeito de direito, um ator social capaz de se posicionar e intervir na vida social, cultural e política, transformando seu cotidiano e melhorando sua condição e o meio em que está inserido (Relatório do Ministério da Saúde, PN DST/AIDS, 1999).

Nosso propósito no presente trabalho consiste em refletir, por meio de uma leitura psicossocial, sobre o que representam tais esforços e investimentos na subjetividade dessas jovens lideranças na sociedade contemporânea. E, desse modo, contribuir para elucidar seus sentimentos, emoções e atitudes.

CAPÍTULO V

O PROJETO DE MODERNIDADE BRASILEIRO

A herança colonial de nossa cultura: A teoria do homem cordial e a moral da senzala

Pensar a juventude de hoje sem contextualizar o momento em que vivemos significa não inseri-la no tempo histórico, o que implicaria resgatar as condições objetivas das últimas décadas que foram delineando a trajetória desta juventude que ora retratamos. Seria interessante, ainda, retomar o debate sobre as condições em que o projeto de modernidade foi forjado, pois entendemos que será nessa construção que encontraremos algumas respostas para uma expressão corrente em nosso meio, qual seja, "o jeitinho brasileiro", que rege nosso comportamento na atualidade, inclusive, as relações mais íntimas.

Assim, propomo-nos no presente estudo a refletir sobre os fundamentos históricos que influenciaram a formação do povo brasileiro do ponto de vista da construção dos costumes e hábitos, bem como os reflexos dessa herança no comportamento atual da população, inclusive em suas relações mais íntimas - envolvendo desejos, a busca de autonomia, regras e normas a serem seguidas - em um jogo de forças que supõe tomadas de decisões e escolhas nas relações amorosas e sexuais. Decisões e escolhas que, infelizmente, podem acarretar danos na vida privada e na pública, considerando que o combate às DST/AIDS é um tema também da saúde pública.

Iniciamos com as contribuições do pesquisador e professor de história da civilização brasileira, Sérgio Buarque de Holanda, considerando a atualidade de seus estudos a respeito da constituição da sociedade brasileira, da formação de nossa cultura e de seus valores, com o intuito de delinear a repercussão deles no cotidiano dos indivíduos no presente século.

Holanda, como historiador preocupado em desvendar as raízes da formação da cultura brasileira, sustenta em seu livro *Raízes do Brasil* (1999) que a "moral da senzala" teve papel predominante em sua constituição, cujos princípios permearam a administração, a economia, as crenças religiosas e os

costumes dos homens de nosso tempo. Uma análise que consistiu em avaliar em que medida a formação - negação da condição de sujeito ao longo da maior parte da história do Brasil - de uma sociedade patriarcal e escravocrata, foi contaminada por um sem-número de vícios e penetrou em nossos usos e costumes, constituindo-se em princípio constitutivo de nossa sociedade desde a época colonial, mas que se encontra presente até os dias de hoje na cultura brasileira, como bem observa o escritor Antonio Cândido no prefácio da edição *Raízes do Brasil*, de 1999.

Sinuosa até na violência, negadora das virtudes sociais, contemporizadora e narcotizante de qualquer energia realmente produtiva, a moral “das senzalas” veio a imperar na administração, na economia e nas crenças religiosas dos homens do tempo. A própria criação do mundo teria sido entendida por eles como uma espécie de abandono, um languescimento de Deus (Holanda, 1999, p. 62).

Sabe-se que não foram os índios e negros os responsáveis por esta lógica, pois o próprio autor afirma que algumas características atribuídas ao nosso índio, como a ociosidade e a antipatia a todo esforço disciplinado, antes de fazerem parte do perfil do indígena, perpetrava, ao contrário, os padrões de vida das classes nobres. Vale observar que este tipo de comportamento, que “contaminava”, indiscriminadamente, índios, negros e nobres, acabou por enraizar-se de tal forma no imaginário nacional que hoje ressurgiu como uma espécie de menosprezo e preconceito em relação ao trabalho, além de dificultar a inserção do trabalhador no processo de urbanização e se constituir em obstáculo à modernização (Holanda, 1999).

Embora este texto tenha sido escrito na década de 1930, podemos observar que as idéias se mantêm atuais, ou seja, a dificuldade de adaptação e de aceitar regras e normas deveu-se à estrutura arcaica predominante no país, profundamente dominada pelos vestígios das antigas tradições luso-brasileiras que permearam a pouca delimitação entre os campos público e privado no cotidiano da vida brasileira:

Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da cidade. Há neste fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo e não uma depuração sucessiva, uma espiritualização de formas mais naturais e rudimentares, uma procissão de hipóstases, para falar como na filosofia alexandrina (Holanda, 1999, p. 141).

Assim, Holanda salienta que a superação dessa situação apenas será possível com um salto que venha a romper com os fundamentos personalistas que regem ainda as relações em nosso meio. Afirma, ainda, que apenas com o sacrifício das estruturas arcaicas que ainda exercem grande influência é que teremos “revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar” (Holanda, 1999, p. 180).

Segundo o autor, somente se respeitássemos os limites entre o público e o privado, poderíamos sair desta sociedade arcaica, avançando para a modernidade na construção de uma república. Mas, Holanda pensava que a falta de limites poderia ser atribuída à frouxidão das normas institucionais entre o que é da ordem do particular e o que é da ordem do interesse coletivo. E foi no interior desta falta de delimitação que prevaleceu o princípio da relação pessoal, os favorecimentos, que, por sua vez, dificultaram a criação de um Estado de Direito que realmente contemplasse toda a sociedade.

Nesse sentido, salienta Holanda:

Não há dúvida que, desse comportamento social, em que o sistema de relações se edifica essencialmente sobre os laços diretos, de pessoa a pessoa, procedam os principais obstáculos que na Espanha, e em todos os países hispânicos - Portugal e Brasil inclusive -, se erigem contra a rígida aplicação das normas de justiça e de quaisquer prescrições legais (Holanda, 1995, p. 134).

Na verdade, um estilo de comportamento social que poderia se constituir em obstáculo para a industrialização, uma vez que as normas e regras de natureza privada não poderiam sobrepor-se às leis e normas de interesse coletivo. Dessa forma, o que passamos a assistir a partir desse cenário é o início de um processo de transformação da vida pública, que se arrasta ao longo dos últimos séculos, de acordo com o qual se tenta superar os modelos familiares de relacionamento com o bem público. Outra questão que nos chamou a atenção nesse processo histórico de construção da modernidade, considerando-se que nosso recorte populacional refere-se a jovens das camadas populares, foi o início da industrialização, em oposição aos processos de manufatura, e de como a separação entre o trabalho e a esfera privada fez com que as relações pessoais cedessem lugar à hierarquia entre os funcionários, iniciando o acirramento dos antagonismos de classe.

O trabalho foi sendo remetido à esfera pública, embora em razão de uma forte herança rural, baseada na agricultura, tenha-se observado a influência marcante da vida rural na formação da sociedade brasileira com suas práticas de apadrinhamento. Foi apenas com a abolição da escravatura que a sociedade rural começou a declinar, iniciando-se, desde então, o deslocamento de uma grande massa de desempregados para as regiões urbanas, que resultou no que hoje se observa como um imenso conglomerado de pessoas vivendo em péssimas condições nas periferias das grandes cidades.

A esse respeito, o sociólogo Renato Ortiz, em seu livro *A moderna tradição brasileira* (1991), ressalta que sair do mundo tradicional para entrar no moderno foi o ideal político dos últimos cem anos no Brasil. Livrar-se desse estigma de um país identificado com o rural, atrasado, familiar, afetivo e religioso, para aparecer no cenário como moderno, urbano, racional, científico e desenvolvido era o "sonho" a ser perseguido pelas elites.

Segue seu raciocínio dizendo que no Brasil houve uma defasagem entre a modernização "aparente" e as reais condições da maioria da população. E nesse sentido, recordamos a expressão de Roberto Schwarz (2000) quando se posiciona em relação ao processo de modernização nacional dizendo que se constituíram no que intitulou as "idéias fora do lugar". Idéias estas que ao perseguir sonhos e desejos de um modernismo à todo custo,

desconsiderou a dura realidade. Assim Ortiz observa que no Brasil, a modernidade acabou sendo assumida como um valor em si, sem ser questionada, passando a fazer parte da construção da própria identidade nacional, visto que, se fez presente na cultura popular e nas questões do Estado. Enfim, conclui dizendo que ao longo de nossa história assistimos uma "moderna sociedade brasileira" fortemente ligada à presença estrangeira, e tendo como resultado na atualidade, uma cultura de massa manipulada pelo neoimperialismo., fruto da fragilidade das instituições existentes que acaba por importar conhecimentos gerados fora do país, traduzindo-se em falta de independência e autonomismo.

Assim, encontramos no início da colonização do Brasil, as origens desse cenário tão perverso descrito por Ortiz, pois voltando a Holanda (1995), constatamos que havia uma valorização do "trabalho" intelectual em detrimento do trabalho braçal. Com base nesse princípio é que se verificou uma forte divisão entre as classes sociais, pois os grupos rurais dominantes valorizavam o talento, e este aparecia como uma qualidade natural dos grupos econômicos abastados, os fidalgos, desde os primórdios da colonização. O investimento se realizava no sentido de fazer fortuna rápida, dispensando o trabalho regular. Encontramos os reflexos dessa concepção ainda na atualidade, em que o trabalho braçal é visto como algo destinado aos pobres (Holanda, 1999).

A esse respeito podemos nos reportar a Schwarz (1997), quando descreve em seu livro *Duas meninas*, o quanto essa divisão foi fruto de um longo processo de relações entre patrões e empregados, marcado por vínculos de submissão e clientelismo. Mas, não de forma linear, pois no livro, Schwarz descreve que o projeto de modernidade, embora tenha se constituído reunindo idéias contraditórias, importadas do "velho mundo" com as reinantes à época da escravidão, aponta para outros aspectos que contribuíram para a formação de nossos costumes ao descrever as duas personagens deste livro, Helena Morley²⁹ e Capitu.³⁰

Segundo o autor as duas personagens - uma real e outra fictícia - possuem características que não condizem com essa "submissão" irrefletida, pois a primeira recusa a dependência e valoriza o trabalho, defendendo já

²⁹ Diário de uma moça do interior de Minas escrito na década de 1890, *Minha vida de menina*.

³⁰ Do romance de Machado de Assis, *Dom Casmurro*.

naquela época os princípios de justiça e igualdade. Já Capitu, menina de origem pobre, é astuta e luta pela independência, pois enquanto os demais personagens do livro convivem com seus patrões, adulando-os, Capitu rompe com esse tipo de relação, lutando por sua individuação, e mantendo uma visão crítica desde pequena em relação aos seus protetores.

Assim, encontramos na atualidade o resultado de todo esse processo, turbulento e contraditório, um distanciamento enorme entre pobres e ricos, tanto no que se refere aos costumes, como em relação às condições de vida de cada classe social, e o estabelecimento de vínculos pautados por relações de submissão. Como consequência podemos verificar que o processo de exclusão e marginalização dos jovens de camadas populares, que trazem em seu discurso a falta de perspectivas de um futuro promissor não surge na contemporaneidade, ao contrário, é o resultado de um processo que vem se gestando há mais de dois séculos.

Conforme sustentou Holanda, outra questão fundamental para o fortalecimento da sociedade capitalista e da burguesia nacional foi a importação de formas de vida mais avançadas copiadas do velho continente e transferidas para o Brasil, embora como veremos de forma muito equivocada.

Assim, ao olharmos com a lente do passado para o que de relevante contribuiu para a nossa identidade nacional, percebemos que sua construção foi um processo com muitas particularidades, que difere, inclusive, da colonização dos nossos vizinhos no continente americano.

Podemos citar, por exemplo, que, desde o início, o Brasil se consolida preso a uma concepção agrária, seguindo o modelo patriarcal e escravocrata. As cidades se achavam sob a dependência e domínio agrário. Os cargos públicos eram distribuídos entre os senhores rurais. Toda ordem administrativa, durante o Império, e também sob o regime republicano, encontrava-se sob a égide do velho sistema senhorial. As funções mais elevadas cabiam aos senhores da terra.

As atividades laborais coletivas eram escassas, e estas apareciam, por vezes, para satisfazer certos sentimentos e emoções associadas aos cultos religiosos, como, por exemplo, nas construções de igrejas ou em momentos pontuais, em que os roceiros socorriam uns aos outros nas derrubadas de mato, no plantio e na colheita. Nestes casos, afirmou

Holanda, as intervenções eram fundadas na expectativa de obter algum benefício material em troca. Essas ações coletivas eram acompanhadas, assim como ainda são, de danças e ceias, que culminavam em festas.

Não podemos deixar de registrar a importância desse tipo de associação nos tempos de hoje em comunidades populares que se ajudam, desenvolvendo laços fortes de solidariedade objetivando uma sobrevivência menos árdua. Nestas comunidades, os amigos se reúnem nos chamados mutirões para a construção da casa própria. Ou seja, a dificuldade de pagamento de mão-de-obra especializada faz com que os membros daquela comunidade recorram aos amigos, nos finais de semana, para o chamado “encher a laje”, e junto com esta prática vem o churrasco, o almoço coletivo, e, não raro, por fim, a roda de samba.

Dessa forma nos perguntamos: A população de camadas populares teria se constituído ao longo desses séculos como pessoas solidárias entre si, mas “cordiais e submissas” aos “senhores” das classes dominantes?

Sérgio Buarque de Holanda recupera a definição de “homem cordial” de Ribeiro Couto, explicando o significado deste:

O homem ibérico puro é um erro (classicismo) tão grande como o primitivismo puro (incultura, desconhecimento da marcha do espírito humano em outras idades e outros continentes). É da fusão do homem ibérico com a terra nova e as raças primitivas que deve sair o “sentido americano” (latino), a raça nova, produto de uma cultura e de uma intuição virgem, o homem cordial (Holanda, 1931).

Holanda resume este sentimento de proximidade, tão particular do nosso povo da seguinte forma:

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade - daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos,

em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informando no meio rural e patriarcal (Holanda, 1997, p. 146).

Ao dizer que a contribuição brasileira para a civilização seria a cordialidade - “o homem cordial” -, em virtude de sua candura, hospitalidade e generosidade, herdadas do convívio no campo sob o domínio da família patriarcal, o autor suscitou muita polêmica e após mais de trinta anos ainda se justificava a esse respeito. Mas se atentarmos para as páginas do livro *Raízes do Brasil*, encontraremos nelas o esclarecimento de que está se referindo a uma cordialidade que beira a submissão excessiva, ou um excesso de cortesia ou boas maneiras, mas que talvez impusesse um novo matiz às relações de civilidade, marcadamente impessoais e coercitivas:

São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo - ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças (Holanda, 1995, p. 147).

Concordamos que esta característica da cordialidade pode ter um aspecto positivo. No entanto, o que percebemos é que a relação de "amizade cordial" pressupõe relações de igualdade. Mas, na verdade, oculta as desigualdades e, sobretudo, a omissão dos direitos sociais de grande parcela da população. Nesse ponto, percebemos muitas vezes os contratos profissionais sendo firmados em nome da amizade, deixando de cumprir, muitas vezes, com os direitos e deveres de cada parte. Podemos citar como exemplo a relação que se estabelece entre a patroa e a empregada doméstica. Não raro, ouvimos dizer sobre este tipo de relação, particularmente entre patroas e suas empregadas domésticas: “Somos como mãe e filha, ou irmãs, ou grandes amigas”; ao mesmo tempo, assistimos com frequência em nosso cotidiano os direitos trabalhistas destas últimas sendo desrespeitados. Ou seja, em nosso meio persiste uma confusão de papéis em momentos nos quais deveriam prevalecer as regras que regem as relações comerciais ou profissionais no espaço público.

Na opinião do historiador, esses traços foram marcantes para a formação do povo brasileiro. Assim, para fomentar a discussão a esse respeito, realizada inicialmente por Holanda em seu livro *Raízes do Brasil*, procuraremos dialogar com outros autores que se ocuparam posteriormente da temática, e que, de acordo com o nosso entendimento, vieram a contribuir, no sentido de contextualizar o momento histórico retratado pelo livro, bem como trazer novos elementos para o enriquecimento do tema.

O escritor Antonio Cândido (1995), no prefácio da obra de Sérgio Buarque de Holanda, salienta que esta obra contribuiu em muito para o entendimento do momento histórico em que o livro *Raízes do Brasil* foi escrito. Momento dominado pela descrença no liberalismo tradicional e na busca de soluções novas; seja, à direita, por intermédio do integralismo, seja, à esquerda, pela via do socialismo e do comunismo. À luz desse clima de tensões, segundo Cândido, é que Holanda fez uma análise do passado e de como foi forjado o projeto de modernidade no Brasil, trazendo-nos a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento da cor, a forma como se estabeleciam as relações sociais e a crítica aos fundamentos patriarcais e agrários, como se pode depreender do seguinte trecho:

Trabalho e aventura; método e capricho; rural e urbano; burocracia e caudilhismo; norma impessoal e impulso afetivo; são pares que o autor destaca no modo-de-ser ou na estrutura social e política, para analisar e compreender o Brasil e os brasileiros (Cândido, *in*: Holanda, 1995, p.13).

Essa forma indiferenciada de tratar as dimensões pública e privada da vida social acabou por repercutir em todas as áreas do nosso território. A diretriz que orientava os homens públicos era que, para serem bem-sucedidos, teriam que administrar a sociedade do modo como faziam em suas famílias, como ressaltamos em outro momento. Uma concepção que pressupõe a extensão da comunidade doméstica para a vida pública, de acordo com a qual o bom governante seria o “chefe mor” de uma grande família. Assim, deveria acolher a todos como se fossem seus filhos. Quanto

mais paternal, fraterno e generoso o governante, mais justo seria e, portanto, mais obediente, servil e feliz deveria ser o povo.

Podemos supor, frente às afirmações de Cândido, que essa falta de delimitação de espaços e confusão de papéis repercutiu profundamente na intimidade das pessoas. As relações se dão como se a decisão do uso do preservativo passasse apenas pela decisão de cada um; sendo que, infelizmente, na maioria das vezes, a palavra final vem do homem. As relações amorosas, e sexuais, ficam muito calcadas na confiança entre o casal e nos vínculos estabelecidos a partir do encontro de ambos. Uma forma de pensar que faz com que uma questão de ordem pública, como o combate às DST/AIDS, seja tratada hoje com descaso e como se pudesse se restringir a uma decisão de foro íntimo.

Nesse momento a vida pregressa dos envolvidos parece desaparecer, tudo o que aconteceu anteriormente não é colocado em pauta. O amor põe fim à prevenção das DST/AIDS e inaugura um novo contrato, no interior do qual baixa-se a guarda e o “amor romântico” passa a ser um obstáculo no combate à epidemia do HIV/AIDS.

Cândido segue nessa direção contribuindo para a nossa análise quando afirma que o homem público cordial, formado de acordo com o modelo da estrutura familiar, se relaciona com os demais cidadãos priorizando os laços de simpatia (próprios às relações de natureza privada). Daí sua dificuldade em manter relações impessoais (como as que deveriam prevalecer na esfera pública). Afirmou ainda que tais relações afetaram a formação da sociedade urbana e moderna brasileira, visto que as instituições constituídas dentro desta perspectiva abriram caminho para soluções mais pessoais, impossibilitando a instauração de regras impessoais que fortalecessem o Estado, gerando desde há muito um desequilíbrio social dominante até nossos dias (Cândido, *in*: Holanda, 1995). Essas análises contribuem para elucidar as razões de certas condutas de comportamento no século XXI, daí nos atermos com certo cuidado a estas questões.

Cândido refere-se à democracia no Brasil como tendo sido um “lamentável mal-entendido”, uma vez que teria sido construída por uma aristocracia rural e semifeudal que importou um modelo do Velho Mundo tratando logo de moldá-la e adaptá-la a seus interesses e privilégios.

O autor salienta, ainda, a importância dessas teses sustentadas por Holanda na década de 1930, uma vez que nos fornecem elementos para pensarmos nossa sociedade, possibilitando, inclusive, que as camadas menos favorecidas repensem e interroguem sobre atitudes e comportamentos que levam à submissão e à subserviência. Assim, poderão lançar mão de instrumentos democráticos que auxiliem no questionamento das normas vigentes de dominação que aparecem como naturais e inquestionáveis (marcada pela “cordialidade e sociabilidade”).

Nesse sentido, ainda podemos verificar que tal sociabilidade, que tanto Holanda (1995) como Cândido (1995), dirão que é aparente, uma vez que se restringe às relações interpessoais, não favorece a organização coletiva, resultando em um individualismo que aparece em nossos dias com a máxima recorrente em nosso meio, que se traduz pelas expressões: “levar vantagem em tudo” ou “cada um com seus problemas”. Essa lógica faz com que algumas pessoas atuem no sentido de retirar das instituições públicas o máximo de proveito para benefício próprio.

Consequências do projeto de modernidade brasileiro: "As ideias fora do lugar"

Roberto Schwartz, em seu livro *Ao vencedor as batatas* (2000), reúne elementos que contribuem para a elucidação da construção do projeto de modernidade brasileiro. Neste livro, o escritor se propôs, a partir da análise de algumas obras de Machado de Assis, elaborar um ensaio crítico sobre o que veio a nomear “idéias fora do lugar”. Descreve e problematiza de forma brilhante, a nosso ver, os dilemas da sociedade brasileira depois da Independência, ou seja, pontuando, pela via da análise das obras do romancista, os princípios e ideais da civilização ocidental presente no Brasil no final do século XIX. Assim, afirmou que nesta época, a sociedade brasileira dependia, por um lado, da escravidão e, por outro, do clientelismo.

Em suas análises, concluiu que foi neste cenário, de tantas turbulências e “coisas enviesadas” que o Brasil ingressou na nova ordem mundial que o capitalismo traçava.

Segue dizendo, ao referir-se às ideias de Sérgio Buarque de Holanda no livro *Raízes do Brasil*, da impropriedade dos nossos estilos de vida, na medida em que os importamos de países distantes e os “encaixamos” em nossa realidade tão adversa e diferente de tudo o que se experienciava no Velho Mundo:

Essa impropriedade de nosso pensamento, que não é acaso, como se verá, foi de fato uma presença assídua, atravessando e desequilibrando, até no detalhe, a vida ideológica do Segundo Reinado. Frequentemente inflada, ou rasteira, ridícula ou crua, e só raramente justa no tom, a prosa literária do tempo é uma das muitas testemunhas disso (Schwartz, 2000, p. 13).

Schwartz afirma que nossa independência se deu em nome de ideias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais, que faziam parte de nossa identidade nacional. Estas ideias conviviam com ideias retrógradas dos que viam na escravidão as possibilidades de garantia de enriquecimento fácil. A convivência destes ideais antagônicos era no mínimo difícil de se coadunar, ou seja, pela mera presença da escravidão, evidenciava-se o quanto eram incongruentes com as ideias liberais.

À época, afirma o autor, aspectos de diferentes sistemas e ideários se mesclavam no Brasil: era um país agrário e independente, dividido em latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado e, por outro, do mercado externo. Assim, o entendimento que vigorava, e que se perpetuou em nosso meio, era o raciocínio econômico burguês, a primazia do lucro (fácil e abundante), com um pé nas exportações e outro na escravidão (ou apoiado na mentalidade escravocrata).

Esse cenário irá produzir, segundo o autor, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”, na verdade, sendo estes dependentes do primeiro.

Segue dizendo que a relação de opressão e dominação do primeiro em relação ao segundo era clara e dispensava grandes argumentações. Será na relação com o terceiro que iremos encontrar traços e

contornos do início de um projeto de modernidade que alguns teóricos chamarão de “capenga”.

Nesse processo de construção de um projeto nacional, o convívio entre as classes sociais se dá de forma perversa, pois a dependência do “homem livre” camuflava o poder dominante e o predomínio da vontade do senhorio.

Assim, o que constatamos de todo esse processo é o fato de que o povo brasileiro foi construindo sua identidade, com muito sofrimento e tensão, em todos os momentos da história. E para sobreviver a tanta adversidade teve que lançar mão de muita criatividade e imaginação. Desta forma, ao nos reportarmos à tese de mestrado de Maria Cristina Cortez Wissenbach (1989), sob o título “Sonhos africanos, vivências ladinas: Escravos e forros em São Paulo (1850-1888)”, verificamos que neste estudo a autora constatou que homens, mulheres - fossem eles libertos ou escravos - passam a apropriar-se dos espaços urbanos lançando mão de estratégias engenhosas de sobrevivência. Em sua pesquisa foi delineando o que hoje poderíamos chamar de formas criativas que o brasileiro descobre, em situações completamente adversas, para a garantia do seu sustento e de seus pares. Um modo de enfrentar, com pouquíssimos recursos, as dificuldades e agruras da vida, uma situação muito semelhante à das famílias das camadas populares nos dias de hoje.

Salienta que a escravidão urbana amenizou a severidade do regime, assim como afirmara Schwartz, trazendo formas mais atenuadas de opressão para a relação entre escravos e senhores. Assim, os primeiros poderiam circular pelo espaço público, criando possibilidades de aumentar seus ganhos. Mas, embora houvesse certa negociação para o estabelecimento de uma convivência em que todos pudessem coabitar, a autora sustenta que havia também muita violência. Eram lavadeiras, domésticas, trabalhadores de todos os tipos de ofícios, que incomodavam as autoridades locais e as famílias mais ricas. Na verdade, tratava-se, não de uma convivência harmônica, mas, ao contrário, marcada por muita tensão, conforme afirmara a historiadora.

À época houve um enorme afluxo para as grandes cidades por parte dos moradores do campo. Assim, a partir da República, inicia-se um processo de organização do espaço urbano. As moradias populares, tal qual

vemos hoje, eram pequenas, levando as pessoas para os quintais, e até para as ruas, ou ainda aos terreiros de candomblé; assim, a privacidade se improvisava e se arranjava na medida do possível. Tanto os ex-escravos como os brancos pobres estavam submetidos a um forte processo de exclusão, em que a privacidade aparecia como algo a ser forjado no cotidiano, comprometendo, segundo a autora, a elaboração das esferas íntima e privada, diferentemente do que gozava as camadas dominantes. Ou seja, muitos dos costumes presentes hoje, nas populações de baixa renda, deveu-se às improvisações que tiveram que fazer visando a própria sobrevivência desde os primórdios da construção desse país.

Nesse sentido, segue Schwartz, pontuando que as pessoas que não conseguiam a mínima ocupação para a garantia de seu sustento, ou seja, os “homens livres”, ao se verem completamente dependentes, passavam a viver materialmente do favor de alguém que possuía bens e poder, surgindo mais uma figura na conjuntura brasileira da época, ou seja, a do agregado. Desta relação veremos surgir, segundo Schwartz, duas grandes classes sociais, os que dependem e os que detêm o poder econômico.

O autor esclarece o surgimento da ideologia do "favor" e a violência a ele associada:

Nem proprietário nem proletário, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência, por este mesmo mecanismo. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. (...) O favor é a nossa mediação quase universal - e sendo mais simpático do que o nexu escravista a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção (Schwarz, 2000, p. 16-7).

Essa relação baseada no favor, afirma Schwarz, afetará e impregnará a vida nacional na administração, na política, na indústria e no comércio, estendendo-se ao cotidiano da vida urbana.

Talvez com essas ponderações de Schwarz possamos entender melhor a tese de Holanda sobre o legado do brasileiro traduzido pela expressão o “homem cordial”. Na verdade, diante desse modo de estabelecimento das relações sociais, a expressão agora nos soe mais como ironia, visto que tais comportamentos traduziam muito mais uma estratégia de sobrevivência do que de amizade. Estas condutas originaram o que chamamos na atualidade do “jeitinho brasileiro”.

Vale ressaltar que o favor era o que poderíamos chamar de “moeda de troca” que perpassava as profissões liberais, bem como o pequeno proprietário e o funcionário público. Assim, mediando as relações estaria sempre o favor, que se, por um lado, aparecia como mais aceito que a lógica escravista, por outro, nele, como afirmamos, a violência aparece disfarçada, visto que há sempre a subjugação e a dependência do outro para a garantia e manutenção de sua sobrevivência.

O favor submete a exceção à regra, o que prevalece é a remuneração e os benefícios pessoais. Assim, o autor sustentará que assumiremos o discurso liberal europeu, mas continuaremos convivendo com uma lógica escravocrata enrustida. O mesmo fato ocorrerá com as instituições, a burocracia e a justiça, que, sob a égide do clientelismo, apregoarão as teorias do estado burguês moderno.

Faz parte dessa lógica o estabelecimento de relações marcadas pela exaltação do protetor, “feliz por fazer o bem” e por uma postura de submissão do favorecido que aparece como “eternamente agradecido”. Assim, ao atribuir-se independência à dependência, ao se submeter a exceção à regra e a igualdade ao privilégio, entenderemos o que Schwarz quis transmitir ao lançar mão da expressão “as ideias fora do lugar”.

Afirmará que a nenhuma das partes interessará denunciar a outra, pois tal conivência garantirá o poder da classe dominante, ao mesmo

tempo em que, para a camada alijada, por mais frágil que fosse, o favor assegurará sua condição de “ser livre”.

Schwarz sustentará que a família oferecerá este paradigma à sociedade, pois esta reafirmará a todo instante nossas tradições católicas e patriarcais. Nesse sentido, sustenta:

A família, de preferência abastada, é a intocável depositária da ordem e do sentido da vida. Oposta ao egoísmo do celibato e ao desperdício da viuvez, à esterilidade das relações passageiras e à brutalidade das relações desiguais, à irregularidade em geral, à obscuridade da pobreza, à aridez do trabalho, e a outras mais desgraças do país, a vida familiar é a esfera reparadora em que as disparidades sociais e naturais devem achar consolo e sublimação (Schwarz, 2000, p. 89).

Veremos na literatura essa forma de relacionamento baseada no favor entre as classes sociais. Na obra de Machado de Assis, *A mão e a luva*, podemos notar que nela, Guiomar, uma menina de origem humilde, é adotada por uma baronesa rica, que havia perdido sua filha. Schwarz sustenta que a menina, esperta, buscará substituir junto à madrinha a filha que esta perdeu.

A garota possui três pretendentes, o primeiro é romântico e fraco; o segundo, sem graça e sobrinho da baronesa, à qual a menina deve sua posição social. O terceiro é o que conquista o coração de Guiomar.

Neste trecho, reside o dilema central do livro de Machado, ou seja, acatar a vontade da baronesa ou ceder à paixão e ir em direção de seu preferido e de sua autonomia? Assim, Schwarz interpreta a dúvida amorosa da personagem:

O que está em jogo é a concepção do favor. A moça deve obediência irrefletida à sua benfeitora, ou terá direito de levar em conta os seus próprios desejos, de procurar um compromisso entre o seu interesse e os deveres da gratidão? Em termos mais gerais, Machado opõe ao paternalismo autoritário e tradicionalista um paternalismo esclarecido,

que aproveita os dons naturais e a iniciativa do beneficiado, em lugar de sacrificá-los (Schwarz, 2000, p. 99).

Cumpramos observar que tal relação enraizou-se na nossa estrutura social de tal forma que percebemos no convívio com as camadas populares o quanto os seus direitos, por uma saúde digna, educação, transporte, moradia, lazer, etc., são considerados doação e obra de caridade.

É preciso observar que, ainda hoje, percebemos um certo conformismo, e o pior, uma espécie de resignação, quando, por exemplo, a população de baixa renda é obrigada a peregrinar por vários serviços públicos de saúde em busca de um atendimento médico e, quando é atendida, deixa transparecer que não se tratou de um direito, mas sim da concessão de um favor.

Há nessa lógica perversa, implícita no imaginário social, algo do ideário burguês que traz a noção de que alguns possuem competência e, portanto, são merecedores de usufruírem como bem entenderem os louros deste esforço. Pior ainda é o fato desta lógica apontar para a falácia de que todos os indivíduos são iguais em direitos e os que se empenharem lograrão êxito em sua trajetória.

Essa forma de pensar, herdada dos primórdios de nossa colonização, rege o pensamento, não apenas da burguesia nacional, mas também, infelizmente, das camadas populares e subalternas de nosso território.

É nessa direção que o autor desvenda os meandros dessa relação de dominação que aqui se instaurou.

Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele, o favor, a sua livre pessoa, o que transformava prestação e contraprestação, por modestas que fossem, numa dureza e degradação que esconjurava - ou seja, a escravidão, de que as duas partes beneficiam e timbram em se diferenciar - este reconhecimento é de uma convivência sem fundo, multiplicada, ainda, pela adoção do vocabulário burguês da igualdade, do mérito, do trabalho e da razão.

Machado de Assis será mestre nestes meandros (Schwarz, 2000, p. 20).

Na prática, o que assistimos é uma operação de distanciamento das classes ricas em relação às classes populares em todos os sentidos que se pode imaginar. Percebemos que, desde o Brasil Colônia, os escravos eram mantidos à distância, visto que os nobres, para diferenciarem-se, esforçavam-se em criar ambientes com características urbanas e europeias que iam desde o uso de objetos de luxo, de cristais e porcelanas, até formas de comportamentos ditos refinados, como, por exemplo, servir à mesa, possuir objetos ornamentais, chegando à exaltação de obras literárias e musicais que estavam em evidência no exterior. Enfim, tudo era forjado visando à reprodução máxima do estilo de vida das residências européias e o distanciamento do modo de vida dos escravos e forros, os novos afrodescendentes.

O autor descreve o culto ao luxo entre as classes abastadas:

Em nossa análise, o elemento portador da contradição e da incoerência literária foi o luxo burguês. A sua presença não é fortuita, e as questões que levanta também não. Como se sabe, a hegemonia cultural da Europa não se limitava às ideias. Mais que nelas, repousava nos objetos de consumo, que importávamos, e que à sua maneira também são veículos de ideologia, mais difíceis de criticar, aliás, e impossíveis de descartar, por serem parte do fluxo econômico normal - sirva de exemplo a própria Guiomar, que é cética em matéria de romantismo e crente quando se trata de vasos de Sèvres.³¹ Sem descanso, a reprodução do sistema econômico internacional prendia os olhos e desejos da elite brasileira a coisas e ideais sem qualquer continuidade com as nossas relações sociais de base, que ficavam relativamente emudecidas, sem coroamento na civilização material e ideológica (Schwartz, 2000, p. 106).

³¹ Porcelana fabricada em Sèvres, na França.

A paisagem social é a mesma do outro (romance): as boas famílias, a riqueza e a influência política opõem-se ao mundo errático e obscuro dos pobres. O mal não está na desigualdade, mas na gente que busca tirar partido dela. Diante do sentimento cristão, a riqueza e a pobreza, o nascimento ilustre e o anônimo, o regular e o irregular são secundários, o que paradoxalmente é razão - na linha do catolicismo apologético - para aceitá-los (Schwartz, 2000, p. 117-8).

Seguindo essa linha de raciocínio, caberá à severidade do amor familiar e cristão moralizar as diferenças sociais, e, portanto, para sermos mais objetivos, camuflá-las. Em relação à perspectiva cristã, o autor, ao destacar este aspecto, vem colaborar e enriquecer com suas ponderações o presente trabalho. A nosso ver, o “espírito cristão” no Brasil vem de fato servindo de um forte disciplinador das relações sociais, sobretudo, no que se refere à atenuação das consequências das desigualdades sociais.

Schwarz sustenta, nesse sentido:

Insípida enquanto solução, a perspectiva cristã é decisiva enquanto presença, que vem completar o espaço do favor e reorganizá-lo em linhas mais verdadeiras, segundo uma economia própria e menos utilitária. Sumariamente: a dignidade absoluta da pessoa e da família, superior às contingências da vida, compensaria em princípio a desigualdade nas relações reais, as quais desta sorte ficam legitimadas, e sobretudo, livres do travo da humilhação. (...) Do ponto de vista de nossos homens livres, era uma ideologia completa: o sentimento cristão da família suprime os inconvenientes do paternalismo autoritário, bem como os efeitos degradantes do capital, que não se tornam a razão de ser das pessoas (Schwartz, 2000, p. 119, 131).

Essa lógica de uma sociedade penetrada por valores religiosos, minimizados pelas relações de favor entre as classes e impregnada da falácia moralista de que com esforço os oprimidos e desfavorecidos poderão ascender

socialmente e ocupar posição de prestígio, esteve presente em todos os momentos da história do Brasil e em todos os setores da vida social.

O que há de mito ou verdade na constituição do povo brasileiro?

Conforme citamos em outro momento desse trabalho, algumas idéias contidas no livro de Roberto Schwarz, *Duas meninas* (1997), poderão nos ser úteis para refletirmos sobre como se deu a formação do povo brasileiro e os reflexos para a população das camadas populares nos dias de hoje. Neste livro, o autor retrata que muito do que se pregou do povo brasileiro como sendo “acomodado” e “servil” insere-se mais no campo do mito.

O autor aponta para outros aspectos que contribuíram para a formação de nossos costumes ao retratar na literatura os princípios constitutivos da realidade social brasileira. Explora, por um lado, as virtualidades formais do diário de uma mocinha do interior de Minas escrito na década de 1890, *Minha vida de menina*, de Helena Morley. O diário mostra a complexidade social da época, e Schwarz ressalta os traços modernos da protagonista, que na contramão de sua época recusa a dependência, exalta e elogia o trabalho, deixando transparecer seu tino para os negócios, mostrando, nesse sentido, o seu espírito livre e moderno. Trata-se da vida de Helena, uma moça de origem inglesa, de formação protestante, pobre, mas que já defendia, na época, os princípios de justiça e igualdade.

A outra personagem do livro de Schwarz é Capitu, do romance de Machado de Assis, *Dom Casmurro*. Ela, segundo o autor, é portadora de um projeto verdadeiramente iluminista. Considera que as duas meninas rompem com a submissão que imperava no Brasil, fruto de uma história marcada pela escravidão e pelo domínio dos grupos oligárquicos.

O autor pontua o modo como os dois livros retratam a tensão entre os projetos reinantes no Brasil e que conviviam no mesmo cenário, ou seja, a modernidade importada do Velho Mundo, caracterizando um projeto iluminista, e, por outro, um projeto retrógrado devido à herança patriarcal e escravista.

Vale dizer que, como resultado desse projeto contraditório de modernidade, criou-se no Brasil - e o romance de Machado de Assis retrata isso com muita propriedade - uma relação entre os brasileiros pobres e seus patrões, marcada por vínculos de submissão e clientelismo, o único modo daqueles garantirem o seu sustento.

Assim, no romance *Dom Casmurro*, por meio dos personagens - José Dias, o agregado, Bentinho e D. Glória, os proprietários ricos, e Capitu, a menina de origem pobre, mas esperta e bem esclarecida -, cria-se uma trama que retrata a dificuldade de conciliação entre independência e respeito individuais diante da predominância de relações de extrema dependência econômica imposta pela velha ordem.

José Dias, o agregado, resolve o problema adulando e agradando seus patrões, passando a identificar-se com eles. Será Capitu a menina que irá romper com esse tipo de relação, lutando por sua individuação, agindo, guiada pela razão e, desse modo, sustentando uma visão crítica desde pequena em relação aos seus protetores.

Schwarz busca neste ensaio refletir sobre os elementos fundamentais que traçaram o caminho que fez a estranha combinação entre o moderno e civilizado com o arcaico e retrógrado. Assim, fruto dessa "miscelânea", temos hoje uma elite brasileira que assume para si o padrão de consumo do primeiro mundo, sem preocupação com as camadas populares, criando um distanciamento desde então entre as classes que garantirá ao Brasil um dos primeiros lugares do mundo em desigualdade social.

O surgimento da sociedade de massas

O escritor Alfredo Bosi, em seu livro *Céu, inferno - Ensaios de crítica literária e ideológica* (2003), fala da incumbência que a oligarquia do café-com-leite³² teve de romper com a tradição obsoleta e avançar rumo a um

³² A República Velha, no período oligárquico (1894-1930), foi marcada por uma política chamada Política do Café-com-Leite. O café era representado por São Paulo e quem comandava era o Partido Republicano Paulista - PRP. São Paulo era o principal Estado, o mais rico, tinha a economia mais forte. O leite era representado por Minas Gerais, mais especificamente pelo Partido Republicano Mineiro - PRM. Era o maior colégio eleitoral, com grande número de alfabetizados.

sistema que colocasse o país no cenário internacional em condições de competir. Assim como temia Holanda, Bosi também sustentará que esta elite não estava preparada, passados cinquenta anos da abolição da escravatura, para instaurar, nas primeiras décadas do século XX, a construção do Estado brasileiro moderno (Bosi, 2003).

Prosseguindo em sua análise, referindo-se ainda à obra de Holanda, *Raízes do Brasil*, Bosi afirmará que a passagem de uma sociedade fechada, como a que imperava na época (século XIX), dominada por fazendeiros, para uma sociedade de massas (século XX), envolveria uma transformação bastante complexa dos usos e costumes vigentes.

Ocorre, porém, e este é um ponto nevrálgico da luta ideológica da época, que edificar um Estado ativo e planejador, que encarasse de frente a depressão de 1929, implicava admitir práticas intervencionistas do governo central, ou seja, implicava relativizar certos “princípios do liberalismo do século XIX”, de que a política oligárquica estava teoricamente forrada. Como conciliar essa crise do ideário liberal, generalizada, aliás, no mundo inteiro no decênio de 1930, com aquilo que o historiador considerava a “essência íntima” do caráter luso-brasileiro, isto é, o culto do indivíduo e a tibieza de tudo quanto significasse ordem ou obediência a um princípio impessoal? (Bosi, 2003, p. 153).

Bosi diz tratar-se de um dilema, pois como seria romper com costumes tão fortemente enraizados em nosso solo há vários séculos para adentrarmos numa nova sociedade moderna, urbana e de massas? Como conciliar as necessidades do indivíduo e do Estado?

Na verdade para o presente estudo, são estas perguntas que nos interessa esclarecer. Assim, nesse sentido, Bosi afirmará que fruto de todos esses encontros e desencontros, desde o descobrimento do Brasil, com todas estas crises e dilemas, teremos “novos tipos culturais bem definidos: o sertanejo paulista, sujeitos das Bandeiras e da Monções; o peão e o tropeiro

dos caminhos do Sul; o caipira e o caiçara, tais como vieram a se chamar os descendentes últimos dessa fusão nos séculos XIX e XX” (Bosi, 2003, p. 157).

Nessa direção, Zuleika Alvim, no livro *História da vida privada no Brasil (1998)*, discorreu sobre a participação dos imigrantes pobres do campo para a formação da sociedade de massas. Alvim relatou que os imigrantes chegavam ao Brasil trazendo as marcas e costumes que norteavam seus hábitos e a sua privacidade no país de origem, contribuindo sobremaneira para a formação das massas populares urbanas. Os pequenos proprietários e artesãos independentes, segundo a autora, saíram da Europa buscando no Brasil possibilidades de reconstrução de um projeto de vida, visto que, em virtude da Revolução Industrial em seu continente, este grupo tornou-se o excedente de uma parcela da população e passou a trabalhar como operário nas fábricas. Este contingente populacional veio a constituir no Brasil uma imensa massa de desempregados, que passou a ser encarada como ameaça à ordem social.

Criadas as condições para a vinda desses imigrantes para o Brasil e considerando ainda que as fazendas de café brasileiras já não contavam mais com o trabalho escravo, os fazendeiros prometeram aos camponeses europeus terras para plantarem.

Chegando ao sul, onde se concentrou a maioria das promessas, após muitos meses de viagens em condições precárias, não encontrando instalações para morar dignamente, ficavam, muitas vezes, esmolando pelas cidades. Sem possibilidade de sobrevivência, boa parte dirigia-se para São Paulo, onde, segundo a autora, acabaram por se tornar uma força de trabalho fundamental para o início da industrialização nessa região.

Na mesma linha de raciocínio, o historiador Elias Thomé Saliba (1998) ressaltou no mesmo livro a *História da vida privada no Brasil*, que acabou se configurando em nosso território praticamente a divisão entre dois mundos: o do pobre (ex-escravo ou imigrante) e o do rico (burguês, nobre). Ele salientou o humor do povo brasileiro, sustentando que a oposição entre o moderno e o antigo, a estreiteza com que caminhavam lado a lado o público e o privado, era satirizada pelo povo por meio da paródia.

Nesse processo, como afirmou Saliba, assistimos à modernização, ao surgimento de novas formas de comunicação, como as

revistas, o telefone, ao lado de outras possibilidades de locomoção, que não os carros puxados por animais, como os bondes, o automóvel, o avião.

Dessa forma, o que percebemos nessa retrospectiva é que o homem brasileiro contemporâneo vem apresentando, desde a época da colonização, alguma dificuldade em estabelecer uma diferenciação entre o público e o privado, e o resultado desta indefinição consistiu, entre outros fatores, que o Brasil entrou na modernidade de forma muito peculiar, cujos reflexos verificamos nas transformações que mudaram a lógica das relações cotidianas e espaços de expressão da intimidade para muito além do que o simples binômio tradição *versus* modernidade poderá descrever.

E o resultado desse processo para as camadas populares?

Visando obter respostas para tais indagações, continuaremos a lançar mão das contribuições de Alfredo Bosi, pois será de acordo com esta retrospectiva histórica que elucidaremos alguns de nossos questionamentos.

Em seu livro *Dialética da colonização* (2000), o autor tece algumas considerações sobre este “caldo de cultura” que culminou com a formação do perfil do brasileiro que conhecemos hoje.

Bosi sustentou que o exercício da cidadania em nosso território sempre foi limitado pelo Estado absolutista, e a participação e representação, afirmou ele, pouco se alterarão no começo do século XIX.

Tão pouco a abolição da escravatura significou a emancipação do povo “humilde” de nosso país, ao contrário, a alternativa para o escravo liberto “passou a ser ou a mera vida de subsistência como posseiro em sítios marginais, ou a condição subalterna de agregado que subsistiu ainda depois da abolição do cativeiro. De qualquer modo, assim como afirmara Schwartz (2000), Bosi constatou que ser negro livre era sempre sinônimo de dependência (Bosi, 2000, p. 24).

Porém, como o próprio Bosi afirmou, a “mistura” de diversas culturas e comportamentos observados desde o Brasil colonial não eram lineares e tampouco homogêneos. Pudemos verificar que esta assimilação em muitos momentos da história apresentou-se conflituosa, uma vez que índios,

negros, jesuítas e bandeirantes, a cada momento, entravam em confronto dependendo das circunstâncias e interesses particulares.

Na verdade, ao discorrermos sobre a análise de Bosi, notamos que o autor sustentou que conceber a assimilação luso-africana e luso-tupi como harmônica pode conduzir ao risco de se encobrirem os aspectos estruturais e constantes do “apossar-se” do outro com um alto grau de violência. E, infelizmente, nos parece que foi o modo como foi edificada a história da colonização tanto no Nordeste dos engenhos e quilombos, quanto no Sul das bandeiras e missões (Bosi, 2000).

Bosi, após reafirmar e exaltar a beleza e a contribuição das obras de Gilberto Freire, em *Casa grande e senzala*, e de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, sustenta que os costumes africanos ou indígenas quando adotados pelos senhores de engenho, em virtude das novas circunstâncias da vida em comum, eram não raro restritos ao desfrute sexual e alimentar. Podemos dizer até terem sido permeados por uma lógica perversa.

E essa lógica, infelizmente, parece permanecer, em certa medida, ainda em nossos dias. Ou seja, ao pensarmos no processo de formação dos nossos costumes, podemos buscar as raízes de comportamentos atuais de muitos homens que se sentem absolutamente “donos do corpo de suas parceiras” - apropriação indébita que vem dos tempos coloniais. Não se trata de deixar recair apenas sobre o homem brasileiro esta forma de comportamento, tampouco de minimizar este tema de tão grande monta. Sabemos que a questão do machismo é algo muito mais complexo e não está restrito apenas ao nosso território, embora tenha fortes componentes culturais.

Há de se considerar, infelizmente, a concomitante dificuldade das mulheres, ainda nos dias atuais, em se posicionarem em condições de igualdade e segurança perante o mundo masculino. As estatísticas apontam, sobretudo, para as mulheres jovens, das camadas populares e com baixo nível de escolaridade, a acentuação desta dificuldade. O que reforça nossa impressão de que tais heranças permanecem acesas em nosso imaginário social nos dias de hoje.

Entendemos que esse percurso pela história da formação dos costumes no Brasil seguramente trará elementos para pensarmos formas

atuais de relacionamentos amorosos entre os indivíduos que nos serão úteis no sentido de visualizarmos estratégias de intervenções em relação à prevenção das DST/AIDS.

O colono incorpora, literalmente, os bens materiais e culturais do negro e do índio, pois lhe interessa e lhe dá sumo gosto tomar para si à força do seu braço o corpo de suas mulheres, as suas receitas bem-sucedidas de plantar e cozer e, por extensão, os seus expedientes rústicos, logo indispensáveis, de sobrevivência (...) A libido do conquistador teria sido antes falocrática do que democrática na medida em que se exercia quase sempre em uma só dimensão, a do contato físico: as escravas emprenhadas pelos fazendeiros não foram guindadas, *ipso facto*, à categoria de esposas e senhoras de engenho, nem tampouco os filhos dessas uniões fugazes se ombreavam com os herdeiros legítimos do patrimônio dos seus genitores. As exceções, raras e tardias, servem apenas de matéria do anedotário e confirmam a regra geral. As atividades genésicas intensas não têm conexão necessária com a generosidade social (Bosi, 2000, p. 28).

Ressalta ainda o autor que não havia uma reciprocidade nesta “aculturação”, ou seja, afirma que o colonizador tirou o máximo proveito e exploração de sua relação com os negros e índios, oferecendo pouco ou quase nada em troca. Ou seja, Bosi sustenta que algumas análises e descrições deste período favoreceram exclusivamente o colonizador. Assim, podemos afirmar que a subalternidade e subserviência não se restringiram apenas às relações de gênero, oprimindo na verdade todos, homens e mulheres, menos favorecidos, tidos como inferiores.

A história parece apontar também para o contexto de agressões patrocinadas pelas incursões dos bandeirantes paulistas e de forma mais velada a missão jesuítica no Brasil contra negros e índios.

Bosi refere-se ainda a este respeito o seguinte:

Virá o momento de se apartarem e se hostilizarem a cruz e a espada, que desceram juntas das caravelas, mas que acabaram disputando o bem comum, o corpo e a alma do índio. O combate de morte entre o bandeirante de São Paulo e o jesuíta, com a derrota final deste em meados do século XVIII, diz eloquentemente de uma oposição virtual que explode a prática paternalista dos missionários e a crua exploração dos colonos já não se ajustam mutuamente. A narrativa de Anchieta põe em primeiro plano o contraste agudo entre a colonização, como pregação, e o apostolado, que, no início, se entrosaram por necessidade. Ao que tudo indica, tratava-se de dois projetos distintos, cuja conciliação foi sempre temporária e diplomática, mas cujo dinamismo interno teria que levar, como levou, ao aberto confronto (Bosi, 2000, p. 31-2).

Consequências do projeto de modernidade no Brasil: Do sofrimento à resistência - A formação da cultura popular

Bosi (1992) afirmou que a cultura letrada, tão valorizada e reservada a poucos no cotidiano da vida colonial, ditava os parâmetros do que eram consideradas a cultura oficial e a cultura popular. Nesse sentido, afirma:

Sob o limiar da escrita tem vivido, desde o século XVI, uma cultura que se gestou em meio a um povo pobre e dominado. Em um espaço de raças cruzadas e populações de diversas origens a sua linguagem acabou ficando mestiça a tal ponto que hoje beira o anacronismo falar de cultura negra ou de cultura indígena ou mesmo de cultura rústica em estado puro (...) Mas, com o tempo, a simbiose cabocla, mulata ou cafuza foi prevalecendo em todos os campos da vida material e simbólica: na comida, na roupa, na casa, na fala, no canto, na reza,

na festa. A aculturação é, sem dúvida, o tema por excelência da antropologia colonial (Bosi, 2000, p. 46).

Bosi assinalou que esta formação se deu como resultado da reunião entre elementos e expressões primitivas, ou seja, formas de culturas características de homens que viveram sob o limiar da escrita e expressões de fronteira, típicas do contato da vida popular com a cultura letrada trazida dos nossos colonizadores (Bosi, 2000).

A esse respeito, acrescenta:

O certo é que o homem pobre e dominado foi o portador, quando não o agente direto, dessas expressões, tanto as primitivas como as de fronteira, tanto as puras quanto as mistas, tanto as proibidas quanto as toleradas e estimuladas; e todas se equivalem antropologicamente. É papel da análise formal discernir os componentes (chamados em geral traços) de estilo que entram em cada rito, narrativa ou figura; e é trabalho da interpretação histórico-social colher os significados que organizaram essas criações simbólicas (Bosi, 2000, p. 47).

Vale observar o que Bosi nos traz sobre a importância do que se convencionou chamar de cultura não letrada. Esta aparece na forma de devoção, por meio da qual a comunidade atualiza o sentimento da própria existência e, portanto, luta e resiste visando à manutenção de sua identidade (Bosi, 2000).

A repetição das fórmulas, o reiterar dos ritmos, o risco abstrato do desenho indígena, a expressividade fixa e retida na máscara africana, os rituais em toda parte ciosamente idênticos a si mesmos, a marcação regular de cada participante no coro e na dança - tudo reflete uma vontade de conjurar, com fórmulas poucas e pregnantas, a temida e adorada transcendência (dos mortos, dos deuses, do outro)

que segura nas mãos o destino da pessoa e do grupo (Bosi, 2000, p. 47).

O processo de colonização, no entanto, agregou cada vez mais elementos ao culto religioso. Assim, a cultura erudita, o barroco mineiro se impõe em virtude do afluxo dos portugueses para a região do ouro. Ali se desenvolveu a união das necessidades locais de expressão com modelos vindos de Portugal e da Itália.

Nessa arte de fronteira, os afetos vividos no cotidiano colonial, a veneração, o medo, o amor se traduzem mediante uma economia de formas vindas de espaços e tempos distantes, mas nem por isso menos dúcteis e capazes de compor imagens fortes e coesas. A sensibilidade do mestiço, em uma cidade colonial, e a arte portuguesa dos seis-setecentos entram nas figuras do Aleijadinho em uma síntese na qual manifestamente é o estilo alto que rege a orquestra. Mas não importa aqui fazer a soma aritmética dos fatores estilísticos (tanto de culto, tanto de popular); importa determinar em cada caso a perspectiva e o sentido das formas (Bosi, 2000, p. 48).

Seria interessante ressaltar que a inspiração popular trabalhou não de forma planejada e científica, mas de forma “espontânea, inconsciente de resistência” os conteúdos de ascendência européia e letrada. Traços, linhas, arranjos, versos, ecos, melodias e ritmos aparecem com presteza nas criações populares, como o cordel ou o repente, por exemplo.

O fundamento social da repetição pode ser o desejo de manter um acorde comunitário em torno de afetos e idéias que se partilham; neste caso, o seu lastro psicológico vem da memória, que grava melhor tudo quanto se dispõe de modo simétrico ou, pelo menos, recorrente (Bosi, 2000, p. 53).

Bosi sustentou, como afirmamos, que não há cultura de elite e cultura popular pura. A cultura popular é fruto de uma mistura de diversos saberes e conhecimentos eruditos e outros de origem indígena, africana, etc. Paradoxalmente, em razão da desvalorização desses últimos, a cultura popular tratou de produzir esta miscigenação entre o erudito e o popular. Esclarece, no entanto, que a cultura popular se desenvolve e se modifica no campo social ao interagir com outros modelos culturais.

Bosi vai nesta direção quando afirma:

O gosto oficial do século XIX e do começo do século XX separou, por força da própria divisão de trabalho e de poder, os valores do colonizador e os do colonizado, decaídos a não-valores. Assim, o colonizado viveu sempre ambigualmente o seu próprio universo simbólico tomando-o como positivo (em si) e negativo (para o outro e para si como introjeção do outro) (Bosi, 2000, p. 59).

O autor resume sua análise na seguinte afirmação:

Sempre uma cultura ou um culto vale-se de sua posição dominante para julgar a cultura ou culto do outro. A colonização retardada, também no mundo dos símbolos, a democratização (Bosi, 2000, p. 62).

Vale registrar que apesar de todo o sofrimento e agruras impostas ao povo durante todo o processo de colonização, não poderíamos deixar passar ao largo a beleza, a criatividade que vieram se delineando no decorrer de várias décadas em suas formas de expressões artísticas, na música, dança e poesia. São expressões que acabaram por enraizar-se no imaginário popular, com fortes marcas na atualidade.

Bosi ressalta que pelo fato de a cultura no Brasil ter se formado em meio a um povo pobre subjugado fez com que este sabiamente tratasse de promover a miscigenação por perceber que seus saberes “em forma pura” não eram valorizados pela cultura letrada predominante. Sustenta, nesse sentido, que a expressão popular conseguiu subsistir graças à devoção, pois a

expressão religiosa era mais bem tolerada pelos senhores de engenho. Assim, esta foi uma forma encontrada para lutar e resistir visando à manutenção de sua identidade e a expressão de seus sentimentos, garantindo sua existência, embora de forma tensa e conflituosa (Bosi, 2000).

Nessa direção, e um pouco distinto da leitura proposta por Alfredo Bosi, que sustenta a idéia de "aculturação", os autores Pereira e Gomes, no livro *Flor do não esquecimento Cultura popular e processos de transformação* (2002), destacam alguns aspectos que, segundo eles, caracterizam a cultura popular como um sistema dinâmico que convive com a preservação dela, ao mesmo tempo em que sofre transformações advindas do contato com a cultura erudita e a cultura de massas.

Pereira e Gomes apontam alguns aspectos que fazem parte do chamado "hibridismo cultural": o conservadorismo, definido por eles como o ato de resguardar valores do passado como forma de autodefesa em consequência das rápidas mudanças impostas pela modernidade; a hierarquização, que é a compreensão da ordem social numa lógica que marca as diferenças entre antecessores e sucessores; a totalização, que busca a interação com a natureza e o mundo sobrenatural; a contextualização da vida, que visa o entendimento dos eventos inseridos no espaço geográfico e local; a religiosidade, que trabalha com o princípio de que o mundo é fruto da ação divina - daí a convivência tão estreita e familiar do povo com os santos, tanto da igreja católica como do candomblé. E, por fim, a pessoalização, que é o reconhecimento dos indivíduos a partir de suas ligações com a família e as gerações precedentes.

Mencionam, ainda, outro ponto relevante para a conceituação de cultura popular que ora delineamos. Chamarão de insurgência, que consiste na resistência em assimilar pacificamente os valores advindos de cima para baixo pelos grupos dominantes. Resistência que aparece ainda nas formas de re-elaboração dos valores, buscando alternativas para o conflito que surge na relação entre cultura popular e erudita. Assim, um novo sentido surge, diferenciando-se do modelo de origem.

Prosseguem ressaltando que a cultura popular e os demais modelos dialogam constantemente, muitas vezes de forma tensa e conflituosa,

e nesta interação, teríamos reveladas a trama social, a dinâmica e a diversidade cultural dos grupos e indivíduos. Nessa direção, afirmam:

O mapeamento dos diferentes modelos culturais é relevante para que, a partir do conhecimento de suas especificidades, possamos pensar seus processos de interrelacionamento e as disposições que alimentam ou deixam de alimentar diante dos desafios suscitados pelas transformações sociais. Além disso, é interessante observar que esquemas os regem internamente no tocante às possibilidades de se autopreservarem ou de aderirem às mudanças (Pereira e Gomes, 2002, p. 14).

Os autores propõem uma reflexão sobre os efeitos da globalização nas comunidades locais, as possibilidades de estas comunidades virem a interferir neste processo e, ao mesmo tempo, defender-se dela, fechando-se ou isolando-se, ou até, como observamos acima, reelaborando e peneirando elementos externos, relativizando as informações e técnicas, com vistas a utilizar todas estas influências a seu favor, sem a perda de sua identidade, podendo, assim, circular entre a tradição e a modernidade.

Nessa direção, citam as pesquisas que realizaram em áreas rurais do Estado de Minas Gerais, onde constataram o quanto o popular tradicional tem se servido das técnicas e meios modernos para afirmar e ampliar a significação social de suas culturas. Assim, relatam que:

A tradição da oralidade tem dialogado com os novos suportes de comunicação como o cinema e o vídeo. Além disso, as comunidades tradicionais têm sido “descobertas” pelas agências de turismo que, baseadas no *marketing*, procuram oferecer aos clientes opções de lazer e entretenimento. A estratégia consiste em vender esses elementos de bem-estar juntamente com uma proposta de turismo cultural e ecológico. A ótica dualista nos faz ver, nesse quadro, a decadência do popular e a ação devastadora da cultura de massas. No entanto, as mediações nos abrem a perspectiva de observar essa instância de crise como período no qual estão sendo gestadas as

reconfigurações dos grupos sociais em contato (Pereira e Gomes, 2002, p. 20).

Apoiado-nos nessa análise, pretendemos repensar o processo de construção da sociedade brasileira no que diz respeito aos costumes e seus reflexos na atualidade. Processo este que, embora tenso e muitas vezes tortuoso, se vê repleto de resistências, lutas e vitórias. Com isso, desmistificamos a expressão "o homem cordial" como sendo a grande contribuição do povo brasileiro ao mundo, como ironicamente afirmara Holanda.

Podemos ainda verificar, por meio dessa retrospectiva histórica, que este homem (popular) sempre lançou mão de vários expedientes visando manter-se íntegro e identificado às suas raízes, embora nunca tenha estado fechado às mudanças e novas possibilidades de encontros e (des)encontros com outras culturas.

Os autores citam como exemplo dessa flexibilidade e capacidade de adaptação, sem necessariamente acarretar a perda da tradição, os estudos feitos junto à comunidade de Arturos. No período em que esta esteve ligada à agricultura de subsistência, promovia um ritual de capina. Ocorre que, com o passar dos tempos, as pessoas assumiram outras ocupações, afastando-se das atividades agrícolas. Assim, para que se mantivesse a tradição, o ritual continuou a ser realizado como evento baseado nos elementos simbólicos da agricultura, mostrando aos mais jovens o que ocorria no passado (Pereira e Gomes, 2002,).

Com esse exemplo podemos verificar que as modificações surgidas no contexto local não foram suficientes para que esse ritual fosse extinto; ao contrário, a comunidade pode reelaborá-lo de forma que garanta sua continuidade, diríamos nós, até mesmo de modo criativo. Uma leitura possível da cultura popular que contradiz a idéia de que o processo de globalização, a massificação e homogeneização dos estilos de vida acabariam por ser um rolo compressor, destruindo a tradição e os costumes. Sustentam que este raciocínio reduz as experiências sociais à condição de tabula rasa,

restringindo e menosprezando as potencialidades das expressões culturais populares, mesmo sem ter a intenção de fazê-lo.

Os autores chamarão de hibridações, que residem na capacidade de reinterpretar o que poderia parecer num primeiro momento ameaçador, modificando e sendo modificado pelo elemento estranho ao seu meio, aplicando o princípio da preservação através da transformação. Dessa forma, assistimos o popular tradicional servir-se das técnicas e instrumentos modernos para afirmar a sua identidade e significação social.

Cumpramos observar que os autores não avaliam que esse processo seja a regra e encontra-se sob controle, pois sustentam que ainda em nossos dias observamos práticas violentas contra a tradição em nome de uma “supremacia e superioridade” da modernidade. Ainda nessa direção, os autores sustentam:

Os eventos considerados como cultura popular se defrontam na modernidade com uma questão fundamental, isto é, com a mudança de canais de transmissão e das formas de saber. A tendência dos estudos culturais, a princípio, foi a de relacionar estágios de evolução para os modelos culturais, tomando como centro o modelo da chamada cultura erudita. Esse viés levou à redução de outros modelos à condição de culturas exóticas ou subculturas (Pereira e Gomes, 2002, p. 45).

Segundo os autores, esta categorização de culturas fez com que a diversidade das culturas populares deixasse de receber o tratamento dialético que os estudiosos dedicaram à cultura erudita. Assim, justificam:

Uma análise que desconsidere o caráter dialético da cultura popular tende a legitimar a oralidade como suporte hegemônico, o que retira desse modelo a perspectiva de assumir os riscos que decorrem do contato com outros elementos de mídia. A importância atribuída à oralidade na cultura popular é pertinente se não pressupõe que esses outros meios podem tecer sentidos diversificados para a cultura popular (Pereira e Gomes, 2002, p. 45).

Não nos aprofundaremos neste ponto, mas entendemos que são adaptações e recriações, em alguns momentos conscientes, e em outros, inconscientemente, nas interrelações entre tradição e modernidade (como o que se observou no movimento Hip-Hop).

Cumpramos observar que os autores, como resultado de suas pesquisas, atestam que, por mais que existam elementos comuns nos processos de experiência social, devemos observar as particularidades de cada comunidade. Ou seja, segundo esse processo dialético, os autores reafirmam a cultura popular como algo que busca sua ressignificação num movimento ora de preservação, ora de transformação.

CAPITULO VI

A FAMÍLIA E A SOCIEDADE BRASILEIRA

Nosso objetivo, no presente capítulo, é o de realizar uma breve contextualização da família, sob a ótica interdisciplinar, e, embora os teóricos aqui tratados representem escolas de diversas orientações e abordagens, todos trazem sua contribuição para o debate que ora nos propomos realizar. Entendemos que a instituição familiar ainda na contemporaneidade exerce função primordial na formação dos jovens, embora tenha sofrido muitas transformações.

Para o presente trabalho pesquisamos alguns textos que abrangem desde escritos clássicos sobre a instituição familiar até aqueles que apontam para o seu novo perfil, determinado pelo impacto das transformações socioeconômicas e culturais das últimas décadas.

Philippe Ariés (1981) nos fornece novos elementos para refletirmos sobre o contexto social que imperava nas sociedades tradicionais do Ocidente, na Idade Média e no século XVIII, que serão úteis para o entendimento de como a instituição familiar vem se transformando ao longo dos séculos, até chegar ao desenho que conhecemos atualmente. Vale ressaltar que para o presente estudo nos ateremos apenas nos últimos séculos.

Conforme atesta o historiador, antes do século XV, as famílias eram mais uma realidade "moral e social" do que sentimental. Nos meios ricos a família se confundia com o patrimônio. Entre os pobres, a família praticamente não existia. As pessoas nasciam em uma comunidade formada por pais, vizinhos, amigos, enfim, agrupamentos que se relacionavam seguindo o princípio da solidariedade. A orientação dos mais jovens ficava a cargo da comunidade. Esperava-se que o jovem do sexo masculino mostrasse seu poder para tornar-se respeitado pelo grupo. Teria este que se fazer reconhecido, delimitando seu espaço de forma que não transgredisse e não invadisse o espaço do outro. Uma configuração, nesse sentido, muito semelhante ao que encontramos ainda hoje nas camadas populares (Ariés, *in*: Velho e Figueira, 1981).

Este autor pontua que a família nuclear burguesa aparece por volta do século XVIII e caracteriza a figura masculina como a responsável pela vida externa e o sustento da casa, e a mulher, responsável pelo mundo interno, sobretudo, o cuidado do lar e dos filhos.

Ainda, segundo ele, a mulher possuía um papel bem delimitado, ou seja, era escolhida pelo rapaz, e, a partir deste momento, seria a sua principal colaboradora. Vale ressaltar que a manutenção do *status* do rapaz dependeria fundamentalmente do auxílio e da dedicação incondicional de sua esposa.

Ariés considera que o domínio do homem na família não era público nem privado, mas os dois ao mesmo tempo: privado, porque correspondia ao comportamento individual, e público, porque dizia de como o homem deveria se comportar na coletividade, o que se esperava deste. As regras eram ditadas pelo grupo. O Estado, da forma como entendemos hoje, intervinha apenas raramente. Segundo Ariés:

A família deveria reforçar os poderes do indivíduo, como seu chefe, sem alterar a solidez de suas relações com a comunidade. As mulheres casadas se encontravam para lavar a roupa, como os homens o faziam no cabaré. Cada sexo tinha seu lugar na igreja, na procissão, na praça, na festa e mesmo na dança. A família não possuía um domínio que fosse seu. O único “domínio” próprio era o que cada indivíduo do sexo masculino conquistava por sua estratégia, com a ajuda de sua mulher e também de seus amigos ou clientes (Ariés, *in*: Velho e Figueira, 1981, p. 15).

Este estado de coisas, segundo o autor, sofre fortes transformações a partir dos séculos XIX-XX. Assim, pontua três grandes fenômenos que caracterizaram estas mudanças. O primeiro relaciona-se ao fato de que, a partir do século XVIII, inicia-se um movimento do Estado visando a controlar, influenciar e legislar sobre a vida dos indivíduos. O Estado passa a organizar o tempo das pessoas, suas iniciativas devem passar pelo crivo deste, que ditará agora os limites e as fronteiras de cada ser individual.

Não podemos deixar de relacionar este momento de suma importância para o nosso estudo, visto que será o Estado que apontará regras a serem seguidas pelos indivíduos no exercício de sua sexualidade. Atentará, por exemplo, para como devem se comportar homens e mulheres, qual papel sexual que se espera destes a partir, inclusive, do papel social a ser exercido por cada um. Cumpre observar que tais mudanças trarão consequências profundas para a vida das pessoas, como veremos mais adiante.

O segundo fenômeno liga-se ao primeiro, na medida em que é subordinado a ele: normatizam-se os espaços, delimitando o lugar do trabalho e os lugares das demais atividades, a casa, a rua, o campo, a escola, etc. O trabalho, em especial, passa a ser exercido longe de casa e da comunidade e é submetido a uma disciplina e hierarquia. Neste momento, passamos a assistir à diferenciação do que é de ordem pública e privada.

O terceiro fenômeno, que ocorre no século XVIII, difere dos anteriores, pois é de natureza psicológica. O historiador considera esta fase como de “grande revolução da afetividade”, ou seja, o afeto que era disseminado para vários sujeitos pertencentes à comunidade passa a ser concentrado na família. Poderíamos dizer que o “maior montante de afeto” estaria agora reservado ao casal e aos filhos. Nesse sentido o autor se posiciona:

A família tornou-se um espaço que se assemelha ao “domínio” individual da antiga sociedade, com a diferença de não ser um espaço individual; nela, o indivíduo se apaga em benefício do grupo familiar, particularmente das crianças e de sua promoção. Por outro lado, ela está mais destacada da coletividade que antes e sua tendência é opor-se ao mundo externo e curvar-se sobre si mesma. Tornou-se, portanto, o domínio privado, o único lugar em que se pode legalmente escapar ao olhar inquiridor da sociedade industrial (Áries, *in*: Velho e Figueira, 1981, p. 16-7).

É na sociedade industrial que se realiza definitivamente a separação entre o lugar de trabalho e o lugar da família, ou seja, os domínios do público e do privado.

No século XIX, a família já assume a configuração que conhecemos hoje. Este espaço definido como particular aparece de forma mais decisiva como sendo destinado, sobretudo, às mulheres e crianças.

Ariés sustenta que o século XIX representou o salto do campo para a cidade e, mais ainda, para a civilização urbana. Pontua que os pobres vindos do campo apareciam como uma grande ameaça aos burgueses proprietários. Segue dizendo que as famílias, sobretudo da burguesia e das classes médias, já se rendiam ao culto da privacidade no século XIX, embora sublinhe que a privatização da família tenha sido menos desenvolvida nos meios populares, em particular, nas regiões mediterrâneas. Nestas, a vida coletiva resistiu por mais tempo.

Enfim, entendemos que a família, e em especial a figura feminina, vem durante séculos sendo alvo de normatizações e enquadres, que por mais que tenha se transformado, ainda na atualidade sentimos os reflexos deste monitoramento no comportamento e atuação das pessoas e, principalmente, os seus reflexos na educação dos mais jovens.

O papel da família para a formação dos indivíduos

Se até o presente momento, abordamos as transformações que ocorreram na instituição familiar com o surgimento da modernidade, gostaríamos agora de pensar o papel da família moderna e contemporânea na formação do indivíduo. Entendemos que não há como pensarmos a educação sexual de jovens sem considerarmos a primeira instituição que os recebe, pois estaríamos anulando essa etapa que muito nos diz da formação dos indivíduos e os desdobramentos futuros para a vida dos mesmos.

Recorremos ao psicanalista Éric Fromm com o intuito de pensar a família como autoridade, o papel social que esta desempenha e os reflexos para o indivíduo.

Nas contribuições contidas no livro *A dialética da família - Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*, Fromm (1985)

sustentará que a autoridade é importante para a formação do superego,³³ assim como Freud já o havia demonstrado. Nesse sentido, segundo o psicanalista, o superego se constitui em estreita relação com o desenrolar do complexo de Édipo e a identificação parental.

Fromm sustenta que o superego surge desde os primeiros anos de vida da criança como uma instância condicionada pelo medo do pai e, ao mesmo tempo, pelo desejo de ser amado. Neste momento entra a importância da família, que dará o suporte para a criação da posterior capacidade do adulto de crer ou de se subordinar às autoridades (Fromm, *in*: Canevacci, 1985).

Será por meio do superego que o poder externo se transformará em um poder interno. A partir deste momento, o indivíduo atuará em consonância com as normas e proibições, não mais por medo das punições da autoridade externa, mas por receio da instância psíquica que ele construiu, ou seja, de sua consciência moral. Por meio da identificação com o pai, a jovem criança irá assimilar os limites impostos por este. Aos poucos, a instância do superego irá incorporando o que é interdito socialmente e as regras do poder. Vejamos como o autor expõe suas idéias a respeito:

A relação superego/autoridade é uma relação dialética. O superego é uma interiorização da autoridade e a autoridade é transfigurada pela projeção nela das características do superego; e, nessa forma transfigurada, é novamente interiorizada. Autoridade e superego são inseparáveis. O superego é o poder externo interiorizado; o poder externo ganha tanta eficácia porque conserva as qualidades do superego. Este, portanto, não é de modo algum uma instância que, uma vez constituída na infância, permanece sempre operante do mesmo modo no homem, independentemente de como se apresente a sociedade em que vive: ao contrário, na maior parte dos casos, o

³³Para entendermos como se organiza e se estrutura a personalidade, recorremos a Freud. Ele sustenta que a personalidade é composta pelo ego, superego e id. Assinala que tais estruturas não são lineares, fundindo-se umas nas outras. De acordo com a teoria estrutural do aparelho psíquico, o id, o ego e o superego funcionam em diferentes níveis de consciência. O id é o reservatório inconsciente das pulsões. Regido pelo princípio do prazer, o id exige satisfação imediata desses impulsos. O ego funciona principalmente em nível consciente e pré-consciente, embora também contenha elementos inconscientes. Regido pelo princípio da realidade, o ego mediatiza os impulsos do id. Apenas parcialmente consciente, o superego serve como um censor das funções do ego, sendo a fonte de sentimentos de culpa e medo de punição (Freud, 1976, 2006).

superego praticamente desapareceria, ou mudaria completamente de caráter e de conteúdo, se as autoridades dominantes não prosseguissem ou, mais exatamente, não renovassem continuamente o processo, iniciado na infância, da formação do superego (Fromm, *in*: Canevacci, 1985, p. 169-70).

Dessa forma, faz-se necessário atentarmos para a necessidade constante que o adulto terá da interiorização do poder externo, mesmo considerando o fato de o superego transformar em medo interno o perigo externo. E, neste processo, o indivíduo formará seus ideais a partir da assimilação dos valores familiares e sociais vigentes numa dada sociedade.

Nesse sentido, o valor do que estamos refletindo a esse respeito para nós reveste-se de grande importância, em virtude de o fato de nosso objeto de estudo ser o adolescente/jovem, sua vulnerabilidade e suas dificuldades de lançar mão em seu cotidiano de práticas que contribuam para o estabelecimento de relações afetivas, amorosas e sexuais com maior segurança.

A idéia de Fromm, seguindo as concepções freudianas, é a de que as experiências vividas na primeira infância e na juventude são fundamentais para a formação do caráter dos indivíduos, o que não significa dizer que este ficará estagnado. Dito isto, pensaríamos que poderá resultar de uma vivência edípica estruturante um superego capaz de lidar ou ultrapassar situações difíceis, permitindo o recurso a comportamentos mais seguros e menos influenciáveis.

O psicanalista aponta para algumas formas de fortalecimento desse jovem para que possa enfrentar todos os assédios da vida de maneira menos turbulenta:

O medo das autoridades reais, com o poder que detêm; a esperança de vantagens materiais; o desejo de ser amado e elogiado por elas; a satisfação derivada da realização desse desejo (recompensas, promoções, etc.); bem como a possibilidade de relações objetivas sexuais e, especialmente homossexuais (ainda que inconscientes e não realizadas), com tais autoridades; tudo isso são fatores pelo

menos tão fortes quanto o medo que o ego tem do superego (Fromm, *in*: Canevacci, 1985, p. 171).

Nesse sentido, seguindo os ensinamentos de Freud, afirmará a importância e o peso das relações afetivas com os genitores nos primeiros anos de vida; o amor, o medo e o ódio em relação a eles serão determinantes para a formação da psique individual e do caráter do indivíduo. Fromm acredita ainda que a principal função da família é a de transmitir determinados conteúdos sociais, menos por meio de opiniões, e mais, de fato, pela formação de uma estrutura psíquica social desejada.

Na mesma direção o professor de psiquiatria francês Philippe Jeammet (2005), apoiado em sua prática clínica, afirma que na atualidade os adolescentes podem estar mais avançados que seus pais, mas efetivamente, tanto do ponto de vista material como afetivo, continuam dependentes da família. Sustenta, ainda, que o jovem contemporâneo, por sua vez, vem sofrendo constantes mudanças nas últimas décadas, e, ao invés de obter apoio por parte dos pais, assistimos a uma indiferenciação intergeracional com o concomitante enfraquecimento das barreiras e vínculos entre pais e filhos.

A maior liberdade de costumes, a fragilização dos limites, a diluição dos valores conjugam seus efeitos com o aumento das exigências de êxito individual, para expor narcisicamente o adolescente e para impedi-lo de encontrar, na submissão às pressões ou na adesão aos valores da sociedade, uma via completamente traçada de expressão de suas necessidades de dependência que vão por esse motivo se expressar, às claras, na sua cruzeza (Jeammet, 2005, p. 23).

A família, ao evitar o confronto com o adolescente e ao colocá-lo no lugar de objeto de desejo, cujo investimento excessivo levou à canalização de todos os interesses familiares em torno dele, prejudica a assimilação das regras sociais por parte deste adolescente. Há a fragilização dos limites e das interdições em benefício do aumento das exigências narcísicas (Jeammet, 2005).

Essa constatação ao nosso ver se faz presente em famílias de classes sociais mais abastadas, mas percebemos em nossa pesquisa que as exigências e incumbências transferidas aos jovens mais pobres não são diferentes em relação aos outros extratos sociais. Apenas as cobranças são diferentes, mas a pressão é a mesma. Pudemos notar que esses jovens sentem-se pressionados a trabalhar e a contribuir com as despesas domésticas.

Nesse sentido, o autor realça que houve uma mudança significativa nas últimas décadas em nossa sociedade. Trata-se do fim dos rituais de passagem, como afirmamos em outro momento, que facilitariam a estruturação psíquica do adolescente. Assim, ao comparar as sociedades primitivas com a atualidade, ressalta alguns elementos que encontram nos rituais uma forma de elaboração conduzida pelo mundo adulto, que hoje se encontra à deriva, nas mãos do jovem apenas. Destaca que tais ritos tinham como objetivo primordial auxiliar o jovem a precaver-se dos perigos de desintegração ligados aos períodos de passagem, no qual a intenção última era a de propiciar a despedida do mundo infantil e a inserção firme e segura no mundo dos adultos (Jeammet, 2005).

Ao pensarmos nas intervenções junto aos jovens, temos que refletir também sobre a estrutura familiar nas quais estes se desenvolveram; talvez aí encontremos alguns indicadores que possam nos trazer elementos que possibilitem às gerações futuras fazer escolhas com maior segurança.

A família das camadas populares no Brasil

As reflexões realizadas até o presente sobre a família, as transformações ocorridas em sua estruturação nos últimos séculos e sua importância para a formação dos indivíduos, objetivaram delinear o contexto mais geral em que se inserem as tendências da organização familiar brasileira.

Conforme atesta Costa, em seu livro *Família, psicologia e sociedade* (1981), no Brasil o padrão de família “ideal” segue o modelo da classe média. Nela encontraremos o que poderíamos chamar de “estereótipos” que descrevem o que deveria ser o padrão de bom comportamento e, portanto, concebido como o modelo a ser seguido por todos.

Começando pela estrutura física, Costa afirma que as habitações devem ser amplas e bem cuidadas, destoando completamente da maioria das moradias das camadas populares, às vezes, constituída por favelas e cortiços. No que se refere aos relacionamentos familiares, os adultos devem apresentar-se sempre bem humorados, sem preocupação material, acompanhar as crianças, encorajando-as em suas explorações, incentivando-as e recompensando-as pelo sucesso. Deverão, ainda, possuir um alto padrão econômico e uma estrutura emocional estável. A estrutura de comunicação familiar deverá ter um código linguístico “sofisticado”. Enfim, Costa sustenta que este modelo de família de classe média “ideal” traria em seu bojo apenas adjetivos que denotam valores socialmente valorizados (Costa, 1981).

Uma análise como esta se faz necessária por entendermos que este modelo possui um poder de penetração em nosso cotidiano muito poderoso, fortemente reforçado pela mídia, pois acaba por determinar comportamentos e costumes, ditando normas de condutas para tipos de organização familiar de outras classes sociais. Nesse sentido, afirma Costa:

A aculturação das classes populares por valores, atitudes e comportamentos de classe média faz supor uma tentativa de domesticação e homogeneização que, se bem-sucedida, resultaria, não na resolução dos problemas destas classes, mas, sim, na erradicação dos temores das classes médias. (...) O etnocentrismo de classe média, porém, associado aos temores que esta classe nutre em relação ao comportamento “inadequado”, “bárbaro”, “primitivo” ou “rebelde” dos membros das classes populares, impede que tais diferenças culturais sejam pensadas e, menos ainda, sistematicamente elaboradas (Costa, *in*: Velho e Figueira, 1981, p. 201).

Pensamos, no entanto, que os valores das classes médias não podem ser universalizados, tampouco vistos como ideais para todos os indivíduos. Reafirmamos que há outras formas de organização familiar, arranjos diferenciados que “dão conta” da estrutura psíquica de seus membros e de sua formação com eficácia.

Assim, nosso intuito será o de pensar as famílias das camadas populares, tentando apreender suas características e a influência dos valores que circulam para os jovens inseridos nesta classe social.

Recorremos a Sarti buscando entender como esses processos se desenvolvem. Em seu livro *A família como espelho* (2005), a pesquisadora sustenta que as famílias de uma forma geral tem mudado nas últimas décadas, principalmente em virtude da crescente incorporação da mulher no mercado de trabalho e das possibilidades de contracepção. Diante de tais transformações assistimos à instalação de um conflito na família moderna: de um lado, a necessidade de afirmação da individualidade e, do outro, as responsabilidades inerentes aos vínculos familiares.

Mesmo quando nos reportamos às famílias pobres,³⁴ segundo ela, este fenômeno moderno não estará ausente, visto que são pessoas inseridas na sociedade de classes capitalista. Embora ressalte que estas não são atingidas igualmente, sobretudo se pensarmos que as relações familiares entre os pobres seguem um padrão tradicional de autoridade e hierarquia. A esse respeito, afirma a autora:

Por meio da análise das relações entre homem e mulher na família pobre, pode-se perceber que a dificuldade de afirmação individual - tanto para o homem como, particularmente, para a mulher, que tem uma posição subordinada na hierarquia familiar - é expressa fundamentalmente como uma questão de ordem moral. Tal dificuldade aparece como uma incongruência em seu universo moral, onde os elos de obrigações em relação a seus familiares prevalecem sobre os projetos individuais (Sarti, 2005, p. 20).

Seguindo nessa análise, a pesquisadora visando compreender as categorias morais que orientam as pessoas pobres, como estes se organizam e dão sentido à sua existência, realizou uma pesquisa num bairro periférico de São Paulo. Nele entrevistou pessoas, indagando sobre suas vidas

³⁴ A autora, quando se refere à palavra “pobre” em seu livro, fala de pessoas destituídas de poder, riqueza e prestígio, na nossa sociedade de classes.

na família e no bairro, bem como, suas concepções de trabalho. O estudo visou entender qual seria a interpretação dada pelos sujeitos envolvidos em relação à sua experiência de vida, expressa em normas e valores.

A autora, ao explorar o tema da moralidade na família, e depois no bairro, nota que os limites entre a casa e a rua são sutis e de difícil demarcação, bem como as relações familiares. Estas não se limitam ao universo doméstico; ao contrário, os valores que regem as relações internas à família são os mesmos que utilizam para pensar o mundo social e a forma como se colocam ante ele (Sarti, 2005).

Nesse aspecto, Sarti ressalta a importância da família para a formação da personalidade dos indivíduos, independentemente da classe social, embora, ao lançar um olhar mais direto sobre as famílias de camadas populares observe diferenças culturais, sendo possíveis seu desvelamento somente com uma aproximação mais estreita. A autora, seguindo nessa direção, afirma:

O estudo da moralidade dos pobres, expressa nas relações que se criam em torno da localidade onde habitam, tornou-se também um estudo da construção de sua identidade social, uma vez que a autodefinição dos pobres - ou seja, a definição do lugar que ocupam no mundo social - constroi-se dentro de uma concepção da ordem social como ordem moral (Sarti, 2005, p. 21).

Assim, a pesquisa revela a importância simbólica que as pessoas pobres atribuem à família, dentro e fora de casa, ou seja, pensada como instância de natureza moral, constitui o referencial que orienta, ordena e dá sentido ao mundo social em que vivem.

Sarti, ao fazer um recorte de classe em sua pesquisa, discorre sobre a visão sociológica acerca dos pobres que imperava na década de 1960. De acordo com esta concepção, havia uma tendência a defini-los com características pejorativas, carregadas de valores negativos. Ser pobre era sinônimo de “carência total”. Assim, à falta de condições econômicas e à

ausência de reconhecimento de seus direitos de cidadania somou-se a pouca ênfase para sua vida social e simbólica (Sarti, 2005).

A partir de 1970, os pobres, num país que nos tempos coloniais era considerado o país do ócio, passam a se configurar como categoria sociológica e são denominados “trabalhadores”, considerando que anteriormente eram culpabilizados por sua pobreza e chamados pelas classes dominantes de “marginais e vadios”. A pobreza como problema social conduziu a uma reflexão crítica da sociedade por parte da academia, e, somente a partir desse momento, os pobres passaram a ser identificados como sujeitos políticos.

Vale observar que o processo pelo qual se conformaram as famílias de camadas populares nos interessa em razão de entendermos que nesta trajetória foram se delineando e se desenhando valores e formas de atuação que repercutem em nossos dias em todas os espaços de suas vidas. Podemos citar, como exemplo, o trabalho, uma vez que ser um trabalhador passa a ser um valor que define a identidade das pessoas das camadas populares. Assim, as ciências sociais no Brasil o elegem como principal categoria de análise desta camada populacional nos anos 1970. Nesse contexto, seguindo a ótica da produção, a família reveste-se de grande importância em razão de sua funcionalidade para o capital, como unidade de reprodução da força de trabalho. Sarti faz a seguinte análise desse cenário:

A tendência a pensar os pobres a partir da produção revelou a concepção do homem como *homo economicus*, própria de uma perspectiva sociológica, de inspiração marxista. Os pobres, nessa perspectiva, identificados como destituídos de meios materiais, vendedores de força de trabalho, foram olhados apenas em sua condição de dominados. Corporificando a carência material, eles foram mecanicamente destituídos de recursos simbólicos (...) o mundo do trabalho no Brasil constituiu-se dentro de um universo social onde as relações capitalistas se entrecruzam com os traços escravistas e clientelistas de nossa formação histórica. Essa característica do trabalho no Brasil reflete-se na identidade entre pobre e trabalhador, reconhecida pela literatura (Sarti, 2005, p. 39).

Não se pode esquecer que Holanda (1999) sustentara que desde a colonização do Brasil já percebíamos uma certa recusa do trabalho por parte da nobreza e uma valorização do ócio. O trabalho “intelectual” ocupava posição de destaque em detrimento das atividades produtivas braçais destinadas aos pobres. Desde então, já verificávamos uma nítida divisão de classe social, na qual o talento era uma qualidade considerada como atributo “natural” dos grupos econômicos abastados.

Na década de 1980, pesquisadores das ciências sociais no Brasil passam a fazer críticas desta concepção sobre as famílias de camadas populares, restrita à reprodução da força de trabalho e como instância ideológica, reprodutora de relações sociais de dominação. Surgem pesquisas que ressaltam aspectos que comprovam que as famílias das classes populares possuem dinâmicas próprias, e não repetem necessariamente os mecanismos sociais dominantes (Sarti, 2005).

No entanto, Sarti mostrará que, embora esta mudança de olhar tenha se configurado como um avanço, tais concepções ainda continuaram situando-se “dentro do paradigma da produção, entendida como processo amplo, enquanto a dimensão simbólica, incorporada à análise, continuou tendo um estatuto teórico subordinado, na medida em que foi analisada na perspectiva de sua funcionalidade para a família” (Sarti, 2005, p. 40).

Sarti afirma que não se deveria confinar a pobreza numa categoria fixa, num único eixo de classificação, pois qualquer tentativa nesse sentido reduziria seu significado social e simbólico.

Dessa forma, no final da década de 1980, começam a surgir trabalhos, principalmente por meio de análises etnográficas, privilegiando a cultura como componente simbólico da ação humana, destacando a existência de um estilo de vida e de representações próprias das camadas populares, valorizando, inclusive, a diversidade cultural, para além das análises que criavam uma oposição entre práticas sociais e seus fundamentos simbólicos. Temas, como cotidiano, trabalho, família, sexualidade, relações de gênero, lazer, violência, entre outros, passam a ser privilegiados como objetos de pesquisa.

Será nessa perspectiva que orientaremos nossas análises, visando entender a influência simbólica de toda essa diversidade cultural na subjetividade dos jovens, os valores adquiridos e a forma como ressignificaram tais valores a partir do momento que começaram a tomar contato com outras concepções e questionamentos em relação aos papéis sociais e sexuais esperados socialmente para homens e mulheres nas oficinas de sexualidade, nos movimentos sociais, sobretudo o movimento Hip-Hop, dentre outros espaços de promoção de reflexões sobre os temas referidos acima.

A família das camadas populares e sua moral

Sarti sustenta que a família pobre é patriarcal porque reitera a hierarquia entre homem e mulher e entre adultos e crianças. Na pesquisa que realizou na periferia da cidade de São Paulo, pode constatar no cotidiano dessas famílias a reafirmação em cada gesto e palavra desta ordem preestabelecida. Ela observou em seu trabalho de campo que as mulheres serviam o marido e os filhos homens nas refeições, enquanto iam “beliscando algum alimento” durante a confecção da refeição, não se sentando à mesa e comendo de pé.

Sentar-se à mesa, vale dizer, é um hábito que responde às hierarquias que dividem seu mundo simbólico. A prioridade sempre será do homem, das crianças e das visitas “importantes”. Cumpre ainda destacar que o assento reservado às crianças deve-se às expectativas que a família deposita nestas como esperança de uma vida melhor para todo o núcleo familiar no futuro.

No seio desse tipo de família, Sarti pode observar a demarcação explícita entre Masculino e feminino, conferindo ao homem um lugar de autoridade que, segundo a pesquisadora, ele não encontrará no mundo da rua.

Faz parte do imaginário familiar a atribuição ao homem da responsabilidade do sustento de todos, e à mulher, cuidar da casa e “dar um jeito” de fazer com que o pouco dinheiro dê conta de suprir as necessidades básicas. Parece-nos ainda que, mesmo quando a mulher sai para trabalhar visando a completar a renda familiar, esta lógica não se altera.

A prioridade dos recursos financeiros que o núcleo dispõe irá para a alimentação, e os que trabalham deverão comer mais, sobretudo o “chefe da família”, o provedor.

Assim, Sarti elucida:

Os papéis familiares complementam-se para realizar aquilo que importa para os pobres, “repartir o pouco que têm”. Isso, entretanto, não se limita à família. Na mesma medida em que a alimentação é a prioridade dos gastos familiares, oferecer comida é também um valor fundamental, fazendo os pobres pródigos em oferecê-la (Sarti, 2005, p. 61).

Outro ponto de suma importância para essas famílias não é apenas o provedor realizar sua função a contento, pois, para mandar nos membros residentes na casa e controlá-los, deverá ter “caráter”, ter “moral”. Assim, quando bebe, perde a moral dentro de casa e “não consegue mais mandar”.

Cumpramos registrar que a mulher “dona de casa” também possui autoridade. Existe uma divisão complementar de autoridades que Sarti dirá que corresponde à diferenciação entre casa e família. A primeira é identificada com a mulher e a família, com o homem. Ambas, casa e família, complementam-se como homem e mulher. Há aqui um par complementar, mas hierárquico, pois não podemos esquecer que há a precedência do homem sobre a mulher e da família sobre a casa - o homem é o chefe da família e a mulher o é da casa.

O homem, como principal autoridade, faz a mediação da família com o mundo externo. Sua presença garante a respeitabilidade familiar, portanto, é a autoridade moral, ao passo que à mulher é reservado o papel de manter internamente a integridade e harmonia do grupo. A autoridade feminina relaciona-se com o papel valorizado de mãe e também com a capacidade que desenvolve de controlar o dinheiro, esticá-lo o suficiente para suprir as demandas da família.

Sarti observou ainda que há dificuldades para o desenvolvimento dos papéis familiares no núcleo conjugal, em virtude de uniões instáveis e, mais ainda, das relações de empregos incertos. Salienta que há com frequência rupturas conjugais e o aumento da vulnerabilidade familiar quando do desemprego do provedor. Tal ruptura ocorre principalmente em decorrência das expectativas não cumpridas para o homem, que se sente fracassado, e para a mulher, que vê perdidas suas chances de uma vida melhor com o projeto do casamento.

Outros estudos comprovam que as famílias pobres chefiadas por mulheres encontram-se em condições sociais mais precárias do que as que possuem em seu interior o “chefe masculino”. Isto se deve às diferenças nas formas de inserção da mulher no mercado de trabalho. Nos casos em que a mulher assume a responsabilidade econômica da família, com o marido dentro de casa, mostra que este terá sua autoridade abalada, pois ainda hoje no seio desta camada populacional o valor atribuído ao provedor masculino é extremamente forte, pois o que está em jogo é o “respeito” que esta figura representa como mediador do mundo externo.

Nesses casos, Sarti sustenta que, não raro, ainda que a mulher assuma o sustento da casa, para ela, é importante que o homem continue representando o papel de autoridade moral, garantindo respeitabilidade à família, e, nos casos em que esta figura não mais opera, percebemos com frequência a substituição da figura masculina de autoridade por outros homens da rede familiar. Assim expressa Sarti:

Isso acontece particularmente nos casos de separação conjugal e de novos casamentos, em que o novo marido não necessariamente ocupa o lugar masculino em relação aos filhos de sua mulher. Os frequentes casos de separação e a frequente ocorrência de gravidez entre as adolescentes - cujo filho tende a ficar na casa das avós, que o criam com ou sem a mãe - levam a uma divisão dos papéis masculinos e femininos entre diversos homens e mulheres na rede familiar, deixando de se concentrar no núcleo conjugal (Sarti, 2005, p. 68).

Já as mulheres consideradas “chefes da casa” mobilizam uma rede de apoio familiar que ultrapassa os limites do lar. Outros parentes consanguíneos ou o compadrio são chamados a opinar. Filhos mais velhos também assumem este papel.

Vale ressaltar que nessas famílias os papéis sexuais são rígidos e imbuídos de grande valor para ambos os sexos. Assim, na impossibilidade de serem exercidos pela responsável da casa, por abandono do lar ou morte, os papéis femininos serão exercidos por outras mulheres da família de fora ou dentro da unidade doméstica.

Nos casos de viuvez ou separação sem nova união, a mãe torna-se a figura aglutinadora do que resta da família, e seu papel será o de acolher os filhos em situação de dificuldade, sobretudo de desemprego. Dentro ainda deste universo simbólico, aparece nessas famílias a figura do irmão da mãe, principalmente quando o pai da mãe já faleceu ou conta com uma idade avançada. Será este indivíduo quem irá garantir o respeito de seus consanguíneos e fazer a mediação com o mundo exterior.

De qualquer forma o que nos salta aos olhos é o fato de a figura masculina estar tão fortemente enraizada e presente no imaginário das famílias das camadas populares, como figura central do núcleo familiar. Mas, ao mesmo tempo, conforme salienta Sarti, estas famílias organizam-se construindo uma verdadeira rede de parentesco para dar conta de suas necessidades:

A família pobre não se constitui como núcleo, mas como uma rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos (Sarti, 2005, p. 70).

Da citação acima, conclui-se que embora se observe que as ações individuais sejam mais limitadas em favor do grupo familiar, não significa que não haja individuação nas famílias de camadas populares. Ao contrário, a individuação se faz de outro modo, ou seja, ganha-se em estreitamento dos

laços afetivos, principalmente em relação aos filhos, ao mesmo tempo que se amplia sua base de sustentação estendendo-se aos membros de uma "família ampliada". Assim podemos dizer que as pesquisas indicam que os valores que se revestem de grande importância para as famílias desfavorecidas economicamente pautam-se fortemente no casamento (o homem e a mulher), na casa e nos filhos, porém apoiada nas redes de parentesco e de compadrio. Estas últimas são fundamentais para a confirmação da união do casal, sendo que com a chegada dos filhos, o projeto de casamento se efetivará. Esta será a relação mais forte e na qual as obrigações morais atuam com maior veemência.

Há uma expectativa forte dos pais em relação ao futuro dos filhos, contrariando, inclusive, os que dizem que pais pertencentes às famílias pobres não esperam muito de seus filhos. Percebemos um esforço por parte dos primeiros no sentido de que sua prole estude e todos "sejam alguém na vida". Qualidades como ser honesto e trabalhador quando adultos são os valores mais esperados e cultivados nestas famílias.

Os filhos conferem, portanto, responsabilidade aos pais. Quando emancipados de sua família de origem, adquirem a maioridade e passam a ser respeitados nessa nova condição. Nesse aspecto, podemos refletir sobre as discussões morais recorrentes na academia, na mídia e até nas escolas e serviços de saúde, que apontam a gravidez na adolescência como um fenômeno acidental, por descuido ou falta de informação do casal. Temos que nos indagar se não há desejo, vontade de ascender socialmente, ser reconhecido, ou seja, se não há um projeto de emancipação no ato de engravidar por parte das jovens pobres que habitam as metrópoles. Sarti, a esse respeito, sustenta:

Assim, o sentido de responsabilidade implícito em ter filhos leva as mulheres a utilizarem deliberadamente a gravidez como um instrumento para a independência de sua família de origem e/ou, diante de um noivo hesitante em casar, para forçá-lo a assumir a responsabilidade (Sarti, 2005, p. 75).

Infelizmente podemos observar no cotidiano que tal investida muitas vezes não obtém êxito. Assim, o que percebemos com alguma frequência é a responsabilidade da criação de um filho recaindo sobre a mãe exclusivamente, acarretada pela desresponsabilização do pai. Mais uma vez aqui o caráter de rede cumpre papel de destaque, sendo a criança incorporada ao núcleo familiar materno. Nessas situações todos se empenham em dar conta de criá-la e orientá-la, implicando a relativização das noções de pai e mãe. As crianças chamarão de pai e mãe aqueles que cuidam delas. Os cuidadores sentem-se legitimados no desempenho de suas tarefas em relação às crianças, reivindicando muitas vezes esta nomeação.

Enfim, o casamento nas famílias das camadas populares ainda hoje é muito importante para os envolvidos. Para a mulher é o momento de pensar em melhorar de vida e, para o homem, é o termômetro que necessita para pensar em assumir responsabilidade, “tornar-se sério e parar de zoar”.

Vale registrar que o aglomerado familiar para os pobres configura-se como um espaço de confiança. Os seus parentes, amigos e vizinhos serão fontes de apoio fundamental para fazer frente às dificuldades financeiras e sociais vividas pelas famílias das classes populares. Contarão com estes em todos os momentos difíceis, cultivando uma dependência mútua necessária à sobrevivência.

Assim, entendemos que por mais que a sociedade atual aponte para um individualismo exacerbado, percebemos nas famílias de camadas populares muita solidariedade entre seus membros, seja apoiando-se nos momentos difíceis de desemprego, seja no compartilhamento de problemas e busca de soluções conjuntas ou no cuidado das crianças ou de um indivíduo enfermo.

Nessa direção, Bezerra, em sua dissertação de mestrado, *Famílias de classes populares: Parentesco e vizinhança* (1998), sustenta que a relação com os vizinhos reveste-se de grande importância para esta parcela da população. Salieta que as esposas são as articuladoras desta trama social, em que se desenvolvem relações de solidariedade entre os parentes consanguíneos e os vizinhos próximos.

Observa-se nos bairros periféricos um intercâmbio de serviços, visando a minimizar os gastos da família. Assim, como reconhecimento desta

confiança mútua, aparece com frequência o “compadrio”, que é fundamental para ampliar as relações familiares, estabelecendo em bases voluntárias as relações preferenciais criadas entre compadres ou padrinhos e afilhados (Bezerra, 1998).

Cumprir registrar que, em função da pobreza, o lazer acaba se dando com atividades entre pessoas da vizinhança. Acabam por criar redes sociais e locais de encontros, surgindo uma vida associativa de lazer e de troca de informações que passam a ser pontos de referência para os seus membros.

Considerando que as grandes cidades, sobretudo São Paulo, são compostas de significativo contingente de migrantes, o estabelecimento desses laços passa a ser fundamental para até sua organização psíquica, pois as mudanças para um novo local (não raro são oriundos dos meios rurais distintos das metrópoles) acabam por trazer profundas modificações em seu modo de vida, exigindo dos migrantes um grande esforço de ressocialização e modificação de padrões de conduta em virtude do contato, muitas vezes, com outras culturas e costumes. Daí o apoio mútuo e o desenvolvimento de vínculos mais solidários (Bezerra, 1998).

Diante de tais constatações, podemos crer que as pesquisas apontam para um modelo de família que rompe com aquele modelo valorizado pela classe média em nossa sociedade, qual seja, a família nuclear composta de pai, mãe e filhos, valorizada e apresentada como o modelo “ideal”. De acordo com este modelo, o ambiente seria propício à “boa educação” dos filhos e garantiria um ambiente saudável para o desenvolvimento pleno dos seus membros. Felizmente, percebemos no cotidiano de nosso trabalho que esta tese cai por terra, pois entendemos que há outras formas de organização familiar, ampliada, como pudemos verificar, que não leva à desestruturação psíquica dos indivíduos nela inseridos, tampouco à “desagregação familiar”, como muitos sustentaram na academia.

CAPITULO VII

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A PREVENÇÃO

O homem, a mulher e as DST/AIDS

Na busca por caminhos mais promissores para o trabalho de prevenção das DST/AIDS, a reflexão sobre a sexualidade se faz absolutamente necessária. Assim, não podemos deixar de abordar esse tema, referindo-o às transformações nas relações de gênero ocorridas nas últimas décadas. Reflexões que nos parecem essenciais para entendermos como jovens lideranças (homens e mulheres) das camadas populares, formadores de opinião junto a seus pares, sentem-se no momento de lançarem mão da autoproteção em suas relações amorosas.

Para entendermos o comportamento sexual da juventude no Brasil faremos uma breve retrospectiva, de como, ao longo das décadas, homens e mulheres foram se relacionando e os resultados dessas representações para a vida social e sexual de ambos.

Sob esse prisma, reportamo-nos a Costa (2004). A pesquisadora pontua que, após um período de relativa desmobilização, o feminismo ressurgiu em 1960 em meio aos movimentos contestatórios, a exemplo do movimento estudantil na França, das lutas pacifistas contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos e do movimento *hippie* internacional, trazendo uma grande transformação nos costumes.

Em razão dessa revolução nos “costumes“, passa-se a se problematizar questões que até então diziam respeito ao âmbito individual e da vida privada. De forma que o debate começa a girar em torno da afirmação do que é pessoal é político.

Assim se refere Costa a esse assunto:

Ao afirmar que o pessoal é político, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do

poder político. Os limites do conceito de político, até então identificados pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais que aí acontecem. Isto é, no campo da política, que é entendida aqui como o uso limitado do poder social (Costa, 2004, p. 53).

Com essa afirmação, o feminismo traz para o debate questões até então tidas como do espaço privado, ou seja, temas como vida doméstica, familiar e sexual, que eram identificados com o domínio pessoal, portanto, alheios à política. Assim, em consequência dessa mudança de paradigma, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada até então como sendo de foro íntimo, individualizado e restrito ao mundo privado.

Desta forma a cada passo que avançamos no sentido de desvendar a trama que se esconde nos relacionamentos amorosos, “entre quatro paredes”, deparamo-nos com uma construção secular de condutas, que desmonta a tese de que os homens agem e se comportam de uma determinada forma, e as mulheres de outra, de maneira imutável, como resultado de uma naturalização biologizante, segundo a qual o comportamento sexual é determinado pelo sexo das pessoas e não por uma longa construção histórico social.

Apoiados nessas crenças percebemos o quanto os jovens ainda na contemporaneidade se relacionam reproduzindo comportamentos marcados pela hierarquização e por atitudes que há muito foram se estabelecendo e se enraizando no imaginário social de ambos os sexos, em que pese a inestimável contribuição do movimento feminista no sentido de demonstrar como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos e políticos.

Quando falamos das relações amorosas essas questões ainda são difíceis de serem enfrentadas, pois tais visões estereotipadas se enraízam no passado, e resistem às mudanças do tempo presente.

Fruto dessa herança, como se estabelecem hoje as relações de gênero?

Heilborn sustenta que o campo da sexualidade mantém uma estreita ligação com o gênero, cujo desenvolvimento está estreitamente ligado aos movimentos sociais, como o feminista e o da liberação homossexual. Salienta, no entanto, que a sexualidade não ocupa o mesmo grau de importância para todos os sujeitos, pois valores e práticas sociais modelam e orientam nossos desejos transformando os corpos em entidades categorizadas, definidas pelo gênero, que em última instância é definido pela cultura (Heilborn, 1999).

Menciona por exemplo, a expressiva literatura que aponta para mudanças significativas neste último século nas relações entre os gêneros. Sustenta que estas ocorreram por diversos fatores, dentre eles, a entrada mais expressiva das mulheres no mercado de trabalho, sua escolarização, o direito de voto feminino e a separação entre sexualidade e reprodução.

Como nosso estudo objetiva pensar a participação da subjetividade e da vivência amorosa e sexual dos jovens de camadas populares - lideranças e agentes de prevenção das DST/AIDS junto a outros jovens - em sua vulnerabilidade frente à epidemia, faremos um recorte, nesse espaço, acerca da evolução da epidemia entre as mulheres, visto que a partir desse prisma, muito dos comportamentos dessas jovens lideranças em relação às relações amorosas e práticas sexuais poderão ser elucidados.

Iniciamos a reflexão sobre os números do HIV/AIDS no Brasil, ou seja, esta epidemia que surge com os primeiros casos conhecidos na década de 1980 entre os homossexuais masculinos, no decorrer de duas décadas desloca-se e vem ancorar-se entre as mulheres, resultando em uma grande feminilização da epidemia.

Vale lembrar, que por volta de 1985, para cada mulher contaminada havia em média 36 homens. Este quadro em 2000 já apontava para quase a equiparação estatística entre os homens e mulheres, sendo que na faixa etária de 13 a 29 anos contabilizávamos mais mulheres do que homens contaminados no Brasil (MS, PNDST/AIDS-2000).

Esses dados por si apontam para as formas como se estabelecem as relações de gênero em nossa sociedade. Tais relações,

sobretudo nas famílias das camadas populares, são hierarquizadas, sendo que não raro, as mulheres estão submetidas aos desejos e prazeres masculinos, pois não se sentem em condições de igualdade para negociar com o parceiro o uso de preservativo, por exemplo, nas relações amorosas. Este quadro reflete o grau de aceitação de uma situação de submissão feminina, apontando para a supremacia das formas de exercício da sexualidade masculina, tomada como modelo dominante, de acordo com a qual os homens são considerados agentes sexuais ativos e as mulheres passivos.

Weeks (1999) sustenta que o padrão de sexualidade feminina em nossa sociedade, aponta para o poder dos homens que definem o que é desejável e o modelo a ser seguido, ressaltando que este é um poder historicamente enraizado em nossa sociedade.

Este enraizamento não tem suas origens na modernidade, é estrutural e remonta há muitos séculos como nos explica o sociólogo Manuel Castells, em seu livro, *O poder da identidade* (1942, vol. 2.). Este observa o seguinte:

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas, caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. É essencial, porém, tanto do ponto de vista analítico quanto político, não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução sociobiológica das espécies, contextualizado histórica e culturalmente (Castells, 2002).

Entender a vulnerabilidade das mulheres frente à epidemia do HIV/AIDS e demais doenças sexualmente transmissíveis passa por essa reflexão. Embora afirme que a família patriarcal, base fundamental do

patriarcalismo vem sendo contestada nestas últimas décadas pelos processos inseparáveis, de transformação do trabalho feminino e da conscientização da mulher, impulsionada pelo crescimento da economia informacional global, mudanças tecnológicas e no processo de reprodução da espécie, acrescido das fortes lutas feministas travadas pelas mulheres, o patriarcado ainda tem muito fôlego e poucas mudanças ocorreram efetivamente no que se refere ao posicionamento das mulheres em suas relações afetivas e amorosas (Castells, 2002).

Alguns autores como Heilborn (1999), Vance (1995) e Rubin (1975) fazem uma reflexão crítica separando reprodução, sexualidade e gênero. Problematizam as categorias de gênero e sexo, colocando-as como sistemas distintos, embora entrelaçados, que encontram variações nas diversas culturas.

Rubin (1975) observa que pelo fato de a sexualidade ser um dos elos das relações entre gêneros, uma parte importante da opressão das mulheres está contida e mediada pela sexualidade. A fusão cultural de gênero e sexualidade fortalece a idéia de uma teoria da sexualidade que pode derivar diretamente de uma teoria de gênero. A sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da sexualidade humana. Rubin sustenta a argumentação de que o sexo como conhecemos - identidade de gênero, desejo e fantasia sexual - é em si um produto social, o que vem reafirmar que a magnitude do problema e o enfrentamento da epidemia devem passar pela discussão em profundidade das questões relativas ao gênero.

Podemos perceber que a tarefa é árdua, pois visa desnaturalizar todos os preconceitos enraizados socialmente como “verdades absolutas”, ressignificando-os.

Constatamos estas concepções em nosso cotidiano quando propomos nas oficinas de sexualidade dinâmicas de grupo que problematizam os papéis sociais de homens e mulheres. Percebemos que os jovens, embora tragam um discurso de crítica ao machismo e à opressão de gênero, na prática, muitos reproduzem as idéias predominantes no imaginário social, como, por exemplo, de que há atitudes como peculiares às mulheres e outras mais compatíveis com a forma de pensar e agir dos homens.

Vale ainda ressaltar que esse condicionamento dos usos e costumes que atinge homens e mulheres está presente até no discurso que sustenta que as mulheres são oprimidas e os homens, livres para gozar os prazeres do sexo. Essas afirmações, também “naturalizadas”, trazem a mensagem de que o homem não é atingido por essa opressão, e, portanto, sempre alcança o máximo de prazer e satisfação em suas relações amorosas e/ou sexuais.

Não se pode deixar de observar, por exemplo, que haja sofrimento e desgaste em ter que provar o tempo todo que se é viril, “garanhão” e capaz de propiciar prazer para as mulheres indistintamente.

Nesse sentido, entendemos que a formulação de programas ou intervenções na área da saúde e/ou educação que visem a prevenção às DST/AIDS deve trazer à tona a discussão, tanto sobre o masculino, como o feminino, favorecendo o florescimento destas polêmicas.

A mulher e o recorte de classe

Quando o tema em debate refere-se às relações de gênero, temos que ficar atentos para não cometermos generalizações indevidas, pois entendemos que embora na sociedade capitalista, como mencionado neste trabalho por várias autoras, as relações de gênero se dêem de forma desigual, com a mulher de forma geral ocupando um lugar que a fragiliza e a oprime, não podemos dizer que essa opressão atinge todas as mulheres do mesmo modo. Estamos falando de uma sociedade de classes, e sob esse prisma podemos afirmar que os sujeitos ocupam lugares diferenciados na escala social.

Assim, no presente estudo estamos trabalhando com sujeitos que se localizam na base da pirâmide, ou seja, trata-se de parcela da população despossuída de bens materiais, pessoas que vivem e sobrevivem em condições muito precárias. As mulheres inseridas nesta classe social padecem de uma situação de opressão e exploração que se acentua em função das práticas comuns no meio em que vivem.

Não se trata de vitimizar esta mulher, mas, ao contrário, resgatar a atuação destas trabalhadoras pobres, ressaltando as múltiplas

estratégias de sobrevivência e de resistência social que lançam mão no seu cotidiano.

Rago (2006) faz um recorte do movimento operário, suas lutas e embates, examinando como esse movimento se efetua em relação aos operários e às operárias. Analisa em especial os vários discursos examinados ao longo de 1890-1930, concluindo que todos eles se pautavam pelo discurso de que as mulheres, pobres e ricas, haviam nascido para desempenhar a função da maternidade, dedicando-se à família e ao casamento.

As acentuadas diferenças sexuais entre os trabalhadores das primeiras indústrias levou a autora a dedicar atenção especial às questões femininas, diferenciando-as e mostrando sua especificidade em relação às masculinas, na organização social do trabalho fabril, repensando a formação do proletariado no Brasil, a partir de um enfoque teórico-metodológico que incorporasse as relações de gênero.

Cumprir destacar que essas questões devem ser investigadas objetivando elucidar como essa forma de relacionamento entre homens e mulheres se estabeleceu em todas as áreas, inclusive como veremos, influenciando e buscando domesticar a sexualidade feminina no mundo do trabalho. Ora, o que num primeiro momento seria da esfera da intimidade, invadiu desde tempos remotos, a esfera industrial e econômica, moldando as relações sociais.

Perguntamo-nos, nesse sentido, como não se esperar os reflexos de todo esse condicionamento nas relações amorosas dos jovens de camadas populares na atualidade? Tantos anos de controle sobre o sexo e a sexualidade feminina, presente, inclusive, nos meios operários, passariam ao largo da educação de jovens de ambos os sexos? Se acompanharmos as constatações de Rago podemos sustentar que não.

A autora segue dizendo:

Enquanto os positivistas, respaldados pelas teorias comtianas, afirmavam que as mulheres não deveriam lidar com o dinheiro, objeto público e impuro, os médicos provavam sua inferioridade física, mental e moral em relação aos homens. Enquanto o movimento operário

atentava para a fragilidade das “pobres mocinhas” que trabalhavam nas fábricas, solicitando a proteção dos companheiros diante do assédio sexual dos patrões e contramestres, as autoridades públicas aconselhavam os industriais a adotarem medidas de proteção ao trabalho feminino e infantil de modo a impedir a dissolução da família ou a degeneração moral das mulheres pobres, caracterizadas por um irracionalismo maior em relação às ricas, e maior ainda em relação aos homens pobres (Rago, 2006, p. 229).

As análises dos documentos do final do século XIX e início do século XX mostram nitidamente a preocupação com a normatização do corpo feminino, buscando entender sua sexualidade, objetivando definir condutas aceitas e proibidas, normais e patológicas, por parte dos discursos de médicos, juristas e autoridades públicas. Tal discurso é visível também entre os operários e anarquistas do período (Rago, 2006).

Para se ter uma idéia do que essa preocupação significava na prática, veja o cuidado dos industriais da época:

Da mesma forma, repetindo os ensinamentos de seus colegas ingleses, tinham várias precauções em relação ao trabalho das costureiras, principalmente se utilizassem as máquinas Singer, responsáveis em suas opiniões pela excitação sexual das moças, ao pedalar as máquinas (Rago, 2006, p. 232).

Nesse sentido, para entendermos como as relações amorosas de jovens politizados que são referência para os seus pares da mesma faixa etária, não podemos abrir mão da investigação de como se pensou e se legislou sobre a feminilidade ao longo de nossa história, pois nela seguramente encontraremos muitas pistas sobre a influência das relações de gênero no momento da negociação, por exemplo, do preservativo, ou mesmo na dificuldade de a mulher posicionar-se em suas relações afetivas. Como bem afirmou Rago, em se tratando da mulher, a questão da definição de padrões normativos de conduta (no campo sexual, em particular) adquiriu relevância, em certa medida, e por razões divergentes - tanto para o patrão, como para o operário ambos teriam pautado os seus comportamentos pelo paternalismo,

assistencialismo e tutela, cerceando as mulheres, inclusive se dando ao direito de “civilizar” sua sexualidade, o que mais uma vez deixa transparecer o que afirmamos em outro momento desse trabalho, a confusão entre o que é de natureza pública e de natureza privada.

Cumpramos registrar que à época, embora a sociedade não se mobilizasse contra o trabalho das mulheres pobres, visto como uma necessidade econômica, a pesquisadora segue afirmando que, no imaginário das elites, o trabalho braçal feminino foi sempre assimilado à corrupção moral, quando não explicitamente associado à prostituição.

Assim relata:

Desde a famosa “costureirinha”, a operária, a lavadeira, a empregada doméstica, a doceira, até a florista e a artista, as várias profissões femininas foram sempre estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição. Na conhecida classificação das prostitutas, realizada pelo dr. Ferraz de Macedo, em seu estudo sobre a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, em 1872, as diversas profissões femininas - como florista, costureira, modista, vendedora de charutos, figurante de teatro - serviam para caracterizar a personalidade do “primeiro gênero das prostitutas trabalhadoras”, classificada, por sua vez, na “primeira classe das difíceis” relativamente à prostituição pública (Rago, 2006, p. 230).

Outra questão que não podemos deixar de mencionar, devido à importância na atualidade, e para o presente estudo, é a polêmica presente na contemporaneidade sobre a gravidez na adolescência. Alguns emitem juízos morais e dizem que é fruto da irresponsabilidade do jovem, outros em “nome da ciência” sustentam a imaturidade fisiológica. Estudos recentes mostram o desejo de jovens meninas de camadas populares em verem num filho a possibilidade de um projeto de vida com perspectivas promissoras. Enfim, o nosso intuito é de pensar que o próprio “desejo de ser mãe” não é exclusivamente do âmbito privado, da intimidade da jovem garota, mas resultado de um longo processo de introjeção que remonta de há muito, em

que a mulher era reconhecida e vista prioritariamente como “simplesmente mãe”. Podemos constatar que até entre as mulheres trabalhadoras, que em tese estariam conquistando seu espaço, havia a justificativa de que estariam mais bem preparadas, pela via do trabalho, a cuidarem de seus filhos. As análises de Rago seguem nessa mesma direção:

Nas revistas feministas, como *A mensageira* e a *Revista feminina*, publicadas respectivamente entre 1897-1900 e 1914-1936, dirigidas por mulheres da aristocracia cafeeira, as escritoras e articulistas insistiam em demonstrar que a entrada do “sexo frágil” no mercado de trabalho e na política não significava a dissolução da família, nem o desmoronamento dos valores morais. São insistentes suas afirmações no sentido de não se confundir liberdade com libertinagem, ou de provar que a maior participação feminina no mundo do trabalho resultaria no oposto do que se esperava: a valorização da função da maternidade e da própria esfera privada do lar. A “mãe cívica” preencheria, nesse sentido, as demandas do mundo moderno, pois estaria mais apta a propiciar uma educação atualizada e aprimorada aos futuros cidadãos da pátria do que a mãe tradicional, ignorante e alienada (Rago, 2006, p. 230).

Em consequência de toda essa trajetória, os costumes foram se delineando e se enraizando no imaginário não apenas de homens, empresários ou operários, mas também no das mulheres, seja das camadas populares, seja das pertencentes à burguesia. E vale lembrar que tais concepções influíram na construção de uma referência acerca do que se considerou como a identidade essencial da mulher. O papel social da mulher se estabeleceu pelo viés da maternidade. Todavia, desta forma, a sexualidade feminina foi fortemente sufocada, os desejos sexuais ocultados, deixando vir à tona apenas a passividade e o sentimentalismo.

Essas características eram mais ressaltadas quanto mais abaixo ela estivesse na escala social (Rago, 2006, p. 232).

Em virtude de toda essa trama social, a mulher chega na atualidade com muitas dificuldades em se posicionar nas relações amorosas e se impor, devido ao forte processo de submissão e domesticação que lhe vem sendo impingido há séculos. Apenas se entendermos que as ações e condutas fazem parte de um processo histórico de construção social, poderemos promover reflexões e ressignificar os papéis enrijecidos e estanques que soam em nossos ouvidos como naturais e inerentes ao ser mulher e ao ser homem.

O que dizer da participação feminina nas culturas juvenis?

Consideramos ser oportuno trazer, ainda, para o debate como a mulher se insere nas culturas juvenis e o papel desempenhado por ela visto que nosso estudo tem como recorte jovens das camadas populares que possuem uma forte identificação com o movimento Hip-Hop.

Nesse sentido, perguntamo-nos se a participação neste movimento juvenil seria igual entre homens e mulheres. Os jovens agentes de prevenção por nós pesquisados, de ambos os sexos, são fortemente identificados com esse movimento cultural. Frequentemente em suas músicas aparece a denúncia da opressão da mulher e da hierarquização do gênero em benefício do sexo masculino. Ou seja, no discurso, estão atentos à discriminação e a denunciam em suas letras.

Weller (2006) sustenta que tanto nos trabalhos sobre o Hip-Hop como nas pesquisas sobre juventude em geral existe uma grande lacuna no que diz respeito à presença feminina nas manifestações político-culturais.

Afirma que os estudos existentes sobre os estilos Ted Boy, Skinhead, Rock-n'-Roll, Funk e Hip-Hop foram analisados a partir do olhar masculino dos membros do grupo, havendo pouca alusão às jovens. Afirma ainda, como já verificamos quando nos referimos às mulheres de camadas populares operárias, que as poucas referências nessas pesquisas estão relacionadas à afetividade e sexualidade ou à maternidade na adolescência (Weller, 2006).

Se tomarmos como referência as bandas femininas de *rap* nos Estados Unidos da América e no Brasil, poderíamos afirmar que,

apesar das mudanças alcançadas pelos movimentos feministas e das transformações econômicas, sociais e culturais que levaram a um crescimento da participação feminina na esfera pública (principalmente no mercado de trabalho), as jovens-adolescentes ainda constituem uma minoria nos movimentos político-culturais (Weller, 2006, p. 480).

Para elucidar essa afirmação cita sua pesquisa de campo realizada nas cidades de Berlim e São Paulo. Nesta última, a pesquisadora constata a existência de poucas bandas femininas. Entre os grupos femininos de dança *break* ou *rap* entrevistados, constata que a maioria das integrantes encontrava-se na faixa etária entre 15 e 20 anos.

Apesar das poucas bandas femininas de *rap* e das poucas grafiteiras e dançarinas de *break*, a pesquisadora verifica uma forte presença feminina durante os *shows* e eventos e nas atividades sociopolíticas, como, por exemplo, nas campanhas de arrecadação de alimentos e agasalhos, campanhas contra AIDS, tanto no movimento Hip-Hop em São Paulo como em Berlim.

Nesse sentido, ficamos com a impressão de que elas não se sentem preparadas para os eventos com maior exposição pública, ou até sem força suficiente para reivindicar e garantir espaços nestas atividades, ao passo que, quando a atividade é no "corpo a corpo", apresentam uma atuação mais expressiva. De qualquer forma, saltam aos olhos os antagonismos e contradições de um discurso que busca a justiça social e a igualdade, mas que ainda estão distantes de realizá-las em sua prática cotidiana.

Enfim, a pesquisadora, ao reconstruir as experiências de jovens-adolescentes negras e de origem turca pertencentes ao movimento Hip-Hop nas cidades de São Paulo e Berlim, assinala que o movimento apresenta características hegemonicamente masculinas, revelando em alguns contextos, aspectos sexistas e homofóbicos.

A título de ilustração, reproduzimos uma parte dos depoimentos colhidos pela autora:

O grupo paulistano “Power Girls” é formado por duas jovens de 17 e uma jovem de 15 anos, que se conhecem há cerca de seis anos e que há oito meses resolveram criar um grupo de *rap*. Ao serem indagadas sobre a inserção nesse universo estético-político e sobre a relação com o público masculino as jovens argumentam da seguinte forma:

Y: E como é que é assim com os rapazes, tem muito preconceito contra grupo de mulher, de *rap*, como que vocês vêem isso?

Af: Ah! (pausa).

Bf: Não sei, fala você.

Af: Ah, tem uns que têm. Muitos quando assim tem um grupo feminino, hoje divulgaram na rádio que tava vindo um grupo feminino por aí. Aí o, o apresentador da rádio já falou, né, que é bom mulher no movimento *hip-hop*, mas também não é pra rodar a banca porque muitos fala que mulher entra no movimento *hip-hop*, assim, eh, como.

Cf: É

Af: porque muitos fala que mulher entra no movimento *hip-hop*, assim, eh, como modinha, porque vê os outro cantando e aí acha legal, e tipo entra também pra cantá, monta o seu grupo e canta. Tipo tem, não todos, mas a maioria dos homens assim do movimento fala que mulher tá no movimento só pra ficá com todos, tirá modinha e pronto já era. Mas assim, a gente tenta assim nos eventos, assim inclusive a gente também fala assim, que, que assim a gente luta por igualdade, homem e mulher no movimento, também por igualdade em todos os sentidos. E então tá crescendo bastante, as mulheres no movimento *hip-hop* tá crescendo bastante, apesar que tem umas que é feministas, que a gente também não concorda. Mas é com a gente assim, nunca a gente teve esse tipo preconceito assim da parte dos meninos. A gente tem mais amizade até com os meninos do que com as mulheres no movimento.

Bf: É.

Af: Nunca a gente teve eh esse tipo de preconceito, nunca ninguém chegou na gente pra falá que a gente, sei lá.

Bf. Esse negócio também de rodá a banca, ficá com todos os meninos, né, quando é colega da gente, a gente chega fala, fala não pode ficá com todos porque suja a sua reputação, aí eles param um pouco, é sempre assim.

Af. É porque tem, não é todas, né, mas também tem bastante mulher que entra por isso mesmo.

Bf. E ficam com muitos.

Af. Aí fica assim, por exemplo, colega nossa também que entrou no movimento e ficou com um monte. Aí tipo assim ela ficou, aí também sujou pra todas as mulheres. Por isso que os meninos já fala assim. Mas só esse tipo assim de preconceito que sofrem assim as mulheres, porque todas ganham a fama, né. Mas de resto também pra gente muita gente dá apoio... (Weller, 2006, p. 482-3).

Em que pesem as diferenças culturais de Berlim e São Paulo, em relação à forma como vêem a mulher e a sua sexualidade, os alemães estão muito próximos de boa parte da população brasileira que ainda apresenta os mesmos preconceitos e tabus de outrora, presentes, por exemplo, na crença da necessidade de se controlarem e domesticarem os desejos femininos em nome da "moral e bons costumes destas jovens" - sem diferenças significativas do período em que analisamos as mulheres operárias entre os séculos XIX e XX no Brasil.

As jovens do movimento em Berlim parecem ter que provar para os meninos que querem participar, mas que não estão buscando um espaço no movimento com o objetivo de "arrumar garotos" ou por qualquer outro motivo "leviano".

Cumpramos registrar que, segundo a autora, tal concepção não se encontra presente apenas entre grupos formados por homens, mas os meios de comunicação ao se referirem aos novos grupos femininos deixam transparecer um algum preconceito e machismo.

Percebemos inclusive nas falas das garotas que essa concepção é também partilhada por elas, pois parece que internalizaram os valores e expectativas atribuídos ao feminino na sociedade. Tais valores pressupõem um cuidado com a preservação da imagem e da reputação. Assim, sem se darem conta disso, elas contribuem para a perpetuação de "pré-

conceitos” que apenas acirram a discriminação e o machismo no seio do movimento.

Em todo caso, segundo a autora, as jovens estão procurando assumir posições de igualdade no seio do movimento, como se pode depreender a seguir:

Nesse contexto marcado pela imagem de que as mulheres circulam pelo movimento e entre os integrantes do sexo oposto, o grupo “Power girls” tem buscado uma forma de contestação dessas posições e de afirmação da igualdade entre homens e mulheres, de igualdade no movimento assim como de igualdade em todos os sentidos. Observa-se que o grupo optou por uma posição que rejeita o feminismo e as lutas feministas. Tal atitude permitiu a aceitação das integrantes por parte ‘dos meninos’, mas afastou-as de outras mulheres do movimento que se assumem enquanto feministas. O grupo parece estar buscando um terceiro caminho de construção da igualdade, que é explicitado durante a entrevista da seguinte forma: “Não ao machismo, não ao feminismo e sim ao socialismo” (Weller, 2006, p. 484).

Nessa direção, ficamos com a impressão de que, por não se sentirem fortalecidas para enfrentar a discussão sobre o machismo imperante no movimento, elas apostam em outra via, que acreditam poder auxiliar na superação dessa contradição, ou seja, o socialismo. Fica implícito, nessa aposta, que essas questões e entraves que marcam as relações de gênero no regime capitalista seriam eliminadas do imaginário social automaticamente quando da mudança de regime.

A esse respeito, a pesquisadora sustenta:

No entanto, na prática cotidiana, essas jovens têm plena consciência de que a igualdade entre homens e mulheres está longe de ser alcançada, que seus companheiros do movimento *Hip-Hop* tampouco estão dispostos a assumir uma divisão de tarefas e de responsabilidades que possibilite a continuação da carreira artística para as mulheres depois do casamento ou do nascimento dos filhos:

Cf: Assim quando eu casá, assim, se eu continuá cantando *rap*, assim, eu não quero ter neném muito muito rápido não, porque senão depois que a gente ganhá neném, assim, se a gente continuá cantando *rap*, não vai podê cantá *rap* toda a vez que saí. O marido ele vai saí, ele vai deixá o, vai deixá o neném assim pra nós cuidá, eles não vão querê sabê muito. Por isso que eu falei tem que ter responsabilidade quando casá. Eu não quero ter filho tão fácil assim não (Weller, 2006, p. 484).

Enfim, embora a pesquisadora no presente texto tenha detalhado os posicionamentos dos jovens do movimento Hip-Hop berlinense, e não tenha tido a pretensão de traçar contrastes e semelhanças com as jovens negras paulistanas, devido aos diferentes contextos e realidades sociais enfrentadas por cada grupo, ela finaliza seu relato sustentando que, embora muitas mudanças e transformações na vida cotidiana tenham se efetuado nas últimas décadas, com a globalização e o advento da internet, ainda estamos muito presos a velhos valores e preconceitos. Ao nosso ver, esse relato de pesquisa faz todo o sentido, uma vez que, até mesmo nos movimentos que se autointitulam socialistas e defendem uma transformação social radical, está presente esta forma de pensar os papéis femininos e masculinos. Nesse sentido, a pesquisadora parece concluir, apontando para uma grande contradição reinante ainda no seio do movimento Hip-Hop, que, se não problematizados, promoverão poucas mudanças reais no cotidiano, que objetiva culminar com uma sociedade mais justa e fraterna. Não temos dúvida que, caso não se enfrente a discussão das relações desiguais de gênero, dificilmente homens e mulheres poderão usufruir de um lugar mais digno de se viver.

Assim, conclui a autora:

No contexto paulistano, existe uma antecipação dos preconceitos e da moralização em relação ao comportamento feminino, fazendo com que as jovens optem por uma estratégia de redução da proximidade ou até mesmo de privação de relações íntimas com colegas. Tal estratégia parece estar em contradição com a posição do grupo que

luta pela equidade entre os sexos no movimento. No entanto, as experiências vividas no cotidiano, assim como as projeções em relação ao futuro (casamento, educação dos filhos) dificultam a aproximação entre o discurso e a prática da igualdade. Já entre jovens berlinenses de origem turca não são as meninas que se afastam dos rapazes, mas o contrário: com a puberdade, a trajetória coletiva é rompida de forma violenta e o convívio recíproco é negado com o intuito de preservar um tipo de 'honra' masculina pautada em valores trazidos pelos imigrantes das gerações passadas. Embora a privação do convívio mútuo se coloque como um problema principalmente para as mulheres, que passam a ser "vigiladas" e "controladas" pelos companheiros do sexo oposto, as consequências de tamanhas restrições também podem ser observadas entre os rapazes, uma vez que eles já não conseguem expressar sentimentos de afetividade e carinho para com as jovens do mesmo grupo étnico (Weller, 2006, p. 492).

No Brasil, uma das poucas pesquisas que fala da presença feminina nas culturas juvenis é a tese de doutorado de Viviane Magro intitulada: "Meninas do graffiti: Educação, adolescência, identidade e gênero nas culturas juvenis contemporâneas" (2003).

A partir de dados coletados durante sua pesquisa de campo em Campinas, a autora viu dentro do Hip-Hop adolescentes buscando seu espaço, mostrando que lêem e pensam sobre a sua realidade, que sustentam serem capazes de elaborar propostas de mudanças para a melhoria dela. Na pesquisa, Magro mostrou que as adolescentes vivem o processo de exclusão e opressão, além de sentirem as consequências da violência e do tráfico de drogas nos constantes assassinatos de parentes e amigos.

As jovens pesquisadas, dentre outras atividades, reúnem crianças e outros adolescentes em oficinas para falar de gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, drogas, dentre outros temas. Elas reivindicam, segundo a pesquisadora, maior participação e respeito dos meninos, embora ressaltem que se trata de um espaço majoritariamente masculino, pois estão excluídas na maioria das vezes, dos chamados "rolês" dos jovens nas madrugadas.

Magro assinala que até em movimentos que visam a transformação social, há diferenças entre os papéis desenvolvidos por homens e mulheres, visto que os "rolês" dos jovens às madrugadas, que envolve pular muros e correr de cachorros, por exemplo, geralmente são compostos apenas por homens, uma vez que são comportamentos "tidos como arriscados para as meninas".

Ainda nas diferenças de gênero dentro do movimento, Magro ressalta que as grafiteiras tentam fazer um desenho mais agressivo, mas se pautam muito pela suavidade das "nuvens e flores", o que segundo ela, não agrada muito os meninos. De acordo com o nosso entendimento, está presente aí uma reprodução do papel meigo e dócil que se espera da mulher em contraposição ao grafiteiro que busca mostrar sua força e coragem em desenhos mais aguerridos.

Para a autora, o graffiti das jovens busca exprimir a complexidade da experiência de ser mulher, pobre e socialmente excluída da sociedade.

Em que pese de fato a forte presença masculina no movimento Hip-Hop, nas entrevistas com as adolescentes, Magro detectou o quanto é importante para elas a experiência de se identificar com a cultura Hip-Hop, a alegria de pertencerem a um grupo, dando sentido às suas vidas, com capacidade de ajudar aos outros colegas, o que se traduz pelo compromisso social e capacidade de resistência para lutar por igualdade e autonomia.

O amor romântico e a imunidade em relação às DST e à AIDS

Toda a discussão promovida até o momento visa auxiliar-nos a pensar o quanto a formação do povo brasileiro, em especial a forma como homens e mulheres vem se relacionando, estão presentes e influenciando as jovens lideranças - agentes de prevenção - em seus relacionamentos afetivos e íntimos na atualidade.

Pudemos verificar, ao traçamos essa trajetória, como as mudanças são lentas, complexas e difíceis, seja no movimento das trabalhadoras operárias do século XIX ou no seio do movimento Hip-Hop hoje.

Perguntamo-nos porque o discurso racional está tão desconectado do sentimento, do prazer, do desejo. Como reunir essas dimensões em uma razão e paixão sábias, capazes de se traduzir em relações amorosas mais seguras?

Em virtude de tais indagações recorreremos à dissertação de mestrado de Camargo (2004), “A AIDS e a constituição do feminino”, pois entendemos que sua pesquisa contribui para a elucidação de alguns aspectos que acabam por exercer forte influência nos relacionamentos amorosos em nossa cultura.

Nessa pesquisa, Camargo (2004) busca compreender mulheres que, ainda que suspeitando que o marido mantinha relacionamentos com outras parceiras, não se protegiam nas relações sexuais, e ao se descobrirem HIV positivas, não aceitavam a possibilidade de terem sido contaminadas por seus parceiros.

Camargo ouviu mulheres de um serviço especializado em DST/AIDS, que atende população de baixa renda no município de São Paulo, e procurou construir um espaço de escuta e reflexão sobre o universo feminino no que dizia respeito aos seus relacionamentos sexuais. Trouxe para a discussão questões referentes a como essas mulheres entendiam o sexo, o desejo, o prazer e como se posicionavam em suas relações afetivas. Tinha como objetivo trazer para esse espaço uma reflexão sobre a AIDS, não enquanto conhecimento científico, mas de como a AIDS é simbolizada no imaginário feminino.

A pesquisadora relata que tanto mulheres informadas, como as desinformadas, sobre o que é a AIDS nada faziam para se proteger da infecção com seus parceiros. Pode constatar ainda que, quanto mais estável o relacionamento amoroso, mais ausentes eram os cuidados na prática sexual dessas mulheres.

Segue dizendo que observou que as mulheres não abandonavam seus parceiros HIV positivos, assumindo todos os cuidados para a preservação de sua saúde, e muitas vezes, continuando o relacionamento sem o uso de preservativos.

Essas constatações nos levam a refletir sobre o fato de que, cientes dos riscos e com o domínio das informações acerca da doença, essas mulheres não se protegiam. Pareceu-nos que o que estava em jogo eram

elementos culturais fortemente enraizados no imaginário dessas mulheres que fazia com que se colocassem sempre no papel de cuidar, servir e ceder, independentemente da situação, ou pior ainda, colocando-se em risco de vir a se contaminar com o vírus HIV. Tal fato torna-se ainda mais perverso quando Camargo completa seu raciocínio relatando que os parceiros masculinos em geral esperam esses cuidados por parte de suas companheiras, mas quando ocorre o contrário, na maioria das vezes, acusam-nas de infidelidade, chegando a abandoná-las.

Outra questão que chamou a atenção de Camargo na clínica, eram mulheres que haviam comprovadamente adquirido o vírus HIV dos parceiros e ainda assim sentiam-se culpadas, trazendo para si a responsabilidade da doença.

A partir desses dados, Camargo elucida:

Esta maneira da mulher decidir sobre o próprio destino permite supor que existe uma vivência de gozo e de entrega que predomina sobre as informações preconizadas pela prevenção, em que as decisões são tomadas mais por razões subjetivas do que por circunstâncias externas. Poderia dizer que existe uma espécie de prazer ao colocar-se em risco de contrair o HIV. Existe na constituição do feminino algo muito além e profundo do que o conhecimento ofertado pela ciência, que permite a mulher se colocar em risco de contrair HIV de seu companheiro de práticas sexuais? (Camargo, 2004, p. 20).

Frente a esses questionamentos, a pesquisadora aponta para o "amor romântico" como sendo a vacina para os males e riscos advindos de uma relação sexual sem proteção. Assim, as parcerias amorosas quando se estabelecem trazem como pressuposto algo da constituição social do masculino e feminino que não admitem desconfiança e infidelidade, sob pena do relacionamento ficar comprometido e a própria identificação com o papel do que é vir a ser mulher em nossa sociedade ficar ameaçado, produzindo efeitos como a sensação de insegurança e a própria identidade em crise, afirma a autora.

Com efeito, a produção das subjetividades dessas mulheres sobre a AIDS está alicerçada em artimanhas do poder que as sujeita, através de redes de saberes que foram incluídos em seu imaginário em detrimento de outros que foram excluídos. Seus atos, atitudes, gestos, escolhas, enfim seus discursos estão permeados por todas as situações e narrativas que constituíram sua história pessoal (Camargo, 2004, p. 45).

Assim, ao analisarmos as trajetórias dos agentes de prevenção, pudemos perceber que foram submetidos ao mesmo processo de aprendizado sobre como devam se comportar homens e mulheres, com todos os códigos e convenções que atingem os membros da sociedade.

Nesse sentido parece-nos que uma postura radicalmente oposta a tudo que aprenderam não deva constituir-se em tarefa fácil, pois o forte enraizamento desses valores no imaginário dessas lideranças poderá levá-los à reprodução deles em suas relações amorosas.

Além disso, a sociedade contemporânea promove espaços que são sugestivos à circularidade da mulher, como fazer compras em supermercados, cuidar dos filhos, trabalhar em jornada dupla, sair com a família no final de semana, acrescidos de incentivos, são determinantes para que a mulher incorpore esses espaços em seu território, que são as revistas, os filmes, as propagandas, os programas de TV. São formas de aprisionamento do espaço feminino (Camargo, 2004, p. 52)

Camargo em seu estudo com mulheres com parceiro estável pode perceber que a convivência, o fato de conhecerem o parceiro, o amor romântico idealizado, que dedicam ao parceiro, exercem um “efeito protetor” nas relações sexuais que as fazem sentir resguardadas e protegidas da infecção. Daí o surgimento de um bloqueio que as impede, dentro de uma relação estável, de conversar sobre desconfianças, incertezas, infidelidade entre os parceiros, deixando transparecer que nada substitui a felicidade do

amor mútuo, ou seja, com essa forma de atuar na relação não se percebem vulneráveis à contaminação pelo HIV.

A autora afirma que essa forma de pensar e se posicionar remonta há alguns séculos, pois a idealização do amor romântico esteve presente desde os fins do século XVIII. Nesta época, começa-se a visualizar o amor como um sentimento pessoal e superior a todos os outros em intensidade, trazendo a felicidade suprema, única e imutável. Aí já começamos a perceber que tais afirmações deixam transparecer nas entrelinhas que seria como algo inerente ao ser humano, sublime e supremo. Não se menciona que a ligação afetiva entre homens e mulheres são orientadas por normas sociais, e, da forma como assistimos hoje, tem raízes na aristocracia, na corte. A felicidade estava no culto ao sofrimento e na aceitação da renúncia. Nesta época, produziu-se a crença do amor como virtude privada e íntima (Elias, 1987).

Vale lembrar que a mulher e o homem modernos guardam ainda muito dessa forma de visualizar o amor como algo exclusivamente privado e íntimo, negando sua dimensão pública. Assim, apesar das mudanças ocorridas do século XVIII para cá, o amor romântico ainda guarda muito desse período, embora mediatizado pelos meios de comunicação, o que o torna ainda mais exposto e passível de controle, resultando num amálgama deformado entre o amor e o espetáculo.

Nunca se viram tantas "receitas e dicas" visando resolver os problemas relacionados às questões amorosas. Essas vão desde livros, revistas, novelas, até profissionais especialistas no assunto, um verdadeiro *reality show*.

Em consequência de tanta ênfase no amor romântico, nos parece que fica difícil, até mesmo para jovens "politizados" problematizar regras tão fortes, que passam pelo desejo, pelo prazer e pelo gozo, mas que são aprendidas, cultivadas, baseadas nas convenções, nos códigos sociais e nas pressuposições culturais em relação às experiências passadas, não apenas nossas, mas cultuadas por várias gerações.

Desta forma Camargo sugere, e concordamos com tal posição, que o principal caminho para se repensar essas armadilhas das relações de gênero há várias séculos, seria problematizando a dicotomia fidelidade-

infidelidade nas relações amorosas. Nesse sentido, haveria que se desconstruir essa visão binária, fazendo uma retrospectiva dos processos e das condições que estabeleceram os termos da polaridade, pois nesta historialização a hierarquização estará implícita.

Em sua pesquisa, a autora afirma que ao problematizar tais questões nas entrevistas com as mulheres, elas aos poucos puderam revisitaram as verdades produzidas, e nessa reconstrução lhes foi possível perceber e questionar a visão simplista, construída historicamente, que reduz o homem ao que domina e a mulher à condição de submissa e dominada. Mas cabe ressaltar que da percepção à ação de proteção em suas relações sexuais com seus parceiros fixos vai um grande abismo.

(...) a entrevistada Rita, duas filhas e uma relação estável de 10 anos de convivência com seu parceiro, afirma que não usa camisinha em suas relações porque acredita que ele é fiel. Por um lado, ela está sendo regulada por uma construção elaborada a partir da idéia de fidelidade e por outro, ao afirmar que em homem nenhum se pode confiar, ela está regulada por uma outra lógica, construída pela cultura que considera que nenhum homem é fiel. Ambas são regimes de verdade, construídas nos pactos do amor romantizado (Camargo, 2004, p. 82).

Essas afirmações nos dão a dimensão de que mudar um processo histórico tão enraizado no imaginário social de homens e mulheres não é tarefa fácil, pois ao constatar que ambos não se comportam dessa ou daquela maneira em função do sexo biológico, não a coloca em condição de refletir e ressignificar sua relação.

Assim, tomando como exemplo Rita (sujeito da pesquisa de Camargo), podemos concluir que são seus 10 anos de casamento que lhe dão a garantia de estar protegida em suas relações amorosas, a vacina para sua proteção é o tempo de relacionamento. Assim, constatamos constatar sua vulnerabilização, pois mesmo afirmando que todos os homens são infiéis, não lança mão de métodos preventivos em relação ao HIV/AIDS, deixando implícita a naturalização da fidelidade num relacionamento estável. Conclui-se dessa forma de pensar que há homens e o "seu homem", confirmando as estatísticas

em relação à epidemia de DST/AIDS, que apontam que as pessoas não se sentem em risco, acreditando que o perigo da contaminação ronda sempre a “casa do vizinho”.

A pesquisa desenvolvida por Guimarães (1996) chega a conclusões semelhantes. A autora, ao pesquisar mulheres casadas ou com parceiros fixos, supostamente soronegativas, percebeu que havia muita convergência na forma de pensar quando comparadas a mulheres portadoras do vírus HIV. Ambos os grupos guardavam muitas semelhanças em relação à visão de mundo, crenças e valores. A pesquisadora constatou ainda que os sujeitos estudados possuíam informações básicas sobre as formas de contaminação, mas não se sentiam em risco em hipótese alguma, devido ao fato de conhecer o seu parceiro.

Guimarães pontua que essa forma de referir-se ao seu parceiro afetivo-sexual traz como mensagem implícita que ele seria diferente dos demais, daí a confiança “absoluta” no parceiro.

Podemos supor que esses comportamentos revelam mais uma vez a face do amor romântico como algo que nos constitui, que nos coloca à mercê do outro, sem críticas. É uma dádiva da qual devemos usufruir independente do contexto, pois está acima de “nossa vontade”.

Acredito que nos dias atuais as imagens do amor e do sexo são montadas sobre os preceitos do amor romantizado e ao mesmo tempo, superpostas às necessidades forjadas pela pós-modernidade, e expressas sob a forma de esculpir o físico, aparentar jovialidade, considerar os bens descartáveis, valorizar o instante, ignorar a morte. Na sociedade contemporânea não se mantém a idealização do amor e não se dá tempo para lamentar ou imaginar amores sofridos, semelhantes àquele cultuado pelo romantismo amoroso ou pelo amor cortês. Nem por isso desistimos de fazer grandes empenhos e investimentos em nossa vida por conta do ideal de amor inventado no passado e adotado como uma salvação para os males da vida moderna. As mulheres atuais almejam amores romantizados, duráveis, protetores, eternos, mas ao mesmo tempo esperam gozar de liberdade para escolher o que lhes agrada, desacorrentadas de

compromissos engessadores, divididas entre a vontade de independência e o desejo de fusão ideal (Camargo, 2004, p.88-9).

Pelo exposto podemos pensar que para além da informação técnica, da produção científica em relação às formas de contaminação pelo HIV, podemos falar dos riscos de se contrair a doença de maneira consciente e racional. Mas não se pode negar a dimensão subjetiva, historicamente construída, que passa pela crença na fidelidade, na confiança, no relacionamento estável, ao mesmo tempo em que se convive com o temor da infidelidade, mas não a ponto de suscitar a dúvida e a incerteza, que poderiam apontar para a necessidade de autoproteção nas relações amorosas e sexuais, sobretudo as mulheres, pois estas ainda são movidas em grande parte pelo "amor romântico" inventado no século XVIII.

Como consequência dessas crenças, particularmente nos relacionamentos considerados "estáveis", os diálogos sobre esses temas são escassos, o que dificulta a reflexão sobre as "verdades tidas como absolutas", impedindo às mulheres, desse modo, a possibilidade da produção de outras formas de subjetividade, que venham abrir caminhos para a revisão de pactos que poderão resultar em relacionamentos mais autênticos, levando à diminuição da vulnerabilidade dos indivíduos em relação à epidemia do HIV/AIDS, e mais ainda, podendo traduzir-se na chance de as pessoas serem mais felizes efetivamente.

CAPÍTULO VIII

CONSTRUINDO UMA METODOLOGIA QUE APANHE A SUBJETIVIDADE DO JOVEM CONTEMPORÂNEO

A metodologia desta pesquisa foi se delineando no campo com surpresas, arranjos e rearranjos. Levou um certo tempo para percebermos que a metodologia não é um referencial teórico rígido que nos engessa. Assim, após uma fase de confusão, que gerou muita angústia, comecei a me soltar e construir uma metodologia, que aliada à minha forma de conduzir o trabalho de campo, viesse me auxiliar na interpretação dos fatos que afloravam nas intervenções de campo com os jovens, sujeitos da pesquisa.

Sapiro (2006) teve especial importância nesse processo, pois foi trilhando a forma como a pesquisadora foi construindo a metodologia em seus trabalhos, que pude entender que o "fazer científico" está diretamente ligado ao reconhecimento de uma rede de intersubjetividades, atuantes dialeticamente num dado contexto social. Assim, essa construção será única e singular, visto que, seu curso se dará em função dos atores sociais envolvidos no processo, podendo ser analisadas à luz de abordagens psicossociais.

Aos poucos fui delineando com mais lucidez os caminhos a serem percorridos, buscando uma abordagem que me permitisse incluir as variações culturais, a partir da compreensão das linguagens do grupo pesquisado no contexto em que estavam inseridos, de forma a poder investigar os seus valores, a partir de meus registros de campo e de depoimentos e intervenções dos sujeitos em questão.

Após essa fase, aos poucos a realidade foi me mostrando que seria bem mais sucedida, quanto mais eu respeitasse as subjetividades envolvidas no contexto.

Nesse sentido, Michel Thiollent (2007) foi-me muito útil, pois me auxiliou a ver que eu estava presa a uma concepção iluminista de ciência e comprovação dos fatos que me impediam de visualizar que a metodologia, na verdade, é o conhecimento acumulado do pesquisador, que possibilita a este se orientar no processo de investigação, tomando decisões, repensando e refletindo sobre quais conceitos trabalhar, quais hipóteses serão testadas, e, por fim,

quais técnicas serão mais apropriadas para a seleção dos dados da forma mais adequada.

O estudo da metodologia auxilia o pesquisador na aquisição desta capacidade. Associado à prática da pesquisa, o estudo da metodologia exerce uma importante função de ordem pedagógica, isto é, a formação do estado de espírito e dos hábitos correspondentes ao ideal da pesquisa científica (Thiollent, 2007, p. 28).

Desta forma, aos poucos pude desmistificar "alguns fantasmas" adquiridos ao longo da vida acadêmica do que vem a ser o rigor científico. Assim, como afirmaram Sapiro (2006) e Thiollent (2007), a metodologia, ao incluir o contexto, com especial atenção à linguagem, nos deu segurança para processar a informação e os conhecimentos obtidos.

Pude ainda ver elucidado algo que não tinha clareza, ou seja, a responsabilidade é do pesquisador em traçar os rumos da investigação, e não da metodologia. Esta apenas oferece ao pesquisador:

Melhores condições de compreensão, decifração, interpretação, análise e síntese do "material" qualitativo gerado na situação investigativa. Este material é essencialmente feito de linguagem, sob formas de simples verbalizações, imprecisões, discursos ou argumentações mais ou menos elaboradas (...) Além do mais, podemos manter em uso a forma de raciocínio hipotético, mas de forma flexibilizada, não reduzida a uma noção de teste estatístico (Thiollent, 2007, p. 39 e 105).

Após esses, não tão breves, momentos de inquietação, pude pensar qual seria o instrumento mais adequado que viesse a me propiciar uma investigação de qualidade.

Assim, como me propus a realizar uma análise no campo da psicologia, pensei numa abordagem psicossocial, ancorada nos pressupostos teóricos de Pichon-Rivière (1982), pois este autor considera que a vida psíquica se constitui a partir das relações entre indivíduos, que se desenvolve

na experiência concreta. O autor entende a investigação a partir do desenvolvimento de três dimensões: a psicossocial, cuja ênfase é posta no sujeito em relação com os demais membros do grupo a que este pertence; a sociodinâmica, que analisa o grupo, e a institucional, que consiste na investigação da estrutura social a que os indivíduos e grupos estão inseridos. Desta forma, foram essas as razões que nos levaram a crer que Pichon-Rivière nos permitiria uma aproximação fecunda entre a teoria psicanalítica e a psicologia social.

Pichon (1991) afirma que um pesquisador não se orienta apenas por universos conceituais, mas também por experiências vividas, e nesta perspectiva chamou-me a atenção no sentido de poder valorizar não apenas a trajetória das jovens lideranças, mas os meus caminhos de atuação profissional e de militância no movimento social, numa interação dinâmica e dialética entre os envolvidos.

Sustenta o autor que nosso mundo interno é habitado por pessoas, lugares e vínculos que, articulados, poderão desencadear um processo criador, e, assim, propiciar possibilidades de descoberta. Por isso, necessitava de um método que me fosse familiar, e ao mesmo tempo, me lançasse no universo subjetivo daquelas lideranças juvenis que muitas vezes viam-se prisioneiras de suas convicções racionais, dificultando adentrar num lugar no qual pudesse apontar para a oportunidade, eu diria, de ver aflorar sentimentos e desejos reprimidos, explicitando-os, para posterior elaboração.

Em virtude da grande influência exercida pela psicanálise nos trabalhos de Pichon, o autor dedicou uma atenção especial aos processos inconscientes nas tarefas grupais, visto que esses processos possibilitam evidenciar uma série de fantasias e componentes afetivos que até então não estavam claros para mim, mas determinavam a ação do grupo. Podemos dizer que o processo grupal é produtor de sentidos, incluindo-se os de natureza inconsciente. Assim, no decorrer do desenvolvimento da tarefa, a partir da condução hábil do coordenador, emergirão os sentimentos básicos de insegurança (Pichon, 1991).

Assim, não queria incorrer no erro de me encontrar aprisionada a um método que engessasse a criatividade e as possibilidades de crescimento de todos os envolvidos; precisava recorrer a estratégias que favorecessem o

surgimento das demandas dos sujeitos, independentemente de um método antecipadamente construído.

Portanto, construí a metodologia desta pesquisa em um processo permeado por perguntas sem respostas, indagações e receios. Ao optar pelo referencial teórico pichoniano, o fiz também guiada pela minha intuição e pelo firme propósito de tentar compreender a questão central que mobilizou este estudo, ou seja, estreitar o olhar para a subjetividade do jovem agente de prevenção, de modo a lhe permitir repensar suas posturas, reações e atuação diante das DST/AIDS e da gravidez; enfim, da sua sexualidade, com a finalidade de entender como esses jovens poderiam atuar junto a seus pares, se, de um lado, pareciam ávidos para dar sua parcela de contribuição para o enfretamento da epidemia, mas, de outro, não estavam tomando medidas para efetivamente se prevenir em suas próprias relações sexuais.

Nosso objetivo era trabalhar com os jovens agentes de prevenção utilizando várias linguagens, com a finalidade de favorecer a emergência de conteúdos que permitissem uma autopercepção como agentes de prevenção, mas também como jovens, desencadeando um processo em que os membros do grupo se reconhecessem como indivíduos e como integrantes do grupo. O meu papel, enquanto coordenadora, seria o de orientar, criando uma situação em espelho que favorecesse a comunicação intragrupal (Pichon, 1991). De acordo com esta abordagem, não existiria uma situação *a priori*, devendo o método de intervenção ajustar-se ao objeto.

Pichon (1991), em seu livro *O processo Grupal*, afirmou que é impossível obter-se uma compreensão do ser humano sem considerar o contexto em que este está inserido e a influência dele na constituição dos diferentes papéis que assumimos nos diversos grupos nos quais atuamos durante nossa vida, visto que as relações sociais, e a sociedade como um todo, são internalizadas pelo sujeito

Relações sociais que se dão no interjogo entre a estrutura social e as fantasias inconscientes do sujeito, ao mesmo tempo em que se articulam o grupo externo e o interno no campo intrapsíquico. Assim, o autor sustenta, que o homem é um ser social, é um ser de necessidades, daí não ser possível separar o que vem a ser do indivíduo, do grupo ou da sociedade:

Esse mundo interno configura-se como um cenário no qual é possível reconhecer o fato dinâmico da internalização dos objetos e relações. Nesse cenário interior, tenta-se reconstruir a realidade exterior, porém os objetos e os vínculos aparecem com modalidades diferentes pela passagem fantasiada a partir do 'fora' para o âmbito intrassubjetivo, o 'dentro'. É um processo comparável ao da representação teatral, no qual não se trata de uma repetição sempre idêntica do texto, mas onde cada ator recria, com uma modalidade particular, a obra e o personagem (Pichon, *Processo Grupal*, 1991, prólogo).

Outro ponto que nos fez lançar mão desses pressupostos teóricos, segundo os quais o grupo é o palco da experiência, foi a importância do elo grupal para se pensar a constituição do sujeito. Pichon (1982) sustentou que a relação recíproca entre sujeitos no grupo se dá na interdependência entre o intrassubjetivo e o intersubjetivo, o que permite investigar a dimensão inconsciente das ideologias que se colocam no campo, produzindo o surgimento de conflitos entre os membros do grupo que se manifestam como contradição. Contradições estas que para Pichon serão o motor do processo de constituição do sujeito, dispendo-se em uma espiral dialética, entre o dentro e o fora. Assim, os sentimentos serão o resultado desse interjogo, que traz questões relativas à crítica social (psicossocial), mas também questões sociodinâmicas. E foram por essas razões que fomos buscar entender nas raízes da formação do povo brasileiro como esse interjogo vem se processando ao longo dos séculos, e os reflexos em nosso cotidiano dessa formação. Nesse sentido, entendemos que a estratégia de análise fornecida pela Teoria dos Grupos Operativos se fez útil.

Vale observar que nos encontros não utilizei a técnica de grupo operativo, apenas lancei mão desses pressupostos metodológicos para melhor entender o grupo de agentes de prevenção, pois entendíamos que esse recurso abriria possibilidades de investigação.

Pichon sustenta que o processo grupal é uma forma singular de se ter acesso à realidade psíquica do sujeito, considerando o grupo como algo que se configura como um modo de produção da subjetividade diferente do indivíduo tomado isoladamente, sendo pautado por encontros de modos de existências diferentes. Daí entendermos que esta especificidade possa legitimar

a investigação, uma vez que parte da suposição de que a ação grupal modifica o existente, seja ele pautado por práticas, organizações, instituições ou referido à sociedade como um todo.

Para que tais objetivos sejam conquistados, é preciso supor que muitos "ruídos" do que não é dito, mas que interferem na dinâmica grupal, terão que ser enfrentados, ou seja, haverá a necessidade de se repensar conceitos, reconstruí-los e ressignificá-los

A intenção do autor caminha no sentido de se levar o grupo a integrar a tarefa explícita (objetivo) com a implícita. Vale observar que, para Pichon, haverá sempre duas dimensões determinando as intervenções de um grupo, as manifestas e as latentes.

Nesse sentido, recorreremos a Freud. O autor em seu livro *A interpretação do sonho* (1900, 1987) formulou e problematizou os conceitos de conteúdos latentes e manifestos, fornecendo elementos para se compreender a dinâmica e as formas de atuação dos sujeitos da pesquisa, que se dá em grande parte de forma inconsciente.

O autor sustenta que a forma de representação dos sonhos é a representação por símbolos, explicando que seu conteúdo era a realização de um desejo inconsciente. Esclarece, no entanto, que nos sonhos aparecem dois elementos fundamentais para a sua compreensão, quais sejam: o conteúdo latente e o manifesto.

O primeiro seria o material de onde se originam os sonhos. E o segundo aquilo que nos lembramos sobre o sonho quando acordamos, ou seja, a formação dos sonhos se daria através de um trabalho de transformação do conteúdo latente em manifesto. No conteúdo latente dos sonhos, residem nossas fantasias sexuais, desejos e sentimentos reprimidos. Estes desejos, segundo Freud, procuram durante o sono aflorar na consciência, mas o que vem à tona, isto é, a parte que nos lembramos, seriam os conteúdos transformados - manifestos -, traduzidos de forma a serem aceitáveis pela consciência do indivíduo.

Segundo as palavras de Freud, será no conteúdo latente que iremos descobrir o que determinado sonho representa para o indivíduo. Afirmou ainda que o simbolismo não é típico apenas dos sonhos, uma vez que expressa a representação inconsciente, que, na vigília, encontra formas atenuadas de

expressão, mas que nem por isso deixam de dirigir nossos comportamentos. Assim, essas formas de manifestações inconscientes aparecem com frequência, em meio às expressões populares, como no folclore, nos mitos, nas lendas, nas expressões idiomáticas,³⁵ na sabedoria dos provérbios e nos chistes.

Nesse aspecto é que o trabalho grupal se revestiu de suma importância, pois nele pudemos identificar o surgimento de questões que regiam em grande parte o comportamento dos sujeitos, mas que não vinham à consciência para serem compreendidos e ressignificados em seu conteúdo. Assim, o grupo seria um espaço privilegiado para investigações da relação entre os sujeitos, visto que havia entre eles o que Pichon chamou de um vínculo estabelecido. Neste espaço, poderíamos pensar dialeticamente os jovens como resultado da interação das três dimensões (psicossocial, sociodinâmica e institucional).

O grupo é o momento em que as afetividades se expressam e as relações se concretizam. Nesse sentido, para nós revestiu-se de uma importância fundamental para a compreensão do sujeito e da articulação entre as determinações internas e externas da tarefa proposta. Pichon (1991) pontuou que esta teria duas dimensões, a explícita e a implícita. Para o autor, a explícita é o objetivo proposto pelo grupo, enquanto que a implícita envolveria todos os investimentos que o grupo teria que engendrar para dar conta do objetivo inicial. Vale lembrar que nesse processo estarão envolvidos aspectos racionais, afetivos e emocionais.

A idéia do autor é que o grupo, em função dos fatores psíquicos implícitos envolvidos, resistirá a enfrentar a tarefa, e no caso das jovens lideranças, isto já se configurava *a priori* como um obstáculo, pois, ao acompanhar tais jovens nas oficinas de sexualidade, percebíamos o quanto haveria necessidade de um método que apontasse para o relaxamento das estruturas psíquicas destes.

Pichon chamou esse momento grupal de pré-tarefa. O grupo inicialmente resiste à mudança em função do surgimento das ansiedades de perda e ataque, defende-se, ao não enfrentar a tarefa. Assim, ao adiar a

³⁵ Expressões idiomáticas ou idiomatismo são expressões que caracterizam por não identificar seu significado através de suas palavras individuais ou no sentido literal. Não é possível traduzi-las em outra língua e se originam de gírias e culturas de cada região.

discussão dos objetivos a que se propôs, ganha tempo para elaboração dos medos básicos, que agem no sentido de dificultar uma leitura da realidade.

Pudemos de fato perceber num primeiro momento que o grupo tendeu à paralisação, ocupando-se do que o autor chamou de pré-tarefa, ou seja, questões de outra natureza que não apontavam para a resolução do trabalho grupal. Foi com minha intervenção, cautelosa, que o grupo passou a enfrentar a atividade proposta e, aos poucos, as ansiedades e fantasias foram surgindo.

De acordo com Pichon, no grupo, os papéis se alternam, e o conteúdo deste será expresso na figura do emergente, ou seja, aquele sujeito que num dado momento fará a articulação entre as esferas da intra e intersubjetividade dos membros do grupo. O autor afirmou que esse emergente será o porta-voz, ou aquele que denuncia o acontecer grupal, as fantasias inconscientes que o movem, as ansiedades e necessidades da totalidade do grupo explicitadas através do processo de atribuição e assunção de papéis.

Pichon afirma que os sentimentos que emergem se conjugam de duas formas: na horizontalidade e na verticalidade. Na primeira trata-se da dimensão grupal, ou seja, as questões que caracterizam o grupo e o identifica em sua totalidade. Assim, temas como a denúncia da exploração na sociedade de classes por parte da classe dominante, a impossibilidade de se ter acesso aos bens mínimos de consumo e a discriminação racial, que a população negra ainda sofre em nosso país, eram bandeiras e princípios que conferiam ao grupo uma identidade.

Ao passo que a verticalidade é tudo aquilo que se refere à história pessoal do sujeito, e assim, questões como as dificuldades na infância, as figuras de referências e as influências recebidas apareceram com frequência durante o trabalho com os agentes de prevenção. E, foi do cruzamento entre a verticalidade e a horizontalidade, que surgiu a possibilidade de cada indivíduo assumir seu "lugar" no grupo.

Para o autor, o grupo operativo é um instrumento de trabalho que exerce uma função terapêutica e pode ser utilizado para tarefas diversas de aprendizado, cura, diagnóstico, etc. Segue afirmando, em seu livro *Teoria do vínculo* (1982), que dentro deste processo o sujeito fará parte de um

interjogo que se estabelece entre ele e seus objetos internos e externos, de forma dialética, resultando desta interação o que ele chamou de vínculo.

A esse respeito, eu me sentia privilegiada, pois o meu contato com esses jovens datava de vários anos de atuação conjunta, o que possibilitou um vínculo de confiança, mas sem que isso implicasse uma trajetória harmônica e linear. Ao contrário, o processo vivido em grupo deixou transparecer alguma resistência dos agentes de prevenção em conseguir conciliar os desejos e fantasias inconscientes e as questões objetivas do mundo exterior.

Nessa direção, Pichon ressalta que não existe vínculo de um só tipo: as relações que os sujeitos estabelecem com o mundo são variadas. O processo de aprendizagem da realidade externa tende a se pautar pelas características da aprendizagem interna. Cada papel exercido por um sujeito acarretará um tipo de vínculo. Este é transitório e possui função determinada, configurando-se de forma particular para cada pessoa.

Nesse sentido, pensando o agente de prevenção no papel de coordenador das oficinas de sexualidade junto a outros jovens, entendemos a difícil tarefa envolvida nesse duplo papel exercido por eles: este agente deveria falar de um "lugar", como coordenador do grupo, mas que, por ser jovem, também integrasse o processo grupal como um igual, ou seja, como alguém que possui anseios, receios e dificuldades como qualquer outro jovem.

Pichon segue sustentando que, mesmo quando duas pessoas se relacionam, há entre elas figuras internalizadas que estão presentes nessa relação. Há um mundo interno em contínua interação, origem de fantasias inconscientes. A fantasia inconsciente é, então, produto da interação de vínculos entre os sujeitos. Desse encontro haverá a apreensão da realidade pela via da aprendizagem, não se restringindo somente ao discurso, mas encontrando-se presente nas ações do cotidiano. E minha tarefa consistiu em refletir e perceber no processo grupal o quanto esses personagens internos estariam influenciando na atuação deste agente jovem.

Não é apenas, portanto, pela transmissão do conhecimento que se dará a transformação. A esse respeito, o autor ainda esclarece:

Denominamos didática uma estratégia destinada não só a comunicar conhecimentos (tarefa informativa) mas, basicamente, a desenvolver e modificar atitudes (tarefa formativa). A articulação do informativo e formativo se realiza na construção de um instrumento: ECRO (esquema conceitual, referencial e operativo) que situe o sujeito no campo (o referencial), permita-lhe abordá-lo a partir de elementos conceituais, compreendê-lo e operar sobre ele por meio das técnicas adequadas. Esta “situação” no campo e o pensar e operar sobre ele implica a necessidade não só de manejo teórico, mas também da elaboração das ansiedades emergentes em toda situação de mudança (Pichon, 1991, p. 175).

Com o conceito de ECRO, Pichon me propiciou a possibilidade de refletir sobre a questão da construção de uma unidade grupal baseada na totalização das práticas, conceitos e referências individuais para a obtenção de um esquema conjunto que nortearia a ação e estaria em permanente transformação. Será nesse processo de aprendizagem e percepção, no qual o conhecimento é apenas um dos lados da mesma moeda, que ocorrerão as mudanças, pois, para além da informação; ou seja, será por meio da apropriação ativa desta última, que haverá a transformação e assimilação, integrando o ECRO, e desse modo, modificando a si e ao meio.

Pichon sobre este aspecto sustenta:

A aprendizagem se estrutura como um processo contínuo, com oscilações, articulando-se os momentos do ensinar e do aprender, que acontecem no aluno e no docente, como um todo estrutural e dinâmico (Pichon, 1991, p. 123).

O autor sustenta que esta forma de se operar num grupo parte do pressuposto de que todos os indivíduos possuem um esquema referencial pré-existente. Tal esquema referencial seria composto pelo conjunto de experiências, conhecimentos e afetos dos sujeitos que orientam suas ações e

intervenções no mundo. Essa vivência singular de cada ser adquire unidade por meio do trabalho em grupo, segundo o autor.

Pichon afirmou que nas relações sempre representamos papéis e atribuímos papéis aos outros, como o de filho, aluno, pai, amigo, etc. Assim, todas as relações interpessoais são regidas por um interjogo dialético que acarretará uma forma particular de vinculação entre os sujeitos individuais.

O trecho seguinte pode elucidar o exposto:

A teoria dos papéis baseia-se na teoria das relações de objeto. As relações de objeto são estruturas nas quais estão incluídos um sujeito e um objeto estabelecendo uma relação particular entre eles. Denominamos vínculo a esse conjunto, a essa estrutura especial. O conceito de vínculo é operacional, configura uma estrutura de relação interpessoal que inclui, como já dissemos, um sujeito, um objeto frente ao sujeito, cumprindo os dois uma determinada função. Por isso, à idéia de um papel individual temos que agregar o conceito de papel do vínculo configurando uma estrutura social mais integrada (Pichon, 1982, p. 128).

Assim, visando articular a subjetividade dos agentes com suas práticas sociais, recorreremos ao conceito de processo grupal e à teoria do vínculo, a partir dos quais procuramos refletir acerca dos processos de ressignificação de suas práticas, buscando resgatar o espaço de produção de sentidos para os mesmos.

Pichon afirmou que possuímos três modos de ser: um modo de ser mental, um modo de ser corporal e um modo de ser na conduta exterior. Assim, afirma:

O corpo funciona como uma dimensão da mente, um lugar onde podem estar localizados os objetos internos (...) se separarmos existencialmente uma pessoa, poderemos dizer que nesse momento há mente, corpo e mundo exterior, mas, quando a pessoa se move,

ela se transformará em uma totalidade significativa. Por conseguinte, embora falemos de três dimensões da pessoa, só existe uma dimensão: a humana (Pichon, 1982, p. 116).

Desta forma, entendemos que as teorias sustentadas por Pichon Riviere nos auxiliariam na tarefa de colocar o jovem numa posição grupal em que pudesse “despir-se” de suas convicções e frases feitas e “aceitas politicamente” e dar um salto no sentido de voltar-se para dentro de si e assim poder trazer como tarefa aquilo que os constitui, pois consideramos que esses jovens compartilham de uma cultura que traz seus códigos morais, e por mais que sejam críticos a tais códigos, não raro refletem o que é imposto socialmente. Assim, entendemos que no grupo poderiam ter a oportunidade de refletir sobre esses valores, crenças e mitos, verificando o significado para eles de tais códigos e os reflexos para sua vida psíquica. Poderia ainda ver confrontadas suas práticas amorosas com o papel como agentes de prevenção, podendo ressignificar sua postura, não apenas diante do grupo, mas também em suas vidas privadas.

Assim, foi lançando mão desses referenciais teóricos que pude vislumbrar a possibilidade dos jovens agentes de prevenção olharem para o outro e, ao mesmo tempo, para si, visando uma reflexão que pudesse produzir rupturas em seus discursos, com o intuito de aproximar a imagem de ser jovem, com todas os riscos que traz a contemporaneidade, e o papel de formador de opinião, cuja tarefa é a de difundir informações sobre a epidemia do HIV/AIDS e as doenças sexualmente transmissíveis.

Esse foi um processo árduo....

Nesse processo, o fato de ter me orientado pelas proposições de Pichon Rivière, muito me auxiliou no sentido de repensar meu papel no grupo, uma vez que, por trabalhar com o tema da pesquisa e com os sujeitos pesquisados, mantinha um vínculo estreito com eles - ou seja, os jovens agentes de saúde. Por vários momentos durante a pesquisa, eu me senti angustiada com esse duplo papel, pois trilhava um caminho que a cada instante me obrigava a parar e repensar o próximo passo.

Não conseguia entender o que me assustava, foi quando me voltei para Pichon em busca de uma compreensão do que estava me paralisando. Aos poucos pude perceber que de fato era membro do grupo, e neste espaço as afetividades se expressavam abertamente nas relações mantidas há algum tempo. Ali atuava como sujeito e todas as minhas determinações internas (expressas pela verticalidade) entravam em cena e se articulavam dialeticamente com o fazer grupal (a horizontalidade). Na verdade, em alguns momentos, fui porta-voz do grupo, senti-me totalmente imersa e implicada com ele, devido ao nosso vínculo de trabalho conjunto, e por compartilharmos muitas das crenças e visões de mundo.

Aos poucos, fui percebendo o que estava em jogo, o que Pichon havia sustentado, dizia respeito à ansiedade relacionada aos medos básicos emergentes nas situações de mudança, ou seja, medo da perda (ansiedade depressiva) das estruturas já estabelecidas e medo do ataque (ansiedade paranóide) diante da nova situação; daí provinham as origens de tanta insegurança de minha parte.

Assim, quando lancei mão dos pressupostos teóricos de Pichon, jamais iria imaginar que me auxiliariam no desvelamento dos meus sentimentos, ou seja, de minhas resistências às mudanças, expressando-se nas relações concretas. Nesse percurso, mais uma vez recorri a Thiollent que me fez ver que:

Quando não queremos pensar, raciocinar, conhecer algo sobre o mundo circundante, é melhor não pretendermos pesquisar. Além disso, quando queremos interferir no mundo precisamos de conceitos, hipóteses, estratégias, comprovações, avaliações e outros aspectos de uma atividade intelectual (Thiollent , 2007, p. 31).

Thiollent ajudou-me a perceber que a informação deve ser interpretada à luz de uma teoria, mas, além disso, que tínhamos que estar atentos também ao nosso trajeto, às nossas descobertas (por mais dolorosas que possam ser) surgidas na prática ou na discussão coletiva, avaliando e comparando o que foi detectado na observação com outros problemas anteriormente encontrados. Este foi o momento em que pude começar a

valorizar achados e começar a construir de fato minha metodologia, sem deixar-me engessar e tampouco me agarrar rigidamente à uma dada teoria.

Os primeiros passos...

Num primeiro momento da pesquisa elencamos alguns pontos que avaliávamos serem importantes para conhecermos nossos sujeitos. Buscamos investigar questões relativas à infância, envolvendo a família e os aprendizados que percebiam terem sido adquiridos nesse processo. Tínhamos o propósito de refletir sobre questões que pudessem contribuir para o entendimento de como esses jovens foram adquirindo valores ao longo de suas vidas e qual a influência destes na sua formação.

Buscávamos realizar a investigação de um fenômeno contemporâneo no contexto da vida real, que entendia que seria particularmente útil para se pensar em outras hipóteses.

O meu objetivo era de gerar novos elementos para o refinamento dos procedimentos de investigação, e posterior elaboração de categorias de análises psicológicas mais aprofundadas para as fases subsequentes. Desta forma, buscava apreender alguns aspectos da subjetividade do jovem formador de opinião - o agente de prevenção - conhecer sua trajetória, relações familiares e formação religiosa. A idéia era compreender a relação desta vivência com a formação da identidade sexual e de gênero deles, visando verificar em que medida estes jovens diferiam dos demais da mesma faixa etária no que se refere à proteção e prevenção das DST/AIDS em suas relações afetivas e sexuais.

Pensamos algumas formas de abordagem que se adequassem ao interesse do grupo. Priorizamos dinâmicas de grupo, desenhos e filmes, de maneira a promover uma relação dinâmica entre os sujeitos e eu, buscando desvendar o significado das ações, explorar as emoções que envolveram os encontros, com o intuito de apreender informações com qualidade, e entender os processos por meio dos quais os sujeitos se descrevem e se percebem no mundo. Buscamos, ainda, focar temas que pudessem ser alvo de reflexão dos entrevistados, com a finalidade de convidá-los a repensar o sentido de suas práticas.

Assim, tendo em mente que o conhecimento é um edifício coletivo, promovemos debates que viessem a facilitar a construção dos conceitos, impressões e concepções dos participantes sobre os temas em questão.

Os grupos foram formados num primeiro momento apenas com jovens agentes de prevenção, já habituados às discussões sobre temas como sexualidade e a prevenção às DST/AIDS e outras questões que surgem a partir destes debates. Eram jovens que já haviam participado, noutras ocasiões, de várias oficinas de formação neste assunto, além de terem tido a experiência de conduzir esse tipo de discussão com outros jovens.

No processo de trabalho reafirmamos o objetivo de buscar entender atitudes, preferências, necessidades e sentimentos destes como jovens e não como agentes de prevenção. Foi salientado também que os encontros seriam registrados, escritos, gravados e/ou filmados.

Descrição do grupo de pesquisa

Nos encontros estiveram envolvidos jovens de uma faixa etária que variava entre 14 e 26 anos,³⁶ de ambos os sexos. Eram jovens lideranças com intervenção na comunidade, habituados a coordenar discussões que giram em torno de questões relacionadas à desigualdade social, discriminação racial, direitos de cidadania, sexualidade, dentre outros temas.

Procurávamos, seguindo as orientações de Pichon Rivière, construir um espaço grupal dinâmico, no qual os jovens pudessem refletir sobre a sua atuação junto a outros jovens, e ao mesmo tempo, trazer elementos para a análise de seu próprio campo afetivo e amoroso, com as dimensões e influências que determinam suas condutas quando o assunto é o seu prazer. Para tanto entendia que o estabelecimento deste vínculo de confiança entre os participantes, seria fundamental para a emergência de tais elementos internos da subjetividade de cada um, que no grupo se associariam a outros, facilitando a resignificação de práticas e condutas de cada jovem, bem como do grupo.

³⁶ Visando manter o sigilo das informações, chamaremos os sujeitos da pesquisa de: João, Pedro, Isabel, Maria e Manoel.

O grupo era constituído ainda por jovens oriundos de uma mesma classe social. Assim, todos os envolvidos eram moradores da periferia leste de São Paulo. Sabemos que a cidade paulista apresenta fortes disparidades socioeconômicas, pois enquanto a parte da cidade mais próxima do centro é rica e desenvolvida, as áreas situadas nas regiões mais afastadas, como, por exemplo, a Zona Leste, sofre com a carência de infraestrutura e de equipamentos sociais, assim como com a pobreza e a precariedade do planejamento urbano e habitacional, expressas por situações como a crescente favelização e a ocupação e comércio de loteamentos irregulares.³⁷

Nesse sentido, não poderia deixar de destacar, a despeito da pouca oferta de emprego, os inúmeros problemas urbanos, e o fato de haver preconceito do restante da cidade de São Paulo em relação à região, ao qual esses jovens respondem demonstrando orgulho de dela fazerem parte, sobretudo os que habitam nos bairros localizados no extremo leste, como, Guaianases, Cidade Tiradentes e São Mateus, dentre outros. Percebemos no cotidiano que falam carinhosamente: "Eu moro na ZL mano, e aí".

Frente a um cenário tão desalentador, podemos supor que os nossos sujeitos contam com uma inserção social desprovida de bens mínimos para uma sobrevivência digna. No entanto, por mais paradoxal que possa parecer, trata-se de uma realidade rica em construções e sentidos, caso contrário, se perdurassem apenas agruras do dia-a-dia, não falaria desse orgulho de pertencimento, e nem tão-pouco, trariam tanta riqueza em suas construções, sobretudo musicais e artísticas.³⁸

Outro ponto que chamou a atenção refere-se ao nível de escolaridade dos envolvidos. Constatamos que todos são oriundos de escolas públicas, sendo que a quase a totalidade concluiu o ensino médio. Embora

³⁷ O crescimento da região foi lento e se deu com a vinda de imigrantes e de migrantes. A partir da segunda década do século XX, a região começou a receber um grande número de migrantes nordestinos, que representariam parte significativa da população local. Constituindo-se fundamentalmente como mão-de-obra não especializada, os moradores passaram a desempenhar as diversas tarefas requisitadas pela cidade que crescia em ritmo frenético. A baixa remuneração fez brotar uma região embasada em ocupações de áreas de mananciais e de regiões sujeitas a enchentes e de alto risco para o estabelecimento de moradias. O déficit de moradia é um problema que reclama solução urgente, a fim de evitar a continuidade de áreas perigosas e insalubres. Há um número considerável de empregos informais, principalmente de vendas ambulantes e serviços domésticos (Relatório da Subprefeitura de Guaianases, 2008).

³⁸ Refiro-me àqueles ligados ao movimento Hip-Hop.

façam muitas críticas à formação que obtiveram na escola, não se restringem a queixas e lamentações, pois ampliam seus conhecimentos, organizando-se em "grupos de estudo" entre eles, o que leva alguns a se autointitular em "autodidatas".³⁹

Durante a pesquisa, parte dos sujeitos trabalhava em entidades defensoras dos direitos de crianças e adolescentes em situação de "risco social", como educadores sociais; outros estavam desempregados, mas procurando emprego.

Após várias tentativas conseguimos um primeiro encontro. O espaço escolhido foi a Biblioteca Comunitária da Cidade Tiradentes - Solano Trindade.⁴⁰ Neste local há grande frequência de jovens, que vão em busca de livros para trabalhos de escola, mas também, para participar das atividades e debates coordenados pelos jovens responsáveis pela biblioteca.

Observamos que essa circulação de jovens na biblioteca deixa o espaço cheio de vida e energia, mas, em alguns momentos, é muito barulhento e difícil para a condução de atividades dirigidas. Ponderamos que esta era realidade, um espaço com o qual os jovens envolvidos na pesquisa se identificavam.

Cumpramos registrar que esses jovens, em sua maioria, são "militantes do movimento Hip-Hop", ou no mínimo sentem-se identificados com o movimento. Havia várias semanas que tentava sem sucesso o encontro, pois me parecia quase impossível encontrar um horário comum dos sujeitos da pesquisa. Uns trabalhavam como educadores sociais em dias alternados, com raras folgas aos finais de semana. Outros estavam desempregados e "aflitos" na busca de algum emprego ou "bico". Uma em especial, além de desempregada, era mãe de um bebê que não tinha com quem deixar a criança para procurar emprego, e sua mãe estava internada em estado grave de saúde. Enfim, a situação de muitos era bastante difícil em todos os sentidos.

³⁹ Que ou quem se instrui por esforço próprio, sem a ajuda de mestres (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*).

⁴⁰ Em outubro de 2001, foi implantada a biblioteca comunitária em uma sala no centro comercial de Cidade Tiradentes, e recebeu o nome de Centro de Documentação em Direitos Humanos e Biblioteca Comunitária Solano Trindade.

No primeiro encontro, buscamos esclarecer os envolvidos sobre os objetivos da pesquisa, e num processo de aproximação sucessiva, como afirmara há pouco, busquei iniciar com questões que dissessem respeito à infância dos envolvidos. Tentei fazer com que ficassem à vontade para trazer as questões dos primeiros anos de vida e pudessem falar de situações que pudessem ter influenciado suas vidas.

Assim propus a seguinte atividade: Disponibilizei papel, lápis de cor e canetas hidrográficas e solicitei que fizessem três desenhos, deixando-os à vontade para a escolha do material a ser utilizado.

A escolha da atividade do desenho se deu por acreditarmos que seria uma técnica que potencializaria o desenvolvimento da capacidade criativa dos sujeitos e propiciaria que expressassem emoções, possibilitando a objetivação de seu mundo interno e das representações inconscientes latentes. Assim entendemos que o desenho acompanhado de sua explicação posterior no grupo, poderia ser um meio facilitador para nos aproximarmos dos sentimentos e afetos desses jovens (Vygotski, 1993).

Comecei dizendo-lhes: “Eu já conheço vocês como militantes, educadores e agentes de prevenção. O objetivo destes encontros é o de explorar com vocês outras linguagens, sem racionalizações. Para tanto, sugiro que se coloquem *sempre* na primeira pessoa, que passem do “nós” para a linguagem do “eu”. Vamos explorar aqui outras expressões, como, por exemplo, músicas de *rap*, filmes, desenhos, dentre outras possibilidades’.

Solicitei um desenho por vez e achei que seria melhor não delimitar tempo. Apenas tinha como critério esperar que todos terminassem para darmos início à discussão.

Dei-lhes as seguintes instruções:

1. Pense em sua relação familiar (pai, mãe, irmãos) e desenhe a imagem que mais fortemente aparece em sua mente. Discutiremos depois.

2. Pense na forma como você foi educado para ser homem ou mulher. Desenhe a cena que mais fortemente ficou registrada em sua mente.

3. Pense em sua formação religiosa. Passe para o papel o que você imaginou.

A família

Discutimos o desenho, a cena e os sentimentos que vieram à tona. Passamos para o próximo desenho somente quando esgotamos os comentários da tarefa em questão.

No início, percebi que receberam esta atividade com certa resistência. Ficaram me olhando, e esboçaram alguns "resmungos" do tipo: "Agora você me pegou!", "O que eu posso dizer disto?", "Não sei se conseguirei", "Posso até tentar, mas não prometo nada!" No decorrer da realização da atividade, continuaram concentrados e em silêncio. Aos poucos os primeiros rabiscos, mais concentração e "franzimentos de testa".

Maria mostrou-se interessada em participar e colaborar para a realização da atividade. Trouxe seu filho de menos de dois anos, pois não tinha com quem deixá-lo.

Iniciamos a discussão do primeiro desenho e num primeiro momento imperou um clima que oscilava entre incômodo e tristeza, criando-se um cenário de muita comoção. Começava, aos poucos, a surgir os primeiros conteúdos da infância de cada um.

A esse respeito, nos reportamos ao texto intitulado *Recordar, repetir e elaborar* (Freud, 1914, 1969). Neste artigo, o autor menciona o quanto é comum no tratamento psicanalítico o paciente, ao ser indagado sobre os principais acontecimentos de sua vida, dizer com frequência que nada tem a dizer. É fato que não estamos tratando de análise, mas sabemos que tais reações não ocorrem apenas no *setting* terapêutico, uma vez que surgem em vários momentos, sem que nos apercebamos. Nesse sentido, em situações menos estruturadas, como as que lhes propus, algumas reações podem ser interpretadas como resistências ao entrar em contato com os conteúdos reprimidos (ou não admitidos). Assim, Freud sustenta que seria necessário que o sujeito deixasse emergir os aspectos que propiciariam o aparecimento das resistências inconscientes para serem trabalhados os conteúdos reprimidos, que levaram o indivíduo ao esquecimento deles.

Primeiro momento, quando da solicitação: "Pense em sua relação familiar (pai, mãe, irmãos) e desenhe a imagem que mais fortemente aparece em sua mente".

Pude observar um certo estranhamento dos sujeitos à solicitação. Num primeiro momento, me pareceu como resistência⁴¹, e na discussão, ficou claro o motivo, ao relatarem momentos dramáticos vividos na infância, no interior da vida familiar.

Em relação à família, descreveram cenas infantis da mãe chorando. O clima na família sempre muito tenso e violento, com a presença constante de agressões físicas. Muitos dos problemas estavam relacionados com o alcoolismo. Assim Maria relata:

Minha mãe bebia até álcool puro, brigava com meu pai, se batiam. Mas, apesar de todo este inferno, quem segurou tudo, do jeito que podia, sempre foi minha mãe, pois meu pai sempre foi neutro.



⁴¹ Freud empregou o termo resistência, pela primeira vez, ao se referir a Elisabeth Von R. (1893), com a palavra original “widerstand”, sendo que em alemão “wider” significa “contra”, como uma oposição ativa. Na qualidade de conceito clínico, a concepção de resistência surgiu quando Freud discutiu as suas primeiras tentativas de fazer vir à tona as lembranças “esquecidas” de suas pacientes histéricas. Descobriu que fazia parte do trabalho do analista descobrir como o paciente resiste, a que está ele resistindo e por que ele age desse modo. A causa imediata de uma resistência é sempre evitar algum afeto doloroso ligado à ansiedade, culpa ou vergonha. As resistências são repetições de todas as operações defensivas utilizadas pelo paciente em sua vida passada. Todas as variações de fenômenos psíquicos podem ser utilizados objetivando a resistência, mas, qualquer que seja sua fonte, a resistência age através do ego do paciente. Embora alguns aspectos da resistência possam ser conscientes, uma parte fundamental é realizada pelo ego inconsciente. (FREUD, S. 1916-1917) Conferência XIX – Resistência e repressão – Conferências introdutórias sobre Psicanálise, Obras psicológicas completas. 1987, V. XVI.

Houve quem tivesse sido criado pela avó, em função de a mãe ter se casado novamente. Mas, de qualquer forma, a mãe parece ser a maior referência para esses jovens.

O Manoel fez um desenho de quando tinha oito anos. Desenhou a mãe e as duas irmãs num quarto de hospital onde o pai encontrava-se internado com pneumonia. Disse que nunca havia visto o pai chorar, foi a primeira vez. Salientou que, quando solicitado a pensar numa cena, esta veio imediatamente em sua mente.

Esse fato nos chamou a atenção, pois o mesmo sujeito num outro encontro, quando problematizamos o que era dito socialmente em relação aos papéis sociais de homens e mulheres, ele disse que uma das características atribuídas aos homens, por serem considerados "mais fortes" e "corajosos", é que "não choravam". Nesse sentido, relatou-nos:

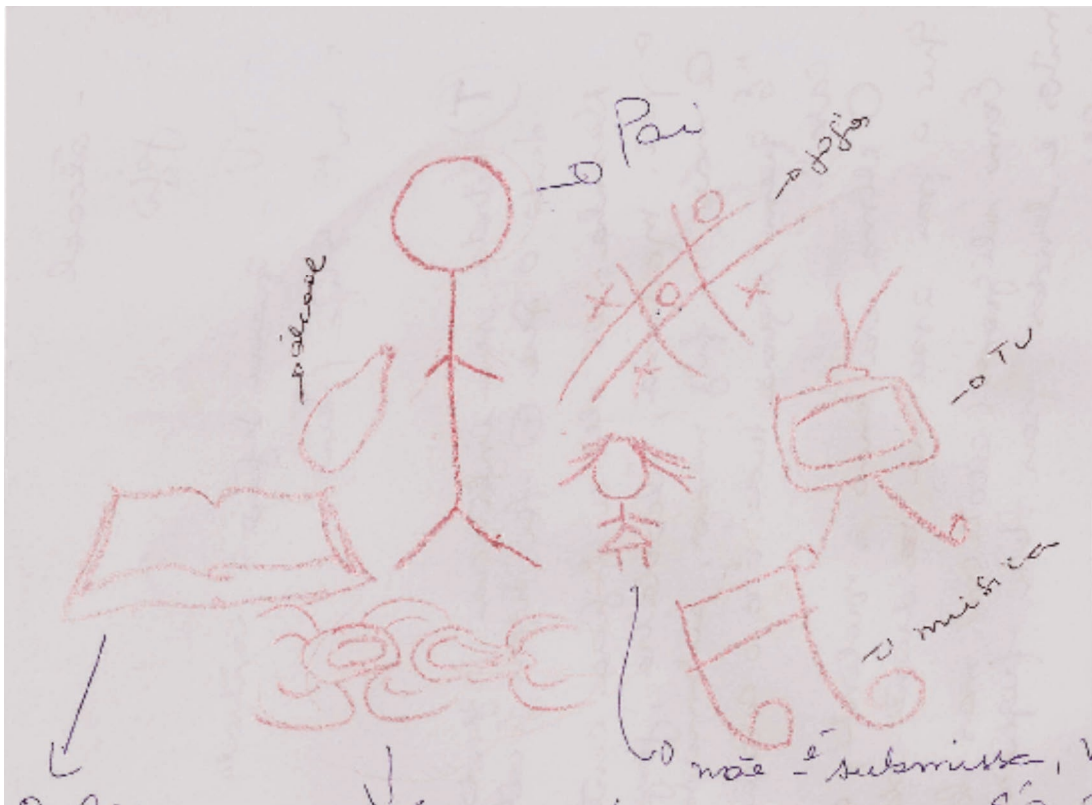
Mesmo sabendo que essas coisas são preconceitos, e que um homem não será menos ou mais por chorar, eu tenho dificuldades até hoje de mostrar emoção chorando, acho que foi por isso que eu nunca esqueci dessa cena do meu pai no hospital.

Ao desenhar a mãe, Manoel delineia apenas um rosto feminino e diz com a voz embargada: "Está é a minha mãe, minha única lembrança e referência (...) Sem minha mãe eu não seria nada. O pouco que sei da vida vem dela".



Um outro sujeito desenhou o pai (grande) e a mãe (pequena), muita música, jogos e álcool. Disse que o pai era a figura central, jogador, alcoólatra e machista, e a mãe submissa e resignada. Mesmo com esse discurso, conclui o seu relato dizendo-nos como percebia sua mãe:

Minha mãe é quem segurava tudo. Era o coração e a mente da casa.



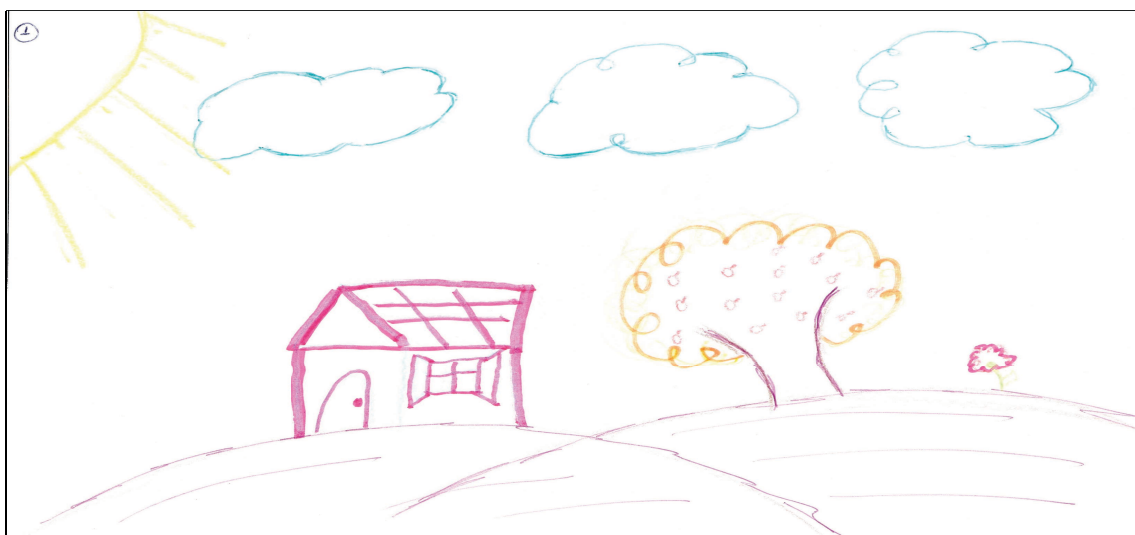
É interessante percebermos, conforme constatou Sarti (2005), em suas pesquisas, como a família, com todas as dificuldades que pudemos observar, ou seja, com a presença de muitas brigas, alcoolismo, falta de dinheiro, etc., é valorizada por todos.

Todos os entrevistados idealizavam uma família feliz, muitas vezes, a ser constituída por eles. Pedro, cuja referência é a avó, fez o seguinte desabafo, ao comentar seu desenho (uma casa, com quintal, árvores e nuvens no céu):

Eu sempre desenhei esta cena. Simboliza a família que não tive. Meu pai sumiu antes de eu nascer. Fui criado com minha avó. Minha mãe casou-se e tem mais dois filhos. Queria ter uma casa com mãe, pai e filhos. (...) Estou com uma garota que passou pelas mesmas dificuldades. Sua mãe usava drogas e não conseguia cuidar dos filhos. Ela foi criada por parentes. Nós iremos nos casar e constituiremos uma família.

Ficamos com a impressão de que por ter sido criado longe do pai e da mãe, sente necessidade de reeditar o que talvez sinta como tendo lhe faltado. Pareceu-nos que, o desejo de constituir uma família, não o deixa perceber que está inserido numa organização familiar, diferente da família idealizada de classe média, mas onde circula muito afeto entre seus membros, visto que, como pudemos observar noutros momentos, quando falava da avó, deixava transparecer muito afeto e carinho para com ela; o mesmo ocorria quando falava da mãe e dos irmãos, filhos do outro relacionamento da mãe.

Pareceu-nos que até o padrão a que se refere Costa (1981), seguindo o modelo da classe média, incluindo-se a estrutura física ideal da casa para a convivência familiar, foi reproduzida por Pedro. Como pudemos constatar no desenho feito por ele.



Outro ponto que vale registrar refere-se à figura paterna. Nenhum dos sujeitos valorizou a figura paterna como um modelo a ser seguido, mas devido à veemência da negação, nos pareceu que de fato essa figura deve ter sido importante para a constituição da personalidade desses jovens durante a infância.

Constatamos isso no desabafo de Isabel:

Meu pai não existia e não existe. Não sei dele. Aliás, quero eu cá e ele lá.

Pedro afirmou:

Oh! Cris. Não conheci meu pai, o pouco que sei, não é nada legal.

Esses momentos nos mostraram o que Pichon (1991) havia salientado, ou seja, como a tarefa grupal, embora ainda de forma embrionária, propicia o surgimento de processos inconscientes no grupo, visto que possibilita que os sujeitos evidenciem uma série de fantasias e componentes afetivos que até então não aparecera.

No caso dos jovens pesquisados, emergiram as mazelas de uma infância permeada por ambientes tensos, não raro violentos. O desejo de construir uma história, que os diferenciasse da trajetória de seus pais, foi marcante em seus discursos. Pareceu-nos que a constatação de que os pais não foram de fato o que eles (os sujeitos) esperavam, conduziu-os provavelmente a uma decepção precoce com as figuras parentais, que, em princípio, seriam os responsáveis pela formação, proteção e segurança dos mais jovens. Esse quadro, de natureza inconsciente, aparece na vontade que os envolvidos demonstram de superar os sentimentos básicos de insegurança, traduzindo-se pelo desejo de possuir uma família, "um lar"; enfim, procurando dar sentido às suas vidas por meio da construção de um projeto.

A esse respeito acompanhando os jovens, pareceu-nos que há uma contradição nesse discurso, da família que relataram como "conflituosa",

pois pudemos verificar que, em que pese os desentendimentos, a família convivia, todos iam para a igreja juntos ou para o terreiro de umbanda. As pessoas se relacionavam. Havia diversão, jogos, enfim uma vida de convivência intensa, não apenas brigas. Inclusive as pessoas que afirmaram não terem tido qualquer relação com o pai, pudemos verificar que outros membros da família (principalmente mãe e avós) desempenharam um papel importante na formação deles.

Essa reação grupal em relação à valorização dos momentos mais tensos na família predominou nos depoimentos em grupo, sem que se dessem conta disso.

Enfim, como bem constata Sarti (2005) em suas pesquisas que, diferentemente das composições familiares de outros extratos sociais, as famílias das camadas populares estabelecem suas relações em torno da localidade onde habitam, vindo a se posicionar no mundo a partir de uma concepção da ordem social tomada como de natureza moral. Assim o valor da família constitui o referencial para que seus membros se organizem e se ordenem no mundo social.

Ser homem e ser mulher

Já mobilizados, e um pouco mais à vontade, devido ao fato de terem conseguido entrar em contato com as figuras parentais internalizadas, pude introduzir a segunda solicitação. Observe-se que continuava disponibilizado na mesa o material gráfico para a confecção dos desenhos: "Pense na forma como você foi educado para ser homem ou mulher. Desenhe a cena que mais fortemente ficou registrada em sua mente".

Novamente não delimito tempo, e aguardo que terminassem. Pedro iniciou dizendo que a avó sempre foi muito "machista", poupava-o, não o deixando cozinhar e nem fazer pequenas tarefas domésticas. Mandava-o para a rua jogar bola. Relata, por exemplo, o seguinte:

Fui criado acreditando que homens podem tudo e as mulheres nem tanto. Aos poucos, fui tomando consciência dos direitos iguais, mas já com uma certa idade, com outros jovens, em discussões nas oficinas.

Aos poucos vamos repensando os preconceitos, pois na minha infância a referência era a bola, a rua, o futebol.

Já Isabel relata que vivia na rua jogando bola e empinando pipa, e que ficava muito só, pois a mãe trabalhava. Os parentes a criticavam, pois diziam que deveria brincar com bonecas. A mãe, segundo ela, era muito rígida, moralista e preconceituosa, queria que a garota fosse mais feminina, e seguisse o modelo branco de beleza. Por isso, alisava seus cabelos, como as primas faziam.

A esse respeito podemos supor o quanto esses jovens das camadas populares, em sua grande maioria negros, são "bombardeados" desde cedo, com a imposição de um modelo estético branco, tomando-o como ideal de beleza. Um ideal que se vê pautado pela predominância de imagens de pessoas de pele branca, seja nos livros didáticos, nas revistas ou na mídia televisiva, que ao circular as imagens de homens e mulheres brancos, deixam transparecer, simbolicamente, que são os "verdadeiros" ícones de beleza a serem seguidos. Assim, há de se ter uma autoestima elevada e um grande orgulho em ser negro, para conseguirem resistir e lutar contra essa hegemonia branca. Talvez busquem esse fortalecimento nos grupos de pares (ligados sobretudo ao movimento Hip-Hop), para a conservação de suas heranças e o fortalecimento étnico.

Nessa direção, Amaral em sua resenha sobre o livro do filósofo francês Christian B ethune "*Le Rap: une esth etique hors de la loi*", trata desse assunto. Nesta resenha intitulada: "O rap e o Hip-Hop: a presen ca de uma concep c o dionis ica de mundo na arte juvenil de origem afro-americana"?, a autora discorre sobre o livro, pontuando questões que nos auxiliam a entender a importância que a música vêm assumindo há décadas na luta e resistência do povo negro contra a discrimina c o racial e a opressão.

Segue em sua análise pontuando que o autor considera que em especial a cultura Hip-Hop, não apenas no Brasil, mas em vários países, vem mostrando seu grande poder de resistência, sendo utilizada como instrumento de luta dos jovens negros e excluídos.

Podemos supor, inclusive, que dentro da cultura Hip-Hop, as posses constituem espaços de discussão política relevantes e de interesse

desse movimento. Assim, se é na posse que os jovens fazem suas reflexões políticas e ideológicas, este será um local privilegiado para as discussões étnicas raciais, e para a organização da luta contra a discriminação e a opressão, que poderá favorecer o fortalecimento da juventude negra da periferia dos grandes centros urbanos.

Prosseguindo em nossa análise, identificamos na pesquisa de campo o acerto das ponderações de Pichon, quando este sustenta que só compreenderemos o ser humano se o olharmos em suas dimensões - psicossocial, sociodinâmica e institucional. Caso contrário, não poderíamos entender o depoimento de Isabel, pois ao ser indagada sobre como foi apreendendo as concepções do que é ser homem ou mulher durante o primeiros anos de vida, nos remeteu à sua história étnica, de resistência a uma cultura que "embranquece" as pessoas. Daí a importância de conhecermos a cultura popular brasileira, a forma como veio se forjando ao longo dos séculos, cujos meandros se refletem hoje nas indagações do sujeito de nossa pesquisa, mas cujas origens datam do início da colonização no Brasil.

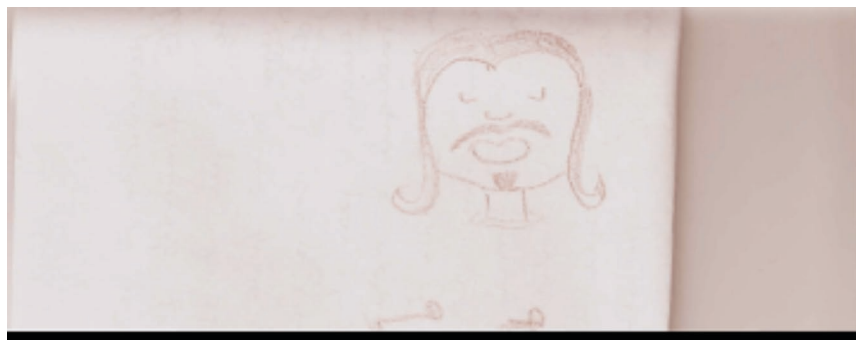
Enfim, em relação ao entendimento dos sujeitos de como foram apreendendo e internalizando o que era ser mulher e homem em nossa sociedade, parte do grupo ponderou ter aprendido na rua as questões referentes ao sexo e aos papéis sexuais. Questão que foi enfatizada no relato da jovem Maria:

Tudo que aprendi foi na rua. Fui criada na rua. Repeti o primeiro ano por não ir para a escola. (...) A relação dos meus pais não era referência para ninguém. Meus pais não conversavam sobre sexo com nenhum dos filhos. Aliás, não conversavam sobre nada. Haja visto que tenho um irmã com quatro filhos de pais diferentes, e nenhum a ajuda.

Essa agente de prevenção ressalta ainda, que os homens da família, ou seja, o pai, irmãos e sobrinhos, nunca fizeram nada dentro de casa.

João desenhou a si próprio, com um cabelo "efeminado". Diz ter feito este desenho por ter se lembrado de que aos 11 ou 12 anos tinha uma

voz um pouco fina, o que irritava profundamente o pai, que dizia: “Engrossa essa voz moleque”. Um dia ouviu o pai dizer à mãe: “Acho que esse moleque é marica”.



Relatou que ficou com tanta raiva do pai que nunca mais se esqueceu deste episódio. Na adolescência, veio a vingança. Aos 14 anos estava sozinho em sua casa com uma menina. Estavam "transando", quando percebeu a chegada em casa do pai, da mãe, da avó, da irmã e sua amiga. Todos chegando juntos de um evento. Resolveu vingar-se e continuou o que estava fazendo para que vissem. Relatou ter sido um escândalo para a família. Essa vingança custou-lhe uma surra do pai, pelo fato de a família (todas mulheres) ter presenciado tal cena. Mas reafirmou que sempre teve certeza de que o pai gostou muito do que viu, pois sabia quão machista era o pai.

Em relação à formação obtida em casa para o exercício dos papéis sexuais, todos disseram que esta se deu em meio a muitos preconceitos. Eles só puderam repensar tais preconceitos quando crescidos. Isabel assim retrata sua formação, refletindo a opinião dos outros agentes:

Não tive orientação de como ser mulher, pois acredito que nem minha mãe sabia. Assumo ter vários preconceitos ainda. Cita como exemplo sua dificuldade em aceitar a masturbação feminina. Não sabia que existia. Hoje admito que exista, mas não consigo me tocar, não sinto prazer.

Não se pode esquecer que a figura central, em parte responsável pela transmissão das concepções sobre o papel social a ser desempenhado por homens e mulheres em nossa sociedade, é a mãe. Até os garotos afirmam que não tiveram orientação do pai do que é ser homem, e sim

da mãe. Nesse sentido, sustentou um que a mãe lhe deu parâmetros, inclusive, sobre como manter uma relação respeitosa entre os gêneros:

Ela me ensinou a fazer serviço de casa e a respeitar as mulheres. Quando xinguei uma menina de galinha, minha mãe brigou comigo. Disse que era mulher e que eu tinha duas irmãs, tinha de respeitar.



No seio das famílias das camadas populares, Sarti (2005) pode observar a demarcação explícita entre os campos masculino e feminino, conferindo ao homem um lugar de autoridade que, segundo a pesquisadora, não encontrará no mundo da rua.

Faz parte do imaginário familiar a atribuição ao homem do sustento financeiro da família e à mulher, o cuidado da casa e fazer as economias necessárias: "dando um jeito" de fazer com que o pouco dinheiro dê conta de suprir as necessidades básicas. Parece-nos ainda que, mesmo quando a mulher sai para trabalhar, visando o complemento da renda familiar, esta lógica não se altera, inclusive, a educação dos filhos continua sob sua responsabilidade. Cabe a ela, a transmissão dos valores e crenças sustentadas pelo grupo familiar, sendo que esta "tentará" garantir internamente a integridade e harmonia dos seus membros. Daí a presença marcante dessa figura na infância dos sujeitos. Assim, como bem afirmou Sarti (2005), é desse modo que a autoridade feminina relaciona-se com o papel valorizado de "ser mãe".

Conforme assinalou Pichon (1991), esses sujeitos são o resultado da interação com o meio, a família, a rua, a escola, a igreja e, mais tarde, os movimentos sociais emancipatórios; em outras palavras, são fruto de uma gama de instituições, que constituem a estrutura social, em constante articulação com as fantasias inconscientes do sujeito.

Desta forma, pensar o agente de prevenção, pressupõe refletir sobre como foram sendo simbolizadas por eles essas várias orientações ao longo de suas vidas (não sem tensões, conflitos e contradições), se quisermos repensar conceitos e ressignificá-los para o nível consciente.

Nesse sentido, Herrmann (1991), em sua teoria dos campos, aponta-nos algumas possibilidades que poderão nos auxiliar. Para ele, o campo é o conjunto de determinantes ocultos que dão sentido às relações humanas, sendo a comunicação verbal apenas uma dessas determinações. Sustenta ainda que os campos do inconsciente comportam as relações que nele ocorrem e que são suportadas por ele. Esses campos estarão presentes não apenas na análise, mas também na vida do indivíduo ou da sociedade humana. Nessa direção, Pichon (1991) afirmou que é necessário conduzir o grupo no sentido que este possa vir a integrar a tarefa explícita (objetivo) com a implícita, buscando favorecer o rompimento de estruturas estereotipadas no discurso de cada um.

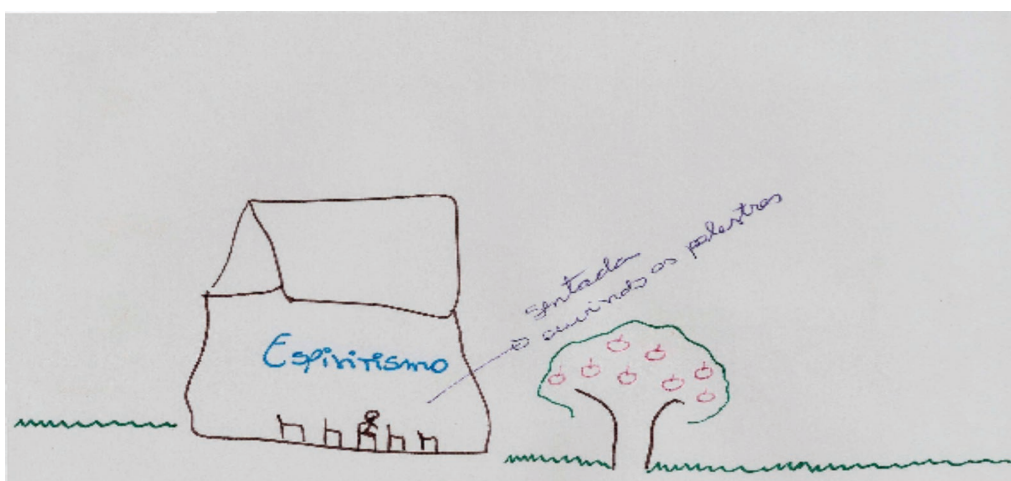
A formação religiosa

Visando ainda compreender o modo de funcionamento do grupo, e algumas de suas concepções de vida, solicitei que cada um pensasse em sua formação religiosa e desenhasse o que lhe foi mais significativo e marcante. Após o término da tarefa cada um explicou seu desenho.

Propus essa atividade baseada na crença de que culturalmente em nossa sociedade o cristianismo é muito importante. Parte significativa da população traz consigo forte herança cristã. Percebemos que ainda hoje há uma preocupação das famílias, de forma geral, em oferecer às crianças,

adolescentes e jovens alguma orientação religiosa, por serem que poderá ser um recurso que viria complementar a educação destes, contribuindo para a "formação do caráter e aquisição de bons costumes".⁴²

Assim, após o término dos desenhos, iniciamos a discussão. O grupo trouxe que a religião esteve fortemente presente em suas vidas durante a infância. A maioria era católica e espírita (kardecismo e candomblé). Alguns sujeitos retrataram nos desenhos eles assistindo palestras espíritas, outros a fachada dos locais religiosos que frequentavam. Em relação ao espiritismo, alguns disseram acreditar no espiritismo.



Já Manoel desenhou a Basílica de Nossa Senhora Aparecida. Disse que a mãe era muito católica, iam com frequência a Aparecida do Norte. Relatou ter sido batizado, feito a primeira comunhão, crisma e frequentado o

⁴² No Brasil, nas últimas décadas, houve uma grande transformação no "mercado religioso", com grande expansão do número de denominações evangélicas e o aumento de adeptos, que propõem mudanças nos padrões éticos, nas condutas sexuais e familiares, sobretudo para as classes populares, mais severas inclusive, do que as religiões associadas às éticas tradicionais do catolicismo popular ou dos cultos afro-brasileiros. Nesse sentido, embora existam diferenças entre as propostas das diversas denominações religiosas, entendemos que não poderíamos deixar de lançar um olhar reflexivo sobre a construção subjetiva da religiosidade desses jovens e a influência desta no exercício da sexualidade deles, visto que, segundo Heilborn, o pertencimento a uma religião não implica necessariamente a obediência às normas doutrinárias estabelecidas por esta, ao contrário, parece que cada vez mais as pessoas buscam apegar-se a crenças religiosas que mais se adaptam a seus estilos de vida. Desta forma, sexualidade, família e religião mantêm entre si relações de poder, hierarquia e diferentes significados sociais, que nos auxiliam na compreensão da cultura popular brasileira, sobretudo, no que se refere a seu comportamento sexual (Heilborn, M. L., *Sexualidade, Família e Ethos Religioso*, 2005).

grupo de jovens na igreja católica. Comentou ter se afastado quando começou a discutir a questão racial. A mãe, segundo ele, sempre enfatizou o orgulho de serem negros. Começou a distanciar-se da igreja quando de sua aproximação da Unegro (União dos Negros - entidade ligada ao PC do B), pois percebeu que na igreja que frequentava havia quase que exclusivamente brancos.

Segundo Maria, o período em que esteve mais centrada (o termo usado por ela foi “centralidade”), ou seja, menos ansiosa e confusa, foi quando frequentou o centro espírita. Assim relatou:

Fiquei uns cinco anos. Foi ali que eu encontrei apoio, tranqüilidade. Me trazia conforto.

Isabel contou um episódio que marcou muito sua infância em relação à religião. Disse que, um dia, a tia trancou-se no quarto em sua casa e, após algum tempo, “saiu possuída”, gritando. Uma mulher do candomblé veio para tirar o espírito da tia. Isabel disse que jamais entendeu o que aconteceu, mas nunca esqueceu o que viu. Disse ainda que, na infância, tinha medo dos espíritos, pois, segundo ela, no dia de "Cosme e Damião" quando as pessoas no bairro ofereciam doces para as crianças, alguns vizinhos amedrontavam as crianças, dizendo que as que comessem os doces seriam possuídas pelos espíritos. Na verdade Isabel, temia o fato de que algum espírito se apossasse dela. Termina seu depoimento com a seguinte afirmação:

Hoje eu acho que as religiões só enganam as pessoas. Vejo minha irmã, trambiqueira, enroladora e se diz religiosa.

Vários participantes do grupo relataram que, na medida em que iniciaram um processo de discussão no interior dos movimentos sociais, começaram a se afastar da igreja, pois relataram que puderam tomar contato com questões, como as raciais, já no início da adolescência. Segundo eles, foi quando começaram a perceber as injustiças sociais.

Assim, essa forte religiosidade presente na vida dos sujeitos, parece ser fruto da mistura de culturas na qual foi se formando o povo brasileiro, sobretudo as camadas populares. Não se pode deixar de mencionar

que desde os primórdios da colonização no Brasil, convivemos intensamente com as religiões africanas trazidas pelos escravos, que tiveram de camuflá-las para manter seus cultos. Essa repressão aos escravos partia da forte presença dos jesuítas que impuseram tanto aos negros, como aos índios, o catolicismo.

Seguindo nessa direção, o historiador Alfredo Bosi (2000) nos fornece uma análise que contribui para entendermos a forte presença da religião nas camadas mais pobres da população. O autor sustentou que as camadas populares reelaboraram o catolicismo de forma criativa, como fator de resistência à imposição religiosa dos jesuítas portugueses. Diz ele que a religiosidade transpareceu nos poemas imbricada com a realidade popular, ressignificando elementos trazidos por eles, cujo objetivo era o de manter sua tradição.

Segue o autor sustentando que essa mistura de culturas, desde o Brasil colonial, não era linear e nem homogênea, ao contrário, apresentava-se conflituosa, uma vez que os jesuítas impuseram seus costumes e, sobretudo, a religião, com um alto grau de violência, aos índios e negros. Assim, não é de se estranhar que a religião apareça na vida dos sujeitos, em que pese toda a formação política, como resultado dessa forte herança de nossos antepassados.



João mostrou, neste desenho, como vê a religião hoje: O dedo inquisidor da religião, depois do início do processo de discussão nos movimentos sociais.

Cumpramos destacar que os jovens envolvidos na pesquisa se definem como “marxistas”, mas, como pudemos verificar, com Holanda (1999) e Schwarz (1997 e 2000), a formação dos nossos costumes e ideário, desde o Brasil Colônia, se deu num constante “rearranjo de idéias” em nosso território. Isto possibilitou a convivência de ideais diversos, permitindo, por exemplo, a combinação de uma ideologia que nega dogmas e deuses e defende uma sociedade sem classes sociais, como a teoria marxista, com a crença em entidades “espirituais” que, também se acredita, poderão auxiliar na melhoria de “vida dos injustiçados”.

A inserção social

Continuando nossa análise e procurando conhecer os agentes de prevenção nos seus diferentes aspectos, selecionamos alguns textos e apresentamos a eles, um por vez, em forma de fichas.

Pretendia verificar como percebiam suas oportunidades e possibilidades pela via do trabalho, dos estudos e de outros suportes que a comunidade pudesse oferecer. Buscava ainda entender como vislumbravam suas perspectivas e projetos de futuro.

Assim, após a apresentação das fichas (uma para cada um), solicitei que refletissem e se posicionassem diante delas. A atividade foi acompanhada das seguintes instruções: “Leia as afirmações abaixo e nos diga o quanto você sente-se identificado com elas”.

1. A ausência de mobilidade social está no centro das questões juvenis. Particularmente os jovens pobres já não crêem mais no mito da escolaridade, deixando de acreditar até que a escola seja garantia de emprego (Maria Isabel Mendes de Almeida e Fernanda Eugênio, em *Culturas jovens – Novos mapas do afeto*, 2006).

Esta afirmação mobilizou os sujeitos, pois tratava de uma questão muito próxima da situação vivida por eles, uma vez que lutam diariamente pela sobrevivência, sem muito planejamento futuro. Fizeram críticas contundentes à sociedade capitalista, afirmando a todo instante o que chamaram de “venda de sonhos”, que iludia os jovens dizendo que, se eles estudassem e se esforçassem, alcançariam a mobilidade social.

O que ficou patente nas falas foi o total descrédito que revelaram em relação às possibilidades de uma vida futura melhor. Percebemos, inclusive, uma grande revolta diante da situação atual dos jovens pobres da periferia.

Dayrell (2002), em suas pesquisas, também constatou que os jovens pobres da periferia percebem que viver a juventude não é preparar-se para o futuro. Para eles é o presente que está em pauta. Segue afirmando que esses jovens estão mergulhados no presente, o tempo localiza-se no aqui e agora. Daí viver o instante, tirando dele o máximo de prazer, diversão, trocas afetivas, relações amorosas, por mais angústias e incertezas que venham junto com esses momentos fugazes, de luta pela sobrevivência. Assim, Dayrell afirmou que os jovens centram-se no presente e vão se construindo como tais, não acreditando num futuro que aponte para uma realidade mais favorável.

Em relação a esse tema, assim se expressa Maria:

Hoje o futuro não é visto pela juventude como algo distante, amanhã, o futuro está aqui, hoje, por isso pouco importa quais sejam as consequências. Os jovens da classe proletária estão sem perspectivas futuras, não levam nem mesmo a escola a sério.

Os posicionamentos adotados pelos jovens mostraram descrença no cenário político atual e a certeza de que suas chances seriam mínimas em virtude da falta de oportunidades que visualizavam com nitidez, em face da dura realidade vivenciada por eles. Referiam-se à escola como um espaço de “promoção da exclusão” que não contribuía (como acreditam ainda hoje) para a formação dos jovens da periferia.

Nesse sentido, ouvimos os seguintes relatos, em que pudemos constatar o quanto se sentiam implicados e até mesmo afrontados pela falta de oportunidades de inserção social pela via da educação e do trabalho:

Hoje em dia ter concluído o ensino médio não quer dizer nada, pois isso não basta pra você conseguir um bom emprego, ou simplesmente um emprego, até mesmo fazendo faculdade não quer dizer que você consiga o tão almejado e precioso emprego.

Outro desabafa:

Já não crêem... Será que já o fizeram? A escola sendo historicamente exclusão à formação de plenos cidadãos, onde essa instituição burguesa intelecto-alienante, não contempla, nem, de fato, nunca contemplou, as camadas populares. Já não me suporta (se é que suportou alguém descendente de escravos), essa idéia de escola: termina = "diploma" = trabalho = estabilidade, o problema é que ninguém cai mais nessa.

Alguém completa:

Nem a escola hoje sustenta mais a utopia do emprego quando houver o término do ensino escolar. Entretanto, é necessário comer, beber, se vestir e mesmo fora do mercado de trabalho, dito legal, é preciso ter dinheiro, o crime é uma das soluções rápidas e eficazes, mas o jovem que está no crime é o menos culpado, pois o maior culpado é o sistema que cria o fetiche e, assim, conseqüentemente, um consumismo incessante que acaba deixando de lado a essência humana.

A esse respeito Lipovetsky (1983) afirma que esse descrédito dos jovens deveu-se também ao surgimento do que chamou de sociedade hipermoderna, a partir de 1960. Foi-se configurando um quadro em que os limites foram desaparecendo, e novas regras e normas foram instituídas,

criando fronteiras e barreiras de acesso a grande parcela da sociedade. Triunfou o mercado, restando apenas ambição e individualismo.

O filósofo avalia que esse estado de coisas fez desaparecer a crença no futuro. Segue afirmando que deixamos de ser uma sociedade do presente *versus* passado e, sim, do presente *versus* presente, e, assim como afirmaram os jovens pesquisados, há grande inquietude em relação às escolas, diplomas e títulos. Como vimos, os jovens pouco acreditam na eficácia dessas possibilidades de melhoria de vida, tendo clareza sobre a forma perversa de inserção social que lhes resta.

Quando lhes foi apresentado o segundo texto:

2. Diante de um mercado de trabalho tão precário, restritivo e em constante mudança, o jovem fica com receio de sobrar, com medo de morrer ou mesmo com medo do futuro. É aí que se associam as idéias de desemprego e de violência. Salienta que, ao mesmo tempo em que se amplia a expectativa de vida da população em geral, está presente no imaginário social a idéia de uma maior vulnerabilidade do jovem, sobretudo de baixa renda (Amaral, 2007).

Neste texto ressaltaram que a vulnerabilidade ocorria pela falta de infra-estrutura social que lhes garantisse uma sobrevivência digna mínima. Diziam ainda que, em decorrência desta falta de retaguarda, não teriam nunca acesso a uma experiência para ingressar no mercado do trabalho.

Vejamos pelo relato abaixo, como se sentem no mais completo desamparo, dependendo, muitas vezes, dos poucos recursos de seus familiares:

A vulnerabilidade se dá pela falta dos meios necessários, é tudo muito precário, a saúde é uma merda; a educação é muito deprimente; moradia é complicado, muitos trabalhadores pagam aluguel, muitos estão desempregados, e como pagarão o aluguel? Só um exemplo! Muitos moram na rua; não tem lazer para quem mora na periferia... Muitos jovens hoje em dia só conseguem sobreviver com a ajuda de um dos seus familiares que trabalha ou que tem uma aposentadoria,

sem isso estariam na vida do crime como acontece com muitos que não tiveram a mesma sorte. Mas se um dia essa pessoa que te ajuda faltar?

Maria nos trouxe a seguinte opinião:

"O mercado de trabalho é excludente e desigual, propícia a falta de perspectiva na juventude, que já não se vê capaz de vencer na vida, e o que fazer se não temos a experiência profissional que o mercado exige, e nem a formação necessária?"

Em relação à violência, fica explícito que, na opinião do grupo, violenta é a vida deles como um todo. Observamos, ainda, que o grupo avalia que o limite entre uma "vida socialmente aceita" e a "vida do crime", para os jovens moradores da periferia, é tênue. Acreditam também que os "mais politizados" estariam menos vulneráveis, ou seja, aqueles mais conscientes das injustiças sociais teriam condições de reunir elementos para uma análise social mais crítica das razões de tanta exploração.

Propusemos, em seguida, uma discussão sobre a seguinte afirmação:

3. Os empregos disponíveis são temporários, de curta duração, exigindo dos jovens uma flexibilidade muito grande para a sua inserção. Esta questão da inserção no mundo do trabalho tem sido motivo de muitos conflitos familiares, uma vez que os pais não compreendem esse mundo volátil ao qual o jovem se vê obrigado a se adaptar (Amaral, 2007).

Com relação a esta afirmação, todos enfatizaram que, em virtude da necessidade de sobrevivência, eles se submetiam (embora saibamos não permanecerem muito tempo) a qualquer tipo de emprego em troca de salários pífios. Seguiram dizendo que a cobrança familiar pesava demais no momento de aceitarem qualquer tipo de emprego.

Vale dizer que a cobrança reside no fato de que normalmente no seio da família há pessoas desempregadas e a renda familiar não garante a cobertura das despesas básicas da casa.

Assim, o grupo relatou a pressão familiar e os consequentes conflitos por não conseguir uma colocação no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que percebia (e concordava) que, para os demais elementos da casa, não restava outra alternativa para a manutenção dos compromissos demandados por uma casa (alimentação, água, luz, aluguel, etc.) sem a ajuda financeira dos mais jovens.

Outro ponto que não podemos deixar de destacar foi o fato de o grupo, em todos os momentos, lembrar que essa situação de miséria e penúria foi criada, e é de total responsabilidade, da “sociedade capitalista”, demonstrando, assim, um discurso engajado politicamente.

Vejamos este relato:

Com a necessidade da sobrevivência nos vemos de frente com a adaptação forçada em troca de um salário para atender as cobranças familiares e as necessidades básicas do jovem. Levando em consideração que o salário mencionado não é suficiente para pagar as contas, a partir de uma fase da vida, nós jovens, temos que assumir uma parte das obrigações da casa, gerando conflitos familiares, mais cobranças e menos interesse por parte dos pais em questionar e tentar entender essa situação que nós jovens somos submetidos para sobreviver nesse sistema. Com os meios de produção nas mãos do capital, a cada momento somos brutalmente forçados a fazer o que não queremos para ter o que precisamos. Concluo, assim, que é impossível alcançar a felicidade enquanto esta situação estiver imposta e escancarada aos nossos olhos.

Isabel resume o sentimento do grupo:

Os familiares não entendem isso, culpam os filhos por não arrumar um emprego. Na minha época, eu comecei a trabalhar com 12 anos, mas naquela época não precisava de experiência de um ano de carteira assinada; como você vai ter um ano de carteira assinada se

você nunca trabalhou? E as pessoas não entendem isso, a lógica do capital.

O que nos chamou a atenção nos encontros foi a grande inquietação desses jovens com a situação financeira da família e a responsabilidade que pesa sobre eles de buscar soluções para os problemas. Havia uma preocupação constante, e até alguma frustração presente, no sentido de tentar ajudar a mãe e tentar retribuir um pouco de todo o esforço e sofrimento que os pais passaram para criá-los.

Sarti (2005) constatou, em suas pesquisas com populações de camadas populares, que os papéis familiares complementam-se e se solidarizam, no sentido de se ajudarem, repartindo o pouco que possuem. Vale observar que essas formas de auxílio apareceram muito no grupo; ou seja, é comum terem um evento ou uma atividade de lazer, e não possuírem o dinheiro para a locomoção. Assim, pagar um lanche ou "livrar a condução" para garantir que todos cheguem a um determinado evento é comum entre esses jovens.

Aqui podemos registrar que, apesar de os jovens terem relatado com frequência que o ambiente familiar era tenso e conflituoso, ficamos com a impressão que a estrutura familiar no interior da qual foram educados, garantiu a eles um núcleo coerente de formação moral (caráter), pois, com todas as dificuldades financeiras que tiveram desde a infância, optaram pela via da denúncia e da luta por uma sociedade mais justa, mesmo convivendo no cotidiano com o tráfico e o mundo da contravenção.

Pareceu-nos, inclusive, que seria pouco provável que viessem a sucumbir e ceder à pressão deste mercado "aparentemente mais fácil", e nesse sentido, mesmo que indiretamente, buscam retribuir de alguma forma o esforço desses parentes, principalmente por parte da figura materna, quando vão à busca de um trabalho que propicie maior conforto para os que vivem na casa. Desta forma, melhorar a situação financeira familiar, principalmente, buscando dar maior conforto para a mãe, nos fez pensar que possuíam uma estrutura familiar e redes sociais entre a comunidade, bem mais sólidas do que percebemos à primeira vista.

A postura de denúncia em relação à exclusão e à discriminação, diante da ausência de políticas públicas que compensassem a falta de acesso aos bens mínimos de consumo para uma vida digna, aliado à sua luta diária para continuar estudando, o esforço para conseguir um emprego, a forte determinação em se manter longe das drogas, do álcool, mostraram que embora lutadores e engajados, a situação enfrentada por eles e a comunidade não era nada fácil.

Após a avaliação que fizeram da escola, do mercado de trabalho e das oportunidades futuras, apresentei-lhes um último texto, que visava entender como avaliavam o suporte dado pelo terceiro setor, visto que nos bairros onde residem há dezenas de projetos financiados por organizações-não-governamentais voltados para os jovens pobres.

O texto apresentado foi o seguinte:

4. Mas há hoje um outro índice que é levado em consideração para se avaliar o grau de vulnerabilidade juvenil que é sua participação em projetos. Até mesmo a referência ao lugar onde mora, utilizando-se do termo comunidade e não favela por considerar esta última estigmatizante, tem relação com o modo como o jovem assimila a linguagem dos projetos comunitários para se referir às suas origens sociais. A participação em tais projetos efetivamente amplia o campo de negociação desses jovens com a realidade, abrindo-lhes caminhos para a sua inserção social (Amaral, 2007).

O grupo foi unânime em afirmar que a participação em projetos sociais é importante, mas que em si, sem outras formas de políticas públicas (governamentais), não resolve os problemas da juventude de camadas populares, uma vez que a questão não era do jovem individualmente falando, e, sim, uma questão oriunda da estrutura social, e era esta que deveria ser mudada.

Adotando sempre posicionamentos críticos, disseram-nos que havia boas propostas, mas que poucas se efetivavam, pois seguiram afirmando que os jovens das camadas populares entravam nos projetos, de antemão, como “pobres e necessitados de tudo”. Nesse sentido, o que se lhes oferecia era pouco diante das demandas desta parcela da população.

Nesse sentido, confirmam as constatações de Abramo (1997), quando esta afirma que tanto as políticas públicas governamentais, como as iniciativas de programas voltados à juventude promovidos por organizações não-governamentais e associações beneficentes, sempre apontavam o jovem como “carente”, em risco social ou desvantagem social. Desta forma, tais programas teriam como objetivos, “ressocializar” e suprir suas necessidades, propondo atividades esportivas ou ocupacionais.

Chegaram às mesmas conclusões, em 2003, Sposito e Carrano, quando do levantamento realizado em nível federal sobre as ações voltadas para este segmento populacional no período de 1995-2002 no país. Ressaltaram que os programas priorizavam, a partir da década de 1990, a dos jovens em situação de “risco social”, buscando superar suas dificuldades, tirá-los da rua e ocupá-los.

Enfim, os sujeitos entrevistados chegaram às conclusões que os pesquisadores citados no presente trabalho, ou seja, em que pesem os esforços para a melhoria da qualidade de vida da juventude da periferia, pudemos constatar que eles avaliaram que nada se alterou, ao contrário, acreditam que o modelo econômico adotado tem gerado mais exclusão, estigmatização e preconceito.

Vale destacar que o grupo sempre elegeu como prioridade a participação do jovem na comunidade, pois, segundo eles, quando se envolviam, começavam a perceber coisas que antes não lhes chamavam a atenção. De acordo com eles, a participação à qual estavam se referindo não era necessariamente relativa a uma ONG, mas passava por movimentos sociais autônomos. Ou seja, enfatizavam a necessidade de as crianças e de os adolescentes terem na comunidade o que chamavam de “referências positivas” onde pudessem se espelhar.

Assim entende Maria:

Por isso, é de extrema importância a participação de grupos como o Força Ativa na comunidade, para que esses jovens peguem como referência a identificação de pessoas que estão lado a lado.

O relato abaixo reflete essa forma de pensar do grupo:

As pessoas quando fazem parte de algum movimento social passam a ter uma visão mais crítica em relação às coisas, participam de palestras; de debates; e dão a sua contribuição. Os jovens aprendem a reivindicar aquilo que eles acham que é certo (que seus direitos sejam garantidos, por exemplo) ou criticar aquilo que eles acham que é errado. O movimento, ou projeto social, serve para potencializar o lado crítico participativo, social, humanitário talvez, e porque não, revolucionário.

Outro depoimento nos dá a dimensão da visão do grupo sobre esses projetos, movimentos sociais e, principalmente, sobre algo que está muito em voga no momento que é o "protagonismo do jovem":

Tudo é projeto, né? Tudo vira número, estatística e o jovem que na adolescência colocou seu nome numa lista de alguma ONG de merda pra sempre está "contemplado", como se fosse a solução para todos os problemas do capitalismo. Olha, favela é favela, e o saneamento básico é extremamente péssimo! (nem tem). Tem uma parada que só quem morou/mora ou pelo menos já esteve no meio de uma favela sabe do que estou falando. Na boa, esses(as) favelólogos/perifólogos não tem a devida compreensão do que é o fato. Não sou contra o jovem participar de projetos, a questão é que eu acredito que o protagonismo é limitado frente às suas atribuições, não questionadora e não participadora, é a anulação da falta da ação militante/engajada nas questões sociais.

Foi muito interessante observar a clareza desses jovens em relação à sua inserção social desfavorável. Eles percebem, e até se rebelam contra, a escola, avaliando-a como uma instituição que pouco contribui para a formação do jovem pobre. Em relação ao trabalho, entendem que, por pior que sejam as ocupações e os salários, precisam dele para a complementação da renda familiar. E, por último, dirigem sérias críticas ao "protagonismo juvenil" com lucidez e clareza, aliás, com as críticas e cuidados, que sempre nos

pautamos quando propúnhamos estratégias de intervenção e participação dos jovens no cotidiano.

Em nossa dissertação de mestrado (2003), assim como Souza (2006), chegamos a conclusões semelhantes, ou seja, as ações, governamentais e não governamentais, voltadas para a juventude pobre, deixam de ver o jovem como “em risco social” e “um problema em potencial”, para encará-lo como “solução”.

Talvez encontremos aí mais uma armadilha, que os gestores públicos e técnicos, com as melhores intenções, novamente recaíram, pois ao nos reportarmos às diretrizes do Ministério da Saúde veremos que a proposta era de que os jovens viessem a elaborar planos de trabalho, incluindo nestes, ações culturais e materiais educativos específicos, para que atuassem na comunidade junto à população juvenil com ações de prevenção às DST/AIDS, ou seja, não seria um “simples executor de tarefas”.

Nessa direção Souza (2006), analisando documentos internacionais das organizações não-governamentais, bem como documentos da academia, concluiu que ao elegerem como foco de seus investimentos a integração social da juventude pobre, diante da constatação de que esses jovens não estavam sendo assimilados pelo mercado, e para evitar que “delinquissem”, criaram o “protagonismo juvenil”.

Uma abordagem que consistiria na elaboração de políticas com e para a juventude, visando tirar o jovem pobre da periferia da condição de exclusão em que se encontrava, dando-lhe apoio para a superação de suas dificuldades e entraves, apontando para um futuro menos dramático, em troca de uma “retribuição” à sociedade (que seria dada, claro, pelo jovem pobre e excluído, mas com garra para engajar novos jovens a sair dessa condição).

Daí entendermos ser mais uma armadilha apontada para a juventude, como afirmamos acima, visto que, o jovem ao surgir como força positiva, passa a ser um recurso humano importante a ser explorado quando da formulação de políticas públicas. Dessa forma, Souza preocupada com os rumos dessas propostas, dirá que a idéia de participação apontava mais para a passividade e a gratidão pelos benefícios concedidos, do que por uma efetiva participação. Assim, a retribuição viria em função da “dívida” concedida pelo mundo adulto, que nos pareceu continuar tendo dificuldades de conceber o

jovem como sujeito, capaz de planejar e executar ações voltadas para seus pares.

Entendemos que é preciso problematizar e refletir criticamente sobre essas "novas propostas", em função do risco que se pode incorrer de recair em "novas falácias". Assim, consideramos que esta proposta (do protagonismo juvenil) trouxe avanços em relação à forma como a sociedade concebia a juventude pobre de nosso país. Mas é preciso reconhecer que, nessa proposta, houve apenas uma mudança na estratégia, pois no fundo, os jovens das camadas populares continuam sendo vistos com aquele olhar que prioriza a falta e a carência, e o jovem, na verdade, continua sendo visto como "o coitado".

Continuando a construir um método de aproximação da subjetividade de jovens lideranças...

Gostaria aqui de trazer alguns relatos obtidos em uma oficina de sexualidade⁴³ feita com outros jovens, lideranças na região, da qual também participaram os sujeitos de nossa pesquisa, com o intuito de conferir maior amplitude à discussão empreendida até o momento.

Após um breve intervalo em nossos encontros devido à dificuldade de reunir os jovens da pesquisa, como mencionei acima, conseguimos marcar a oficina de sexualidade, atendendo à solicitação daqueles jovens, também moradores da Zona Leste. Estes vinham em busca de mais informações sobre os temas ligados à sexualidade e ao enfrentamento das DST/Aids.

Convidei os agentes de prevenção para coordenarem comigo a oficina, já que contavam com alguma bagagem e acúmulo tanto sobre a discussão dos referidos temas, como no manejo e coordenação de grupos juvenis.

⁴³ Essas oficinas são compostas por 5 encontros, com dinâmicas grupais diversas, nas quais se discutem os seguintes temas: o que é ser adolescente, vulnerabilidade à gravidez, DST e AIDS, sexualidade, corpo erótico x corpo reprodutivo, papel social, papéis sexuais, identidade sexual, drogas, dentre outros temas.

Reunimos 18 jovens moradores dos seguintes bairros localizados no extremo leste da cidade de São Paulo: Cidade Tiradentes, Guaianases, São Mateus, Vila Progresso, Cohab II, Jardim Paranaguá. Esses encontros ocorreram na sala de reuniões de um serviço especializado em DST/AIDS localizado também na região leste.

Cumpramos observar que os jovens que participaram desta oficina não conheciam os agentes de prevenção, com os quais foram estreitando o vínculo no decorrer da oficina, que contou com cinco encontros.⁴⁴

Após algumas dinâmicas de apresentação, o grupo encontrava-se entrosado e à vontade. Brincavam muito. Neste clima festivo, propusemos a seguinte dinâmica: dividimos o grupo em quatro subgrupos (grupos compostos apenas de homens e grupos constituídos por mulheres) e solicitamos que discutissem “as vantagens e desvantagens de ser homem ou mulher em nossa sociedade”. Distribuímos cartolinas e caneta hidrocor. Após a discussão, escreveram em cartazes a conclusão do debate. Trabalhamos as relações de gênero. Neste encontro, os jovens se posicionaram sobre os papéis sexuais e sociais, sobretudo, o que se espera de homens e mulheres em nossa sociedade.

Após uma hora de discussão, com direito a brigas, reclamações e gritos entre as mulheres e os homens que integravam os subgrupos, abrimos o debate. Cada subgrupo trouxe os cartazes nos quais registraram o resultado de suas discussões. As mulheres pareciam mais “irritadas” por se sentirem com mais desvantagens do que vantagens; denunciavam o tempo todo que os homens gozavam de uma vida melhor, pois diziam que eles possuíam uma carga menor de responsabilidades em todos os sentidos, inclusive, no que dizia respeito aos trabalhos domésticos e no cuidado com os filhos. Percebíamos que, embora verbalmente os homens tentassem minimizar o clima de rivalidade, afirmando que não era bem assim, na verdade, eles destacavam que de fato havia mais vantagens em ser homem do que ser mulher em nossa sociedade.

Como uma demonstração de como, independentemente da idade e da consciência política, somos atingidos por preconceitos enraizados

⁴⁴ A oficina não será alvo de análise, apenas destacaremos dos encontros as intervenções que dizem respeito aos jovens pesquisados.

há muitos séculos em nossa cultura, cito algumas frases que atribuíam ao homem a liberdade (adstrita ao sexo masculino) de poderem ser:

moleque "piranha" (no sentido que podem ficar com quantas garotas quiserem sem o risco de ficarem "mal falados") ou " não ser o sexo frágil (não choram à toa).

Afirmaram, ainda, que de fato, as mulheres são mais sensíveis e emotivas e que, por isso choram mais, mas não são tão práticas e objetivas como os homens, pois rodeiam muito para falar o que pensam. Ficam muito presas aos sentimentos.

Observando os sujeitos da pesquisa pudemos verificar que, embora não tenham sido os maiores defensores destas afirmações, nada fizeram para contestá-las; ao contrário, percebíamos que ao notarem a raiva das meninas, riam e, mesmo sem falar, mostravam-se, pela via da brincadeira e dos chistes, em concordância com a posição dos garotos. Essa forma de reação, frente à irritação das meninas e o concomitante desdém dos meninos, nos remeteu às considerações de Freud (1905) em relação à sexualidade infantil e ao incômodo dos meninos quando vêem pela primeira vez o genital da menina. Num primeiro momento, dirá o autor, o menino mostrará pouco interesse, ficará indeciso, recusará sua percepção, enfraquecendo-a.

Somente quando perceber que, de fato, a menina não possui um pênis, é que a ameaça de castração se instalará, e essa cena passará a ser significativa para ele. A recordação ou reedição do fato trarão receio e angústia e o levará a crer na realidade que até então negara. Assim, frente a esse contexto, segundo o autor, o menino poderá apresentar reações que determinarão sua relação com as mulheres: de aversão à criatura mutilada, menosprezo ou zombaria. Talvez o grupo tenha atualizado seus temores infantis, daí ter reagido com risos e "piadinhas maldosas".

A harmonia do grupo durou pouco, pois no momento seguinte, houve a fala de um menino, que gerou muita "revolta" por parte das meninas, uma vez que afirmara: "Deus é homem e a mulher veio de nossa costela".

A esse respeito, podemos pensar que, por mais que tenha se colocado como uma "provocação", tal afirmação apareceu entre os jovens

do sexo masculino. Por que será que lembraram que a entidade máxima, suprema, criadora do “céu e da terra” era um homem? Essa afirmação tão contundente mais uma vez nos remete às considerações freudianas sobre o temor masculino da castração.

Na outra parte da dinâmica, os jovens do sexo masculino, reforçaram em suas falas o que Weeks (1999) pontuou em relação ao poder masculino. A autora sustentou que este, historicamente, vem definindo o padrão de sexualidade feminina a ser seguido. Mas cabe ressaltar que os jovens colocaram, como uma desvantagem para eles, terem que "ser máquina de fazer sexo", pois essa é ainda a grande cobrança da sociedade. Mostram algum temor que elas contem para as outras garotas que não foram "bons na cama".

Nessa direção, os jovens do sexo masculino pontuaram outros valores que sentem como cobranças sociais com as quais têm que conviver. Tais valores reforçam o que Sarti (2005) constatou em suas pesquisas com a população jovem e pobre, ou seja, que os jovens do sexo masculino sustentam valores, como ter que ser sempre “valentões”, e mostrar que são fortes, que nada temem, não podendo chorar, uma vez que seriam sinais de fraqueza. Da mesma forma, não se deixar dominar pelas mulheres, para não perder o respeito na comunidade. São questões presentes no cotidiano desses jovens, permeando o imaginário do grupo (em sua horizontalidade) e orientando suas condutas de forma inconsciente (na sua verticalidade).

Camargo (2004) sustentou na conclusão de sua pesquisa, que quando a paixão se instala, baixa-se a "guarda" e as mulheres ainda reagem movidas por um sentimentalismo que remonta há séculos. Entretanto, quando as jovens começaram a dizer das vantagens de ser mulheres, a falar da gravidez planejada, contrapondo-se, inclusive, às constatações de Camargo quando se refere ao amor romântico. O fato de sustentarem que havia espaço para se "planejar" uma gravidez, pareceu-nos mais o conteúdo manifesto de seus discursos, uma vez que difere bastante das afirmações feitas na oficina.

As meninas quando falaram das vantagens de ser mulheres se percebem com mais "força de vontade" que os homens, acreditando que de fato são mais esforçadas em todas as áreas da vida, concluindo: os homens são mais folgados e menos maduros (acreditam que os homens apresentam

comportamentos tidos "levianos" por serem mais imaturos em relação à mesma idade da mulher)". Sentem-se mais fortes, pois segundo elas, os homens apresentam menor capacidade de suportar dores. Disseram ser, de fato, mais sensíveis, pois estão mais atentas ao sofrimento alheio e mais abertas ao auxílio e solidariedade.

Desta forma, o que vamos percebendo durante esse processo, é o acirramento das contradições, as garotas se vangloriavam por se sentir detentoras de qualidades, como mais esforçadas, mais solidárias, e mais preparadas para enfrentar as agruras e sofrimentos do cotidiano; em contrapartida, não perceberam que os meninos avaliaram que essas características acabavam por trazer ainda mais vantagens para eles. Daí a afirmação: "os homens são sempre mais folgados", ser uma afirmação que ambos os sexos sustentaram.

Sob esse prisma nos reportamos à pesquisa de Camargo (2004), com mulheres de um serviço especializado em DST/AIDS que atende à população de baixa renda no município de São Paulo. A pesquisadora buscou construir um espaço de escuta e reflexão sobre o universo feminino no que dizia respeito aos seus relacionamentos sexuais. Procurou perceber como essas mulheres entendiam o sexo, o desejo, o prazer e como se posicionavam em suas relações afetivas.

A autora observou que o que estava em jogo eram dimensões culturais fortemente enraizadas no imaginário das mulheres, que fazem com que se coloquem sempre no papel de cuidar, servir e ceder, independentemente da situação. Vale registrar, que seu universo de pesquisa era composto por mulheres HIV positivas. A pesquisa verificou que quando as mulheres descobriam que seus maridos eram portadores do vírus HIV, continuavam ao lado desses, dedicando-se e investindo em cuidados, visando a melhoria da saúde deles, sendo que seus parceiros esperavam por essa dedicação e cuidados. Ao passo que, quando ocorria o contrário, ou seja, quando eles descobriam a soropositividade das parceiras, na maioria das vezes, acusavam-nas de infidelidade, não raro, abandonando-as.

Essa questão da responsabilidade no cuidado com o outro recair sobre as mulheres foi um tema recorrente de debate.

Na sequência, as meninas do grupo quando apresentavam seus cartazes e justificativas das desvantagens de terem nascido mulher, falavam em primeiro lugar da gravidez indesejada, não problematizando em nenhum momento a responsabilização também do homem. Paradoxalmente, a segunda desvantagem, diziam elas, seria o machismo, o preconceito (dizem que são mais vítimas deste do que os homens) e o apelo sexual (as propagandas usam sempre a mulher para vender mais). Foram unânimes em dizer que sofriam, sobretudo, com o machismo.

Essas afirmações nos deram a impressão que mais uma contradição aflorou no grupo, sem que percebessem, pois ao falarem de uma gravidez sem planejamento, em nenhum momento problematizavam a parcela de responsabilidade dos homens nessa situação. Assim, com esse posicionamento, não estariam reforçando o machismo e a opressão de gênero, ao atribuir às mulheres a responsabilidade da prevenção de uma gravidez indesejada?

Por fim, referiram-se à sensibilidade. Esta característica dividiu o grupo: parte do grupo (as mulheres) disse que esta característica poderia ser vantajosa em alguns momentos, e desvantajosa, em outros. Disseram que o fato de poderem externar os seus sentimentos sem cobranças do meio, por um lado, conferia-lhes uma maior liberdade por não necessitar reprimi-los, mas por outro, avaliaram que, no imaginário social, também são taxadas de mais "moles" e "sem ação" nos momentos de tomada de decisão, em que se exigiria um posicionamento mais prático e racional, características atribuídas aos homens.

A esse respeito, entendemos que seria importante refletirmos sobre alguns dados da pesquisa de Goldenberg (2006). A autora vem há mais de uma década discutindo o sofrimento masculino. Diz a pesquisadora que, de acordo com os resultados de grande parte de suas investigações, parece que apenas as mulheres sofrem em nossa sociedade. Em sua pesquisa com jovens das camadas médias urbanas cariocas (1998-2000), visou estudar os comportamentos sexuais dos jovens do sexo masculino e discutir as diferenças de gênero.

Assim relatou Goldenberg, sobre as declarações das mulheres:

Sofrem porque são as outras, sofrem porque são traídas, sofrem porque "falta homem no mercado", sofrem porque os homens não são românticos e sensíveis, sofrem porque eles não gostam de "discutir a relação", sofrem porque investem muito na relação amorosa, sofrem porque são obrigadas a ter uma dupla jornada, sofrem porque precisam ser magras, belas e jovens (Goldenberg, 2006, *in*: Almeida e Eugênio, p. 27).

Sustenta, ainda, que, em quase todos os seus estudos, a mulher aparece como a única vítima, e os homens como sendo os culpados pelo sofrimento delas. Nesse sentido, buscou verificar o lugar do sofrimento masculino em nossa sociedade. Já em suas primeiras conclusões afirmou que o sofrimento masculino é velado, pois pode observar que há entre os homens grande preocupação, sobretudo dos jovens, com altura, força física, virilidade e tamanho do pênis. Considera que essas preocupações provocam um enorme sofrimento físico e psicológico, levando-os a colocar sua vida em risco, quando, por exemplo, recorrem a anabolizantes (bovinos) ou medicação contra a impotência sexual (viagra) (Goldenberg, 2006).

Constatou que o ideal viril ainda é muito valorizado socialmente, e faz com que os homens lancem mão de qualquer sacrifício para se adequarem a um modelo que supervaloriza o tamanho do pênis e um desempenho sexual exemplar. Assim, em função dos novos imperativos sociais e do receio de não corresponder às exigências do meio, o homem vem se fragilizando, apresentando, por um lado, muita angústia, depressão, ansiedade, estresse, medo do fracasso e, por outro, um aumento no consumo de álcool e drogas.

A autora assim se posiciona:

O estudo destaca que esses homens, meninos e adolescentes sofrem silenciosamente, em segredo, não conversam sobre seus problemas, pois, em nossa sociedade, os "homens de verdade" não devem demonstrar preocupação com a aparência, ou podem ser considerados "efeminados" ou "gays" (Goldenberg, 2006, *in*: Almeida e Eugênio, p. 29).

Outro ponto interessante que vale a pena mencionar refere-se à pergunta feita pela pesquisadora: Com quantas pessoas você teve relações sexuais até hoje? A pesquisa revelou que os homens pareciam dar a entender que não se lembravam do número de parceiras. Goldenberg levantou como uma das hipóteses para essa "falta de memória", o fato de acreditarem que, se o número de parceiras fosse reduzido, estariam fora de um padrão de masculinidade que acreditavam ser o "normal". Temiam que seus amigos pudessem ter tido mais parceiras do que ele.

Da mesma forma, os dados apontaram para o incômodo que causava aos homens afirmarem que são fiéis, pois se sentiam novamente fora do padrão "ideal" de masculinidade. Assim, segundo a autora, apareceu a idéia entre os entrevistados de que seria da "natureza" masculina ter muitas parceiras e ser mais infiel do que as mulheres, bem como atentar para o desempenho e a performance do amigo, sendo este mais um fator de pressão, ou seja, saber se ele (o homem) está dentro dos padrões normais, como seus amigos.

Outra pergunta nos chamou a atenção, feita para os sujeitos de nossa pesquisa, e dizia respeito a: O que você mais inveja nos homens? As garotas da pesquisa de Goldenberg, assim como as de nossa pesquisa, responderam: a liberdade e "fazer xixi de pé". Já os homens de ambas as pesquisas disseram não invejar nada na mulher. Uma pequena parcela disse ser a maternidade, a capacidade de engravidar e a sensibilidade. Pudemos constatar que essa última qualidade em nossa pesquisa acabou aparecendo como vantagem para os homens, pois a sensibilidade nas meninas, de acordo com o ponto de vista dos jovens - tanto dos garotos, como das garotas -, faz com que elas sejam mais "flexíveis" e solidárias com os outros.

Outra pergunta da pesquisa de Goldenberg, que acirrou os ânimos e trouxe uma verdadeira "tempestade de reclamações" por parte das mulheres, foi quando a pesquisadora perguntou a todos: Quais os principais problemas que você vive ou viveu em seus relacionamentos amorosos?

Os rapazes responderam que os principais problemas que afetavam suas relações amorosas eram o ciúme e a falta de compreensão. Ao passo que as mulheres, inclusive as jovens, responderam:

Ciúmes, infidelidade, egoísmo, rotina, falta de segurança, falta de confiança, falta de sinceridade, falta de diálogo, falta de liberdade, falta de paciência, falta de atenção, falta de companheirismo, falta de maturidade, falta de amor, falta de carinho, falta de tempo, falta de tesão, falta de respeito, falta de individualidade, falta de dinheiro, falta de interesse, falta de reciprocidade, falta de sensibilidade, falta de romance, falta de intensidade, falta de responsabilidade, falta de pontualidade, falta de cumplicidade, falta de igualdade, falta de organização, falta de amizade, falta de alegria, falta de paixão, falta de comunicação, falta de conversa, etc. (Goldenberg, 2006, *in*: Almeida e Eugênio, p. 36/7).

Diante do desabafo das meninas, a autora dirige para si a seguinte pergunta: "Que homem poderia suprir todas essas demandas femininas?" Finalizou dizendo que a linguagem da diferença acirra e reforça as diferenças entre o comportamento de homens e mulheres, e que a principal conclusão a que chegou com essa pesquisa, é que as diferenças não são tão grandes. Percebeu ainda, nas análises finais dos dados, que o discurso masculino é silencioso, não dito. Parte significativa dos convidados a responder os questionários não aceitou ou deixou questões em branco ou passou um simples traço. Ao passo que, entre as mulheres, o número das que aceitaram responder foi bem maior.

Conclui dizendo:

Um discurso aparentemente revela demais, ao passo que outro revela de menos. (...) talvez os dois estejam, de forma semelhante, encobrendo o que existe de comum e de compartilhado em suas práticas efetivas, contribuindo assim, mesmo que inconscientemente, para cristalizar "verdades" e comportamentos desiguais para homens e mulheres (Goldenberg, 2006, *in*: Almeida e Eugênio, p. 41).

Assim, fechamos esse encontro com a sensação de que, em função de ter sido muito "acalorado", por mais que tenhamos tentado

problematizar vantagens e desvantagens de ambos os sexos, fazendo-os pensar se realmente tinham a ver com o sexo ou com o papel social atribuído a cada gênero, as "verdades cristalizadas" - como afirmara Goldenberg -, de como são, agem e se comportam, homens e mulheres, foram muito pouco abaladas.

De qualquer forma, observamos que a reprodução de valores e "preconceitos" enraizados socialmente continua fazendo parte do imaginário dos agentes de prevenção, mesmo que em alguns momentos o discurso seja preparado para mascarar estas contradições por meio de uma fala engajada politicamente.

Nessa direção, a psicanalista Maria Rita Kehl, (2007) em seu livro *Deslocamento do feminino*, nos traz algumas considerações a esse respeito. Kehl ressaltou que Freud concebeu o feminino como algo ligado à passividade. Nesse sentido, a autora considera, na mesma linha sustentada por Freud, que se o passivo é aquele que se "faz de objeto para o outro", conclui que o feminino é acessível a homens e mulheres, bem como, o masculino, enquanto algum tipo de manejo fálico é acessível também a ambos os sexos.

A autora sustenta que cada sociedade construirá seus padrões de como deverão agir homens e mulheres, e que nenhuma área do conhecimento estaria autorizada a naturalizar essa diferença como algo inerente ao sexo biológico. Segue dizendo que na travessia edípica, as meninas se enxergarão como castradas num período da vida, pois, no seu imaginário infantil, a diferença se dará como quem tem e quem não tem um órgão de valor. A isto ela chamou de "mínima diferença". Continuou sua explanação dizendo que não significa que a mulher não apresente angústia de castração, pois afirmou que onde existem significantes fálicos (dinheiro, filhos, beleza, ninguém quer perder), existe angústia de castração.

Afirma, ainda, que a mulher não teme a castração (ela sabe que não tem um pênis), enquanto que o homem necessita da afirmação fálica fortemente ligada ao órgão (pênis). Dirá que essa é a mínima diferença, o restante são representações discursivas que variam de acordo com os diversos contextos sociais.

Prossegue sua análise dizendo que no último século, o avanço das mulheres sobre todos os espaços da vida pública, produziu nos homens o sentimento de perda ou dirá ela de "feminização". A masculinidade, que é uma construção cultural como a feminilidade, afirmou ela, vem sendo profundamente abalada.

Finaliza dizendo que em função de tantas mudanças nas últimas décadas, há de se pensar saídas e a alternativa seria a invenção de uma "nova arte erótica", a partir de novas configurações do masculino e do feminino. Essa reflexão poderia contribuir para romper com os rígidos e estereotipados papéis sexuais do que se espera de como homens e mulheres devam comportar-se e enquadrar-se, desfazendo essas amarras sexuais que empobrecem a experiência de todos.

Assim, podemos concluir essa análise pensando que a delicadeza não precisa ser atributo apenas das mulheres, da mesma forma que os homens não precisam se garantir única e exclusivamente pela força.

Construir uma metodologia dá trabalho.

Neste encontro trabalhamos um vídeo amador (proposto por um jovem agente de prevenção, morador da Cidade Tiradentes, mas não sujeito da pesquisa). Era um curta-metragem, cujo roteiro foi elaborado e encenado pelos jovens moradores da Cidade Tiradentes com o auxílio de uma ONG (organização não-governamental). O vídeo tratava de questões relacionadas às drogas, prostituição e às poucas possibilidades de uma vida com qualidade para os jovens moradores deste bairro.

Solicitamos aos presentes que relacionassem o filme com sua trajetória, pois intencionava verificar se no debate poderiam conceber outra possibilidade para eles, menos trágica e mais promissora no sentido de virem a visualizar e planejar um futuro com melhores perspectivas, que assim como os sujeitos da pesquisa, não cederam aos acenos de um mundo (do crime, do tráfico) que prometia uma vida mais "confortável".

O filme⁴⁵ chamava-se *Vida loka* e conta a história de uma jovem que não conseguiu emprego, tinha um filho para criar e uma família muito pobre. Morava com a família, que não possuía renda nem para comprar alimentação. Diante de uma situação como essa, extremamente difícil, a garota aceitou o convite de uma amiga para entrar na prostituição. Paralelamente a esta trama, o filme mostrou a trajetória de um jovem morador que trabalhava para o tráfico de drogas. No final do filme, a garota contrai o vírus HIV e o jovem traficante morre assassinado.

Instrução sobre a atividade: “Esse filme que o Montanha (agente de prevenção) trouxe é uma produção deles, a intenção é que a gente possa vê-lo, não com o olhar de agente de prevenção, mas como simplesmente jovem. Servirá para refletirmos, a partir do filme, a nossa postura, a nossa conduta, enquanto ser humano, como pessoa, não como agente de prevenção”.

Como assinalamos acima, destacamos apenas os comentários dos sujeitos da pesquisa.

À pergunta: Como vocês avaliam a situação dela quando aceitou se prostituir?

Isabel respondeu o seguinte:

Isso também é uma coisa assim: a gente tem dois braços e duas pernas. Eu sei que a vida é difícil, mas não é para gente se prostituir. Tem gente que acha que isso é uma profissão, tem gente que faz, por que diz "ah, eu não arrumei emprego", mas pega uma roupa para passar, vai limpar uma casa.

Observamos que nem a responsabilidade pelo sustento do filho e da casa, aliada à pouca oferta de emprego e baixa remuneração das poucas atividades laborais disponíveis a esta população, fez com que a agente de prevenção fosse condescendente com a atitude da protagonista do filme.

Já Maria sai em defesa da jovem do filme:

⁴⁵ Esse curta-metragem faz parte de um projeto chamado “Filmagens periféricas”. Visa trabalhar com jovens na periferia seu interesse pelo cinema, instrumentalizando-os nesse sentido e, ao mesmo tempo, refletindo a partir dos próprios trabalhos realizados por eles.

Ali são três situações: primeiro, quando ela se encontra infectada com o vírus, a situação de perder um amigo na questão do tráfico e a terceira é o caso da prostituição, por que ali não foi uma opção que ela queria, mas foi uma porta que ela teve, para mais pra frente ela ter um alimento dentro de casa ou outra coisa. E hoje quando muitas pessoas se deparam com esta situação. A minha mãe ganha 15 reais para passar um monte de roupa. Tem gente que paga bem, às vezes não. Ela fica o dia inteiro para passar um monte de roupa. A maioria nem conhece [a mãe]. Ela faz faxina, dá duro o dia inteiro, numa casa enorme, e a pessoa vai lá e dá 15 reais pra ela, sabe? Eu não condeno, porque eu acho assim: cada um sabe o que faz da sua vida. Para ela foi a forma mais rápida de conseguir dinheiro para colocar comida dentro de casa, porque se ela for arrumar um emprego de passadeira, assim, talvez não vai ser suficiente para ela poder se manter. Acho que ela não pensou muito, sabe? Mas foi a forma mais rápida que ela tinha, mas claro que tinha outros meios, mas foi o que ela acabou escolhendo por desespero. Então não tem como condenar.

A esse respeito, nos reportamos às indagações de Lipovetsky (1983). Ao analisar a sociedade atual, pontua que esta se encontra sem alternativa, pois se alicerça nas leis de mercado, na eficácia técnica e nos direitos individuais (subjativos). Assim, afirmou que a conjugação desses três axiomas traz como resultado para o jovem das camadas populares, poucas expectativas em relação ao futuro. Conclui que, assim como pudemos constatar no cotidiano dos jovens entrevistados, a reorganização da economia mundial trouxe consequências drásticas, que teve como reflexo o aumento do desemprego, a criação de uma nova classe de pobres e a ampliação das desigualdades, diminuindo desta forma as alternativas de desempenho e êxito de parcela significativa da juventude, não apenas no Brasil, mas em escala mundial.

Corroborando este enfoque, João nos fornece uma análise da situação econômica e social dos jovens pobres na atualidade que nos parece digna de grandes economistas ou cientistas políticos, e isso nos dá um certo

alento no sentido de continuarmos acreditando nessa juventude, que ora retratamos, pois como diria o compositor Gonzaguinha:

Eu acredito nessa juventude, que não foge da raia a troco de nada.⁴⁶

Vejamos o que João afirmou:

Primeiro sobre o termo "Vida Loka", segundo um dos criadores desse termo, "Vida Loka" é você sobreviver. Por que às vezes o pessoal acha que é só uma camiseta, mais nada. Temos que sobreviver de alguma forma, né. É, você pode ir para a vida do crime, mas você pode não ir. Segundo o 'Edy Rock', que é dos racionais MC's, "Vida Loka" é quem está na escola também, é quem está trabalhando, é quem está fazendo a comunidade um pouco melhor, é o pessoal que faz campeonato, festival, etc. Às vezes o pessoal associa "Vida Loka", por que a vida está "louca" mesmo. Tem alguma coisa errada nesse mundo, por que se você tem água em abundância no planeta e tem que pagar para beber água, tem alguma coisa "louca" nisso. Então nesse sentido, esse termo não é "ah, mas não tem nada a ver comigo", pelo contrário, segundo o Edy Rock, dos Racionais. Então, quando mostra o suposto traficante, que geralmente "os caras" andam bem vestido, com roupas de marca, a moto muito moderna, as "mais velozes e mais furiosas". Um carro com "um bonitão" dentro, na Tiradentes, tem tudo. No bairro de vocês não deve ser muito diferente. Porque é assim: primeiro você tem que demarcar território: "essa rua é a minha". "Eu sou a lei aqui", né. Na ausência de políticas públicas, na ausência do Estado, que é o principal "violador" dos direitos das pessoas, a comunidade vai recorrer a quem, para resolver alguma briga, algum problema de dificuldade econômica, porque geralmente a cesta básica é a panelinha da igreja. 'Ah! se você não é da igreja, você não pega a cesta básica, né. Aí tem a panelinha do leite: mas você é o que aqui? O que você quer aqui? Quem que te indicou? Ah! é indicação de fulano, então pode pôr na lista. Então tem gente, tem família que nem precisa. Oh! o drama, né".

⁴⁶ "E vamos à luta". Música, letra e interpretação Gonzaguinha (1980).

Então, quer dizer, quem não precisa é quem pega o leite, quem precisa não tem leite. Daí, vai infelizmente para a prostituição.

Colocações como a deste jovem, com uma interpretação tão viva, acertada e certa em relação ao que tem tornado a "Vida Loka" dessa população pobre da periferia das metrópoles, podemos dizer que atualiza e confere substância à análise do filósofo Lipovetsky (1983), quando este se refere ao fato de que a atual crise mundial vem tem disseminado o desamor, a falta de preocupação e a desresponsabilização em relação aos mais pobres e desfavorecidos socialmente.

Seria interessante, em todo caso, contextualizarmos o uso deste termo "Vida Loka", que foi utilizado pelos Racionais MC's, para se referir exatamente à condição de miséria a que está sujeita esta parcela da população, em contraste com a ostentação dos ricos de nosso país:

Firmeza total, mais um ano se passando ae
graças a Deus agente tá com saúde aê, morô, com certeza
muita coletividade na quebrada, dinheiro no bolso, sem miséria
e eh nós, vamo brindar o dia de hoje, o amanhã só pertence a Deus
a VIDA É LOKA...

Deixa eu fala, pocê,
Tudo, tudo, tudo vai, tudo é fase, irmão,
Logo mais vamo arrebentar no mundão,
De cordão de elite, 18 quilate,
Põe no pulso, logo *bright*,

Que tal, tá bom,

De lupa, *mochilon*, bombeta branca e vinho,
Champanhe para o ar, que é pra abri nossos caminhos,
Pobre é o Diabo, e odeia a ostentação,
Pode rir, ri, mais não desacredita não,

É só questão de tempo, o fim do sofrimento,
Um brinde pros guerreiro, Zé povinho eu lamento,

Vermes que só faz peso na Terra,

Tira o zóio,

Tira o zóio, vê se me erra,

Eu durmo pronto pra guerra,

E eu não era assim, eu tenho ódio,

E sei que é mau pra mim,

Fazer o que se é assim,

VIDA LOKA, CABULOSA,

O cheiro é de pólvora,

E eu prefiro rosas...⁴⁷

Vale observar que a explicação do nome do filme trouxe à tona muita revolta e indignação nesse agente de prevenção (João). Este mobilizou toda a atenção do grupo. Seguiu sua linha de raciocínio de forma tão contundente, que o restante do grupo o olhava fixamente. Assim, ele prosseguiu em suas denúncias:

Têm muitas jovens que vão lá [no local onde se vende alumínio], mas não têm força física mesmo, para manusear o carrinho de mão ou o carrinho de madeira e tal, para ir lá no Jardim Maravilha para trocar papelão, alumínio, latinha, etc. Às vezes saem famílias inteiras de madrugada. A Tiradentes não está mais vazia, está sempre cheia. A maioria dos prédios coloca cadeados na lixeira, porque a lixeira é o grande momento. É ali, não é nada de força sindical, não é agência de emprego. A lixeira do prédio é que vai garantir o *sustento diário da família*. E isso é a realidade, a pobreza, a miséria. Ah! As pessoas repartindo o lixo: "pega metade, que eu pego metade". E, infelizmente, saem felizes com isso. Então, a prostituição é apenas uma consequência. Tem a questão moral. Gente, sem hipocrisia, não moralista. Acho que antes da moral a gente tem que ter a ética, que a ética questiona e responde e a moral fala de forma limitada, "até aqui pode". De forma ética, é complicada a questão da prostituição, da

⁴⁷ Parte da música Vida Loka, Grupo Racionais MC's, interpretada pelo cantor Mano Brown.

mesma forma que é complicado para o moleque estar com a arma na mão.

As reflexões feitas por esse agente nos levou a repensar o que na verdade é ética e para quem e quando ela serve. Na verdade o que nos interrogou diz da realidade de famílias inteiras vagando de madrugada de lixeira em lixeira disputando o lixo. Nesse sentido, o jovem propõe a seguinte questão ao grupo: Isto é ético? Ir para a prostituição ou para o mundo do crime, por não possuir nenhuma outra possibilidade, é ético? Continua, indagando as pessoas que criticaram a opção da garota do filme. É essa "falsa moral" e hipocrisia da sociedade, na verdade, que mobilizou tanta indignação e raiva nesse jovem, pois insistia em afirmar que frente a uma situação tão adversa a ética torna-se relativa.

Na verdade João nos saúda com uma bela reflexão acerca da hipocrisia, denunciando a perversidade que reina de modo absoluto e faz com que se condene, sem, entretanto, apontar alternativas para o indivíduo pobre e humilde, culpabilizando-o e denegrindo-o, colocando-o à margem, como se fosse um "cidadão, desprezível e de segunda classe".

Seguindo nessa direção, João prossegue em seu raciocínio:

Mas, alguém ofereceu alternativa? Haveria algo mais "honesto" que essa garota poderia fazer para sustentar sua família? A maioria está no mundo dito "do crime", e eu quero saber o que não é crime nessa cidade, e o exemplo já começa na alta socialyte. Ela não queria estar lá (a garota). Se você desse uma condição. Se você pergunta: Ah, por que você está aí? Ela responde: A necessidade, pois é, a maioria é necessidade. E aí como você consegue combater isso? Ideologicamente. Primeiro se redefinir. Fazer uma releitura, releitura. É Paulo Freire. Vamos voltar do zero e vamos construir um novo "mano", porque hoje se eu pego o adolescente, ele está embrutecido. Ele não tem limite, não consegue parar. É um ciclo de violência já dentro de casa, no bairro, na rua... ele fala: é isso mesmo, então eu vou nessa e vou desenfreado. Acho que era isso que eu queria dizer.

Mais uma vez João, que não possui nível universitário, demonstra em suas análises capacidade crítica de avaliação da realidade, objeto de preocupação de muitos teóricos na atualidade.

Assim, a luta constante para acessar os bens mínimos necessários a uma sobrevivência digna, por parte do jovem da periferia, e os obstáculos enfrentados por eles, alijando-o cada vez mais da possibilidade de acessar tais bens, abrem brechas para que cometa infrações e, como disse o sujeito da pesquisa: "Eu vou nessa e vou desenfreado".

Isabel faz o seguinte desabafo:

Vendo o filme, a produção do Montanha, pensei que quando você nasce em Itaquera ou Cidade Tiradentes, ou em tal lugar, você já tem projetado o que você vai ser por conta das condições sociais que você vai estabelecendo. Então, quando você pega aquela situação, não tem como pensar naquilo como caso isolado, porque isso já estava projetado a partir de quando ela nasceu. Preta, pobre, né. Para gente é muito mais difícil conseguir inserção no mercado de trabalho. Ainda mais porque a gente *está fora dos padrões*, está fora de um monte de coisa. Imagina a Mari indo procurar emprego com esse cabelo. Nem a pau. Se ela não tiver uma chapinha, ela nem precisa sair de casa. Primeiro alisa o cabelo, vai lá procurar um emprego, que talvez você consiga. E às vezes nem assim. Então, assim, é o lance da identidade mesmo, né. Da identidade que a gente nem criou, que foi uma questão dos estereótipos, que foi já estabelecido para gente, independente de a gente querer ou não. Então, quando a gente pega aquele fato, você vê aquilo ali como realização do que já tinha sido projetado, *não é só uma questão de escolha*. A galera fala da questão das escolhas, mas não é só uma questão de escolha, né. Com certeza ela não escolheria estar naquela situação de acordar, abrir o armário e não ter nada para comer. Ver o amigo dela morto. Ter uma filha para criar, sem estar empregada, sem estar gerando renda de alguma forma. Teve que se prostituir não é uma condição que escolheu. Na verdade isso é por conta da necessidade que vai sendo gerada. Para mim o filme veio a calhar com a discussão de ontem.

Para pensar a respeito dos desabafos dessa jovem, nos reportamos ao livro *O negro no mundo dos brancos*, de Florestan Fernandes (1972). O sociólogo, na década de 1960, afirmou que as desigualdades entre negros e brancos não se reduziam a uma diferença abstrata entre ricos e pobres, pois os dados do IBGE, desde então, e até hoje, mostram que a pobreza no Brasil era (e é) acentuadamente mais negra do que branca; basta observar como as melhores posições e salários ainda se encontram nas mãos de homens brancos. Florestan segue sua explanação dizendo que o escravo, ao tornar-se "livre", teve que concorrer com os imigrantes europeus, em condições completamente adversas, uma vez que foi "solto", "largado", sem preparo profissional e sem qualquer indenização. Assim, a partir daí, negros e mulatos não tiveram as mesmas chances dos brancos em nossa sociedade.

Segue o autor pontuando que de fato no Brasil não ocorreu a democratização da renda, do poder e do prestígio social do ponto de vista racial. Ao contrário, sustentou que a tão propagada democracia racial apenas serviu para mascarar a desigualdade e reforçar a indiferença e falta de solidariedade para com um imenso contingente de seres humanos que não foi preparado para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre, deparando-se com um mercado cada vez mais competitivo, numa sociedade em transformação, rumo à industrialização.

O autor, nesse livro, sustenta que a herança do passado escravista foi reforçada ao longo dos séculos seguintes, acentuando-se, na medida em que o capitalismo se desenvolvia cada vez mais dependente do capital externo. Enfim, sustentou que o mito da democracia racial, foi o motor central que serviu para o acirramento da segregação de negros e mulatos no Brasil, contribuindo sobremaneira para a manutenção das injustiças e desigualdades existentes; e, desse modo, inviabilizando um mínimo de equidade econômica, social e cultural entre brancos e negros. Uma análise que vai ao encontro, portanto, das denúncias feitas pelos agentes de prevenção João e Isabel, pois eles ainda sentem na "carne" as consequências desse processo, e, portanto, salientam a urgência e as necessidades do adolescente pobre (em sua maioria negro), que por vezes acaba no mundo do crime.

Nesse sentido, conclui Maria:

Eu acho que a realidade é mesmo cruel, mas é a realidade. Eu também não condeno, porque já está exposto lá. Não veio uma empresária e disse: "aí vamos trabalhar para mim?" Não veio. Foi uma primeira oportunidade e na hora que a necessidade aperta para uma mãe que precisa cuidar de um filho, eu acho que ela se submete a coisas que... não sei... mas eu acho que é isso. Eu acho que para eu cuidar de um filho, eu me submeteria a qualquer coisa.

Esse encontro foi muito rico e intenso. O grupo identificou-se o tempo todo com a triste realidade dos protagonistas, desenvolvendo um forte sentimento de empatia em relação à vida da garota do filme. Mas, na verdade, o que mais me chamou à atenção foi a pouca atenção que o grupo deu em relação ao fato de a jovem ter contraído o vírus HIV. Fiquei o tempo todo com a impressão que suas urgências eram tão prementes, suas demandas tão concretas, que primeiro teria que se pensar em resolver questões como juntar um pouco de dinheiro para comprar leite para o filho e mantimentos para casa, para depois pensar nos riscos de se contrair o HIV. Essa impressão deveu-se, principalmente, pelo fato de terem se detido, quase exclusivamente, aos temas: preconceito, exclusão social, desemprego, criminalidade, falta de oportunidades, discriminação e injustiça social.

Ainda na construção da metodologia: De onde partiram as resistências?

Após mais de um ano de buscas com muitas dificuldades para construir um método que se “conformasse” às características dos sujeitos pesquisados, e isso aliado aos obstáculos encontrados para reunir os sujeitos da pesquisa, deparei-me com o momento de analisar os encontros à luz de pressupostos teóricos. Nesse momento tive uma surpresa, pois me vi completamente paralisada, sem conseguir promover o diálogo entre o campo e meus pressupostos teórico-metodológicos. Sentia-me engessada, como se

ambos (pesquisa e referencial teórico) não se encaixassem. Após um tempo de estagnação, busquei apoio com alguns pares e com minha orientadora, que pudessem auxiliar na reflexão do que estaria se passando comigo.

Aos poucos fui percebendo que eu tinha o material, mas não conseguia olhar para ele com distanciamento, ou seja, aqueles jovens faziam parte da minha trajetória, não eram pessoas quaisquer. Eu os conhecia, e eles a mim muito bem. Daí o incômodo que esta pergunta me causava: O que estava acontecendo comigo? Por que não conseguia me mobilizar e seguir na construção do método e análise do processo vivido com os jovens?

Percebi num determinado momento, que o vínculo que tinha com eles não estava permitindo que os visse como de fato eram.

Comecei a entender naquele momento o quanto "idealizava" aqueles agentes de prevenção, e resistia em vê-los como jovens, pois em nossa trajetória, contribuí, de certo modo, para a formação deles quando iniciaram as intervenções junto a outros jovens, desenvolvendo o papel de agentes de prevenção⁴⁸ em sexualidade e prevenção às DST/AIDS. Assim, comecei a entender que o desvendamento de algumas condutas e atitudes desses jovens poderia me obrigar a rever o meu papel técnico frente ao modo de enfrentamento da epidemia das DST/AIDS junto à juventude das camadas populares. Sentia-me imersa em uma situação que não conseguia imaginar os rumos que iria tomar.

Daí pude perceber (com muito desconforto) que estava vivenciando um processo de transferência e contratransferência, como descrevera Freud a propósito da relação entre analista e analisando, expressa na atualização de fantasias e desejos que resultaram em determinadas idealizações e expectativas em relação ao objeto, ao mesmo tempo, que procurava tomá-los como objeto de investigação psicossocial. No nosso caso, os papéis predefinidos por nossa prática cotidiana (conteúdo manifesto) revestiam-se de forte carga emocional (conteúdo latente), que fazia com que eu depositasse neles meus desejos e fantasias, de como esperava que se comportassem como agentes de prevenção.

⁴⁸ Organizei e desenvolvi com eles várias intervenções, inclusive, em momentos diversos frequentaram as oficinas de sexualidade coordenadas por mim.

Após alguns dias de interrogações e autoquestionamentos (e com os alertas que recebi) pude perceber que "estava com medo" de que os resultados da pesquisa contrariassem e mostrassem algo que não gostaria de ver. Afinal, esses jovens realizavam comigo o trabalho de prevenção, havia por parte deles uma certa admiração e respeito em relação ao meu trabalho e papel profissional. Nesse momento, após um processo de elaboração (e sofrimento), "respirei fundo" e reiniciei a trajetória, só que agora menos ansiosa e tensa, podendo olhar e ver de fato quem era o sujeito de minha pesquisa.

Retomei toda a pesquisa de campo, reli, ouvi exaustivamente, ponderando inclusive sobre minha experiência com esses e outros jovens. Debrucei-me sobre os encontros com muito cuidado e com um olhar mais crítico e menos "emocional". Assim entendi que poderia reunir o grupo mais uma vez retomando alguns temas que foram discutidos anteriormente, e que poderiam ser mais bem explorados nessa oportunidade. Não acrescentei qualquer tema novo.

Contatei todos os jovens envolvidos na pesquisa e propus um último encontro. Reunimo-nos num domingo, em espaço diferente do usual. Após o encontro ser marcado, iniciei novamente a releitura dos encontros anteriores, e comecei a registrar o que precisaria retomar e aprofundar com eles. Assim, pesquisei e selecionei algumas dinâmicas que nos auxiliassem a trazer à tona questões que até o momento não haviam sido elucidadas.

No dia do encontro, todos compareceram, embora cada qual tenha chegado num horário, o que fez com que o grupo iniciasse as atividades com algumas horas de atraso.

Abri o grupo retomando os objetivos da pesquisa. Reafirmei que visava explorar pontos que foram surgindo a partir de reflexões feitas depois de nossos encontros. Expliquei que seria o último com esse objetivo, e que seria o momento de retomarmos questões a partir da síntese do material coletado e das reflexões teóricas que pude fazer com eles e a partir deles.

Tinha em mente os seguintes temas:

- os conteúdos latentes e manifestos que apareceram nos encontros;
- as contradições do discurso em comparação com condutas pessoais no cotidiano;

- como a religião, a família, a inserção social, as questões de gênero interferiram na sua subjetividade;
- o protagonismo, indagando sobre se para eles era um meio de participação efetiva.

Iniciamos com uma dinâmica chamada: "A construção coletiva do rosto". Iniciaram coletivamente com a elaboração de vários rostos. Solicitei que "dessem personalidade" ao desenho final colocando nele os traços pessoais de cada um. Pretendia, com isso, que objetivassem algo de si, de sua personalidade, através do desenho.

Esse encontro foi bem alegre, contando com a participação até dos filhos de alguns. Houve muita integração. Não se pode esquecer que, independentemente deste trabalho que desenvolvia com eles, os sujeitos desta pesquisa formavam de fato um grupo, devido às trajetórias em comum e ao longo tempo de convivência. E isso ficou patente já na primeira dinâmica. Entrosaram-se, e pelo fato de me encontrar mais tranqüila e menos ansiosa, percebi que isso refletiu no grupo de forma positiva, pois também estavam descontraídos.

No final da dinâmica inicial, cada um colocou seu "toque pessoal". Seus rostos com traços acentuados no nariz e na boca mostravam as fortes marcas de sua ancestralidade africana e o orgulho de serem negros; observe-se que Manoel tem em um dos braços a tatuagem do rosto de sua mãe e no outro, a tatuagem do continente africano.

João alarga o nariz e a boca, pois diz que:

Não tenho esse nariz delicado, referindo-se ao perfil de nariz do branco.

Nesse sentido, quando presenciamos jovens - com uma trajetória tão difícil de vida como estes tiveram desde a infância - falarem do orgulho de serem negros, mesmo com toda opressão, discriminação e exclusão que recai sobre eles no Brasil, desde a Colônia até os dias atuais, nos traz um grande alento. Em que pesem as análises do filósofo Lipovetsky

(1983), quando aponta para a falta de esperança dos jovens e o descrédito que demonstram em relação à sociedade, em razão do triunfo do mercado - fazendo aflorar nos indivíduos a ambição e o individualismo - esses jovens nos mostram o contrário.

Percebi neles forte sentimento de pertencimento (filiação) em relação aos seus ancestrais negros.⁴⁹ Tem identidade racial e esta sustenta a estruturação e o fortalecimento (psicossocial) desse grupo, fazendo com que não sucumbam aos apelos da sociedade de consumo e lutem por uma sociedade na qual todos terão condições de usufruir de uma vida digna.

É nessa direção que acreditamos deva-se interpretar a ênfase de um dos sujeitos da pesquisa dada ao que chamou de lideranças "positivas" (no momento em que deu sua opinião sobre o que seria para ele o protagonismo juvenil). Uma liderança capaz de trazer para a comunidade o peso dessa ancestralidade e mostrar aos demais o quanto seus antepassados contribuíram para que de fato sintam orgulho de serem negros.

Podemos citar como exemplo o nome da biblioteca onde atuam, Solano Trindade. Quem foi esse homem? O que fez para tornar-se uma referência "positiva" para esses jovens: "Solano, vento forte da África".⁵⁰

⁴⁹ Podemos constatar o reconhecimento do orgulho dessa herança africana nos agentes de prevenção, inclusive, nos nomes dados aos seus filhos. São nomes de origem africana, fruto de grande trabalho de pesquisa.

⁵⁰ De todos os escritores negros, ligados à coletividade negra brasileira, o que deixou presença mais forte foi Solano Trindade. Foi o primeiro a escrever, com especificidade, para negros, naquele tempo. Solano Trindade era poeta, pintor, teatrólogo, ator e folclorista. Nasceu no dia 24 de julho de 1908, no bairro de São José, no Recife, capital de Pernambuco. Era filho de Manuel Abílio, mestiço, sapateiro, e da quituteira Merença (Emerenciana). Estudou até completar um ano de desenho no Liceu de Artes e Ofício. A partir de então, começa a escrever. Solano Trindade foi o poeta da resistência negra por excelência. (Oswaldo de Camargo, 3 de dezembro de 2008).



Solano Trindade "Cantares ao Meu Povo"

- Eita negro!
quem foi que disse
que a gente não é gente?
quem foi esse demente,
se tem olhos não vê...

- Que foi que fizeste mano
pra tanto falar assim?
- Plantei os canaviais do Nordeste

- E tu, mano, o que fizeste?
Eu plantei algodão
nos campos do sul
pros homens de sangue azul
que pagavam o meu trabalho
com surra de cipó-pau.

- Basta, mano,
pra eu não chorar,
E tu, Ana,
Conta-me tua vida,
Na senzala, no terreiro

- Eu...
cantei embolada,
pra sinhá dormir,
fiz tranças nela,
pra sinhá sair,

Linda Negra
Naquela noite
ficou o teu olhar branco
vagando no escuro
entre ternura e medo
teus olhos grandes
dançavam como loucos
na música do silêncio

Eu era animal e poeta
a procurar em ti
o que perdi em outra
Linda negra.

A trajetória do poeta Solano Trindade, que inspirou o nome da biblioteca comunitária, emociona o fato de pensarmos que o sofrimento dos afrodescendentes, tão subjugados em toda a história do Brasil, consiga resistir e superar a opressão que pesa ainda hoje sobre eles, transformando em arte e poesia, a dor sofrida por todo um povo desde os tempos coloniais. Nesse sentido, os sujeitos da pesquisa de fato podem dizer que têm do que e de quem se orgulhar.

Como dissemos anteriormente, nessa direção, o filósofo francês Christian Béthune, em seu livro *Le rap: Une esthétique hors de la loi* (1999), ressaltou o jazz e o *rap* como musicalidades afro-americanas e a importância destas para a população negra. Assinalou que o *rap*    um fenômeno de expressão urbana que surgiu a partir da denúncia das populações excluídas de suas péssimas condições econômicas, da falta de acesso às médias dominantes e de uma posição política de destaque.

Segue afirmando que no *rap* a palavra    falada sem censura, com sonoridade e prazer. Ressalta que ao lado do *rap* surgiu o grafite, com suas mensagens dramatizadas nos desenhos, assim como os passos do *break* (a dança que acompanha o *rap*), e que todas essas linguagens reunidas deram corpo ao Hip-Hop, tornando-o o rito de união de diferentes povos que habitam os espaços de exclusão das grandes cidades, outorgando, assim, identidade aos habitantes das periferias, ao mesmo tempo que expõe estilos de vida e concepções de mundo dessas populações historicamente excluídas.

Continuando o processo: Conhecendo ainda mais o jovem da pesquisa...

A dinâmica seguinte visou possibilitar a expressão sobre o que    ser homem e ser mulher.

Pedi para que cada participante listasse as histórias, provérbios, ditos, ordens significativas que já ouviram sobre homens e mulheres, sobre

como se comportar em relação ao seu sexo e ao oposto, desde a infância até a fase atual.

Após algum tempo, abrimos a discussão. Neste momento, os participantes leram o que escreveram, trocando experiências. E eu os indaguei em relação a:

- 1) De tudo o que ouviu, o que ainda é válido para você hoje?
- 2) É difícil para você mudar posturas e atitudes? Justifique.
- 3) Quais os mitos e tabus mais comuns no grupo?

O Maria trouxe uma frase que disse ser muito recorrente em nossa sociedade: “Atrás de um grande homem, sempre há uma grande mulher”.

O grupo discutiu que ainda hoje homens bem sucedidos tem sempre uma grande mulher a seu lado, pois segundo eles, a mulher fornece o suporte e o apoio, e o homem acaba se sobressaindo.

A mulher deveria estar ao lado. A mulher está atrás do cara, ela está escondida, os homens que aparecem. Ela é o suporte. Veja o grande cantor de Hip-Hop, o Eduardo do Facção, a mulher dele, a Fátima, está sempre do lado dele. É uma grande mulher, é sua empresária. Mas quem conhece Fátima, ninguém sabe. Nós conhecemos porque ela foi na Tiradentes. Mas ninguém sabe, quem é essa mulher?

A esse respeito Maria contou ao grupo um episódio ocorrido há algum tempo, em que uma revista entrevistou membros do sexo masculino e feminino pertencentes ao movimento Hip-Hop, querendo saber a opinião deles sobre a emancipação das mulheres nos últimos anos. Posteriormente fariam uma exposição da pesquisa. A jovem relatou ao grupo que no momento em que a matéria ficou pronta, os editores deram o seguinte título para ela: "Mulheres na luta e homens na cozinha". Disse ainda que os envolvidos na entrevista ficaram muito bravos, pois segundo ela "era bizarra" a situação de querer mostrar a emancipação pela ótica da total inversão de papéis.

A esse respeito, Maria se expressou:

Mandamos tirar, inverteram, colocaram o homem na cozinha, para dizer da emancipação da mulher e quiserem usar a nossa imagem, como se concordássemos com isso.

Em relação à afirmação de que os homens têm sempre uma grande mulher por trás, dando-lhe suporte, sem aparecer, João, mais uma vez agitou o grupo. Vale observar que esse sujeito apareceu em muitos momentos como emergente no grupo. Sempre muito polêmico, aparecia como o porta-voz, no sentido que Pichon-Rivière nos apresentou: ou seja, esse sujeito, fez em vários momentos a articulação entre a dimensão intrapsíquica e a intersubjetividade dos membros do grupo. Assumi em vários momentos a função de explicitar as fantasias inconscientes do grupo. E nesse aspecto, ao se posicionar, mais uma vez, mobilizou o grupo com suas considerações.

Sabe tem um lance da mulher sempre aparecer como vítima. Tem que tomar cuidado com essa vitimização o tempo todo. Uma pessoa sempre depende da outra. Vocês falam quem conhece a Sílvia Maluf, mas quem conhece o franco argentino, marido da Marta Suplicy? Quem conhece o marido da Condoleezza Rice, secretária de Estado dos Estados Unidos da América? O que temos que ter em mente que não é essa a questão: homem ou mulher. O capitalismo vai lançar mão de quem precisar para manter a dominação. Não tem essa não! O capitalismo faz o que precisa para a sua sustentabilidade. Se precisar colocar uma mulher negra no poder, a coloca para se sustentar.

Uma garota do grupo discordou, dizendo que de fato havia uma subjugação da mulher na sociedade, querendo ou não. Disse que o poder estava, sim, nas mãos dos homens, afirmando que isso não significava que estariam “vitimizandando” as mulheres.

Nesse sentido, contra-argumentou:

O argentino (esposa da Marta Suplicy) é o argentino. Não há subjugação. A Marisa (esposa do presidente Lula) é primeira dama, o argentino não é primeiro damo. Na classe trabalhadora, mesmo a mulher sustentando o homem é colocada atrás. As pessoas querem provar que esse mundo de liberdades e emancipações, a mulher não é subserviente, mas isso não é verdade. Volto a dizer, até a função, quando o homem é o dirigente político, a mulher é subserviente, ou seja, é necessariamente a primeira dama. O marido da Condoleezza Rice tem vida própria, não é o primeiro damo.

Outra frase que circulou no grupo foi: "Mulher no volante, perigo constante!".

Contra-pondo-se a esse dito popular, citaram as estatísticas que mostram como os homens são mais imprudentes e violentos no trânsito do que as mulheres, mas avaliaram que mesmo assim essa "máxima" permanece.

Maria se posicionou:

É interessante percebermos que mesmo com dados em mãos que comprovam que essa afirmação não corresponde à verdade, as pessoas, às vezes até nós mesmos, continuam a acreditar. Essa é uma contradição, pois nós mulheres não contribuimos para desmistificar a mudança dessa crença. Acho que isso é suado. Arrumam até justificativas científicas para dizer que é provado que mulher não tem senso de direção.

Em relação à frase: "Meninas devem sempre fechar as pernas". Houve muita discussão no grupo, pois um sujeito (que tem uma filha de dois anos), disse que isso era um forte preconceito. Nesse momento, uma pessoa do grupo indagou sobre se ele não viria a comportar-se da mesma forma com sua filha. Ele respondeu que não. A discussão prosseguiu e, novamente, a pessoa disse: "Mas e quando ela tiver 15 anos?" O sujeito se embaraçou e disse que pediria para que "a filha fechasse as pernas" porque se ela está

sentada no chão, ela poderia "pegar alguma bactéria". Disse que falaria isso "por uma questão de saúde". Houve muitos risos nessa hora e comentários no sentido de que isso seria uma desculpa, pois ela poderia estar sentada em outro lugar, que não a exporia à contaminação. Nesse momento, o sujeito também riu e disse:

Se eu não mandar, a escola vai mandar. Alguém de fora vai mandar.

Em relação à frase "Homem não chora", as garotas do grupo disseram que não se sentem mais fracas que os homens por chorarem.

Maria se expressou da seguinte forma:

Eu não me reprimo, quando choro me sinto mais forte. Não é fraqueza, pois minha mãe estava doente, internada, muito mal, eu tinha que segurar o mundo, meu pai, irmãos, trabalhar, cuidar do meu filho. Não tinha tempo de chorar.

Isabel acrescentou:

Não há nada de fraqueza em chorar. Eu choro por tudo. Por qualquer coisa. Choro mais quando estou feliz, do que quando estou com raiva. É a maneira que cada um tem de lidar com as coisas.

Os homens do grupo disseram que de fato foram criados para não chorar, caso contrário, seriam considerados "mulherzinhas", tanto pelas mulheres da família como pelos homens. Assim, revelaram que hoje sentiam dificuldades para chorar, até quando se emocionavam, sentiam-se "travados".

Já Manoel disse o seguinte:

Eu já chorei quando minha mãe faleceu. Depois não chorei mais. Eu não demonstro muita emoção, eu fico emocionado, mas não choro. Minha mãe era minha grande amiga, eu quase morri quando a perdi. Era muito minha amiga. Era tudo para mim. A relação entre eu e ela

era realmente muito forte. Nada mais vai me abalar, depois que perdi minha mãe.

João disse o que realmente achava que acontecia com o homem que chorava à toa:

Se o homem chora, a mulher acha que você é vacilão, as meninas te tiram e você é chamado de bunda mole. Eu aprendi a não chorar, não podia, agora sinto dificuldades. Eu não tenho problema em chorar, mas não choro. É o papel social do homem, é não chorar.

Segue dizendo:

Quando era criança, me lembro do meu pai sempre me alertando e me orientando assim: Se você apanhar com um menino menor que você, vai apanhar em casa. Se bater ganha um doce.

Em relação a esse assunto, chamou-nos a atenção uma garota do grupo, que disse que pelo fato de ter sido criada ouvindo todos da família insistindo em dizer que homem não chora, fica sem saber o que fazer quando vê um homem chorando.

A esse respeito comentou o seguinte:

Por conta dessa história que homem não chora, quando eu vejo um homem chorando me dá desespero, pois acho que ele deve estar no fundo do poço. É preocupante.

Encerrada essa discussão, passamos para a seguinte dinâmica: “Aprender sobre a vida no contexto familiar”_ Tinha por objetivo, a partir da história familiar de cada um, fazer com que os participantes refletissem sobre a própria existência.

Mais uma vez João surgiu como porta voz do grupo dizendo que iria batizar seu filho na igreja católica com tudo que tinha direito, com terno, padrinhos, curso, churrasco, etc. Disse ter sido uma imposição familiar, pois a

mãe e a avó materna afirmavam a todo instante que a criança era agitada por não ter sido batizada ainda, por ser pagã. Desabafou dizendo que eram três mulheres muito fortes e "poderosas" (a mãe do seu filho e as avós), contra as quais não conseguia se contrapor, reconhecendo ser o lado mais fraco nessa situação.

Essas afirmações de João apareceram de forma surpreendente, pois foram na contramão de tudo que havia sido discutido até o momento sobre a fragilidade e a subjugação da mulher por parte da sociedade. Seguem seus desabafos:

Esse batizado será por imposição familiar. A alma dele foi encomendada, diz minha mãe. Eu não consigo lutar contra essas três mulheres. Eu sou o chato para elas. Ele (o filho) queria deixar o cabelo crescer, minha mãe e irmã não deixaram. Mostrando a força da mulherada da casa.

Foi bastante questionado pelo grupo sobre como poderia se deixar levar desta forma pelas mulheres, sendo ele sempre tão firme e decidido em seus posicionamentos nos meios que circula, ser respeitado por sua atuação e posturas políticas avançadas visando a luta por uma sociedade mais justa. O jovem tentou se justificar, dizendo que sua mãe explicitamente afirmou que pretendia "abalar a liderança dele" (em casa ao menos, as mulheres é que mandavam?), uma vez que era ela quem cuidava da criança.

Eu só vejo meu filho no final de semana. Eu sou pai de final de semana. Minha mãe diz que tem que quebrar minha liderança, e é ela quem cuida dele. Fico sem saber o que fazer.

Nesse momento entraram outras questões na discussão, devido aos membros do grupo conhecerem-se e possuírem uma convivência cotidiana. Um sujeito o abordou dizendo:

Não sei porque tanta revolta em relação ao batizado do seu filho, você é padrinho de batismo de sua sobrinha, e não quer batizar seu filho?

Ele lhe respondeu:

É, sei lá. Enfim, vou batizar também o meu filho, fazer o curso, festa e tudo. É violento o negócio na igreja, mas... Veja o teatro que o padre Marcelo faz na TV. É suado. Ele convence as pessoas que tudo está ótimo.

Outro sujeito do grupo não poupou João:

Eu não sei se conseguiremos mudar esses preconceitos um dia. Veja, seu filho, não pode chorar, nem deixar o cabelo crescer e será batizado. A família é difícil. É uma instituição violenta. Ela marca a gente muito fortemente, e a gente se pega fazendo a mesma coisa que eles. Sem perceber a gente repete. Quando você começa a militar e perceber coisas, a família pensa que estamos contra ela e não contra a Rede Globo, por exemplo.

João, que continuou sendo o porta-voz das questões "mal resolvidas" do grupo em relação à família, disse como se sentia morando com pai, mãe, irmã e sobrinha:

Eu acho que a família é a base para consolidar o poder na sociedade capitalista. A minha mãe e o meu pai são aposentados, eu tenho que pagar coisas em casa. Não posso deixar de pagar coisas. Minha mãe reclama se atrasa o meu pagamento, pois tenho que pagar a luz e a água. Durmo na sala no sofá, não tenho nem um quarto, minha mãe passa roupa na sala. Não descanso. Eu saí e voltei, perdi o direito em casa. Ela reclama que eu sou militante, diz que não é saudável, que eu deveria procurar outra coisa mais útil. Todo dia ela briga, enche o saco. Teve a festa de aniversário da minha sobrinha e começou a tocar Creu. Eu não deixei ela dançar, minha irmã ficou brava comigo. Não deixei ela ser apenas um pedaço de carne, pois Creu é uma dança que simula sexo anal.

A família que, para o grupo, apareceu como fonte de segurança (por mais que estes tenham relatado um clima tenso na infância ou na atualidade), pareceu-nos que continua fornecendo esse suporte; ao mesmo tempo, os jovens prosseguem em seus questionamentos críticos e "acusações" em relação a essa instituição.

Nessa discussão, surgiram as dificuldades que enfrentaram com os familiares por serem militantes do movimento social. As divergências, segundo eles, afloraram em várias situações, devido às diferenças de concepções de mundo.

Assim esse jovem expressou um sentimento comum no grupo:

Meus pais acham que eu critico tudo, que nada está bom. Acham que é importante lutarmos para melhorar a situação do povo pobre, mas acham que a gente vê opressão em tudo.

Após mais essa discussão efervescente, passamos para a dinâmica na qual pretendíamos que os sujeitos identificassem os seus valores e pensassem a respeito deles. Distribuí fichas de trabalho e lápis, pedindo que respondessem individualmente às questões contidas na ficha.

Ficha de trabalho

- 1) Tem relacionamentos amorosos fixos ou eventuais?
- 2) Participa de grupos sociais, grêmios estudantis, e se considera um protagonista juvenil?
- 3) Tem uma religião?
- 4) Tem total autonomia para traçar um projeto de vida?
- 5) Tem relações sexuais?

Pedro pegou a ficha que dizia da participação dos jovens e sua ação como protagonistas nas intervenções na sociedade. Assim ele falou:

Na sociedade o jovem pobre está fazendo tudo. Isso é ser protagonista. Ele está na fábrica, no *telemarketing*, isso é ser protagonista. Ele faz tudo para sobreviver. Ao contrário, ele é só mandado. O técnico dá o roteiro para o jovem e ele repete, isto não é protagonismo.

Em relação à religião, João (sempre polêmico) se posicionou:

Eu acho que tudo isso é uma construção da sociedade para controlar as pessoas. Não pode pecar. Um dia, quando pequeno, fui à igreja para me confessar. Daí eu perguntei ao padre: Quem é você? Ele disse: Uma pessoa de Deus. Eu insisti: Eu preciso saber quem está aí, para eu confiar e falar. O padre respondeu: Sou emissário de Deus. Eu pedi para o padre sair do confessionário, ele disse que não sairia, daí eu disse que não ia falar. Discutimos e tive que rezar 15 "Creio em Deus Pai".

Manoel durante os encontros trouxe o tempo todo a figura de sua mãe, lamentando, sempre que podia, as dificuldades que teve para sobreviver depois que esta veio a falecer. Em relação à religião, não foi diferente.

Depois que minha mãe faleceu afastei-me da religião. Volto o lance da minha mãe, depois que eu perdi minha mãe, desisti da religião. Quando tinha 12 e 13 anos, fiz catecismo e frequentava muito. Minha mãe era extremamente religiosa, a missa era muito chata. Hoje eu sou ateu.

Em relação à frase “ter autonomia para traçar um projeto de vida”, Maria resumiu o sentimento grupal:

Autonomia para um projeto de vida. Sempre briguei para fazer o que queria. Quando resolvi fazer teatro, meus pais disseram que teatro era coisa de vagabundo e não davam dinheiro para condução. Eu ia a pé para muito longe. Como ter autonomia e pagar um preço tão caro. Brigas com os familiares. Como ter autonomia numa empresa, se

você tem que fazer só o que o chefe manda. Você tem que prestar contas. A autonomia em tudo é relativo, nós esbarramos em mil dificuldades para conseguirmos qualquer coisa. Por exemplo, eu tenho autonomia para fazer faculdade, mas como realizar esse desejo hoje?

Ao ler a frase: ter relações sexuais?

Isabel disse-nos prontamente: Sim, mas com prevenção, e sem se reprimir.

O grupo novamente efervesceu, perguntando: Como é sem reprimir? Isabel respondeu: Ah! Agora você me pegou.

As pessoas insistiam em querer saber se “não se reprimir” significava fazer sexo, mesmo se não tivesse camisinha no momento em que “pintasse um clima com alguém”.

Sem rodeios os jovens do grupo não deixaram que a garota saísse da conversa. Novamente a pergunta:

Se você tiver muito a fim de um rapaz e não tem camisinha.

A jovem ficou muito confusa, todo o grupo pressionando-a, rindo e convocando-a a assumir um posicionamento. Ela disse que sim e que não, num primeiro momento. Daí, como todos perguntavam sem parar, ela respondeu, que “transaria”.

Por que todo mundo fala que usa e na hora H transa sem camisinha eu não sei. Ma, sei lá, quando é o amor de sua vida, acho que não usam.

Outro sujeito se posicionou:

Vejam bem, é só a gente pensar no Joel (nome fictício). Ele é um grande agente de prevenção. O cara é fera. Mas, tem, acho que, uns 8 filhos, e o que é pior, acho que com 8 mulheres. Ele vive xavecando as meninas. Ele é um lobo em pele de cordeiro.

Outro sujeito provocou o jovem que criticava o Joel:

E você, transa de camisinha?

Respondeu: Sim.

Ela riu e lhe disse: Tanto que você já é até pai.

Noutra dinâmica distribuí frases para os membros do grupo e solicitei que as completasse sem pensar.⁵¹

- 1) Eu penso de verdade que a educação dos filhos é dever e responsabilidade do pai e da mãe, mas quando eu tenho uma parada para ir para balada eu deixo meu filho *com o meu irmão. Minha mãe nunca ficou com ele para eu me divertir, apenas para trabalhar. Dizia que era o meu castigo por ter engravidado.*
- 2) A formação dos agentes de prevenção propiciou mudanças em suas condutas amorosas e sexuais, mas quando bate o tesão *eu transo.*
- 3) Eu estou louco por uma garota que nunca deu a mínima para mim, de repente, numa parada, ela resolve ficar comigo, eu não tenho camisinha, daí *eu transo.*
- 4) Tatiana está com 17 anos, tem três filhos. Mora com a mãe, trabalha numa empresa de *telemarketing*, não estuda. A sua situação financeira é ruim, pois os três pais de seus filhos não a ajudam. Atualmente está muito feliz, pois arrumou um cara bem legal. Fazem planos de morar juntos e *serão felizes. Mas, primeiro ela tem que colocar os pais das crianças "no pau", eles terão que pagar pensão. Ela tem que colocar as crianças na creche e ir trabalhar e estudar. Ela será feliz, na sua quádrupla jornada de trabalho...(risos) Não há outro jeito. Mas na fé, ela será feliz.*
- 5) Um dia um agente de prevenção fez o seguinte desabafo: "Pensar o tempo todo em prevenção, camisinha, responsabilidade, me enlouquece e acaba com

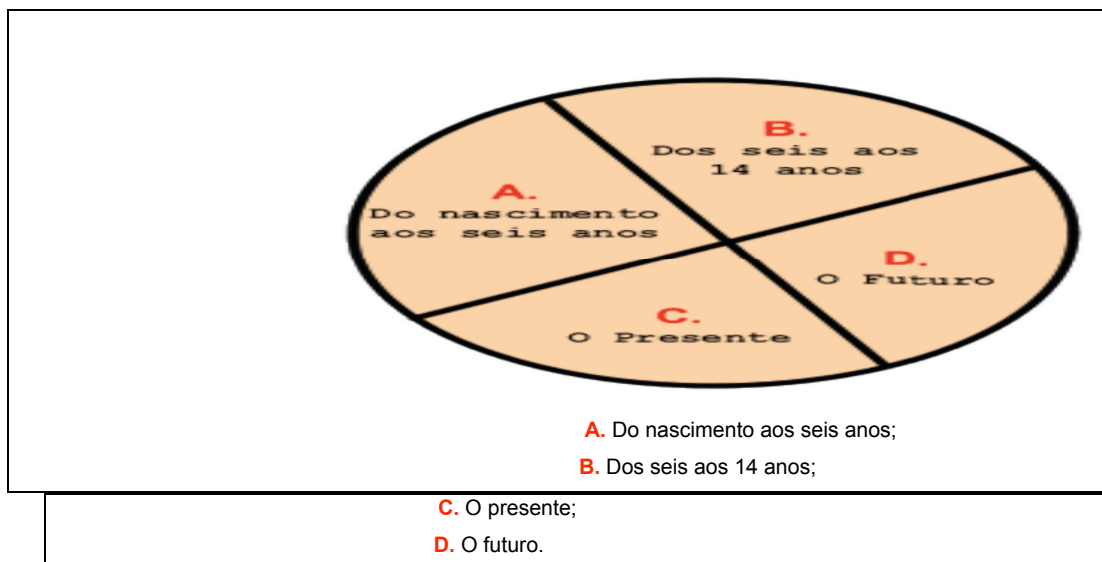
⁵¹ As partes em negrito referem-se às respostas dos sujeitos.

o meu tesão. Às vezes o risco é sedutor e nos atrai. A vida é tão sem graça, que às vezes assim fica um pouco mais emocionante". *É mais numa dessa você pega uma doença, faz mais um filho. É suado, tem que pensar, porque o bagulho é suado.*

6) A influência que eu tive da minha família faz com que eu não consiga deixar de ser machista. Desta forma, quando estou com uma garota e ela olha para outro eu *brigo. Ninguém é de ferro, muito menos eu.*

Fechando os encontros...

Por fim, solicitei que resumissem o que mais marcou em suas vidas desde o nascimento. Como está o presente e o que esperavam do futuro.



A infância

No que se refere aos primeiros seis anos de vida, por mais que durante os encontros se referissem à família como grande "vilã", novamente falaram dela com muito carinho e lembranças boas.

Lembro-me do carinho de meus pais e de minha falecida avó. Muito linda.

Minha família, meu pai, minha mãe, eu brinquei muito.

Gostaria de apagar muitas coisas negativas da minha infância, valorizar só o que foi bom em relação à minha família.

A adolescência

Valorizaram dançar (o *break*), o primeiro beijo e as festas no bairro, na rua.

O break era minha vida, era minha vida. Para mim era tudo.

Meu primeiro beijo. (Todos gritam, cantam, riem muito, e dizem a ele: como você é romântico, e delicado). Segue ele: Me apaixonei aos 13 anos, foi maravilhoso, nunca esqueci. (O grupo novamente faz muito barulho e canta uma música que fala de amor para ele).

Mais uma vez a família entra em cena:

Minha mãe, ela trabalhava demais, mas do jeito dela tentava nos dar apoio e carinho. Nem sempre ela conseguia, pois tinha dificuldades em demonstrar afeto, mas não nos deixava por nada.

O presente

O grupo, em grande parte, disse que o presente era cuidar de seus filhos.

O presente para mim foi um grande presente, meu filho. Ser pai é da hora, é um processo muito louco, me ajuda e me organiza, me estrutura.

O presente, minha filha, ela é tudo para mim

Outro diz:

Ajudar os jovens a sair da alienação e fazer uma faculdade.

Hoje para mim é o *stress* que sofro no meu trabalho, mas paz por ter saído da minha casa, podendo conviver com eles de outra forma, mais tranquila.

E o futuro...

Construir uma família, estudar e cuidar dos filhos, nos pareceu que era o desejo do grupo de forma unânime.

Futuro, para mim é ter uma casa, levar os amigos, tenho que criar base para ter uma família.

O futuro, ah!!! Contribuir com a formação da minha filha.

O futuro para mim é aumentar a família, constituir estabilidade emocional, financeira, terminar minha faculdade e exercer minha profissão.

De que jovens estamos falando...

Estamos diante do jovem da periferia que traz em suas trajetórias problemas e soluções, cujas idéias e ideais encontram-se permeados por contradições. Esta é a primeira conclusão a que cheguei no trabalho com os jovens. Tive dificuldades durante o processo em perceber inicialmente esse binômio de que Pichon tratou: necessidade/satisfação, o dentro e o fora. Mas, aos poucos, fui me dando conta que o sujeito será o resultado desse interjogo que traz questões relativas à sua visão de mundo e de como pode elaborar sua crítica social (dimensão psicossocial), mas também questões sociodinâmicas e institucionais.

Assim, aos poucos, verifiquei que os jovens da periferia a quem me referia, eram mais do que conseguia enxergar. Superei essa posição dando um salto de qualidade em minha pesquisa, ao perceber que "todos somos e não

somos", ao mesmo tempo, com as incoerências que atravessam todo sujeito (do inconsciente). Eles não eram apenas agentes de prevenção, eram "jovens da periferia", cujas identidades estavam sendo construídas em meio a escolhas de estilos, estéticas, vínculos sociais e laços afetivos.

Pudemos constatar o forte sentimento de pertencimento/enraizamento afro entre os membros do grupo, de compartilhamento de ideais, visando uma vida melhor, não apenas para si, mas para toda a sociedade.

Nesse sentido Sapiro e Loss (2005) em sua pesquisa com jovens da periferia do estado do Rio Grande do Sul, ligados ao movimento Hip-Hop, constaram entre eles a mesma identidade e união:

Para muitos adolescentes de periferia, a experiência do *rap* vem ao encontro de uma necessidade legítima de constituir "uma irmandade", de fundar uma "fátia". O *rap* parece responder a essa demanda, a esse pedido de uma identidade coletiva, ao mesmo tempo em que convoca o ouvinte a fazer parte e, portanto, a se identificar (Sapiro e Loss, 2005, p. 80).

Novaes (2006) dirá que a presença desses jovens na periferia ligados ao movimento Hip-Hop mudou o panorama no interior dos conjuntos habitacionais populares e favelas. Esses grupos dão visibilidade a redes sociais existentes no bairro. Talvez este seja o verdadeiro protagonismo que os sujeitos da pesquisa referiam-se nos encontros.

O *rap* modifica trajetórias pessoais, alavancando um "sentido para a vida": cria grupos locais e pode ser visto como *locus* de aprendizado para a participação social. Denuncia desigualdades sociais e combate o preconceito racial, inventa novas ocupações, ou seja, "produtores culturais", "oficineiros de Hip-Hop", DJs ligados às comunidades que se reconhecem pelas cidades do mundo. (...) São eles que podem contribuir para construir um "espaço público" nas próprias periferias e favelas privatizadas pelo tráfico e submetidas à violência e à corrupção policial (Novaes, *in*: Almeida e Eugenio, 2006, p.118).

Assim, em busca de um lugar no espaço público, estudam, questionam e intervêm no meio social. Essa forma de atuar refletiu-se inclusive na forma como se posicionaram, criticamente, em relação à análise comparativa que fizemos entre o Hip-Hop e o posicionamento de Nietzsche sobre as tragédias gregas, em seu livro *A visão dionisíaca do mundo*. Eles entenderam que essa comparação não daria conta da complexidade do Hip-Hop, e avaliaram, ainda, que Nietzsche não seria um referencial adequado, no sentido de não ter tido um posicionamento político mais engajado em suas obras.

Vale observar que essa leitura crítica frente à obra de Nietzsche deva-se muito, provavelmente, devido ao forte viés de militantes do movimento social, e, sobretudo, por se considerarem marxistas.

O que almejam esses jovens...

Em relação aos sujeitos, enquanto agentes de prevenção, pudemos verificar que o conjunto de conhecimentos adquiridos por eles pouco efeito surtiu em seu comportamento, ou seja, prevenir-se ou "arriscar-se" dependerá de uma série de fatores articulados nas dimensões subjetiva e objetiva de suas vidas. E nesse interjogo temos que considerar e problematizar pontos essenciais que se articulam ao conhecimento sobre sexualidade e DST/AIDS. Temas, como, gênero, raça, classe social, cultura, fase da vida influenciam e determinam nossos comportamentos em todas as relações (Gonçalves e Knauth, *in*: Eugenio e Almeida, 2006, p. 92).

Assim como revelaram as pesquisas de Loss e Sapiro (2005), Sarti (2005) e Brandão (2006), com famílias pertencentes às camadas populares, os jovens de nossa pesquisa também atribuem grande importância simbólica à família, constituindo-se como referencial que orienta e dá sentido ao mundo social de cada um. Percebemos esse vínculo afetivo forte, mesmo que, em vários momentos, não tenham poupado os membros de suas famílias de severas críticas, pois a todo momento surgiam relatos da importância de suas famílias para a formação dos mesmos.

Assim, constituir uma família faz parte dos planos de futuro deles, bem como a experiência de serem pais. Assim constatara Sarti (2005). Esses jovens estão preocupados em garantir uma estrutura mais sólida visando favorecer o filho futuramente.

Contam com a ajuda do que Sarti intitulou de "família ampliada". Esta que teve como tarefa transmitir a seus membros mais jovens o que acreditavam ser os valores e saberes mais "coerentes" de como se comportar na sociedade (o que é ser homem e mulher, qual a religião mais adequada, etc.). E eles, por mais críticos que pareçam em relação à família, trazem fortemente enraizados esses traços de filiação e pertencimento à tradição dos membros mais velhos de suas famílias.

Nesse sentido, dentre os valores advindos desse núcleo familiar, a religião apareceu como um valor importante para os jovens, embora tenhamos constatado que há alguma incoerência entre os valores advindos das crenças familiares e o que discutem hoje no movimento social acerca do papel que a religião exerce na vida das pessoas. Mesmo com os conflitos e contradições surgidas deste "choque de valores", os sujeitos da pesquisa ainda acabam por seguir em parte as tradições familiares. Devido talvez à necessidade de inserir o filho na família, visando (inconscientemente ou não) a continuidade dos valores culturais do núcleo familiar, de maneira a garantir a inserção de seu novo núcleo num espaço que ainda dá sentido e consistência à sua vida.

Dessa forma, como constatou Brandão (2006):

(...) a chegada do neto assinala a coesão grupal, advinda com a renovação e reafirmação da circulação do afeto entre a família. De maneira direta ou indireta, a geração parental se refere ao ciclo de vida que permeia a trajetória familiar, em suas várias gerações, aludindo à dimensão de renovação da vida, após a morte de alguns dos seus integrantes (Brandão, *in*: Eugenio e Almeida, 2006, p. 89).

Enfim, o jovem pesquisado, durante os encontros, pode nos fornecer elementos advindos das mais diversas áreas de influências recebidas

durante sua vida. Sua formação é o resultado dessa multiplicidade de fatores conjugados, ou seja, dos valores que orientam sua visão de mundo e dão contornos tanto às suas condutas pessoais em suas relações afetivas e sexuais, como em suas intervenções como agentes de prevenção.

Buscamos lançar nessa trajetória um olhar mais atento em relação aos jovens agentes de prevenção, apreender sua subjetividade, visando entender a singularidade desses jovens, para quando pensarmos em políticas públicas possamos fazê-lo a partir de um olhar que não o discrimine, sem concebê-los ou como “risco social” ou protagonistas e “solução” de algo que foge à sua governabilidade, visto que as atribuições e competências para a garantia de um lugar institucional que seja “suficientemente estável” para acolher, suportar e apoiar esse jovem são de responsabilidade técnica dos gestores públicos e não dos próprios jovens, por mais engajados que sejam (Sapiro,s/d)

Como pesquisadora e técnica de saúde, penso que os serviços responsáveis pelo acolhimento desses jovens devem contemplar os diversos olhares e saberes, exercendo essa função simbólica através de uma mesma linguagem e conduta, na qual o terceiro exerça a função paterna de compartilhamento que ampare o sujeito e o grupo na expressão de sua subjetividade (Sapiro, s/d)

Concluindo, não tivemos a pretensão no presente espaço de esgotar o assunto, mas o de realizar uma leitura possível, pois pretendíamos propor algumas discussões, pelas quais se espera poder contribuir para a mudança e o aperfeiçoamento das políticas públicas para a área de prevenção de DST/AIDS.

(...) cabe a nós, enquanto adultos, prover uma sonoridade possível para que os nossos jovens “em situação de risco” possam estabelecer vínculos e assim compor suas próprias melodias (Sapiro, texto s/d, p. 9).

A título de conclusão - O momento em que a pesquisa e a prática se confundem e se enriquecem: repensando os programas de prevenção.

Procuramos entender até o momento os reflexos para o homem brasileiro contemporâneo desta forma peculiar de estabelecimento das relações sociais, fruto de nossa herança cultural, que se evidencia pela dificuldade em estabelecer uma diferenciação entre o público e o privado, transformando, inclusive, os espaços de expressão da intimidade, como afirmamos em outro momento. Buscamos ainda apreender a subjetividade dos jovens, agentes de prevenção, herdeiros desse caldo de cultura, em sua atuação junto a outros jovens no enfrentamento da epidemia do HIV/AIDS, bem como, em suas relações afetivas e sexuais.

Nos dias atuais com o advento da AIDS muitas questões foram surgindo quando falamos de intimidade, pois falar de doenças sexualmente transmissíveis é trazer à tona temas que são indissociáveis, ou seja, é trazer as formas de expressão da sexualidade no mundo contemporâneo.

Assim, interrogamos: Quando o tema é a sexualidade e a intimidade, qual é o limite entre o que é do âmbito público e o que é do privado, ou seja, qual é a expressão dos desejos particulares de cada um?

Roger Chartier (1991) sustenta que a individualidade surgiu no século XVIII da necessidade de se colocar limite entre o público e o privado. A vida familiar, antes disso, não se restringia aos membros com ligações de sangue, expandindo-se para os vizinhos.

Chartier assinala que era necessário garantir a liberdade e a privacidade da família e do indivíduo. Dessa forma, surge o Estado como fator de proteção das famílias, passando a delimitar e distinguir o que era de um domínio e de outro. Ao mesmo tempo, os interesses familiares passam a ser decididos dentro do grupo, sem a participação da comunidade.

Essas questões em relação ao que é próprio da saúde pública e da privacidade de cada indivíduo remetem-nos a Sennett (1988). Em seu livro *O declínio do homem público: As tiranias da intimidade*, aponta para as transformações que vem ocorrendo, nesse sentido, ao longo da história.

Afirma o autor que havia no século XVIII códigos compartilhados entre os homens moradores de uma cidade que permitia a interação entre seus membros, favorecendo o equilíbrio entre o público e o privado. O espaço urbano era de convivência entre os diferentes a partir de normas comuns nas quais os indivíduos interagem por meio de papéis sociais construídos coletivamente.

As mudanças passam a ocorrer para Sennett com o crescimento do capitalismo e a concomitante ampliação do comércio de produtos, sobretudo a partir do século XIX. Com a Revolução Industrial houve a homogeneização dos produtos. Muda-se a relação entre os homens, uma vez que esta passa a se desenvolver mediada pela mercadoria. Os fatos sociais passam a possuir significado em si e para si, o que quer dizer que as sensações, emoções, sentimentos dos homens deveriam ter um significado tanto para o indivíduo (em sua interioridade), como em sua existência real, envolvendo necessariamente sua inserção social

Assim, o que percebemos é que as transformações nesses últimos séculos atingiram todas as áreas da vida, inclusive a intimidade. Dessa forma, transformam-se os códigos e regras que regem as formas de expressão da sexualidade, entendendo que esta nunca foi "natural", fixa ou imutável, mas, sim, uma construção social, pois desejos e práticas sexuais são construídos culturalmente, dependendo da diversidade de povos, concepções de mundo e costumes (Paiva, 2002).

Nas regras impostas socialmente está implicitamente embutida a tentativa de outras formas de demonstração do desejo e de expressão da sexualidade dos indivíduos, que são "consideradas incorretas" em relação aos comportamentos tidos "normais". Assim, sem que o desejo possa expressar-se, as pessoas o fazem transitar às escondidas, acarretando muitas vezes a redução de espaços no qual possam discutir suas práticas sexuais, o que permitiria lançar mão de recursos que promovessem sua autoproteção. Sabemos que uma união sexual genital pode acontecer tanto por atração, desejo, prazer, como pode ser uma manifestação de poder, violência-prazer e opressão de uma ou mais pessoas sobre outra, visto que, para se explicar a expressão da sexualidade há que se compreender o contexto e as relações nas quais se produzem histórica e culturalmente, como afirmamos.

Vale observar ainda que, não raro, reproduzimos os valores impostos socialmente como se fossem algo natural e fruto exclusivo da vontade individual de cada um, sem percebermos que a forma de expressão de afetos, emoção, prazer, razão, solidariedade, etc. advêm da maneira como esses sentimentos foram se delineando em meio à nossa cultura através de séculos.

Nesse sentido, podemos afirmar que biologicamente nascemos do sexo feminino ou masculino, mas nos produzimos enquanto homens e mulheres na relação com os outros seres humanos, seguindo os códigos sociais que nos habilitam a dar sentido, significado, atribuir valores e normatizar os relacionamentos afetivos, amorosos e sexuais.

Desta forma, quando discutimos sexualidade na cultura ocidental na qual estamos inseridos, temos que nos ater às formas como se dão as relações de gênero. Assim, foi-nos possível observar ao longo da história, que os diferentes sentidos e formas de expressão da sexualidade sempre foram vinculados às relações de poder, da hierarquização entre os sexos, conferindo primazia ao sexo masculino nas relações amorosas.

Vale ressaltar que a luta da mulher por cidadania e pela garantia de seus direitos, de forma mais organizada, surge a partir do século XX, embora ainda há que se avançar nesse campo, sobretudo, quando o tema em questão é a sexualidade e as relações afetivas e sexuais.

A transformação da intimidade: Quais serão os caminhos?

O sociólogo Anthony Giddens (1993), em *A transformação da intimidade - Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, ao buscar entender as mudanças que vem ocorrendo nas relações amorosas na contemporaneidade, faz algumas considerações e distinções em relação às formas como esses relacionamentos se desenvolveram.

O sociólogo afirma que, para entendermos as razões que levam as pessoas a apresentarem determinados comportamentos nos envolvimento amorosos, passa por um olhar mais refinado do que afirmamos acima. Ou seja, cada indivíduo apreende de forma singular os códigos e convenções sociais e, a partir desse crivo subjetivo, expressará sua identidade sexual.

Assim, Giddens distingue algumas formas de manifestações amorosas, que nos trazem elementos para buscar entender o modo como as pessoas se comportam em relação à autoproteção em suas relações sexuais. Tal explicitação se faz necessária, inclusive, se pensarmos na construção de políticas públicas para o enfrentamento das DST/AIDS, visto que estamos convencidos que apenas a informação, por si, mostrou-se ineficaz, considerando que outros fatores subjetivos atuam na determinação do comportamento dos sujeitos, como pudemos nos certificar ao longo deste trabalho.

Giddens assinala, por exemplo, algumas características do *amor apaixonado*. Sustenta que este é marcado por uma urgência que desvia os envolvidos de suas rotinas diárias. Os sentimentos vivenciados são tão fortes que invadem as pessoas, desviando-as de suas obrigações sociais e predispondo-as a qualquer sacrifício. Assim, afirma o autor, sob o ponto de vista da ordem social, ele é temido. Segue seu raciocínio dizendo que *o amor apaixonado deve ser diferenciado do amor romântico*. Este último surge no século XVIII recorrendo aos ideais do amor apaixonado, mas dele se distingue por introduzir a ideia do amor “sublime”, amor com liberdade e autorrealização. A idealização do amor “sublime” se faz no sentido de fazê-lo sobrepor-se ao “ardor sexual”, o que em nossas pesquisas demonstrou-se muitas vezes ineficaz.

Esse sentimento subentende o relacionamento duradouro, que aponta para vidas compartilhadas no futuro. É como se o outro fosse o complemento que faltava para preencher um “vazio da existência” e, assim, vir a se completar, ou seja, o total apoio (e dependência emocional) no outro e sua concomitante “idealização”.

Assim se posiciona o autor a esse respeito:

Frequentemente considera-se que o amor romântico implica atração instantânea - “amor à primeira vista”. Entretanto, na medida em que a atração imediata faz parte do amor romântico, ela tem de ser completamente separada das compulsões sexuais/eróticas do amor apaixonado. O “primeiro olhar” é uma atitude comunicativa, uma

apreensão intuitiva das qualidades do outro. É um processo de atração por alguém que pode tornar a vida de outro alguém, digamos assim, “completa” (Giddens, 1993, p. 51).

Com tais ponderações podemos supor a multiplicidade de variáveis que envolvem um encontro, um relacionamento, para além de simples explicações “mecânicas” sustentadas pelo discurso técnico, de prevenção e autocuidados, que encontramos com frequência nos serviços de saúde e nas escolas. Assim, o discurso da modernidade, a partir do século XIX, diante da ascendência da razão, supõe que a argumentação racional é condição suficiente para a compreensão dos fenômenos, mas que parece ficar fragilizado frente à idéia de “romance”.

Giddens pontua que compreender essa ideia do amor romântico faz-se necessário, pois o modo de as pessoas se relacionarem, desde o final do século XVIII, pode fornecer-nos muitas explicações para que possamos entender a influência dessa forma de pensar, sobretudo, no comportamento das mulheres. Não se pode esquecer que essa ideia de amor romântico encontra-se intimamente associada à criação do lar, concedendo-se à mulher o título de “rainha do lar”. Ocorrem ainda, as mudanças nas relações pais e filhos, ou seja, a mulher passa a se responsabilizar pela prole e educá-la, e por fim, Giddens dirá que tudo isso fará parte da “invenção da maternidade” (Giddens, 1993).

A idealização da mãe foi parte integrante da moderna construção da maternidade, e sem dúvida alimentou diretamente alguns dos valores propagados sobre o amor romântico. A imagem da “esposa e mãe” reforçou um modelo de “dois sexos” das atividades e dos sentimentos. As mulheres eram reconhecidas pelos homens como sendo diferentes, incompreensíveis, parte de um domínio estranho aos homens. (...) Ela exerce o domínio sobre as inclinações do marido; ele governa pela lei; ela governa pela persuasão... O império da mulher é um império de suavidade, suas ordens são as carícias, suas ameaças, as lágrimas (Giddens, 1993, p. 53-4)

Vale observar que por mais que assistamos às transformações da intimidade, aceleradas com as conquistas feministas do

século XX, ainda os estudos apontam as mulheres fortemente ligadas a esse paradigma. Giddens afirma que, de alguma forma, o amor romântico excluiu o homem, pelo menos na cultura ocidental. Segue dizendo que os homens, influenciados por essas ideias de amor, foram isolados da maioria, acusados de “sonhadores” e de terem sucumbido ao poder feminino.

Nesse sentido, reportando-nos à nossa pesquisa de campo com os jovens agentes de prevenção, é preciso observar que muitos diziam que, se o homem chora ou demonstra seus sentimentos, as meninas “os tiram” no sentido de acharem que são “moles e lerdos”.

Desde o início das transformações que afetam o casamento e a vida pessoal, os homens em geral excluíram-se do desenvolvimento do domínio da intimidade. As ligações entre o amor romântico e a intimidade foram suprimidas, e o apaixonar-se permaneceu intimamente vinculado à ideia de acesso: acesso a mulheres cuja virtude ou reputação era protegida até que pelo menos uma união fosse santificada pelo casamento. Os homens tendem a ser “especialistas em amor”, apenas com respeito às técnicas de sedução ou de conquista (Giddens, 1993, p. 70).

Nessa lógica de relação entre os gêneros, Giddens sustenta que tanto o amor apaixonado como o romântico pressupõem relações de desigualdade. Assim, aponta para outras possibilidades de convivência que chama de *relacionamento puro*. Segue dizendo que na contemporaneidade há uma tendência do amor romântico vir a fragmentar-se sob a pressão da emancipação e autonomia sexual femininas. Nesse sentido, repensar essa forma de relação faz-se necessário, representando um salto em relação à forma de convivência que ele chama de projetiva, do par eterno, pautado por forte idealização - do esperar tudo do outro, da completude, do “felizes para sempre”.

Ao contrário dessa forma de amar, propõe um relacionamento puro, que denomina de *confluente*, ou seja, é a abertura de um em relação ao

outro, que seria o oposto da “identificação projetiva”⁵² que as subjetividades se confundem. O amor confluyente é um amor ativo, contrastando com categorias fixas e imutáveis, como, “cara metade”, “para sempre”, etc, característicos do amor romântico. Segue afirmando que essa forma de convivência pressupõe igualdade no intercâmbio afetivo entre os parceiros.

Neste momento, o amor só se desenvolve até o ponto em que se desenvolve a intimidade, até o ponto em que cada parceiro está preparado para manifestar preocupações e necessidades em relação ao outro e está vulnerável a esse outro. A dependência emocional mascarada dos homens tem inibido a sua propensão e a sua capacidade, para tornarem-se, assim, vulneráveis (Giddens, 1993, p. 73).

Sustenta ainda que o amor *confluyente* pressupõe ainda o desaparecimento da distinção entre as mulheres “para casa” e as “para zoar”, não tendo como princípio a monogamia, no sentido da exclusividade sexual, pois ficariam juntos enquanto cada um obtivesse da relação benefício suficiente que justificasse a continuidade, ou até o momento em que ambos os parceiros desejassem essa exclusividade.

Esse tipo de união se estabelece não pela complementaridade entre os sexos, mas pela diferença, entendida como a necessidade de se conhecer profundamente o outro e, nesse sentido, a sexualidade de cada um deve ser negociada como parte do relacionamento. Nesse sentido, chamar o homem para essa “negociação” é importante, embora não seja uma tarefa fácil, visto que, segundo Giddens, aquele ficou em desvantagem nesse processo histórico, na medida em que alcançou o domínio público, sacrificando sua participação na transformação da intimidade, tendo esta ficado muito a cargo da mulher, devido à sua concomitante exclusão da esfera pública.

⁵²Conceito introduzido em 1946 por Melanie Klein para designar um modo específico de projeção e identificação que consiste em introduzir a própria pessoa no objeto para prejudicá-lo. *Dicionário de Psicanálise*, E. Roudinesco. “A identificação projetiva da origem a medos de ser controlado pelo objeto; Uma vez na fantasia o bebê projetando parte de seu *self* para dentro do objeto com o objetivo de possuir e controlar começa a ter medo da retaliação - ser controlado. Ser perseguido dentro de seu próprio corpo pelo objeto introjetado e reintrojetado violentamente. O objeto reintrojetado é sentido como contendo os aspectos perigosos do *self*” (*Inveja e gratidão*, Melanie Klein, “Identificação Projetiva”, -p. 30).

Giddens chama esse processo de *projeto reflexivo do eu*, sustentando que esse projeto aponta para muitas possibilidades de autonomia e felicidade, numa era em que a atividade sexual tornou-se uma busca incessante, idealizada de tal forma que, não raro, a promessa de um prazer sem limites acaba por levar ambos os sexos a experimentar um grande sentimento de vazio.

Assim, em nome de um “gozo eterno e pleno” e da busca desenfreada de prazer, na sociedade capitalista contemporânea, a sexualidade aparece como um incentivo para a venda de produtos, funcionando como um grande empreendimento comercial. São apelos que apontam para uma ordem hedonista, preocupada em fazer com que as pessoas consumam cada vez mais, para se sentirem “felizes”. Ou seja, a sexualidade, numa sociedade de consumo, torna-se o ponto central, que engendra outros campos (Giddens, 1993).

Segue seu raciocínio:

Para muitos homens, esta é uma busca incansável para superar os sentimentos de inadequação que ferem profundamente o menino que deve renunciar à mãe. Para as mulheres, muito mais importante é aquela “busca do romance” com o pai desejado, mas inacessível. Entretanto, em ambos os casos, há ânsia de amor (Giddens, 1993, p. 194).

Nessa mesma linha de raciocínio, Lipovetsky (1994), em *O crepúsculo do dever - A ética indolor dos novos tempos democráticos*, sustenta que na sociedade atual impera um individualismo sem limites. Desta forma, na sociedade pós-moralista, como chamou, passamos para uma cultura da felicidade, do ócio e do sexo, com extrema satisfação do desejo e realização íntima. O autor dirá que estamos vivendo, na era da felicidade, uma cultura “higiênica, desportiva, estética e dietética”. E essa é uma ética, não apenas consumista, afirma Lipovetsky, mas ativista, no sentido de que não

governamos apenas as paixões individuais, mas buscamos otimizar as possibilidades de potência, de controlar o tempo e experimentar a eterna juventude.

Sustenta ainda que a promoção dos valores hedonistas transformou completamente a moral sexual tradicional, sendo que, a partir de meados do século XX, o sexo deixou de ser associado ao pecado: aquilo que era considerado “imoral”, adquiriu legitimidade. Segue dizendo que houve um certo arrefecimento desse “imperialismo sexualista”, que predominara nas décadas de 1960 e 1970, uma vez que nas décadas seguintes, dentre as razões, observou-se o advento da AIDS, o que não significa, segundo ele, dizer que as pessoas deixaram de achar o sexo importante. Ao contrário, afirma, as relações sexuais estão sendo iniciadas cada vez mais cedo e agora são reivindicadas pelas pessoas com idade mais avançada (Lipovetsky, 1994).

Assim relata o autor:

Na vida privada, o indivíduo pós-moderno mostra-se desejoso, como outrora, de ternura e de intensidade afetivas, mas as formas da expressão amorosa, essas, prosseguem seu trabalho de desidealização. A autonomização do sexo em relação à moral vem apenas acelerar a desestetização de Eros, o futuro não está na reabilitação das volutas castas, mas antes no consumo pornô diversificado, no clube de masturbação *gay*, na pornô-informática, no *safer sex* prosaico, no minimalismo dos discursos amorosos (Lipovetsky, 1994, p. 86).

Essas questões devem ser problematizadas e contempladas quando do planejamento de propostas para o trabalho de prevenção das DST/AIDS, daí a importância de lançarmos mão delas, inclusive quando pensamos questões da intimidade e seus limites entre o público e o privado. Assim, quando trazemos para a discussão pública questões relativas à intimidade das pessoas, temos como intenção não expô-la no sentido de levá-la à degradação como muitos meios de comunicação tem se prestado a fazer, mas, ao contrário, procurando preservá-la.

Giddens (1993), nesse sentido, oferece elementos importantes que nos possibilitam continuar a reflexão a respeito de tais questões, por sinal, polêmicas. Afirma ele que, quanto mais o tempo de vida se reporta a referenciais internos e a autoidentidade é considerada um esforço organizado, mais a sexualidade se converte em propriedade do indivíduo. Será a pessoa que legislará sobre ela, escolherá as ligações com os outros, tendo como base a intimidade, não como imutável, ligada a relações de parentesco, mas privatizada e redefinida de maneira singular.

O autor afirma que a transformação da intimidade pressupõe transformações tanto psíquicas como sociais, assim como pontuou Pichon (1982) ao dizer que duas pessoas, quando se relacionam, estabelecem entre elas figuras internalizadas que estão presentes nessa relação, ou seja, seu mundo interno. Assim, suas convicções, desejos e fantasias inconscientes serão o produto da interação de vínculos entre os sujeitos. Dessa forma, as mudanças no meio acarretarão transformações individuais. Embora, segundo Giddens, essa mudança, partindo de “dentro para fora”, poderia potencialmente se ramificar através de instituições, consideradas públicas.

Em outras palavras, acredita o autor que a libertação dos indivíduos de “verdades absolutas”, possibilitaria:

Uma reorganização emocional mais abrangente da vida social (...) ela (a emancipação) é mais efetivamente compreendida como uma forma de ação, como a possibilidade da democratização radical da vida pessoal (...) não é apenas a sexualidade que está em jogo aqui. A democratização da vida pessoal como um potencial estende-se de um modo fundamental às relações de amizade e, crucialmente, às relações entre pais, filhos e outros parentes (Giddens, 1993, p. 200).

Nesse sentido Giddens vai longe em sua proposta de convidar os indivíduos a repensar seus relacionamentos sob a égide do relacionamento puro, pois sustenta que a democratização da área pública se deu com muita luta, e aos poucos vem se consolidando, ao passo que, a democratização da vida pessoal, menos visível, não passa necessariamente pela esfera pública, mas por mudanças pessoais na intimidade, que terão reflexos e produzirão

transformações sociais profundas na sociedade. Segundo Giddens, temos que vislumbrar possibilidades de uma ética para os relacionamentos sexuais, bem como para outros relacionamentos, que tenha como princípio o amor *confluyente*.

Este pressupõe autonomia, formas de relacionamento entre as pessoas de modo igualitário, pautadas pelo respeito às capacidades e limites do outro. Segue afirmando que, nos relacionamentos puros, responsabilidade e autoridade estão intimamente ligadas à confiança.

Assim se expressa:

A confiança implica a confiabilidade do outro - conferindo um “crédito” que não requer uma verificação contínua, mas que, se necessário, pode ser aberto periodicamente para uma inspeção. Ser considerado confiável por um parceiro é um reconhecimento de integridade pessoal, mas em um ambiente igualitário tal integridade significa também revelar, quando solicitado, os motivos para as ações - e na verdade ter boas razões para quaisquer ações que afetem a vida do outro. (...) o contrato móvel é um instrumento constitucional que cria a base da discussão aberta por parte dos parceiros sobre a natureza do relacionamento, mas que também está aberto à negociação (Giddens, 1993, p. 209-10).

O autor defende a idéia de que a democratização no terreno público promoverá as condições essenciais para a democratização nas relações pessoais, e quanto maior a intensidade desse processo, mais fortemente serão revistos e reconsiderados os papéis sexuais, masculino e feminino, rigidamente construídos e consistentemente estanques.

Nesse sentido, dirá que:

As formas preexistentes de masculinidade e feminilidade estão propensas a convergir para algum tipo de modelo andrógono. (...) à medida que a anatomia deixa de ser destino, a identidade sexual

cada vez mais torna-se uma questão de estilo de vida (Giddens, 1993, p. 216-7).

Repensando os programas de prevenção

Em nossa trajetória pudemos constatar que, em função do advento da AIDS, acirrou-se o discurso científico e governamental no sentido de ditar regras e prescrever condutas a serem seguidas por todos. Houve uma vasta produção de livros, textos, panfletos e campanhas educativas que, a nosso ver, retomam uma concepção médico-higienista de controle das ações da população, que imperou em diversos momentos da história. Hoje parece que tais concepções ressurgem para justificar as ações de prevenção à AIDS, deixando transparecer uma visão “terrorista“, que reduz a sexualidade, o prazer e o desejo a um problema de saúde pública exclusivamente.

Sem dúvida é um problema de saúde pública o controle da epidemia, mas há que se pensar na doença, sem reduzir a sexualidade a uma disfunção. Desta forma, quando do planejamento de programas de prevenção, há de se dar ênfase ao prazer e à qualidade das relações amorosas entre os sexos, e não meramente à descrição de órgãos e aparelhos reprodutores masculino e feminino.

Na verdade, trazemos tais provocações quando pensamos nesse amálgama de culturas que fez parte da formação do povo brasileiro, cujos herdeiros somos nós, pois seus reflexos para a vida íntima das pessoas apontam para a resignificação de conceitos, não numa perspectiva higienista, com vistas à perseguição do diferente, mas, ao contrário, buscando pensar formas em que as pessoas possam viver a sexualidade, a vida e o amor, sem "violentar-se a si nem ao outro.

Quanto à doença e aos cuidados em relação à saúde, como dizer se pertencem ao domínio privado ou público?

O corpo pertence, em princípio, ao domínio privado, sendo as sensações do corpo assunto da intimidade. A saúde e a doença afetam vários aspectos da vida privada, em especial o amor e a sexualidade. Mas, também, a

esfera pública. No caso da AIDS, devido ao seu caráter epidêmico e às formas de disseminação, podemos dizer que é um fenômeno coletivo, evidenciando a dimensão pública da sexualidade.

Assim, a AIDS traz à tona comportamentos até então mantidos em absoluto sigilo pelos indivíduos, desvela formas de orientação do desejo sexual, muitos deles “secretos”, que colocam a intimidade em público, na medida em que obriga a sociedade a refletir sobre o limite entre o desejo sexual (privado) e a expansão da epidemia. Enfim, a AIDS expõe novamente a intimidade, que se torna coletiva e política, na medida em que sua extensão, sobretudo nos países pobres, coloca em risco até o desenvolvimento econômico e a coesão social.

Desta forma nos perguntamos se o agente de prevenção, com toda a sua formação e preparo para intervir junto a jovens, consegue apartar-se dessa lógica que impera em nossa sociedade?

Esses jovens das camadas populares, embora militantes e conscientizados politicamente, experimentam a sexualidade em todos os sentidos e formas de expressão da atualidade, igualmente incitada em parte pela mídia, embora amalgamada com as formas de amor romântico e da cordialidade do homem brasileiro, com as confusões entre os domínios público e privado da vida íntima que lhe são inerentes. Podemos até supor que esse jovem experimente várias contradições quando os valores, que regem suas relações pessoais, amorosas e sexuais, são colocados em xeque ao exercerem o papel de agente de prevenção. Contudo, em que pesem a influência positiva e o apoio que esses jovens encontram no movimento Hip-Hop, não podemos negar que parte dessa população esteja exposta a um cotidiano atroz, tornando-a ávida de amor e prazer, a serem satisfeitos de alguma forma.

Não podemos deixar de lembrar que esses jovens estão submetidos a uma situação social que faz com que, como os demais jovens, não tenham resolvido muitos tabus, ao mesmo tempo, que o prazer é algo próximo, rápido e barato. É nessa perspectiva que se inseriu o presente trabalho, pois ao buscarmos entender o motivo pelo qual - no momento da intimidade dessas jovens lideranças, no encontro com o prazer -, às vezes, abram mão da proteção para a realização do sexo seguro, apontamos para o

fato que também são jovens, e que também estão subjetivamente envolvidos no cenário social que induz a idéia de um prazer imediato e fluido como algo tão bom que em alguns momentos “vale o risco”.

O fato de não se sentir em risco em função de conhecer o parceiro, a pretensão de ressignificar a vida tendo um filho, enfim, quando assim o fazem, do ponto de vista emocional, os iguala aos outros jovens?

Temos que refletir sobre questões que estão fortemente enraizadas no imaginário social, pois temas como relações de gênero, "machismo", dentre outros valores, regem a subjetividade dessas lideranças, e fazem com que mesmo os agentes de prevenção, muitas vezes, não consigam dialogar com seus parceiros sobre tais questões, visto que são atingidos, assim como outros jovens, por fronteiras culturais e sociais.

Por outro lado, esses jovens nos seus relatos afirmam que em função da forma como estão inseridos socialmente descrevem um futuro incerto para eles. Nesse sentido, o sexo representaria o lado bom da vida, profícuo e prazeroso.

Esses dilemas nos dão a certeza que não podemos centrar o enfoque das discussões apenas no uso do preservativo masculino quando dos trabalhos de prevenção, mas, ao contrário, temos que enfrentar as questões de gênero, bem como promover uma reflexão crítica acerca dos valores que permeiam nossa cultura, e, assim, possamos repensar as estratégias, não nos centrando na transmissão apenas de informações científicas, mas aliando a essas formas de promovermos as condições para a compreensão emocional da sexualidade.

Temos também que avaliar que a desigualdade nas relações de gêneros afetam consideravelmente as possibilidades de negociação em relação às questões que envolvem os direitos sexual e reprodutivo, o prazer e autoconhecimento sobre o corpo.

Mas vale ressaltar que essa desigualdade, que traz mais prejuízos para a mulher, também afeta e vulnerabiliza os homens quanto à prevenção das DST/AIDS, pois há comportamentos considerados masculinos, veiculados extensamente na sociedade e valorizados, que também expõem mais essa parcela da população. Crenças de que o homem tem mais necessidade e desejo sexual que as mulheres, e o medo que ele tem de perder

a ereção nas relações sexuais, são fatores que podem fazer com que os homens abram mão do preservativo em seus relacionamentos.

Assim, frente a todas as questões implicadas quando o assunto é sexualidade e formas de prevenção das DST/AIDS, ponderamos que seria fundamental abandonar o discurso - puramente biologizante, que se resume a “informar” e criar manuais e livretos educativos - e atentar para a dimensão que envolve o ser humano em sua subjetividade, ou seja, na simbolização de questões referentes ao gênero, identidade e orientação sexual, fantasias, desejos, envolvimento afetivo e emocional, crenças, tabus e valores.

Não será tarefa fácil a desconstrução de saberes que trazem embutidas nos conceitos verdades acerca da forma como os indivíduos devem comportar-se em relação a si e ao outro, sobretudo quando encontram-se envolvidos estereótipos ligados às divisões sexuais e assimetrias nas relações de gênero.

Como mencionamos, não tivemos a pretensão de responder questões tão enraizadas no imaginário social e que vem sendo alimentadas há séculos, mas esperamos poder ter contribuído para incrementar o debate visando trazer essas questões para os programas de prevenção, se quisermos enfrentar a epidemia de forma a alcançar uma vida plena de esperanças, na qual os jovens possam gozar sua sexualidade, com maior segurança.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *In: "Juventude e contemporaneidade". Revista Brasileira de Educação.* São Paulo: ANPED; n. 5 e 6, 1997.
- AYRES, J. R. C. M., e colaboradores. "O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: Novos desafios e perspectivas". *In: Czeresneia, D. e Machado Freitas, C. (orgs.). Promoção da saúde - Conceitos, reflexões, tendências.* Rio de Janeiro:Fiocruz, 2003.
- ALVIM, Z. "Imigrantes: A vida privada dos pobres do campo". *In: Sevcenko, N. (org.). História da vida privada no Brasil, vol. 3, "República: Da Belle Époque à Era do Rádio".* Coleção História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- AMARAL, M. G. T. Relatório Científico Parcial do Projeto de Pesquisa: "Culturas Juvenis X Cultura Escolar: como repensar as noções de tradição e autoridade no âmbito da educação?" (out/2006 a set/2007). São Paulo: Fapesp - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2007.
- _____. Resenha: "O rap e o hip-hop: A presença de uma concepção dionisíaca de mundo na arte juvenil de origem afro-americana"?, 2008.
- ANDRADE, E. N. "Movimento negro juvenil: Um estudo de caso sobre jovens rappers de São Bernardo do Campo". Faculdade de Educação, USP, 1996.
- ARENDT, H. *A condição humana.* São Paulo: Forense-Universitária, 1981.
- AYRES, J. R. "O jovem que buscamos e o encontro que queremos ser: A vulnerabilidade como eixo de avaliação de ações preventivas do abuso de drogas, DST e AIDS entre crianças e adolescentes". *In: Tozzi, D. et al. (org.). Papel da educação na ação preventiva ao abuso de drogas e às DST/AIDS.* São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996.
- AYRES, J. C., FREITAS, A. C; SANTOS, A. S.; SALETTI FILHO, H. C.; E. FRANÇA JR. I. "Adolescência e AIDS: Avaliação de uma experiência de educação preventiva entre pares". *Interface: Comunicação, Saúde, Educação,* 2003, v. 7, n. 12.
- ARIÉS, P. "História social da criança e da família". *In: Velho e Figueira (orgs.). Família, psicologia e sociedade.* Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo.* Lisboa: Edições 70, 1977.

- BÉTHUNE, C. *Le rap: Une esthétique hors de la loi*. Paris: Autrement, 1999.
- BEZERRA, N. M. de Almeida. “Famílias de classes populares: parentesco e vizinhança” (dissertação). Ribeirão Preto: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP, 1998.
- BOGO, A. (org.) *Teoria da organização política, escritos de Engels - Marx - Lenin - Rosa – Mão*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- BOSI, A. *Céu, inferno - Ensaio de crítica literária e ideológica*. 2. ed., São Paulo: Editora 34, Duas Cidades, 2003.
- _____. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRANDÃO, E. R. “Gravidez na adolescência nas camadas médias”. In: Almeida, I. M. e Eugenio, F. (orgs.) *Culturas Jovens: Novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- CHARTIER, R. “A comunidade, o Estado e a família: Trajetória e tensões”. In: Ariès, P., Chartier, R. (orgs.). *História da vida privada: Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia. das Letras; 1991, vol. 3.
- CANEVACCI, M. (org.). *Dialética da família: Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade - A era da informação: economia, sociedade e cultura*; vol. 2, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2002.
- CONTIER, A. D. “O rap brasileiro e os Racionais MC’s”. In: Revista eletrônica *SciELO*, 2005.
- COSTA, A. A. A. “O movimento feminista no Brasil: Dinâmica de uma intervenção política”. In: *Olhares feministas*, (org.): Piscitelli, A., Melo, H. P., Maluf, S. W., Puga, V. L. Coleção Educação para Todos, Ministério da Educação e UNESCO, 2004.
- COSTA, A. M. N. “Família, psicologia e sociedade”. In: Velho, G., Figueira, S. A. (org.). Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- DAYRELL, J. Pesquisa: “Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para políticas públicas”. BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, UNESCO, 2002.
- DUARTE, N. *Frutos do Brasil - Histórias de mobilização juvenil*, 2006.
- ECA - *Estatuto da Criança e Adolescente*. Brasília, 1990.
- ELIAS, N. *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

- FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*, Rio de Janeiro, Editora Difusão Européia do Livro, 1972.
- FIGUEIREDO, D. M. “Os significados do amor em tempos de AIDS: Um grupo de adolescentes brasileiras” (dissertação). São Paulo: Departamento de Psicologia Social da PUC, SP, 2005.
- FORACHI, M. M. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- FREIRE, P. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREUD, S. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos*, vol. XXII (1932-1936). Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____ (1914) *Recordar, repetir, elaborar*. *Obras completas*, Rio de Janeiro: Imago, 1969, vol. 1.
- _____ (1856-1939) – *Um caso de histeria -Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos*. *Obras completas*. Trad. do alemão e do inglês sob a direção geral de Jayme Salomão, Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. VII (1901-1905)
- _____ *A interpretação dos sonhos*. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1972, 1987, vols. IV e V.
- _____ *Conferência XIX - Resistência e repressão _ Conferências introdutórias sobre Psicanálise*. *Obras psicológicas completas*. Versão 2.0, 1987.
- FROMM, E. “Autoridade e super-ego: O papel da família”. In: Canevacci M. (org.). *Dialética da família: Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- FUNDAÇÃO SEADE. “Índice de vulnerabilidade juvenil”. 2007
- GIDDENS, A. *A transferência da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Trad. Magda Lopes: São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GODOY, M. L. A. “Representação social de adolescentes sobre Aids e sua prevenção” (dissertação). São Paulo: Departamento de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

GOLDENBERG, M. "O discurso sobre o sexo: Diferenças de gênero na juventude carioca". In: Almeida, I. M. e Eugenio, F. (orgs.) *Culturas Jovens: Novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GOMES, N. P. M.; PEREIRA, E. A. *Flor do não-esquecimento - Cultura popular e processos de transformação*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2002.

GONÇALVES, F. M. "Formação dos professores e prevenção à AIDS: Características pessoais e profissionais de uma professora que desempenha um trabalho que interfere na vida dos alunos". (dissertação). São Paulo: Departamento de Psicologia da Educação da PUC, SP, 2002.

GONÇALVES, H., KNAUTH, D. R. "Juventude na era da AIDS: entre o prazer e o risco". In: Almeida M. M., Eugenio, F (orgs.). *Culturas jovens - Novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GUIMARÃES, C. D. "Mas eu conheço ele!: Um método de prevenção do HIV/AIDS". In: Parker, R. e Galvão, J. (orgs.) *Quebrando o silêncio - Mulheres e AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará - ABIA, IMS-UERJ, 1996, p.169-79.

HEILBORN, M. L. (org.) *Sexualidade: O olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

HERRMANN, F. *Andaimos do real: O método da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

HOLANDA, S. H. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e Instituto POLIS.- Pesquisa: "Juventude brasileira e democracia". São Paulo, 2005.

INSTITUTO CIDADANIA: *Projeto juventude*. (documento de conclusão) São Paulo, 2004.

JEAMMET, P., CORÇOS, M. *Novas problemáticas da adolescência: Evolução e manejo da dependência*. Organização da tradução brasileira: Mônica Amaral. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

JEOLÁS, L. S. "O jovem e o imaginário da AIDS: O *bricoleur* de suas práticas e representações" (tese). São Paulo: Departamento de Ciências Sociais (Antropologia Social) da PUC, SP, 1999.

KLEIN, M. *Inveja e gratidão* Rio de Janeiro: Imago, 1974.

KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino: A mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

LIMA, H. M. M. "A prevenção às DST/AIDS entre jovens universitários de São Paulo - Capital" (dissertação). São Paulo: Departamento de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

LIPOVTSKY, G. O. *A era do vazio*. Trad.: Miguel Serras Pereira e Ana Lúcia Faria. Lisboa: Gallimard, 1983.

_____. *O crepúsculo do dever*. Trad.: Fátima Gaspar e Carlos Gaspar. Publicação: Dom Quixote, Lisboa, 1994.

LOPES, V. ELIANA, C. E. ANDRADE, S. "Adolescência e AIDS - Experiências e reflexões sobre o tema". *Revista Saber Viver* - ed. especial para profissionais de saúde, janeiro/2004.

MAGRO, V. M. M. "Meninas do *graffiti*: Educação, adolescência, identidade e gênero nas culturas juvenis contemporâneas". Doutorado em Educação, FE/UNICAMP, Campinas, 2003.

MARINS, P. C. G. "Habitação e vizinhança: Limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileira". In: Sevckenko, N. (org.). *História da vida privada no Brasil*, vol. 3, *República: Da Belle Époque à Era do Rádio*. Coleção História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MELLUCCI, A. "Juventude, tempo e movimentos sociais". In: *Juventude e contemporaneidade*. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, n. 5 e 6, 1997.

MENEZES, C. A. *Educação, psicanálise e direito*. In: Mônica Amaral (org.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. "Manual do multiplicador adolescente". Brasília: Coordenação Nacional de DST/AIDS, 1992.

_____. "Criança, adolescente e adulto jovem". Documento de referência para trabalho de prevenção das DST, AIDS e drogas. Brasília: Coordenação Nacional de DST/AIDS, 1997.

_____. "Diretrizes e ações em sexualidade. Prevenção das DST/AIDS e do uso indevido de drogas para crianças e adolescentes". Brasília: Programa Nacional de DST/AIDS, 1999.

_____. "O protagonismo juvenil no desenho e realização de ações de combate à epidemia". Brasília: Programa Nacional de DST/AIDS, 1999.

_____. "Boletim epidemiológico". 2000.

_____. (Lopes, V. Eliana, C. e Andrade, S.). “Sexualidade, Prevenção das DST/AIDS e uso indevido de drogas”. Diretrizes para o trabalho com crianças e adolescentes. Brasília, 2004.

_____. “Tabulações do Censo Escolar”, 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. “Relação Anual de Informações Sociais- - RAIS”, 2000.

M. L. Duarte, L. F. D., Barros, M. L, Peixoto, C., Bozon, M. “Apresentação”. *In: Heilborn, M. L., Duarte, L.,F. D., Peixoto, C., Barros, M. L. (orgs.). Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 9-16.

MORAES, T. C. L. “Estudo de um programa de prevenção em DST/AIDS: A presença do jovem” (dissertação). São Paulo: Faculdade de Educação, USP, 2003.

NIETZSCHE. “A visão dionisíaca do mundo”. *In: _____. A visão dionisíaca do mundo e outros textos de juventude*. Trad.: Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Maria Cristina dos Santos de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NOVAES, R. “Os jovens de hoje: Contextos, diferenças e trajetórias”. *In: Almeida, I. M. e EUGENIO, F. (orgs.) Culturas jovens: Novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OLIVEIRA, J. “Evolução e característica da população jovem no Brasil”. *In: Berquo. E. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998.

ORTIZ, R. *Moderna tradição brasileira*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1991.

PAIVA, V. “Sem mágicas soluções: A prevenção ao HIV e à AIDS como um processo de emancipação psicossocial”. *In: “Seminário de prevenção à AIDS: Limites e possibilidades na terceira década”*. Rio de Janeiro, 2002.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ. “Curso de multiplicadores”. Santo André: Secretaria de Cidadania e Ação Social, 1997.

RAGO, M. (org.) “Relações de gênero e a classe operária no Brasil: 1890-1930”. *In: Olhares feministas*. Piscitelli, A., Melo, H. P.; Maluf, S. W.; Puga, V. L. Coleção Educação para Todos, Ministério da Educação e UNESCO, 2004.

REIS, V. T. M. “Jovens pais e jovens mães: Experiências em camadas populares” (tese). São Paulo: Departamento de Serviço Social da PUC, SP, 2004.

RIVIERE, E. P. *Teoria do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

_____. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

- ROCHA, J., DOMENICH, M., CASSEANO, P. *Hip-Hop: A periferia grita*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2001
- RUA, M. ABRAMOVAY, M. "Avaliação das ações de prevenção de DST/AIDS e uso indevido de droga nas escolas de ensino fundamental e médio em capitais brasileiras". Brasília: UNESCO/Ministério da Saúde, 2001.
- RUBIN, G. "The traffic in women: notes on the 'Political Economy' of the sex" .In: *Towards an anthropology of women*. RAPP, R.(Org.). New York: Monthly Review Press, 1975.
- SANTOS, V. L.,SANTOS, C. E. "Unidade de prevenção da coordenação nacional de DST/AIDS". Cadernos: *Juventude, saúde e desenvolvimento*. Brasília, 1999.
- SANTOS, S. R., dos e., SCHOR, N. "Vivências da maternidade na adolescência precoce". *Revista de Saúde Pública*. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de Saúde, vol. 37, n. 1, p. 15-23, 2003.
- SALIBA, E. T. "A dimensão cômica da vida privada na República". In: Sevchenko, N. (org.). *História da vida privada no Brasil*, vol. 3 - *República: Da Belle Époque à Era do Rádio*. Coleção História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras,1998.
- SAPIRO, M. C., LOSS, M. A. "Processos psíquicos do engravidamento na adolescência em contextos de periferia: Impasses e possibilidades". *Psicologia*, USP, 2005, 16(4), 69-98.
- SAPIRO, M. C. "Construção de valores sociomoraís na cultura, e suas formas de discriminação da adolescência". Programa de pós-graduação em psicologia social e institucional, UFRGS, s/d.
- SARTI, C. A. *A família como espelho*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SCARCELLI, I. R. *O movimento antimanicomial e a rede substitutiva em saúde mental: A experiência da cidade de São Paulo: 1989-1992*. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1998.
- SCHWARZ, R. *Duas meninas*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- _____. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público: As tiranias da intimidade*. Trad.: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, N. (org.). *História da vida privada no Brasil*, vol. 3: *República: Da Belle Époque à Era do Rádio*. Coleção História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, J.C. G. "Arte e Educação: a experiência do movimento hip hop paulistano". In: ANDRADE, E. N. (org.). *Rap e educação Rap é educação*. São Paulo: Selo Negro, 1998.

SOUZA, R. M. "O discurso do protagonismo juvenil" (tese). São Paulo: Faculdade de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

SPOSITO, M., CARRANO, P. "Juventude e políticas públicas no Brasil". In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 24. São Paulo: Autores Associados, 2003.

TANAKA, O.Y., MELO, C. *Avaliação de Programas de Saúde do Adolescente - Um modo de fazer*. São Paulo: Edusp, 2001.

TEIXEIRA, M. B. "Empoderamento de idosos em grupos direcionados à promoção da saúde" (mestrado). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 2002.

TELLA, M. A. P. "Atitude, arte, cultura e autoconhecimento: O rap como a voz da periferia" (mestrado). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 2000.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2007.

VELHO, G. "Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea". In: Almeida M. M., Eugenio, F. (orgs.). *Culturas jovens - Novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

VELHO e FIGUEIRA (org.). *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Campus, 198.

VANCE, C. *A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico*. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, 1995.

VYGOTSKI, L. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WAISELFISZ, J. J. "Mapa da violência II". Brasília: UNESCO, 2000.

WEEKS, G. "O corpo e a sexualidade". In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WELLER, W. A. (org.) "A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: A arte de se tornar visível". In: *Olhares feministas*. Piscitelli, A., Melo, H. P., Maluf, S. W., Puga, V. L. Coleção Educação para Todos, Ministério da Educação e UNESCO, 2004.

WISSENBACH, M. C. C. "Sonhos africanos, vivências ladinhas: Escravos e forros em São Paulo (1850-1888)" (mestrado). São Paulo: História Social da Universidade de São Paulo, 1989.